



**REFERÊNCIAS CULTURAIS ENQUANTO PROCESSO HISTÓRICO DE
OCUPAÇÃO NO LITORAL NORTE DE MACEIÓ: EM AMEAÇA OU EM NOVA
ACOMODAÇÃO?**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Adriana Guimarães Duarte

**REFERÊNCIAS CULTURAIS ENQUANTO PROCESSO HISTÓRICO DE
OCUPAÇÃO NO LITORAL NORTE DE MACEIÓ: EM AMEAÇA OU EM NOVA
ACOMODAÇÃO?**

**Maceió
2019**

ADRIANA GUIMARÃES DUARTE

**REFERÊNCIAS CULTURAIS ENQUANTO PROCESSO HISTÓRICO DE
OCUPAÇÃO NO LITORAL NORTE DE MACEIÓ: EM AMEAÇA OU EM NOVA
ACOMODAÇÃO?**

Tese apresentada à banca de Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Cidades, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josemary
Omena Passos Ferrare

**Maceió
2019**

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

D812r Duarte, Adriana Guimarães.

Referências culturais enquanto processo histórico de ocupação no litoral norte de Maceió : em ameaça ou em nova acomodação? / Adriana Guimarães Duarte. – 2019. 264 f. : il. color.

Orientadora: Josemary Omena Passos Ferrare.

Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 222-233.

Apêndices: f. 234-250

Anexos: f. 251-264.

1. Litoral norte - Maceió (AL). 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio e preservação.
I. Título

CDU: 719:0612

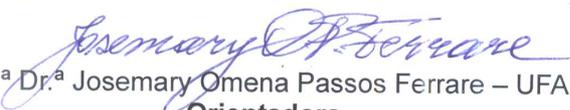
ADRIANA GUIMARÃES DUARTE

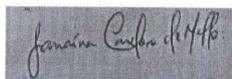
REFERÊNCIAS CULTURAIS ENQUANTO PROCESSO HISTÓRICO DE
OCUPAÇÃO NO LITORAL NORTE DE MACEIÓ: EM AMEAÇA OU EM
NOVA ACOMODAÇÃO?

Tese apresentada à banca de Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Cidades, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

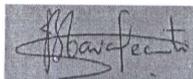
Aprovada em: 28/05/2019.

Banca Examinadora:

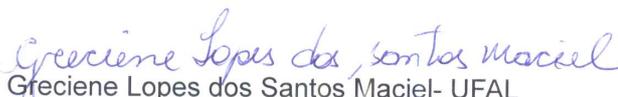

Prof.^a Dr.^a Josemary Omena Passos Ferrare – UFAL
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Janaína Cardoso de Mello – UFS
Examinadora externa



Prof.^a Dr.^a Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia – UFPB
Examinadora externa


Prof.^a Dr.^a Greciene Lopes dos Santos Maciel- UFAL
Examinadora externa


Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo – UFAL
Examinador interno


Prof. Dr. Walter Matias Lima – UFAL
Examinador interno

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que detêm o saber e que se dedicam a transmiti-lo.

AGRADECIMENTOS

Por vezes solitária, a imersão necessária para a realização de uma tese, também pode ser coletiva, e assim se fazer mais leve. O mergulho no mar de incertezas e questionamentos vira uma grande busca por novas descobertas, internas também. Nesse sentido, agradeço àqueles que colaboraram mais ativamente, aquietando em mim os dias de ventania, para que a natureza se fizesse brisa, serenidade e discernimento.

Aos meus familiares, que à distância zelavam pela concretização do que acreditam ser o caminho para um futuro próspero. Aos meus pais, Adolfo e Socorro, fonte inesgotável de amor. Aos irmãos Beto e Guga, pelas lembranças felizes que construímos juntos desde a infância e que só ficam mais ternas com o passar dos anos. Pelos sobrinhos, Lia, Joaquim e Francisco, que enfeitam o meu viver. E pelas cunhadas cuidadosas, Alê e Mônica que me acolhem e me alimentam.

A minha mais profunda gratidão à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Josemay Ferrare, pela presteza de sempre, pela condução cuidadosa e assertiva com relação à pesquisa. Pela rede “singela” que temos tecido juntas, pelos nós que se fortalecem a cada trabalho realizado e pela grande alegria que estes me proporcionam. Por se preocupar e por me incentivar, em meio a tantas demandas.

Agradeço aos membros da banca pelo olhar atento, pela disponibilidade e compreensão e à Universidade Federal de Alagoas, particularmente à Prof.^a Dr.^a Débora Cavalcanti, pela sensibilidade e estímulo; à Prof.^a Dr.^a Gianna Barbirato, pela generosidade contida em seus abraços; à Prof.^a Dr.^a Gabriella Restaino, pela atenção e carinho, pela preciosa ajuda com relação à leitura dos mapas e da paisagem urbana; ao professor Dr. Walter Matias, pela poesia de suas aulas, por inspirar à escrita.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela bolsa de estudos concedida no último ano da pesquisa, fundamental à essa etapa.

À 17^a Superintendência do IPHAN-AL, em nome de Mário, Sandro, Joelma, Thaliane e Greice, pela sessão do material produzido pela Equipe Sítio 3 para o INRC-AL. Aos membros da Equipe Sítio 3, pelo belo trabalho produzido.

À Maria Adeciany, pelo comprometimento e seriedade com que trata as questões urbanas no município. Pela receptividade na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET e pela vontade em colaborar.

À diretora do Arquivo Público de Alagoas, Wilma Nóbrega, e seus funcionários prestimosos, pela dedicação aos pesquisadores.

À Manu, Carlina, Carolzinha, Bela e Evel, por preencherem meus dias e minhas noites com tanto carinho que não é possível mensurar, pois transborda em mim gratidão, transcende em mim carinho, cuidado e fé no poder que o bem faz ao próximo.

À Nadja Rocha, pelas “caminhas” e entusiasmo em pensar a cidade habitada, pela luxuosa colaboração com as visitas de campo, por ser e estar disponível, pelo escutar delicado e gentil. Pelo afeto que nos une.

Minha estima à Cynthia Fortes, pela imensa colaboração com relação aos dados da pesquisa do INRC-AL, pela disponibilidade a qualquer momento do dia ou da noite, fins de semana e feriados.

À Carlinha Cansação, pelas inúmeras ofertas de ajuda, pelos mimos e afago em meu coração.

O meu reconhecimento e carinho pelas dedicadas pesquisadoras do grupo “Patrimônio Sobreurbano”: Flaviane, Isadora, Lisiane, Lysiane, Lairany e Isabelle; Suzana, Júlyla, Lúcia, Ana Mércia, Anne e Ingrid. Obrigada pelas discussões, pela experiência, pela grande oportunidade que é ensinar a aprender.

À Ana Cláudia, Pedriane, Carol Barbosa e Bárbara Lopes, pelo compartilhar generoso de suas pesquisas.

Aos amigos de ontem e de hoje, que torceram e que ofereceram seu tempo precioso em mensagens de estímulo, apoio e solidariedade.

E por fim, ao marido, Gilvan Rodrigues, companheiro de todos os momentos, que me fez possível seguir por esse universo da pesquisa, facilitando os meus dias, absorvendo para si todo e qualquer motivo de preocupação. Ainda proporcionando as pausas necessárias com otimismo, cuidado e amor.

RESUMO

Esta tese propõe refletir sobre os impactos da expansão imobiliária em curso no litoral norte de Maceió, Alagoas, compreendido pelos bairros de Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca, conforme definido pelo **Plano Diretor de Maceió** (2005). Visando atender à demanda do público de residentes e turistas que procuram os benefícios da moradia e do lazer à beira-mar, em 2007, o novo **Código de Urbanismo e Edificações de Maceió**, permitiu a construção de edificações verticais de até 20 andares na localidade, contrariando princípios básicos sobre proteção urbanístico-ambiental. Detentoras de memórias que remontam à ocupação do território alagoano, essas localidades expõem fragmentos da história revelando conhecimentos e práticas culturais que se articulam e inter-relacionam-se com os espaços e contextos sociais onde ocorrem. Além de gerar informações sobre os impactos causados pela especulação imobiliária em áreas de relevante valor paisagístico e cultural; e identificar as condições, problemas e desafios para sua continuidade, sobretudo, considerando a expansão urbana que vem marcando a paisagem com edificações verticalizadas, até então, inexistentes. Para tanto, buscou-se identificar os pressupostos culturais e simbólicos que definiram a ocupação territorial do litoral norte de Maceió, a partir de autores como Lindoso (2005, 2000), Costa (1983), Lima (1997), Albuquerque (1981), Carvalho (216) entre outros, além da revisão das fontes bibliográficas acerca do **Plano Diretor** e da **Legislação Brasileira** sobre o patrimônio cultural e ambiental. Sendo assim, pretende-se colaborar com a *práxis* da política de preservação atualmente em vigor, considerando a revisão de novos conceitos e instrumentos legais, com vistas a permitir uma adequada compreensão do valor patrimonial dos ambientes constituídos de natureza e de vigorosos processos culturais, consolidados na materialidade da parte norte litorânea de Maceió.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Litoral norte de Maceió. Política de preservação. Paisagem cultural.

ABSTRACT

This study aims to discuss about the impacts of real estate expansion in progress on the north coast of Maceió City, Alagoas State, Brazil, comprising the neighborhoods of Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria, and Ipioca as defined by the Master Plan of Maceió Municipality (2005). Aiming to meet the public demand of residents and tourists, looking for the benefits of living arrangements and entertainment by the sea, in 2007, the new Code of Urbanism and Buildings of Maceió allowed the construction of vertical buildings up to twenty floors in the area, contradicting the basic principles on urban-environmental protection. These areas with memories that go back to the first occupations in Alagoas territory have history fragments of cultural and practices knowledge that are interrelated and in conjunction with the space and social contexts in the surroundings. This study encourages further information about the impacts caused by real estate speculation in areas of relevant landscape and cultural value, identifying the conditions, problems, and challenges for its continuity, especially considering that this urban expansion has been highlighting the landscape with vertical buildings, therefore, nonexistent. For this purpose, this study sought to identify the cultural and symbolic foundations that defined the territorial occupation of the north coast of Maceió, from authors like Lindoso (2005, 2000), Costa (1983), Lima (1997), Albuquerque (1981), Carvalho (216) among others, besides the revision of the bibliographic sources about the **Master Plan** and the **Brazilian Legislation** on cultural and environmental heritage. Thus, this study intends to collaborate with the praxis of preservation policy currently in force, considering the review of new concepts and legal tools that allow understanding properly the patrimonial value of the natural environments and vigorous cultural processes consolidated in the materiality of the northern seaboard of Maceió.

Keywords: Cultural heritage. North coast of Maceió. Policy preservation. Cultural landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rotas do Descobrimento do Atlântico até 1502, de Guilermmo Céspedes de Castillo, América Hispánica (1492-1898), em Historia de España de Manuel Tuñon de Lara, Labor, Madrid, tomo VI, 1983, p. 46	38
Figura 2 – A - Avenida de acesso; B - Praça central; C - Igreja, D- Colégio, oficinas, residências dos padres e o cemitério; E - Horta e pomar dos padres; F - Casas dos índios	40
Figuras 3 e 4 – Vila de Abrantes – Comarca do Norte – Camaçari-BA e Vila de Santarém – Comarca de Ilhéus-BA	40
Figura 5 – Disposição funcional com a Igreja de Nossa Senhora do Ó e cruzeiro “plantado” no largo à frente, ladeada por unidades seriais de casas, de modo que a atenção visual convergia para a edificação central.	42
Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora do Ó, Ipióca, em 1971. Similaridade com o modelo dos núcleos de povoamento do litoral nordestino, determinada por organização espacial com igreja em frente à praça, resultante do espaço <i>non edificandi</i>	42
Figura 7 – Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Ó encontrada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), sem data, em que se vê na lateral da edificação, um caminho que viria a se consolidar como a Rua do Cruzeiro, hoje denominada Rua Djanira Omena (FERRARE et al., 2007).	43
Figura 8 – Mapa de Maceió com destaque para os bairros do litoral norte da capital, Zona Administrativa (RA) - 8, segundo Plano Diretor de 2005	48
Figuras 9 e 10 – Exemplo da forma de expressão conhecida como “Bonecos Gigantes” de Olinda, a boneca Vitalina de Guaxuma, perpassa todos os bairros litorâneos do Norte; curral de peixes da D. Isaura, em Ipióca	49
Figuras 11 e 12 – Palhoção decorado para as festas juninas em Garça Torta e artesanato em coco compeço peixe pintado para adorno; enfeites semelhantes confeccionados com coco seco são encontrados decorando as casas da região	50
Figuras 13 e 14 – Descasque da mandioca em casa de farinha, na Ipióca, e forno das boleiras em Riacho Doce	50
Figuras 15 e 16 – Bordado livre com representação do “almoçar debaixo da mangueira com a família”, feito pelo grupo de mulheres bordadeiras do litoral norte, Bordazul; pé de moleque assado na folha de bananeira, vendido em cesto às margens da AL 101 Norte	50
Figura 17 – Divisão das Capitanias Hereditárias, no momento de sua criação (1534-1536), sobre a delimitação atual dos estados brasileiros, de acordo com pesquisa do professor Jorge Pimentel Cintra. Destaque para a Capitania de Pernambuco e Estado de Alagoas (AL).	54

Figura 18 – Mapa elaborado por Fortes (2018), segundo Brandão, W. (1979), com os portos onde ocorreram tráfico de pau-brasil pelos franceses. “Em vermelho os primeiros núcleos fundados pelos portugueses, com topônimos atuais entre parênteses, principais cursos e massa d’água para a colonização: (1) rio Manguaba; (2) rio Tatuamunha; (3) rio Camaragibe; (4) rio Santo Antônio Grande; (5) rio Santo Antônio Mirim; (6) lagoa do Norte (Mundaú); (7) lagoa do Sul (Manguaba); (8) rio de São Miguel; (9) rio Coruripe; (10) rio Poxim”.	56
Figura 19 – O pormenor do Atlas português <i>Terra Brasilis de Lopo Homem-Reineis</i> (1519), ilustra habitantes indígenas no trato da extração do pau-brasil preenchendo todo o Nordeste e Sudeste.....	57
Figura 20 – Detalhe do Mapa do Brasil, de Giacomino Gastaldi, 1550, publicado na <i>Raccolta di Navigazioni et Viaggi</i> de Giovanni Battista Ramusio (1557).	58
Figura 21 – A imagem mostra no detalhe da <i>Carta do Brasil</i> no Atlas de Sebastião Lopes, 1565, o corte do pau-brasil por um nativo que faz uso de um machado de metal. Observa-se ainda pedaços de árvores já cortadas (ROCHA; PRESOTTO; CAVALHEIRO, 2007)......	59
Figura 22 – O Atlas de Nicolas Vallard, <i>Parte nordeste da América do Sul, com parte do Brasil e das Antilhas</i> , elaborado na França em 1547, também apresenta o transporte da madeira. Pormenor rotacionado.	60
Figura 23 – Costa sul da Capitania de Pernambuco, de Gaspar Barléu, em 1647, com destaque para o Porto dos Franceses.....	61
Figura 24 – O Atlas de João Teixeira Albernaz, “Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil”, também registra, no século XVII, o Porto dos Franceses, os rios e lagoas.....	63
Figura 25 – Mapeamento da ocorrência de pau-brasil em pesquisa de campo realizada por Rocha em 2007. Destaque para Coruripe e Maceió, em Alagoas.....	65
Figura 26 – Capitania de São Vicente, João Teixeira Albernaz, 1631.	67
Figura 27 – Levantamento dos Engenhos da Capitania de Pernambuco em 1640. Com destaque para as jurisdições de Porto Calvo e Alagoas.	67
Figura 28 – Mapa com a divisão administrativa (3 polos de ocupação) entre 1636 e 1763, elaborado pelo geógrafo Ivan Fernandes Lima.	68
Figura 29 – Mapa com simulação dos municípios compreendidos pela antiga jurisdição de Porto Calvo, segundo estudo elaborado pelo geógrafo Ivan Fernandes Lima sobre os 3 polos de ocupação entre 1636 e 1763.	69
Figura 31 – Pintura de 1652, Frans Post retrata algumas das edificações que compõem o engenho: capela, casa-grande e fábrica.	73
Figura 32 – Em detalhe de Frans Post no mapa de Georg Marcgraf, observam-se as edificações do engenho (casa-grande, senzala e fábrica) e algumas das etapas da	

produção do açúcar (transporte da cana feita pelo carro de boi, roda d'água e moenda, além da representação do plantio).	74
Figura 33 – Pormenor da Kaart van Brazilië. <i>Nova et Accurata Brasiliae</i> . 1700-1800, onde se vê a faixa de terra da sesmaria de Christopher Linz, que ia do rio Manguaba ao Cabo de Santo Agostinho (em destaque). Destaque também para o rio Luna, ou Una, cujas terras localizadas abaixo foram denominadas subunenses.....	77
Figura 34 – Pormenor do mappa tipografico dos portos, e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco de Nicolao Martinho, de 1776. No centro da imagem vêm-se os Rios S. Antônio Meirim (1), S. Antônio Grande (2) e Rio Camaragipe (3). ..	78
Figura 35 – Mapa dos engenhos de Pernambuco de autoria de Georg Marcgraf com ilustrações de Frans Post, Amsterdã, 1643. Pormenor do sul da Capitania, onde foram registrados os rios e lagoas da costa alagoana. Em destaque os rios Camaragibe (1), Tatuamunha (2) e Manguaba (3) que junto com o rio Santo Antônio Grande formavam a região dos quatro rios, sesmaria de Rodrigo de Barros Pimentel (doada em 1608 por Christopher Linz). Segundo Lindoso (2000, p. 35), o mapa de Marcgrave deixa claro os “[...] acessos e saídas pelas terras interiores da Alagoas pars borealis”	79
Figura 36 - Parte do litoral norte de Alagoas em mapa extraído do documento intitulado Descrição de Todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente Brazil, feito por João Teixeira, cósmografo de Sua Magestade, em 1640. Fac-Simile, ANTT, 2000. p. 61.	84
Figura 37 - Parte do litoral norte de Alagoas em mapa extraído do documento intitulado Descrição de Todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente Brazil, feito por João Teixeira, cósmografo de Sua Magestade, em 1640. Fac-Simile, ANTT, 2000. p. 61.	85
Figura 38 - O mapa Kaart van Pernambuco. Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis, executado em 1647 e editado em 1662, mostra a porção sul da Capitania de Pernambuco. De autoria de Joan Blaeu e George Marcgraf.	86
Figura 39 - Kaart van Pernambuco. Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis, 1647. Com indicação das localidades Vila de S. Maria Madalena e Pajuçara. De autoria de Joan Blaeu e George Marcgraf.....	87
Figura 40 - Igrejas e Capelas de Engenhos localizadas abaixo do Rio Una que abrangia o sul da Capitania de Pernambuco, atual litoral norte de Alagoas.	89
Figura 41 - Mapa de Maceió com destaque para os bairros do litoral norte situados entre Jacarecica e Ipióca.	90
Figuras 42 e 43 - Boleira assa os preparos no forno de pedra; vista do forno comunal e sua ambiência.	93
Figura 44 - Localização das casas de forno no bairro de Riacho Doce, segundo Carvalho e Ferrare (2016).	94

Figuras 45 e 46 - Casa de Farinha em Ipióca (em momento de entrevista com o proprietário) e o pé de moleque, também conhecido por manuê, quitute mais tradicional de Riacho Doce, assado na palha de bananeira.	95
Figura 47 - Localização de Maceió e o complexo de águas que a limita, com as frentes marítima e fluvial (com adaptação).....	96
Figura 48 - Pintura feita por morador retrata “aspecto aldeião” de Riacho Doce que, acredita-se, estendia-se aos arrabaldes do litoral norte de Maceió.	98
Figuras 49, 50 e 51 - Grupo de artesãs bordam à sombra das árvores; os temas do bordado livre expressam o cotidiano das bordadeiras.....	99
Figura 52 - Bordado do grupo Bordazul representando a venda das iguarias (cocada, pé de moleque, tapioca, munguzá, bolo e brasileira) na antiga “Estrada Norte”.	101
Figuras 53 e 54 - Estrada do Norte em dois pontos distintos: ponte sobre o rio Jacarecica, na localidade de mesmo nome, e sobre o riacho Estiva em Ipióca.	102
Figura 55 - Primeiro Poço de Petróleo denominado José Bach, em Riacho Doce, 1927. O pouco rendimento dos poços de terra perfurados em Alagoas e o insucesso deste primeiro poço que se abriu na plataforma submarina de Maceió, teria motivado a transferência da sede da Região de Produção Nordeste da Petrobrás (MELLO, 1969).	103
Figura 56 - Localização de algumas das minas petrolíferas no Estado de Alagoas, segundo Carvalho (2010).....	104
Figura 57 – Mapa com a localização dos clubes recreativos e condomínios, em 2019.	105
Figura 58 - Foto aérea do condomínio Riviera Del Mare, da Construtora Marroquim, no bairro de Cruz das Almas.	107
Figuras 59 e 60 - Fotos aéreas dos condomínios Green Village, situado entre dois sítios de coqueirais, e o Gran Marine, com a segunda torre em construção, ao fundo pode-se ver o condomínio Paradise Beach, localizados no bairro de Guaxuma. ...	107
Figuras 61 e 62 - Fotos aéreas e entorno do condomínio Riacho Doce Beach Residence, em construção, no bairro de Riacho Doce.	107
Figuras 63 e 64 - Campanhas publicitárias de dois empreendimentos diferentes: o Condomínio Riviera Del Mare, em Cruz das Almas, e o Condomínio Evolucion Sea Park, em Jacarecica.....	109
Figura 65 - Localização dos principais “condomínios clubes” no litoral norte de Maceió.	109
Figuras 66 e 67 - Tirador de coco, também chamado por “subidor de coqueiro”, e vendedor de doce de caju, personagens que permeiam a paisagem de Ipióca.....	111
Figuras 68 e 69 - Armazém de coco em sítio no litoral norte de Alagoas, cuja tipologia se assemelha às demais localidades em estudo.	113

Figuras 70 e 71 - Armazém de coco internamente com descascador; observam-se as aberturas nas paredes, feitas com tijolos assentados de forma a assemelhar-se a cobogós.	113
Figura 72 - Mapa com a localização dos armazéns de coco produzido pela equipe - Sítio 3 do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas (2015). (Adaptado pela autora, 2019).....	114
Figuras 73 e 74 - Tirador de coco ou subidor de coqueiro com a peia em mãos e em uso. Atualmente confeccionada em nylon ou plástico, era feita com cordas de dendê tiradas das matas e cobertas com couro de boi (FERRARE et al., 2015a).....	115
Figura 75 - Mapa com a indicação das localidades dos “fornos de cal” produzido pela equipe - Sítio 3 do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas (2015).	117
Quadro 1 – Calendário das festas religiosas católicas tradicionais do litoral norte de Maceió.	119
Figuras 76 e 77 - Procissão de São Pedro que inicia na Igreja de São Pedro, no bairro de Garça Torta e segue pela AL 101 Norte até a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no bairro de Riacho Doce. Finaliza retornando ao ponto de origem. ...	120
Figuras 78 e 79 - Procissão de Nossa Senhora do Carmo, no Carmelo, Riacho Doce. Na véspera da procissão, a imagem de Nossa Senhora do Carmo se desloca da igreja das freiras Carmelitas e passa a noite na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Após a procissão a imagem retorna ao local de origem. Participam da celebração os fiéis de Riacho Doce e as comunidades coligadas (da Saúde, Ipióca, Pescaria, Guaxuma, Jacarecica).....	120
Figura 80 - Mapa com a localização das Igrejas/Capelas e suas rotas.	122
Figura 81 - Igreja Batista de Ipióca localizada na AL 101 Norte.	124
Figuras 82 e 83 - Mirante e escultura da sereia nos arrecifes.	125
Figuras 84 e 85 – Entrega de oferendas no Dia de Iemanjá pelo Grupo Espírita Santa Bárbara.....	126
Figuras 86 e 87 - Vista aérea do “caminho da Prainha” que fez parte da documentação entregue ao Ministério Público e acesso ao Porto das Jangadas...	127
Figura 88 - Fragmento do mapa de acesso ao litoral norte, anexo ao Decreto no 6.863/2008.....	128
Figura 89 - Escultura situada no bairro de Riacho Doce faz alusão ao deus da mitologia protetor dos oceanos e mares.....	129
Figuras 90 e 91 - Tacho de alumínio com doce de caju em calda e utensílios utilizados no fabrico de doces de caju na cozinha do Sr. José Grande; fogão a lenha e tacho de alumínio.....	132
Figuras 92 e 93 - Tipos diferentes da fabricação do doce de caju: ameixa de caju, caju cristalizado e caju em calda. Ponto de venda à margem da AL 101 com placa	

indicando o doce de caju e ameixa (de caju). Anteriormente também constava o indicativo da venda da castanha confeitada.	132
Figuras 94 e 95 - Antiga locação da praça Ganga Zumba com a passagem da via pela frente do monumento e situação atual com a via passando por trás do monumento.	135
Figuras 96 e 97 - Gincana de pesca de arremesso com molinete e sede da CLUPEAL, na praça Ganga Zumba.	136
Figuras 98 e 99 - Divulgação da Festa das Flores em 2019 e Procissão do Sagrado Coração de Jesus, nas ruas do bairro de Cruz das Almas.	138
Figura 100 - Hotel Central (a esquerda da foto) e Bela Vista Palace Hotel (ao centro), inaugurado em 1923 e demolido nos anos de 1963.	141
Figuras 101 e 102 - Fotos antigas do Hotel Lopes e Hotel Avenida.	142
Figura 103 - Hotel Palmares, hoje.	142
Figuras 104 e 105 - Antigo Palacete dos Machados, atual Museu Théo Brandão, após a restauração em 2001 e Antigo Hotel Atlântico.	143
Figura 106 - Mapa de localização dos hotéis nos principais eixos da cidade desde o século XIX.	144
Figuras 107 e 108 - Frontispício da Avenida da Paz e seu <i>continuum</i> de edificações. Em destaque, o Hotel Atlântico e o casario térreo demolido para a passagem do riacho Salgadinho. Vista do riacho antes do aterro com Museu Théo Brandão ao fundo.	146
Figura 109 - Mapa com a mudança do trajeto do riacho Salgadinho com destaque para a área que foi expandida.	146
Figura 110 - Mapa de Maceió de 1932 mostra a localização dos trapiches na Enseada de Jaraguá.	148
Figura 111 - Início do século XX na Avenida da Paz: árvores frondosas, provavelmente gameleiras, de acordo com SANT'ANA (1972) promoviam sombreamento aos passeios dominicais.	149
Figura 112 - Avenida da Paz com os trilhos dos bondes e coreto em alvenaria para exibição de manifestações culturais com bandas de música e eventos políticos. ..	150
Figura 113 - "Máquinas de banho" criadas na Inglaterra em 1750, modelo de 1829. ...	153
Figura 114 - Passeio das "meninas bonitas" em uma das praias de Maceió, possivelmente em um domingo, quando a cidade transplantava-se para o litoral. .	154
Figura 115 - Mapa de Maceió com gradação de vazios.	156
Figura 116 - Lotes vazios e edificados no município de Maceió com destaque para o litoral norte.	156

Figura 117 - Mapa de evolução urbana do bairro de Cruz das Almas – da década de 1960 a 2010.	158
Figura 118 - Mapa de uso e ocupação do solo do bairro de Cruz das Almas.	159
Figura 119 - Mapa com o raio definido pelo cone do farol.	160
Figura 120 – Mapa com o bairro de Cruz das Almas e as Zonas Residenciais.	161
Figuras 121 e 122 - Imagens do Riacho do Ferro e do encontro de sua “língua negra” com o Oceano Atlântico, na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes.	163
Figura 123 - Imagem com indicação da área onde esteve o antigo lixão, as Vilas Emater (I e II) e a AL101 Norte.	164
Figura 124 - Corte esquemático com um “cenário tendência” para a ocupação dos bairros do litoral norte de Maceió, com alta verticalização na planície litorânea.	165
Figura 125 - Pré-diagnóstico do bairro de Cruz das Almas com destaque para a renda da população residente nos demais bairros do litoral norte de Maceió.	166
Figura 126 - Tabela com quantidade de apartamentos em oferta (O) e vendidos (V) em Cruz das Almas, entre os anos de 2007 e 2014.	167
Figura 127 - Mapa do bairro de Cruz das Almas com a localização de novos empreendimentos.	167
Figura 128 - Convite divulgado nas mídias sociais para participação da Charrette de Cruz das Almas realizada entre os dias 18 e 23 de janeiro de 2015.	169
Figura 129 - Versão final do <i>mater plan</i> apresentado, após a realização da oficina Charrette em Cruz das Almas.	170
Figura 130 - Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, na orla de Cruz das Almas, logo após a sua inauguração em 1981.	171
Figura 131 - Mapa do bairro de Cruz das Almas com a situação das vias. Destaque para a Via Litorânea, extensão da avenida Brigadeiro Eduardo Gomes.	171
Figuras 132 e 133 - Antigo acesso pelo litoral e atual avenida Pontes de Miranda.	172
Figuras 134, 135, 136 e 137 - Vista de satélite da área que compreende a avenida Josepha de Mello em diversos momentos: 2002, 2010, 2015 e 2018.	172
Figura 138 e 139 - Vista aérea do Conjunto da COHAB logo após a sua inauguração em 1967; e da área onde foram removidos os sítios de coqueiros para a implantação do Parque Shopping Maceió, Leroy Merlin Maceió e empreendimentos da Construtora Marroquim.	173
Figura 140 - “Aspecto aldeão” do bairro de Jacarecica em registro do fotógrafo Luiz Lavenère, no início do século XX.	173
Figuras 141 e 142 - Vista da situação de um trecho da Ecovia Norte e imagem com mapa esquemático que ilustrou o panfleto distribuído pelo Movimento Ecovia Norte em 2015.	174

Figuras 143 e 144 -Obras de duplicação da AL101 Norte e estrutura do viaduto em Jacarecica.....	177
Figura 145 - Mapa de Maceió com destaque para os zoneamentos do litoral norte.	179
Figura 146 - Mapa turístico de Maceió com destaque para as praias da orla em direção ao litoral norte.....	181
Figuras 147 e 148 - Restaurante Bem quando da sua inauguração no bairro de Cruz das Almas e após a implantação do Hotel Matsubara, em meio ao sítio de coqueiros.	181
Figuras 149 e 150 - Propaganda de empreendimento turístico em Maceió, lançado em dezembro de 2016, Complexo GJP – Resort Prodigy, na Praia de Ipioca. E divulgação do Salinas Maceió Ressorte do tipo <i>all inclusive</i> , em Ipióca.	183
Figura 151 - Pré-diagnóstico do bairro de Cruz das Almas com destaque para os aspectos socioeconômicos, onde se vê a ocupação à beira dos córregos, encostas e terrenos propensos a enchentes.	184
Figuras 152 e 153 - Pescadora que seguiu o ofício do pai, mostra seus instrumentos de pesca: rede e curral.	189
Figura 154 - Organograma em rede do bairro de Cruz das Almas.	191
Figuras 156, 157 e 158 - Artesanato com mandalas confeccionadas em pencachos de coco; siri feito com coco seco e pencachos; peixe em coco seco com barbatanas confeccionadas em panieiro de coco pintadas com tinta óleo e luminária com búzios do mar em tamanhos variados.	195
Figuras 159 e 160 - Boneca Vitalina vestida para mais um desfile de Carnaval, dando continuidade à tradição dos bonecos gigantes nos desfilavam nos antigos carnavais de Maceió.	196
Figura 161 - Organograma em rede do bairro de Guaxuma.....	197
Figura 162 - Organograma em rede do bairro de Garça Torta.	199
Figura 163 - Organograma em rede do bairro de Riacho Doce.....	202
Figura 164 - Organograma em rede do bairro de Pescaria.	204
Figuras 165, 166 e 167 - Vista do curral de pesca no rio, a camboa; pescador de camboa (entrevistado durante o Projeto) em momento quando esclarecia a mudança na confecção das jangadas, com uso de isopor.....	205
Figuras 168 e 169 - Comércio de boias, coco, água e galeto na via AL 101 Norte.	205
Figura 170 - Organograma em rede do bairro de Pescaria.	207
Figuras 171 e 172 - Salvador Marques e Manuel Almeida, fazedores de doce de caju de Ipióca, em seus ambientes de trabalho.	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A. C. Simões	Aristóteles Calazans Simões
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AMORJAC	Associação de Moradores do Conjunto Jacarecica
APA	Arquivo Público de Alagoas
APP	Áreas de Preservação Permanente
ASFOPAL	Associação dos Folgedos Populares de Alagoas
CASAL	Companhia de Saneamento de Alagoas
CESMAC	Centro Universitário Cesmac
CLUPEAL	Associação de Pesca de Alagoas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBEL	Companhia Beneficiadora de Lixo
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Alagoas
CTEC	Centro de Tecnologia
DEHA	Programa de Pós-graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado
EMATUR	Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR)
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FUNAI	Fundação Nacional do Índios
FUNDEPES	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCROM	<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i> ou Centro de Roma
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC-AL	Inventário Nacional de Referências Culturais em Alagoas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LUA	Legião Universitária de Alagoas
MEP	Núcleo de Estudos de Morfologia dos Espaços Públicos
MinC	Ministério da Cultura

MISA	Museu da Imagem e do Som de Alagoas
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGRHS	Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos e Saneamento
PSIC	Programa Semente de Iniciação Científica
RA	Região Administrativa
SECULT/AL	Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas
SEDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
SINDUSCON-AL	Sindicato da Indústria da Construção de Alagoas
SMCCU	Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano de Maceió
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SR	Superintendência Regional
UEPs	Unidades Especiais de Preservação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIBAS	Universidade da Basilicata
ZE	Zona Especial
ZEP	Zona Especial de Preservação
ZIAP	Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico 5 e 6
ZIT	Zona de Interesse Turístico
ZR	Zona Residencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FRAGMENTOS DA HISTÓRIA REVELANDO CONHECIMENTOS E PRÁTICAS	33
2.1	<i>O doce sabor da conquista colonizadora – aproximar, civilizar, prosperar.....</i>	<i>33</i>
2.2	<i>A expansão da parte sul da Capitania de Pernambuco (atual litoral norte de Alagoas) e suas águas e matas de pau-brasil.....</i>	<i>51</i>
2.3	<i>Os engenhos e as suas “margens” em ocupação</i>	<i>66</i>
3	PRESSUPOSTOS CULTURAIS E SIMBÓLICOS NA OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DE MACEIÓ	81
3.1	<i>O litoral norte de Maceió como espaço de praia e de referências culturais</i>	<i>81</i>
3.2	<i>Os reflexos do patrimônio cultural sedimentado nesse litoral</i>	<i>112</i>
4	OS ANTIGOS BAIRROS DE PRAIA HOJE INTER(AGENTES) COM O MERCADO IMOBILIÁRIO / EXPANSÃO TURÍSTICA / REFERÊNCIAS CULTURAIS	139
4.1	<i>Da ressonância na espacialidade arquitetônica, urbanística e paisagística.....</i>	<i>139</i>
4.2	<i>Da antiga praia à nova centralidade de Cruz das Almas</i>	<i>157</i>
5	À GUIA DE CONCLUSÃO	186
	REFERÊNCIAS	222
	APÊNDICE A – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS MUDANÇAS IDENTIFICADAS NOS BENS INVENTARIADOS	234
	APÊNDICE B – QUADRO SÍNTESE POTENCIALIDADES/PROBLEMAS /DIRETRIZES.....	247
	ANEXO A – INFOGRÁFICOS PRODUZIDOS PELA EQUIPE SÍTIO 3 INRC/AL ..	251
	ANEXO B – MAPAS TEMÁTICOS PRODUZIDOS PELA EQUIPE SÍTIO 3 INRC/AL	256
	ANEXO C – RELAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS POR CATEGORIA PELA EQUIPE SÍTIO 3 INRC/AL E AUTORA	261

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema aqui tratado se dá pelo contato profissional mantido com a área, desde o acompanhamento como gestora pública¹ no campo da preservação do patrimônio cultural no Estado de Alagoas, de vários processos de Tombamento do Patrimônio Material e de Registro dos Bens de Natureza Imaterial; bem como da participação na elaboração da legislação estadual de proteção do patrimônio imaterial. Também pela experiência com a coordenação do processo inicial que deu origem ao **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**² e como pesquisadora membro da equipe que elaborou a instrução do processo de registro como patrimônio nacional para o bem alagoano: o saber-fazer o Bico e a Renda Singeleza³. Essas experiências trouxeram momentos de reflexões e questionamentos que suscitaram o desejo de aprofundamento quanto à efetiva preservação do patrimônio cultural através dos instrumentos legais – tombamento e registro – que incidem sobre os bens de natureza material e imaterial e de como estes se articulam em prol da efetiva tutela do patrimônio cultural brasileiro. Tais inquietações resultaram no desenvolvimento da pesquisa anteriormente desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado

¹ Entre os anos de 2004 e 2015, a autora esteve à frente do órgão de preservação do patrimônio cultural estadual da Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas.

² O **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas** foi financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com contrapartida do Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT/AL), também gestora do projeto. Teve como executor acadêmico a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e executor administrativo-financeiro a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES). Iniciou em 2015 e foi finalizado em 2017. O referido projeto foi um modelo piloto implantado no Brasil, por contemplar todos os municípios do Estado.

³ O referido processo encontra-se, hoje, também em avaliação como patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), após a descoberta da ocorrência da fabricação na Itália, com o nome *Puntino ad ago*. Ressalta-se ainda que, por iniciativa da Prof.^a Dr.^a Josemary Ferrare (FAU/UFAL), foi instituído acordo de cooperação entre as universidades dos países Brasil (UFAL), e Itália (Università degli Studi della Basilicata – UNIBAS), visando a continuidade da pesquisa sobre a territorialização do bem com o objetivo de formular o Dossiê de Registro dos dois bens (Singeleza e *Puntino ad ago*) junto a UNESCO. O acordo promoveu a visita à Maceió, em abril de 2015, de duas antropólogas (Vita Santoro e Antonella Iacovino) da Universidade da Basilicata para averiguar a hipótese da transmissão do saber-fazer do *Puntino* = Singeleza ter se dado por imigração de latronicheses para o Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial. A autora tem participado das ações de salvaguarda e pesquisa envolvendo o reconhecimento do Bico e Renda Singeleza como patrimônio cultural desde 2004, quando foi elaborado o Projeto (Re)Bordando o Bico Singeleza em parceria com a Prof.^a Dr.^a Josemary Ferrare (FAU/UFAL).

DEHA/FAU/UFAL⁴, e instigaram maiores compreensões como consequência às primeiras investigações empreendidas no mestrado.

Também as discussões iniciadas pela comunidade residente no litoral norte de Maceió⁵, após as alterações no **Plano Diretor de Maceió**, em 2005, que possibilitaram a especulação imobiliária e a construção de edificações residenciais com até 20 pavimentos, suscitou novamente o desejo em aprofundar o tema, retomando a análise da política de preservação diante dos efeitos desse processo de transformação do tecido urbano, no patrimônio cultural de natureza⁶ material e imaterial da região.

Sendo assim, esta tese de doutorado tem como objetivo, refletir sobre os bens culturais de natureza imaterial identificados no litoral norte de Maceió, verificando seus reflexos na materialidade que se imprime na configuração urbana e arquitetônica do lugar, com vistas à sua preservação frente ao assédio da expansão imobiliária.

Como ponto de partida à investigação, buscou-se o entendimento da ocupação e desenvolvimento do território alagoano e de sua formação cultural. Para tanto, foram revisitados autores alagoanos consagrados como Craveiro Costa, Manuel Diégues Júnior, Moacir Sant'ana, Ivan Fernandes Lima, entre outros, com destaque para Dirceu Lindoso⁷, narrador das lembranças dos engenhos alagoanos do litoral norte do Estado. Através de um *continuum* histórico, esboça-se uma interpretação da cultura alagoana, sintetizada na imagem da “ilha” e seus elementos de ambiguidade, da natureza “anfíbia” da gente alagoana. Para um contorno teórico que permitisse ampliar a compreensão sobre o tema, relacionando-o a outros fenômenos, procurou-se contextualizar a formação social brasileira através das observações de Manoel

⁴ A dissertação intitulada “**Saberes e Fazeres**” em casos de Tombamentos e Registros da **práxis preservacionista nacional em Alagoas: contribuição ou uma questão de interpretação?** foi defendida e aprovada em abril de 2014 sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Josemary Ferrare.

⁵ Considera-se como litoral norte o estabelecido no **Plano Diretor de Maceió** como Região Administrativa (RA) – 08, que compreende Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipióca.

⁶ Embora seja um termo polissêmico “natureza” será aqui utilizado como sinônimo de característica, dimensão, categoria. Contudo, optou-se por mantê-lo em razão da definição que consta na Constituição Federal de 1988, no *caput* do art. 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de **natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto [...] (BRASIL, 1988, grifo nosso).

⁷ O alagoano Dirceu Lindoso é jornalista, tradutor, poeta, romancista, antropólogo, etnólogo e historiador. Doutor *Honoris Causa* pela UFAL, “[...] profundo conhecedor, desbravador e disseminador da cultura e do pensar sobre Alagoas, sobre nossa gente, sobre nossa aura” (UFAL, 2011).

Maurício de Albuquerque sobre as relações de produção escravistas, enquanto a Cícero Pérciles de Carvalho coube o olhar sobre a história econômica alagoana, ambos ancorados em uma extensa pesquisa histórica. Josemary Ferrare também colabora com o entendimento sobre as estratégias de ocupação colonizadora no litoral de Alagoas, caminhos traçados pela fé, espacializados em um rico e detalhado material que aguça os sentidos e conduz a ensinamentos sobre intencionalidade ideológica e apropriação do “lugar” por populações.

Sobre as manifestações culturais mais representativas e o seu reflexo no espaço físico da área em estudo foram consultadas as referências bibliográficas produzidas durante o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁸ em Alagoas, intitulado como **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas – Sítio 3**, pois visando a sua operacionalização, e tendo como base as regiões administrativas, o Estado foi dividido em 3 grandes áreas, denominadas de Sítios. O **Sítio 3**⁹, do qual a autora fez parte, ficou responsável por Maceió e Região Metropolitana. De acordo com o **Manual do INRC** (2000, p. 33), “Essas áreas não são categorias estritamente *espaciais*, no sentido físico do termo, mas correspondem à implantação de modos de vida, à percepção de fronteiras, à elaboração de regras de conduta e criação de valores”. Nesse sentido, o conceito de sítio é compreendido enquanto “configuração socioespacial”, podendo ser reconhecido em diferentes escalas. Diante do grande número de bens inventariados, fez-se necessário um recorte para investigação mais aprofundada pela autora. A escolha se fez, considerando a representatividade apontada pela comunidade, associada à importância para a compreensão do contexto histórico e social, seu reatamento na configuração urbana, arquitetônica e paisagística da área em estudo. A relação sistematizada de todos os bens inventariados consta nos anexos, salientando-se que os dados aqui apresentados foram autorizados pela 17^a SR/IPHAN/-AL para uso da pesquisa em questão

⁸ O INRC faz parte do **Programa Nacional de Patrimônio Imaterial**, criado pelo **Decreto nº 3.551/2000**, que instituiu o **Registro dos Bens de Natureza Imaterial**.

⁹ Também compunham a Equipe Sítio 3 a Prof.^a Dr.^a Josemary Omena Passos Ferrare (coordenadora), Sandra Nunes Leita (vice-coordenadora), Arrisete Cleide de Lemos (pesquisadora sênior), Cynthia Nunes da Rocha Fortes (pesquisadora júnior), Nímia Braga Duarte (fotógrafa), Sirley Roberta dos Reis Toledo (pesquisadora), Rafaela Cristina dos Santos Carvalho (pesquisadora).

O INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais de grande abrangência e complexidade, capaz de “levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação” (IPHAN, 2000, p. 7). A metodologia utilizada para o INRC¹⁰ foi desenvolvida pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, por solicitação do Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN, e formalizou-se pela produção de extenso banco de dados com fichas, questionários e anexos, permitindo um amplo levantamento de informações, identificação e localização de documentos e referências sobre os bens pesquisados¹¹. O protocolo adotado pelo INRC se desenvolve em planos de complexidade crescente, em três etapas, correspondendo a níveis sucessivos de aproximação: levantamento, identificação e documentação. De caráter etnográfico, utiliza-se da noção ampliada e processual de cultura¹² definido pela Antropologia, que incorporou novos condicionantes no campo preservacionista, colaborando com as transformações ocorridas quanto às referências conceituais que marcavam o fim do século XX.

Também foram consultadas as atividades de levantamento de fontes documentais, bibliográficas e audiovisuais¹³, além dos infográficos produzidos pela **Equipe Sítio 3** e os relatórios referentes às localidades encontradas na área de

¹⁰ A referida metodologia utilizada para o INRC foi consolidada “a partir de experiências anteriores em núcleos históricos tombados e aplicada, em caráter experimental, na área do Museu Aberto do Descobrimento, no sul da Bahia. Foi também utilizada para instrução do primeiro processo de Registro, o do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES), bem de natureza imaterial inscrito no Livro dos Saberes em 2002” (FONSECA, 2006, p.13).

¹¹ Os bens pesquisados seguem as categorias estabelecidas pelo Decreto nº 3.551/2000: celebrações, formas de expressão, ofícios ou modos de fazer, edificações e lugares. Os questionários de entrevistas são diferenciados, portanto, de modo que os “campos” a serem preenchidos são adaptadas à natureza do bem.

¹² Em sua dissertação de mestrado intitulada “**Saberes e fazeres**” em casos de tombamentos e registros da *práxis* preservacionista nacional em Alagoas: contribuição ou uma questão de interpretação? a autora (2014), explorou o entendimento do conceito de cultura e das suas variações no tempo e no espaço, apontando as colaborações da antropologia para com a amplitude do seu conceito e de como este fenômeno colabora com as ações de preservação do patrimônio cultural atualmente.

¹³ Tanto do acervo audiovisual produzido durante a pesquisa de campo, quanto do material proveniente das pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), Arquivo Público de Alagoas (APA) e Cartório do 4º Distrito de Ipióca. Segundo a metodologia do INRC, o acervo audiovisual deve complementar os questionários de identificação, servindo também para ilustrar a narrativa.

interesse, objetivando o conhecimento e análise das referências culturais apontadas. Especial atenção foi dada aos questionários de identificação, que sintetizam as entrevistas realizadas no trabalho de campo pela equipe executora e pela autora, como importante fonte de compreensão do universo pesquisado. De caráter qualitativo, os questionários, ao permitir tratar as questões como conjuntos abertos que vão sendo construídos no decorrer da pesquisa, possibilitam a descrição dos bens, através da observação *in loco* e da inter-relação dos pesquisadores com os entrevistados. Estes, segundo a metodologia do INRC, são indicados pela própria comunidade, sobretudo quando perguntada sobre informantes que poderiam colaborar acerca dos bens inventariados. De acordo com o IPHAN (2000, p. 8), os moradores devem ser tratados “[...] como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais da sua preservação” (IPHAN, 2000, p. 8). Com efeito, buscando compreender os múltiplos sentidos que a comunidade constrói em torno e a propósito das estruturas de “pedra e cal” e da paisagem natural, foi feita uma imersão nos questionários de entrevistas, para a percepção de sentidos e valores que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas sociais que, de acordo com Lindoso (2005), se apresentam sob a forma de símbolos, costumes e usos que se submetem às condições de um processo cumulativo – a história. Em rigor, a opção metodológica pela análise dos questionários do INRC – **Sítio 3**, se deu pelo entendimento de que “O ato de apreender ‘referências culturais’ pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas como também a elaboração de relações entre elas, e a construção de sistemas que ‘falem’ daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo” (LONDRES, 2000, p. 14). Buscando visualizar os sistemas em suas inter-relações, foram elaborados pela autora organogramas dos bairros em estudo, apresentados ao longo do texto, evidenciando o intercâmbio entre as manifestações, além de quadros demonstrativos sobre as mudanças identificadas com relação aos bens inventariados e que sintetizam as principais potencialidades, problemas e possibilidades para intervenções (vide Apêndice).

Conjuntamente, alguns estudos acadêmicos empreendidos na área pesquisada, a exemplo de Lopes (2019), Santos et al. (2016) e Duarte et al. (2018), serviram como suporte, colaborando com a avaliação das transformações ocorridas,

sobretudo, no bairro de Cruz das Almas, o primeiro do elenco de bairro do litoral norte de Maceió a ser dilatado pelo transbordo do perímetro urbano adensado.

Sobre o discurso político para a preservação do patrimônio no Brasil contribuem Antônio Nogueira (2005, 2007), Leonardo Castriota (2009, 2011) e Mário Ferreira de Pragmácio Telles (2010), bem como as legislações brasileiras e argumentações orais e textuais de experiências preservacionistas instituídas. Todas estas acrescentam argumentos que enriquecem o desenvolvimento da abordagem.

No que diz respeito ao recorte espacial, foi imprescindível a leitura de Andreas Krell (2008) e sua produção sobre desenvolvimento sustentável e os instrumentos legais que incidem sobre o litoral norte de Alagoas. Os documentos produzidos pelos movimentos sociais e entidades a estes vinculados também foram considerados como fontes desta pesquisa, visto o envolvimento das comunidades com relação a ações propositivas apresentadas ao poder público.

Nesse sentido, os argumentos foram costurados com fios que se entrelaçam, unindo fragmentos de uma história em desalinho, com pontos que bordam reflexões no sentido de contribuir com a produção de conhecimento a favor da preservação do patrimônio cultural e ambiental brasileiro em áreas que foram alvo de vetores de expansão do mercado imobiliário. Decorrentemente, no presente trabalho, serão apresentadas cinco seções, das quais inclui esta Introdução, que se desfiam sob os seguintes enfoques:

A seção 2, **Fragmentos da história revelando conhecimentos e práticas**, apresenta referenciais históricos, aprofundando o entendimento sobre o processo de conquista e expansão do território litorâneo, enquanto parte sul da Capitania de Pernambuco, correspondente ao atual litoral norte de Maceió, que compreende os bairros de Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipióca, conforme definido pelo **Plano Diretor de Maceió** vigente. A partir das matas de pau-brasil e dos engenhos como testemunhos sociais, econômicos e culturais que no território se sedimentaram, procurou-se investigar as formas peculiares do criar, fazer e viver. Costumes específicos que transcendem o espaço em sua materialidade, mas mantém os laços simbólicos e afetivos criados com o meio no qual interagem, configurando-se em bens culturais coletivos e que, por esse motivo, devem ser preservados.

Convém ressaltar que nessa sessão, as assimetrias sociais e econômicas relacionadas à produção escravista dominante durante a formação social brasileira, aparecem como pano de fundo, possibilitando uma leitura, ainda que parcial, do fenômeno de ocupação da área em estudo. Entende-se assim, que a dinâmica de ocupação e uso do território foram decisivos para a consolidação de práticas, sentidos e valores, vistos aqui como inerentes ao território em sua materialização e que, por esse motivo, destacam-se como importante objeto de investigação.

Na seção 3, **Pressupostos culturais e simbólicos na ocupação do litoral norte de Maceió**, trata da relação que se estabeleceu entre as práticas culturais e o espaço físico associados à produção e reprodução das manifestações tradicionais que ainda hoje se encontram ali materializadas. Do patrimônio cultural no litoral norte de Maceió, considerando as relações estabelecidas entre os grupos sociais e seu território, com vistas a permitir uma adequada compreensão dos processos de formação histórica e transmissão de bens culturais de forma geracional. Destaca-se ainda a relevância cultural e socioeconômica de tais práticas, identificando as suas permanências, rupturas e transformações, em fontes historiográficas e no inventário realizado pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, bem como em entrevistas realizadas pela autora, em momentos posteriores, seguindo a metodologia adotada pelo INRC. É importante ressaltar que a aplicação do referido método, segundo recomendação do IPHAN (2000), exige equipes técnicas qualificadas e de formações diversificadas, preferencialmente da área das ciências sociais, sob acompanhamento e supervisão direta e permanente pelo Instituto. A experiência demonstrou que o grande número de fichas, questionários e anexos, permitiram um amplo levantamento de dados, identificação e localização de documentos e referências sobre os bens pesquisados. Embora “exaustivo”, no que concerne à repetição de algumas informações¹⁴, resultou em rico material com potencial para as instruções dos registros, mas, sobretudo, como “[...] interlocução institucional e mobilização das comunidades e grupos em torno da organização de suas demandas em relação à proteção do patrimônio cultural.” (VIANNA, 2000, p. 21), colaborando ainda com as estratégias políticas de preservação e de mercado

¹⁴ “Para ser exaustivo, um inventário deve ser sistemático, ou seja, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituir-lo” (IPHAN, 2000, p. 28).

associados ao patrimônio nos meios sociais envolvidos. Para tanto, é imprescindível que se faça a disseminação do conteúdo do INRC, permitindo ainda, desdobramentos em outras áreas do conhecimento. Ainda de acordo com o IPHAN (2000), deve-se proceder à ampla divulgação, por diversos meios (exposições, publicações impressas e documentos multimídia, programas de educação etc.), retornando, inclusive, à população envolvida para submissão de críticas e contribuições. Contudo, até o presente¹⁵, não foi feito nenhum tipo de divulgação dos resultados obtidos, até o momento¹⁶, por parte das instituições envolvidas, de modo que esta tese se constitui como um dos poucos meios de exposição do inventário realizado na área.

A seção 4, **Os antigos bairros de praia hoje inter(agentes) com o mercado imobiliário / expansão turística / referências culturais**, aborda a ressonância do patrimônio cultural – de natureza material e imaterial – na espacialidade arquitetônica, urbanística e paisagística de Maceió, após as transformações no tecido urbano e sua expansão para o litoral norte. Desde a demanda do público de residentes e turistas que procuram os benefícios da moradia e do lazer à beira-mar, seguido das alterações no **novo Código de Urbanismo e Edificações de Maceió**, de 2007, que permitiu a construção de edificações verticais de até 20 andares, tendo o bairro de Cruz das Almas envolto pelo limite urbano e, portanto, como cenário de perspectiva semelhante para os demais bairros do litoral norte de Maceió, e de rupturas nos meios, físico e cultural. Pretende também, refletir sobre os “contra-usos” praticados pelas comunidades, a atribuição de sentidos e de seus reflexos no “concreto e com elementos do concreto”, pois, de acordo com o IPHAN (2000, p. 29): “não é inerente à natureza de tais objetos, práticas e lugares o fato de serem associados à identidade”. Ou seja, se o sentido patrimonial não é explícito em sua materialidade, não “aflora à consciência dos atores sociais”, como preservá-lo? Como garantir a continuidade das referências culturais em novas centralidades, com as alterações que se impõem ao suporte tangível onde se sustentam e configuram-se as imagens de si e de outrem?

¹⁵ Dois anos e quatro meses após a entrega dos conteúdos e produtos finais pelas equipes executoras dos 3 Sítios.

¹⁶ Segundo a Superintendência do IPHAN em Alagoas, a última etapa do **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, que consiste na devolução dos resultados à comunidade (através de publicação impressa, documentos multimídia e ações de salvaguarda), prevista para ser iniciada em abril deste ano. Ainda aguarda liberação do Governo do Estado de Alagoas, através da SECULT/AL, órgão executor do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas.

Por fim, pretendeu-se discutir a política de preservação diante do resultado das ações de tombamento de bens cuja dimensão imaterial se sobressai aos aspectos materiais, inserindo a noção ampliada de patrimônio cultural; além dos instrumentos legais e mecanismos de preservação, considerando a atual política de preservação com relação aos anseios da comunidade residente. Procurou apontar os meios que possibilitem um olhar capaz de associar os instrumentos legais de preservação cultural (tombamento e registro), além dos mecanismos jurídicos municipal, estadual e federal que normatizam a política de desenvolvimento urbano em Maceió, visando uma preservação mais efetiva do litoral norte e do *continuum* histórico que ali se materializou. Objetivou, ainda, identificar as condições, problemas e desafios para sua continuidade, sobretudo, considerando a expansão imobiliária que vem marcando a paisagem com edificações verticalizadas, até então inexistentes, mas que agora irrompem para os demais bairros do litoral norte de Maceió, para além de Cruz das Almas.

Diante desse cenário, cabe refletir que o século XX se destacou pela ampla adesão que ampara a discussão conceitual e metodológica sobre as políticas de preservação, cujo direcionamento foi pautado pelas orientações das organizações internacionais dedicadas à salvaguarda dos bens patrimoniais; tais como a UNESCO¹⁷ que conduziu as diretrizes sobre a preservação, auxiliada por outros organismos internacionais como o ICCROM¹⁸ e o ICOMOS¹⁹, que complementam a sua atuação. A crescente importância dada às questões do patrimônio cultural pode ainda ser demonstrada através dos diversos documentos internacionais elaborados sobre o tema como a **Carta de Atenas**, a **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural** da UNESCO, o **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, a **Declaração sobre a diversidade cultural** e a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

A partir dos instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações internacionais delineados nas últimas décadas, os Estados passaram

¹⁷ A UNESCO foi criada em 1945.

¹⁸ No original, International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property, ou Centro de Roma, é uma organização intergovernamental instituída em 1959.

¹⁹ O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios é uma organização internacional não governamental, fundada em 1965.

a elaborar suas políticas públicas para proteção do patrimônio cultural, delimitando o que seria objeto de sua proteção. Ainda que não houvesse critérios universais que estabelecessem os pontos que deveriam ser observados quanto à classificação do bem como cultural, todos os conceitos consideravam a importância ou representatividade do bem em relação ao seu povo, a sua cultura e a sua história, ou seja, à identidade.

Nesse primeiro momento, início do século XX, a formulação do pensamento preservacionista estava diretamente associado ao patrimônio material ou tangível, limitando-se aos bens móveis e imóveis, pois o reconhecimento enquanto patrimônio, além do significado cultural também aditava um significado jurídico. Preservar era o mesmo que “tombar”. Essa concepção advém da própria “gênese político-ideológica da atitude preservacionista”, como registra Ferrare (1996, p. 33) ao analisar a evolução das ações de conservação na França no final do século XVIII, somando um terceiro elemento à relação simbiótica: preservar se identificando também com a ideia de constituição de Nação.

Contudo, apresentou-se bastante evidente que nos últimos anos, a inserção do chamado patrimônio imaterial ou intangível redirecionou as discussões no âmbito do patrimônio cultural e da amplitude do seu conceito. Segundo Castriota (2011), isto se dá porque a questão que se centrava no **como** conservar – restringindo a preservação à conservação da matéria em si, como o comportamento dos materiais e sistemas estruturais, as causas e mecanismos de deterioração, a eficácia a longo prazo dos tratamentos – teve que se deslocar necessariamente para o âmbito do **que conservar** e do **porquê conservar**. Nesse sentido, importa também a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados aos bens materiais e sua “rede intangível de significados” e não apenas a sua materialidade.

A recente constatação de que o substrato imaterial subjacente deve “ancorar” o patrimônio material para que este não se torne uma “categoria social vazia” se “extirpado de seus valores culturais imateriais” representa uma verdadeira revolução do pensamento sobre o patrimônio cultural, iluminando as matrizes de valoração presentes nos instrumentos de preservação (CASTRIOTA, 2011, p. 58).

Importante se faz também ressaltar a instrumentalização do patrimônio na atual gestão urbana, principalmente quando se relaciona a novas condições de centralidades. Segundo Scifoni (2015), essa questão ainda é pouco evidenciada no

debate acadêmico, considerando uma leitura crítica sobre políticas públicas de preservação, sintonizadas com projetos de requalificação urbana e com a nova condição de centralidade da cultura. Sendo assim, diante do grande número de pesquisas empreendidas na área, não se pretende problematizar o conceito de centralidade, mas abordá-lo considerando a “[...] necessidade de superação da rígida dicotomia centro-periferia, relativizando-a a partir da operacionalização do conceito de bairro como espaço vivido e sentido, como lugar” (SERPA, 2017, p. 103).

Operações urbanas como novas estratégias de reprodução do espaço são geralmente tratadas como mecanismo de valorização, pois reproduzem a lógica capitalista do mercado imobiliário, excluindo o processo dinâmico e histórico que se faz importante na formação e consolidação de centralidades.

Diante desta realidade, qual deve ser a forma de alcance das políticas de preservação? Se as intervenções realizadas não consideraram as diferenças²⁰ do espaço vivido e sentido, não reconhecem o patrimônio cultural em sua materialidade, como o caso da Praça Ganga Zumba, no bairro de Cruz das Almas, um dos exemplares a citar dentre ocorrências nos bairros do litoral norte de Maceió. O que dizer dos aspectos imateriais associados ao espaço urbano?

Percebe-se ainda comum o entendimento do patrimônio em seu sentido limitado, associado à “pedra e cal”, resultado do Decreto-Lei n.º 25, de 30/11/1937, promulgado em pleno Estado Novo e que permanece em vigor até hoje, reafirmando em seu bojo um conceito de patrimônio restrito aos fatos memoráveis da história e o valor excepcional do bem. Em rigor, as manifestações culturais de natureza intangível, tais como danças, costumes, folclores, línguas etc., só foram contempladas na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, no art. 216 (BRASIL, 1988):

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

²⁰ De acordo com Serpa (2017, p. 103): “A noção de centro-periferia dá conta das desigualdades, mas não das diferenças. A distinção entre ambas é importante, porque a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global; e a diferença, *stricto sensu*, o é no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização”.

- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Muito embora, os reflexos das mudanças se fizeram sentir no campo jurídico-político com a **Constituição Federal Brasileira de 1988** e a inserção dos bens culturais de natureza imaterial, as novas orientações constitucionais só resultaram em ações mais concretas a partir da década de 1990, quando foi instituído o **Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**, com vistas à regulamentação do acautelamento do patrimônio cultural imaterial especificamente. O resultado produzido pela Comissão originou o **Decreto nº 3.551**, em 4 de agosto de 2000, e instituiu o **Registro dos Bens de Natureza Imaterial** e o **Programa Nacional de Patrimônio Imaterial**, sendo válido destacar que o relatório final apresentado ressaltou a complexidade das questões inerentes à dinâmica processual dos bens de natureza imaterial. Em virtude disso, apontou a necessidade de se promover a identificação, inventário e registro para conhecimento das manifestações culturais passíveis de registro, enquanto o **Decreto-Lei n.º 25/1937**, propõe como medida de salvaguarda do patrimônio material o instrumento do Tombamento.

Não obstante, percebe-se que a construção histórica da noção de patrimônio no Brasil acabou por resultar na divisão do patrimônio cultural em categorias: “[...] as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida em material e imaterial” (CHUVA, 2012, p. 147). A instituição de legislações diferenciadas, Tombamento quando se trata do patrimônio material e Registro para os bens de natureza imaterial, acabaram por reforçar uma falsa e inviável divisão. Dessa forma, a estruturação das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil tem se pautado na distinção da natureza dos objetos e decorrentemente culmina por segmentar o patrimônio em dois setores. A aplicação de projetos e ações são assim pensados de forma desarticulada, comprometendo a eficiência dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural.

A consciência dessa ruptura talvez esclareça a dificuldade que se verifica ainda hoje, em empreender ações práticas que articulem as instâncias material e imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Considera-se, dessa forma, que as transformações operadas no conceito de cultura demoraram a encontrar ressonância

nas políticas públicas de preservação do patrimônio e ainda mais nas operações urbanas de caráter espacial mais amplo.

Convém ainda ressaltar que os esforços até então empreendidos para a definição de novos valores e novos interesses, foram significativos e promoveram a criação de uma legislação brasileira específica destinada à preservação do patrimônio imaterial, mas não extinguiram os velhos modelos de gestão voltados para o modelo tradicional pautado na conservação dos exemplares testemunhos da história “oficial”. Efetivamente, ainda é possível notar, com certa frequência, comportamentos superados do ponto de vista conceitual, o que vem a questionar a ideia de cultura que foi apropriada pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural.

Contudo, as novas práticas implementadas pelas políticas públicas com a criação de instrumento jurídico específico à preservação dos bens de natureza imaterial deslocaram o foco do “objeto”, ou seja, da materialidade, fruto da criação humana, para as relações sociais ou simbólicas atribuídas aos bens imateriais. Observa-se assim, que essa moderna noção antropológica de “cultura” favoreceu o distanciamento do estudo dos objetos materiais, deixando em segundo plano a especificidade formal e do suporte físico ao qual se confere o significado (GONÇALVES, 2005). O que veio a comprometer, por via de consequência, o reconhecimento do valor patrimonial consolidado no contexto urbano. Sobre esse entendimento, colabora Lima Filho e Silveira (2005, p. 2):

O objeto, ou a coisa mesmo, que circula enquanto algo praticado e ritualizado no corpo do social, mediante os atos que o fazem percorrer os complexos (des)caminhos da vida em sociedade, está repleto de sentidos e nexos compartilhados por aqueles que lhe atribuem valores e simbolismos, sendo que os mesmos emergem da própria experiência intersubjetiva das pessoas em interação entre si, e delas com o mundo. O objeto encerra sempre uma dimensão ético-estética, remetendo ao gesto humano de criar, confeccionar e operar com os mais variados objetos em lugares específicos.

Não obstante, o alargamento conceitual proposto pela antropologia, embora apresente uma maior integração entre as duas instâncias (material e imaterial) com vistas à convergência de estratégias que possam melhor atender às demandas de preservação do patrimônio cultural, parece não se estender à *práxis* da atual política de preservação do patrimônio cultural. Segundo discurso divulgado pelo IPHAN quanto às estratégias de preservação, as quais parecem “isolar” os bens de natureza imaterial com a justificativa da sua especificidade intangível: “[...] é com base na percepção da necessidade de diferentes estratégias de preservação para essas duas

dimensões do patrimônio cultural que foi possível buscar formas de salvaguarda adequadas à especificidade dos bens culturais imateriais” (IPHAN, 2010, p. 18).

Embora o IPHAN reconheça a suposta dicotomia conceitual sugerida pelas expressões “patrimônio cultural imaterial” e “patrimônio cultural material” (SANT’ANNA, 2003), ainda não se pode vê-lo refletido em ações factíveis e atuantes simultaneamente, ancorando-se as manifestações tradicionais aos seus espaços e contextos sociais de produção e reprodução. Entretanto, em se tratando do patrimônio material, não se vê no âmbito da preservação avanços significativos quanto à necessidade de salvaguardar as práticas, conhecimentos, crenças, valores, entre outros elementos intangíveis através da preservação da expressão material como edificações e sítios urbanos. White (2009) e Mauss (apud NOGUEIRA, 2005, p. 254) ratificam a constatação de que os atos e os objetos são a concretização do comportamento humano: “[...] quase todos os fenômenos da vida são traduzíveis pelos objetos materiais, por causa da suscetibilidade do homem de deixar seus traços sobre as cousas que fabrica”.

É nesse sentido, de reflexão sobre a necessária articulação entre os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural que se questiona a eficiência dos atributos legais em decorrência do interesse imobiliário em áreas em que as referências culturais simbólicas superam os valores materiais e tangíveis. Nesses casos, será possível garantir a preservação do patrimônio cultural a partir dos instrumentos legais vigentes? Tem parecido insuficiente.

A tese ora apresentada contextualiza, portanto, a discussão acerca das políticas de preservação hoje praticadas, elegendo como objeto de pesquisa o litoral norte de Maceió, que vem sofrendo pressões oriundas da comercialização do solo, sobretudo do que propicia vistas para o mar, tanto na planície, à beira-mar ou nos platôs da mata antiga, tolhida pelas construções que disputam ávidas em obter a melhor visada do mar.

Torna-se razoável deduzir que os “valores patrimoniais vinculados à ecologia, à história, à cultura e aos seus bens materiais e intangíveis” (SILVA, 2015, p. 1), que se estendem a esses bairros do eixo norte da cidade, serão afetados considerando a relação que se estabelece entre os sistemas simbólicos e o suporte físico que os referencia.

As incertezas incorrentes ao processo de crescimento da cidade em direção ao litoral norte, associado à permissão de construções verticais e a iminente revisão do **Plano Diretor**, desencadearam uma série de protestos, mobilizados, sobretudo, pelas redes sociais, a exemplo do “movimento de cidadania ativa, de participação popular e social” organizado pelos moradores e frequentadores do bairro da Garça Torta e do litoral norte, intitulado **Abrace a Garça**²¹.

Em decorrência das discussões suscitadas pelos diferentes grupos, entidades e representantes da sociedade civil, foram apresentadas ao poder público competente uma série de propostas visando “[...] um modelo de cidade não excludente, que ofereça condições de urbanização harmonizada à (sic) um projeto sustentável, que seja pautado na integração, no respeito à cultura, à história e ao meio ambiente, bem como no estímulo ao desenvolvimento local” (ABRACE, 2015, p. 2).

O documento “Propostas para Revisão do Plano Diretor de Maceió”, foi entregue ao Grupo Gestor dos Trabalhos de revisão do **Plano Diretor** do Município de Maceió e ao Conselho Municipal do **Plano Diretor** de Maceió, em 13 de outubro de 2015, subscrito pelas entidades: Movimento Abrace a Garça, Associação de Moradores e Proprietários do Loteamento Ipiópolis, Associação dos Moradores e Amigos da Grota do Andraújo, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas e Associação de Moradores do Conjunto Jacarecica (AMORJAC). O **Movimento Abrace a Garça** também elaborou o Projeto “A Garça que queremos”²², discorrendo também sobre propostas a serem contempladas pela revisão do **Plano Diretor de Maceió**. Dentre as solicitações apontadas destaca-se a criação de Unidades Especiais de Preservação (UEPs) em Ipioca, Riacho Doce e Graça Torta, além da implementação da Zona Especial de Preservação (ZEP) de Guaxuma-Ipioca.

Objetivando ainda a preservação dos “vários aspectos do lugar”, ancorados no “valor comunitário dos bairros” evidenciados pela “história oral, fonte cada vez mais cara aos que trabalham o espaço, considerando as pessoas” o documento “Garça

²¹ O movimento “Abrace a Garça” foi criado em outubro de 2014, integra moradores e amigos do bairro em alerta permanente para com a infraestrutura do bairro e, atualmente, também promove discussão e ações que esclareçam aos moradores os impactos trazidos pela fúria imobiliária em curso na área do bairro e adjacências. A *fan page* <<http://abraceagarca.com>> possui mais de 3.700 seguidores. Disponível em: <<http://abraceagarca.com>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

²² De acordo com o documento em questão, as propostas foram definidas em oficinas com moradores reunidos em cinco localidades: balança de pescadores da Garça Torta, a Grota do Andraújo, a Jurubeba, Escola Estadual Eduardo Almeida e Praça São Pedro.

Torta & Riacho Doce: franja de litoral entre dois riachos”, elaborado pela Prof.^a Dr.^a Maria Angélica da Silva (FAU/UFAL), apresentou à Fundação Municipal de Cultura argumentos que justificam o tombamento de trechos dos bairros.

A partir de uma perspectiva ainda pouco explorada parece-nos possível identificar algumas motivações que justifiquem a expansão do mercado imobiliário para o litoral norte: a diminuição de oferta e o conseqüente aumento dos preços praticados em outras áreas do litoral, dentro do perímetro já adensado da cidade, como os bairros da Ponta Verde, Pajuçara e Jatiúca; os atrativos paisagísticos com possibilidade de vista para o mar em dois patamares (nível do mar e topo da encosta/barreira); abertura de novas vias como alternativa para o fluxo, que diminuíram a distância entre o litoral norte e o Centro, e o lançamento de novos empreendimentos privados que vem atraindo um público, que não se resume apenas aos turistas.

De acordo com Fonseca (2005, p. 11): “Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetam à paisagem, às edificações e objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças e hábitos”.

Desse modo, ao evidenciar a historicidade do litoral norte levantam-se para reflexões teóricas que ressaltam a cultura como um processo cumulativo, resultante de toda a experiência das gerações anteriores (LARAIA, 2009). Sob esse sentido, destaca-se também que é na voz e nas práticas corriqueiras dos moradores que se dá a devida apropriação do espaço.

Assim, a presente tese tem como pressuposto discutir a relação entre os bens culturais e o seu território com vistas a permitir uma adequada compreensão dos processos de produção, reprodução e transmissão do bem, em um contexto histórico que os referencia e distingue. Além de identificar as condições, problemas e desafios para a sua continuidade, considerando a expansão imobiliária que vem marcando a paisagem com edificações verticalizadas, até então, inexistentes.

Conforme indicado pela professora Maria Angélica Silva (2015, p. 1), são as “palavras vigorosas de seus habitantes” que ancoram, de fato, a solicitação de tombamento dos “valores patrimoniais vinculados à ecologia, à história, à cultura e aos seus bens materiais e intangíveis” nos bairros Garça Torta e Riacho Doce. Do valor comunitário e ambiental, das “formas de convívio dos habitantes do lugar”, tal

como se apresenta no dizer de D. Edna Constant, sobre a ambiência das casas e do sentido do morar nos primórdios de ocupação dos bairros contíguos:

No começo abrigava as redes, os anzóis e a fatecha [âncora de madeira e pedra], os remos, o samburá e a vela. O Pescador e a coragem de enfrentar o Mar! Abrigava camas de varas e as cobertas de retalhos coloridos para esquentar o frio nas horas do Terral. O banco tosco e comprido de madeira para o repouso da 'boca da noite'. O oratório com velas bentas e flores de papel para invocar São Pedro. A pequena mesa e tamboretas de várias serventias, tintos pela fuligem escapada da trempe do fogão a lenha das tibacas [cascas de coqueiro também usadas para fazer artesanato] dos coqueiros. A grelha de assar o peixe de cada dia. A barrica de farinha de mandioca para o pirão. O pote de barro para a água de beber. O purrão [pote grande] para a 'água de gasto'. Colheres de pau, ralador de coco, urupema. Pratos de barro, candeeiro de querosene, penico, baú de guardados. Encostado num canto da salinha, o tear para tecer as mais belas rendas do Nordeste – o filé – que o barro do chão e das paredes não ousa manchar! A almofada de fazer rendas e bicos com alegres bilros cheios de linha (D. Edna Constant, 2009, p. 8 apud SILVA, 2015, p. 10)

A via de investigação aqui pretendida reconhece que a participação dos sujeitos que mantêm e produzem os bens culturais deve ser considerada também para as demais localidades do litoral norte.

Vale ressaltar que as novas e altas construções que irrompem essa faixa litorânea estão envoltas em divergências legais que colaboram com o acirramento das discussões entre o poder público e os moradores. Contradizem legislações como a **Constituição Federal de 1988** no que se refere ao direito ao meio ambiente equilibrado e a sua manutenção para as gerações do presente e do futuro, bem como a **Constituição do Estado de Alagoas**, que segundo Andreas Krell²³ (2008 apud SILVA, 2015), foi um dos primeiros a introduzir a defesa ambiental em nível constitucional, em 1980. O art. 133 da **Constituição de Alagoas** confere ao Estado a defesa dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população, da qualidade ambiental do território, responsabilizando-se pela fiscalização e normatização da ocupação do litoral. Estabelece ainda que a implementação de loteamento ou projeto de urbanização deverá ser previamente aprovado por órgão estadual responsável pela proteção ambiental.

²³ Andreas Krell é graduado em Ciências Jurídicas e doutor em Direito. Atua hoje como professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), foi aprovado em concurso público em 1995, leciona a disciplina de Direito Ambiental e Constitucional.

Quanto ao novo **Código de Urbanismo e Edificações de Maceió** também há contradição deste com quase todos os “[...] princípios básicos das leis federais mais importantes sobre a proteção urbanístico-ambiental no Brasil [...]” (KRELL, 2008 apud SILVA, 2015, p. 33). Sob a ótica do direito internacional, a liberação do gabarito de prédios na beira-mar do Litoral Norte de Maceió fere a **Carta da Terra** (1992), a **Agenda 21**, a **Declaração de Johannesburgo** e de **Istanbul**. Ainda segundo o autor, não foram feitos estudos aprofundados sobre a orla marítima, conforme é exigido pela lei federal, para licenciamento ambiental, ou seja, a construção de prédios residenciais compromete a ambiência e as “formas de convívio” e a “diversidade de experiências sociais e culturais” da região, pois envolve todo um sistema ambiental que se equilibra nos movimentos da maré, influenciando negativamente a dinâmica das areias, ventos e oceanos (SILVA, 2015).

Espera-se portanto, que as reflexões resultantes deste trabalho auxiliem na compreensão das políticas de preservação quanto à complexa relação entre a sustentabilidade das condições ambientais e sociais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais a partir da proteção da materialidade que se consolida na paisagem urbana e que se relaciona com o cotidiano da população. Espera-se ainda atender ao desafio de contribuir com a *práxis* da política de preservação, considerando que todo produto humano pode ser digno de preservação, diminuindo a distância entre o patrimônio como monumento e as pessoas como suas criadoras, guardiãs e usuárias (LOULANSKI, 2006). Pretende-se assim, contribuir com os questionamentos acerca da preservação dos bens de natureza material que assumem características pertinentes à instância imaterial, tais como: a relevância coletiva, o caráter transitório da paisagem natural e o processo de expansão imobiliária, a ampla mobilização e a participação dos detentores dos bens a serem preservados. Exigindo, portanto, ações legais que articulem as duas instâncias do patrimônio cultural: a tangível e a intangível, no contexto urbano.

2 FRAGMENTOS DA HISTÓRIA REVELANDO CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

2.1 O *doce sabor*²⁴ da conquista colonizadora - aproximar, civilizar, prosperar

Campos verdejantes, cheiros fortes, fumaça, tachos de cobre, experiência e sabedoria vindas de “além-mar” para cultivar e fazer doces. Devagar, de forma tranquila e sem pressa, quase indolente. Assim, segundo Gilberto Freyre (2007), o açúcar foi moldando a alma do homem do Nordeste e construindo sua identidade. Fonte de riqueza, privilégio de nobres e abastados, tomou o lugar do mel no preparo dos pratos, cujas receitas atravessaram séculos e como tesouros preciosos, foram passadas de mãe para filha. Parte desta carga cultural ainda está muito presente no trecho correspondente aos bairros do litoral norte de Maceió.

Buscando avançar no aprofundamento do tema em questão, valerá a pena acompanhar de forma mais amiúde como se processou a ocupação e o desenvolvimento territorial da área em estudo. Através do levantamento dos dados históricos, pretende-se, nesta seção, colaborar com o entendimento da formação cultural que se construiu desde os primórdios da ocupação colonizadora; como as práticas e costumes foram sendo incorporados ao nosso cotidiano, visto que o litoral norte de Maceió se estruturou como espaço social a partir da capitania de Pernambuco, e se configura como via de entrada de influências e trocas culturais que remonta aos tempos de povoamento com a implantação dos engenhos e os motivos decorrentes da fixação do elemento humano à terra.

O fio que alinhava os acontecimentos tece uma rede de nós, em que intersecções se tencionam, constroem narrativas aqui expostas de forma não linear, metaforicamente associadas a pontos de um bordado; zig-zag, ponto atrás, entremeio, laçada, um caminho que se faz de rupturas, lacunas, contradições... Ponto a ponto,

²⁴ Ressalta-se que a expressão não propõe uma leitura apaziguadora do processo colonizador, mas de uma analogia metafórica com a cana de açúcar, sugerida por Gilberto Freyre (2007), na obra **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos, doces do Nordeste do Brasil**, tendo em vista a sua importância como fenômeno de cultura e das interpenetrações das marcas lusitanas, ameríndias e africanas. Considerou-se também o *sabor amargo*, pontuado pelas considerações de Manoel Maurício de Albuquerque (1981).

agulha e linha bordam fragmentos da história, reflexões e pensamentos, variantes e variados conforme as mãos ágeis do artesão, olhar atento do apreciador. Como uma colcha de retalhos, uma toalha de mesa que tem na manufatura da cana o princípio da sua tessitura, conta-se a trajetória do açúcar, produto que se tornou autônomo e importante na alimentação do homem, principalmente na Europa, estendendo-se pelas colônias no Oriente, na América e na Ásia.

Trazida ao Brasil pelos portugueses, após o cultivo bem-sucedido na ilha da Madeira²⁵, Cabo Verde, Açores e São Tomé, registra-se oficialmente a entrada da cana-de-açúcar no Brasil, em 1532, por Martim de Sousa, em São Vicente, embora, em 1526, conste o pagamento de imposto na alfândega de Lisboa sobre o açúcar produzido em Pernambuco. Freyre (2007) atesta que, em 1534, foi levantado em Pernambuco um engenho de açúcar e cerca de meio século depois, havia uma “legião” destes que ultrapassaram São Vicente em importância de produção. No mesmo ano de 1534, também fora criado o sistema de Capitânicas Hereditárias com o intuito de instalar os portugueses nos domínios “além-Atlântico” (MAGALHÃES, 1999, p. 5), das matas virgens a explorar, do solo fértil a inspirar, dos modos de vida a ensinar; e posteriormente revelador de uma relação de produção escravista e dominadora. É nesse contexto que o projeto de Colonização se confirma como concepção de uma representatividade política fundamentada na instalação oficializada da lei e da concepção legalista da metrópole portuguesa, confundindo-se com a implantação da atividade canavieira a impulsionar o nascente capitalismo comercial português.

Entrementes, após o Achamento, a Terra de Santa Cruz manteve-se por 30 anos como pouso, ancoradouro seguro, para os navios em caminho às Índias. Acredita-se que a ausência de atividades empreendedoras por parte da Coroa, pode ter sido motivada pelo “aparente” desconhecimento de metais valiosos tão procurados pelos navegadores, conforme mencionou Américo Vespúcio em seu relato e ainda Caminha em sua Carta que trata da Descoberta, também intitulada “Nova do

²⁵ De acordo com Freyre (2007), tudo indica que a cana chegou ao trópico a partir da ilha da Madeira, após o transplante vindo da Sicília a pedido do infante D. Henrique.

Achamento”²⁶: “Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos” (CAMINHA, 1500).

Para a antropóloga Léa Freitas Perez (2000), contudo, a tônica do texto aponta uma patente decepção, visível frustração, visto a ausência do cobiçado mineral. Segundo a autora, tal desencantamento motivou a elaboração do mito do paraíso terreal americano, sendo possível encontrar no texto da **Carta** os indícios dessa construção. Laços oportunamente atados entre meio ambiente e visão de mundo, por muitas vezes ainda a ser utilizado como processo de mudança, feito através da valorização.

As potencialidades naturais apontadas como possível empreendimento para a exploração comercial, assim como o destaque às qualidades ambientais e condições climáticas favoráveis à adaptabilidade ao povoamento e a fertilidade do solo são entendidos pela autora como parte de um necessário processo de “reencantamento”.

Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. **Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem** (CAMINHA, 1500, grifo nosso).

A renovação da crença do “paraíso sobre a terra” e o senso da “maravilha do mistério” são incorporados à ideia de fertilidade da terra, em que tudo pode crescer e frutificar. Percepções do meio ambiente físico, natural que pode ser transformado e, certamente, humanizado, nos moldes comportamentais em que entendiam a ação de humanizar. O comportamento “sereno” dos nativos, demonstrado na celebração do ritual de tomada de posse da terra nova, colabora com o ímpeto motivador, justificando inclusive a catequização, haja vista que

[...] seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. [...] E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e

²⁶ A expressão aparece logo no início na Carta de Pero Vaz de Caminha: “Senhor: Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a **nova do achamento** desta vossa terra nova [...]”. (CAMINHA, 1500, grifo nosso) e demonstra a importância do documento para com as primeiras impressões do território descoberto e da gente que o habitava. Para alguns historiadores, a Carta de Pero Vaz de Caminha seria equivalente à “Certidão de Nascimento do Brasil”. De acordo com Silva Castro (2001, apud FERRARE, 2014, p. 52): “Ela é documento e monumento. Para o Brasil, principalmente monumento”.

crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, **por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa** (CAMINHA, 1500, grifo nosso).

Na Carta de Vespúcio levanta-se ainda o desígnio divino como demonstração de dever para com a salvação cristã e chama-se a atenção para a inserção de um componente sutil a anunciar-se, o que se pode entender como uma segunda fonte de riqueza e, também de grande interesse da Coroa: “[...] o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (CAMINHA, 1500).

Conquanto, dentre as muitas ações de caráter desbravador iniciadas como reconhecimento e inspeção do território, percebe-se a passagem da relação da “teoria” expansionista à “práxis” conquistadora. Levantamentos cartográficos e descrições climáticas cedem espaço à relação de domínio dos corpos e controle do imaginário, passando da geografia à geopolítica, conforme atesta Dussel (1993). Os métodos de controle e as operações de sujeição constantes impostas ao corpo são também investigadas por Foucault (1999), fazendo-nos refletir sobre a produção do corpo dócil, realizada pelo exercício da disciplina e prática do adestramento sob o olhar hierárquico.

O catolicismo viria assim a tornar-se a “[...] ferramenta mais poderosa de organização e de controle da vida brasileira [...]” (PEREZ, 2000, p. 10), consolidando a união entre Estado e Igreja por longo período, rompido apenas com o advento da República.

De acordo com Perez (2000), a transmutação do homem da terra no bom selvagem também fez parte dos mecanismos para a criação da utópica “ilha Brasil”, onde tudo cresce e frutifica.

[...] do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isso andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser (CAMINHA, 1500).

O exotismo selvagem foi assim transformado em ingenuidade, com o intento de valorizar o diferente, o estranho, a falta de pudor: “Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto” (CAMINHA, 1500).

Contudo, as reflexões suscitadas por Perez (2000) quanto à catequização dos “selvagens” alertam para a posição do índio no contexto do mundo civilizado, colocando-o no centro de discussões acerca

[...] da criação do mundo, da humanidade, das relações entre os homens e entre o mundo terrestre e o mundo do além. O selvagem foi tomado como um objeto, um suporte a partir do qual o homem civilizado procurou a si mesmo conhecer, a se definir. A diferença interveio para estabelecer uma hierarquia entre primitivo e civilizado, entre superior e inferior (PEREZ, 2000, p. 8).

Qualificado como inacabado e em estado imperfeito do homem civilizado europeu, o selvagem foi subjugado ao controle e a domesticação, em função do “Progresso e do Aperfeiçoamento da Humanidade e de sua Alma Cristã” (PEREZ, 2000).

A conquista é então entendida como “[...] uma relação não mais estética ou quase-científica da pessoa-natureza, como no ‘descobrimento’ de novos mundos. [...] não de reconhecimento e inspeção [...] de novos territórios, mas da dominação das pessoas, dos povos, dos ‘índios’ (DUSSEL, 1993, p. 42). A diferença entre descobridor e conquistador/dominador é ainda reforçada por Dussel (1993, p. 50):

Depois dessa distinção, a “colonização [...] do mundo da vida” segue a “práxis guerreira, de violência pura [...] uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica [...] do domínio dos corpos [...] da cultura [...] das instituições.

Na perspectiva do pensamento moderno de Dussel (1993), esta relação de dominação desencadeada a partir do achamento da Ameríndia, resultou em um processo de exclusão social que se estabelece entre o **Eu e o Outro**, no qual se fundamentou a tese eurocêntrica, a falácia do desenvolvimento – considerando o progresso como um processo emancipador, cuja violência exercida sobre outras culturas e o sofrimento do **outro** são justificados pelo discurso da salvação. Definidos pelo autor como **mito da modernidade**, os argumentos por ele elencados negam o **outro** (a vítima) e sua cultura, apresentando-o como culpado, enquanto o vitimador culpado é considerado inocente. Tamanha inversão é caracterizada como uma forma de irracionalismo, a qual poderá ser superada por meio de uma razão crítico-libertadora, a partir do reconhecimento da vítima como sujeito histórico capaz de atuar na transformação dos condicionantes pertencentes ao sistema opressor.

Figura 1 - Rotas do Descobrimento do Atlântico até 1502, de Guilermmo Céspedes de Castillo, América Hispánica (1492-1898), em Historia de España de Manuel Tuñon de Lara, Labor, Madrid, tomo VI, 1983, p. 46



Fonte: Dussel, 1993 (Adaptado pela autora, 2019).

Com efeito, embora a colonização tenha se estabelecido como estruturação da forma de vida imposta, do mesmo modo como ocorrido com a “conquista espiritual”, também se incorpora, “ajustando-se” no espaço edificado agenciado e nas práticas do viver, plantar, comer, entre outros, para a sobrevivência, ou seja, a partir do meio natural, o colonizador tanto transfere quanto absorve aspectos culturais que posteriormente serão entendidos como referenciais importantes para a formação identitária desse novo mundo. No entendimento do geógrafo Ivan Fernandes Lima (1997, p. 23), venceu o “‘elemento português’ [...] pela afinidade com regiões quentes, fruto de sua herança cultural e genética, que conserva a essência da vocação corográfica, como uma tendência espontânea do espírito com uma ou outra estrutura do meio físico”. Peculiaridades que os laços da íntima convivência ajudaram a moldar e que perduram de geração a geração.

Assim transcorreu o processo e, segundo a visão colonizadora apontada por Almeida (1999), a integração indígena deveria ser realizada por três caminhos: a catequese, a miscigenação e a perda das terras. Para tanto, posteriormente à fase da conquista e extermínio, seguiu-se a “submissão e evangelização”, que, implantadas por instituições e políticas diferentes, se estenderam por cinco séculos (CARVALHO, 2016). Uma das mais importantes estratégias político-administrativa para ocupação

do então “Paraíso Terreal” foram os aldeamentos, aportes físicos para a catequese. Segundo Ferrare (2014, p. 133), serviriam estes, como:

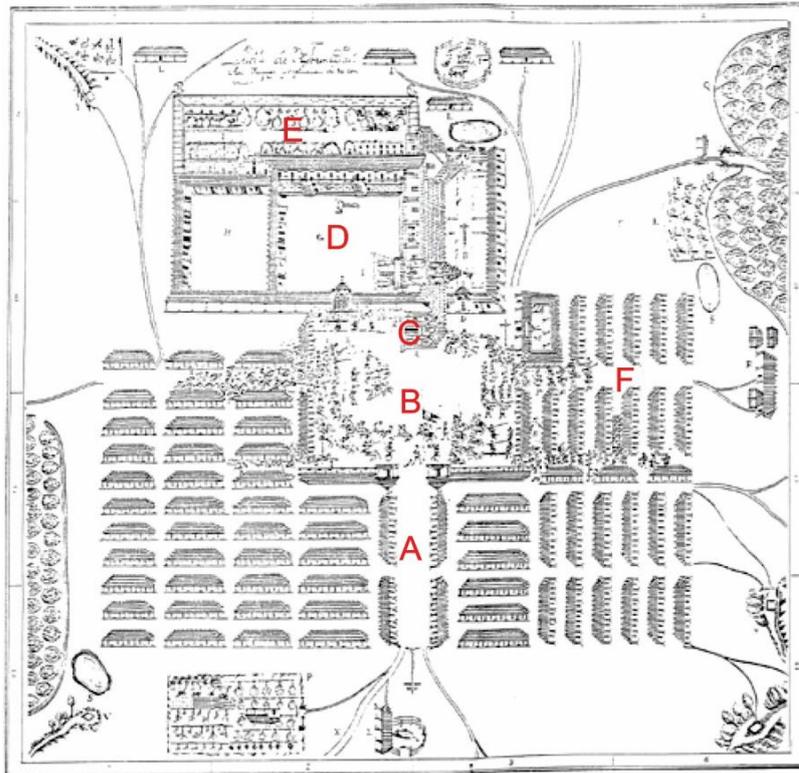
[...] verdadeiros laboratórios de persuasão ao alcance da conduta ‘civilizada’ pelos índios, a partir da qual, tornar-se-iam participativos no desafio de tornar produtivamente rentável tamanho território e defendê-lo dos invasores, que insistiam em assédio.

É importante, contudo, destacar a difícil tarefa de conversão dos gentios, enquanto estes continuassem em seu estado nômade. Diante desse entendimento, tal como aponta Bury (2006), os jesuítas passaram a assentar e concentrar os índios em aldeias, cujo princípio de organização assemelhava-se às Reduções Jesuíticas Espanholas, localizadas na região sul dos rios Paraguai e Paraná (Figura 2), porém, em menor proporção e menos organizadas.

Ancorado no ideário de “aproximação” e “civilização” dos índios, a acomodação cultural e espacial proposta pelo governo português é implantada através de deliberações governamentais, das Cartas de Doação, Forais das Capitanias ao Regimento Régio entregue a Tomé de Souza, em que se previa a formação de redutos indígenas nas proximidades das habitações portuguesas. Expandiu-se assim, por cumprimento de tal determinação, a ocupação do território por “povoações”, no sentido do “fazer povoamento”, como “ação constitutiva do povoar” (FERRARE, 2014, p. 135).

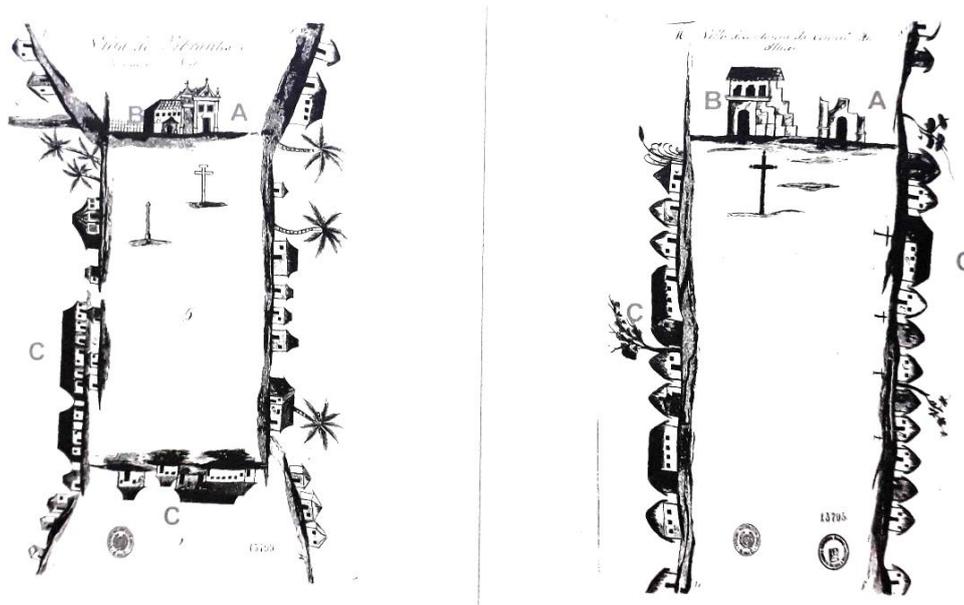
Desde os partidos mais complexos de estrutura espacial (Figura 2) aos de porte mais simplificados (Figuras 3 e 4) que se afirmaram ao longo do litoral brasileiro e sobretudo no Nordeste, os aldeamentos podem ser considerados como espaço-síntese das relações éticas, religiosas, sociais e, principalmente, políticas. Para Carvalho (2016, p. 44): “O processo de ‘aldeamento’ significava o controle absoluto do poder colonial sobre as populações indígenas, obrigadas ao internamento vigiado e dirigido nas missões [...]”, em que a disseminação da fé e o aproveitamento da terra se fez através do trabalho, meio mais eficiente para incutir as noções de civilidade e, assim, tornar perene o trabalho evangelizador. Em “Diálogo sobre a conversão do gentio”, de Padre Manuel da Nóbrega (1954), encontramos ainda referência ao trabalho disciplinador no campo, também como forma de incorporar a atividade econômica dos indígenas.

Figura 2 – A - Avenida de acesso; B - Praça central; C - Igreja, D- Colégio, oficinas, residências dos padres e o cemitério; E - Horta e pomar dos padres; F - Casas dos índios



Fonte: Ferrare, 2014 (Adaptado pela autora, 2018).

Figuras 3 e 4 – Vila de Abrantes – Comarca do Norte – Camaçari-BA e Vila de Santarém – Comarca de Ilhéus-BA



Fonte: Ferrare, 2014.

Dirigidos pelos padres, que assumiram das mãos do pajé o governo das aldeias, a doutrina e o trabalho compulsório fizeram parte da política oficial durante

cinco séculos. Sendo a primeira delas a Junta das Missões, que atuou entre os anos de 1681 e 1759, instituindo ações com vistas a garantir a estabilidade do povoamento, fomentar a economia e conquistar novos territórios. Segundo Antunes (1984), em Alagoas alguns municípios surgiram a partir de aldeias indígenas ou aldeamentos, que poderiam assemelhar-se aos exemplos citados ou ainda influenciados por variações de modelos que se disseminou: Pão de Açúcar, Porto Real do Colégio, Palmeira dos Índios, Quebrangulo, Jacuípe, São Brás, Santana do Ipanema e Viçosa. Ou ainda do deslocamento de índios que vieram de outras regiões, como Atalaia e Limoeiro, em consequência da luta contra Palmares, e Cocal e Jacuípe, em virtude da Guerra dos Cabanos.

Do mesmo modo, também no litoral norte de Maceió, é possível encontrar referências espaciais que guardam similaridade com os fundamentos ideológicos e formais utilizados como recurso evangelizador implantado nos aldeamentos com o intuito de “figurar e comunicar” (FERRARE, 2014), a partir da disposição catequética da igreja nos aglomerados urbanos.

Particularmente, na Igreja de Nossa Senhora do Ó²⁷ (Figuras 5 e 6), vê-se a configuração formal que seria adotada como solução de ordenamento do espaço, nomeada por Ferrare (2014, p. 119, grifo nosso) como “partido triádico da catequese doutrinária [...] sempre privilegiadoras da edificação de capelas e/ou igrejas, sob uma recorrente disposição formal [...] correspondente a **igreja, largo e ‘correntezas’ de casas**”. O caso de Ipióca exemplifica o sentido evangelizador português que tirou partido da espacialização urbana como recurso de convencimento. A expressão “ditadura do olhar”²⁸ utilizada por Ferrare (2014, apud GAMBINI, 2000) revela essa intenção, uma vez que a edificação se localiza como “[...] ponto visualmente dominante no traçado que define os arruamentos laterais da praça que lhe é fronteira” [...] pelo recurso da localização ímpar e diferenciada do edifício-igreja que

²⁷ Na época de sua construção, em 22 de janeiro de 1795, Ipióca era uma freguesia, Santo Antônio do Meirim de Ipioca. Foi elevada à vila pela lei provincial nº 840, de 10 de julho de 1880, mas pouco tempo depois, em 22 de junho de 1822, o decreto nº 869 suprimiu essa prerrogativa (FERRARE et al., 2007).

²⁸ A expressão “Ditadura do olhar”, desenvolvida por Gambini (2000), foi defendida por Ferrare (2006) em sua tese de doutoramento intitulada “**A cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”**”, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal, em 2006, quando a autora discute a observância dos preceitos de dominância visual, vigentes em partidos de Santuários de Planície em Portugal e transportados para as colônias em conformidade com as determinantes de persuasão Contra-Reformista.

gerava um direcionamento persuasivo, equivalente a uma espécie de catequese especializada” (FERRARE et al., 2007, p. 21) para com os usuários do casario circundante.

Figura 5 – Disposição funcional com a Igreja de Nossa Senhora do Ó e cruzeiro “plantado” no largo à frente, ladeada por unidades seriais de casas, de modo que a atenção visual convergia para a edificação central.



Fonte: Disponível em: <http://www.infopatrimonio.org/?attachment_id=48998>. Acesso em: 8 set. 2018 (Adaptado pela autora, 2018).

Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora do Ó, Ipióca, em 1971. Similaridade com o modelo dos núcleos de povoamento do litoral nordestino, determinada por organização espacial com igreja em frente à praça, resultante do espaço *non edificandi*.



Fonte: Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br>>. Acesso em: 8 set. 2018.

Destarte, acredita-se, conforme imagem abaixo apresentada no **Anteprojeto de Restauro e agenciamento adjacente da Igreja de Nossa Senhora do Ó**, elaborado em 2007, que “[...] a edificação da igreja foi a polarizadora da organização espacial do ‘Alto da Ipióca’, pois apresenta-se erguida em um local, praticamente ermo, que tem aberto uma trilha que leva a algumas casas cobertas de palhas de coqueiros” (FERRARE et al., 2007, p. 28).

Figura 7 – Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Ó encontrada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), sem data, em que se vê na lateral da edificação, um caminho que viria a se consolidar como a Rua do Cruzeiro, hoje denominada Rua Djanira Omena (FERRARE et al., 2007).



Fonte: IHGAL, [s.d.].

Para além da espacialização, o povoamento de Ipióca aponta ainda para a sua expressividade enquanto importante núcleo de povoamento do litoral norte de Maceió, despontando no âmbito da jurisdição eclesiástica e administrativa da região, o que levou Dirceu Lindoso (2005) a referir-se a um “polo de urbanização” que se estabeleceu entre Maceió-Pioca, ampliando um modelo de fixação urbana que avançava sobre o rural, carregando consigo também novas formas de vida social. A polarização da vida rural teria assim alcançado Pioca, como constatado pelos dados demográficos que apontam uma população de 28.628 habitantes, em 1870, para ambas as freguesias de Maceió e Ipióca.

Segundo justificativa apresentada no Processo de Tombamento Estadual da Igreja Nossa Senhora do Ó, sob a égide do Conselho de Cultura do Estado de Alagoas:

O povoamento de Ipióca deve ter precedido ao de Maceió, a colonização levantou os engenhos e plantou os canaviais. [...] Para conhecermos a história da Igreja de Nossa Senhora do Ó, precisamos recorrer a um princípio de analogia, onde (sic) Igreja e comunidade estão inseridos num mesmo contexto, onde (sic) a paróquia como unidade primária e organização social, consistia não somente em base eclesiástica, mas, também política e econômica, dado que não existem documentações que assinalem corretamente a data da fundação da pequena Igreja. Segundo informações do Sr. Adriaco Pereira Barbosa existia um antigo Cruzeiro em frente à Igreja com uma inscrição marcando a data 1627 o que provavelmente confirma os primórdios do povoamento, no entanto as características arquitetônicas da atual Igreja datam dos fins do século XVIII [...]. Somente em 1713 é criada a freguesia de Ipióca e já em 19 de dezembro de 1778 é fundada a irmandade de S. S. Sacramento, ereta na Matriz do Meirim, freguesia de Nossa Senhora do Ó de Santo Antônio de Ipióca, cujo vigário Pe. Pedro Pacífico de Barros, concentrava em torno da Igreja, toda a vida da comunidade [...]. (CONPHAE/AL, Resolução Nº 07 de 8 de junho de 1982, grifo nosso).

Distintamente do seu invólucro externo de linguagem colonial e feições graciosas, a ascensão da localidade fica evidente no interior do templo o qual revela um requinte estilístico, de certo, condizente com a situação econômica exitosa, também enfatizado na justificativa do Tombamento Estadual:

A riqueza de suas imagens e a beleza do templo, demonstram a opulência da região e sem dúvida refletem a influência e o poder da Irmandade de SS. Sacramento, que certamente controlava. Conseguimos em nossa pesquisa localizar documento [embora não cite onde] de relação de bens da referida Irmandade, que em 1860 tinha um patrimônio considerável, composto de terras, tanto ao redor da Igreja, quanto a partes no engenho Cachoeira do Meirim (CONPHAE/AL, Resolução Nº 07 de 8 de junho de 1982).

Com efeito, o desenvolvimento econômico de Ipióca resultou da mão de obra escrava como força propulsora e mantenedora da economia do açúcar introduzida pelo regime sesmarial, tal como se constata nos moldes da colonização portuguesa anteriormente evidenciados, ratificando o pacto entre o poder religioso e o poder político.

A colonização que para aí se encaminhou, levantou os engenhos, plantou os canaviais e atirou sobre os ombros do escravo peso do trabalho agrícola e da indústria açucareira. Pioca cresceu e prosperou. O senhor de engenho dessa freguesia era no município a força eleitoral, a influência política, o elemento de riqueza. A organização econômica e social era a mesma dos demais centros agrícolas do Norte (COSTA, 1982, p. 187).

Torna-se assim imperativo a relação que progrediria na “[...] exploração da mão de obra para o cultivo agrário, sobrepujante ao afã de ‘salvação de almas’, tão apregoadado como atribuição propulsora do próprio Expansionismo” (FERRARE, 2014, p. 119). Em decorrência desta constatação, Costa (1983, p. 67) chega a afirmar: “O escravo era a musculatura do regime, o fator maior de riqueza, o elemento primordial da economia pública” e de tal forma determinante para o progresso da freguesia e adjacências que:

Durante o período escravocrata Ipióca atingiu alto índice de desenvolvimento superando o próspero porto de Maceió [...] O que vem constatar a prosperidade da região, composta de aristocratas rurais, plantadores de cana, fabricantes de açúcar bruto e criadores de gado (CONPHAE/AL, Resolução Nº 07 de 8 de junho de 1982).

O fim da escravidão, ainda segundo Costa (1983), representou a perda da autonomia eclesiástica da antiga Pióca e, conseqüentemente, do seu apogeu e prosperidade econômica que impulsionaram a produção açucareira, deixando cicatrizes profundas na estreita relação que se criou entre a mão de obra escrava, o senhor de engenho e o poder eclesiástico, que muitas vezes cumpria o papel do Estado. Convivências tantas vezes amargas e ainda assim, definidoras de nossa “doce” identidade. A respeito dessa relação propulsora da escravidão como mantenedora da mão de obra mestra da economia açucareira, tendo como testemunho vários historiadores, inclusive Dirceu Lindoso (2000), entende-se a sua íntima dependência. Estruturada por uma aristocracia rural de procedência quase sempre portuguesa, destinada à produção da matéria-prima de maior riqueza da época, esteve desde sempre fundamentada na escravidão do negro e na servidão do índio. Baseada no latifúndio agrícola, destituído de qualquer elemento democrático e possuidora de fortes instrumentos de violência e grandes contratos. À base desse entendimento, pode-se deduzir que decorre daí a distinção entre os espaços sociais em suas representações de hegemonia e poder. Ainda segundo Lindoso (2005, p. 64): “É impossível conceber uma existência cultural isenta de uma base social. [...] E a sociedade alagoana é uma sociedade composta de classes sociais, que se estruturam em alianças, em contradições e oposições”.

Foi exatamente assim o que ocorreu com essa ex-área sul da Capitania de Pernambuco, litorânea, e que se estendia até ao chamado litoral norte de Maceió.

Apoiada sobre uma prática econômica exclusivista, resultou em um modelo de colonização que levaria posteriormente ao esgotamento econômico, substituindo a forma urbana de cultura sobre a rural. Dessa forma, o espaço alagoano foi de modo gradativo, assim se configurando e reconfigurando. “Combinam-se, deslocam-se, modificam-se, expandem-se e perecem”, em termos postos por Lindoso (2000, p. 65). Desenham-se culturalmente em uma trama de relações socioculturais particulares que se desenvolvem no meio físico em decorrência das práticas que ali se realizam.

Em matéria publicada no jornal **Gazeta de Alagoas**, em 1973, Ranildo Cavalcanti relata dados importantes sobre o seu desenvolvimento e extensão territorial, capitaneado até certa época por “Pióca”:

O município de Maceió em 1870, compreendia as freguesias de Maceió, Jaraguá e Ipioca, com uma população de 26.630 indivíduos, em cujo número se contam 4.822 escravos. **Das três circunscrições eclesiásticas era Pioca a maior, a mais antiga e populosa.** De fundação imemorial, **estendia-se por uma extensão de 7 léguas de leste-oeste e cinco de norte a sul, contendo 56 engenhos e de açúcar e uma população de 13.994 habitantes das quais 3.326 eram escravos** (CAVALCANTI, 1973, p. 209, grifo nosso).

Ainda sobre a situação da freguesia de Ipióca, relata o texto “Idéa da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extenção de suas Costas, Rios, Povoações notáveis [...]”, da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, de 1876, a Freguesia de Santo Antonio Meirim, como era conhecida a localidade de Ipióca, e em cuja igreja matriz se instituiu a **Irmandade do Santíssimo Sacramento do Meirim**²⁹ sob o curato de Nossa Senhora do Ó:

Freguesia de Santo Antonio Meirim, de N. Senhora do Ó.

Esta freguesia se desmembrou da freguesia do norte, e da de camaragibe, pela razão dos longos rios caudalozos e, marés da costa, que impedirão aos parochos o Administrarem o sacramento aos seus freguezes.

Foi erecta matriz em desasete de julho de do anno de mil sette centos e treze pelo visitador do sul que então foi o dr. Domingos Pereira Gil, com a faculdade que tinha de illustrissimo e reverendíssimo senhor Dom Manoel Alvarez da Costa bispo que foi de Pernambuco: está situada em nove grãos, e quarenta e cinco minutos da parte do sul, em huma heminencia à beira do Mar distante da Villa das Alagoas nove legoas e cinco da Costa.

Tem de cumprimento cinco legoas e três de largo, que confinão para a parte do sul com a freguesia do norte, a pela parte do com a de camaragibe, e pelo

²⁹ Segundo Galvão (1876, p. 248): “[...] é digno de reparar-se nas datas do compromisso impresso da irmandade respectiva do SS. SS, irmandade que, sabemos, só se institue nas capellas-matrizes”.

poente com e de Atalaia: o seu commercio he Madeiras de Socopira, peixes, Azeite de mamona, e pouco assucar; e os Engenhos, indicados, e com disposição para outros.

Tem Cura amovível, e segundo o rol da desobriga do anno de mil sete centos e setenta e sette tem: huma Igreja huma Capella: tres Engenhos: trescentos e trinta e quatro fogos: e novecentas e noventa e oito pessoas de desobriga.

Vale ainda salientar que o referido texto é tido por Dirceu Lindoso (2005, p. 33) como: “[...] esboço bastante completo de natureza corográfica, econômica e administrativa da capitania de Pernambuco, onde se acha o espaço das Alagoas, nas condições da segunda metade do século XVIII”. Assim, dada as suas funções eclesiástica e política no âmbito do governo colonizador, o povoado de Nossa Senhora do Ó fixou-se até atingir a condição de Vila, pela Lei Provincial n.º 840, de 10 de julho de 1880, “gozando pouco tempo dessa prerrogativa pois, a 22 de junho de 1922 suprimiu-a o Decreto 869” (PEIXOTO, 1939, p. 43). Até o ano de 1995, permaneceu como Distrito de Floriano Peixoto, quando o novo abairramento proposto pelo Plano Diretor retomou a toponímia Ipióca, reafirmando o processo histórico de ocupação da área, em detrimento à homenagem prestada ao consolidador da República³⁰.

As terras pertencentes à Ipióca, segundo texto publicado pelo jornalista Leonam Oiuará ([s.d], grifo nosso), em matéria especial para o Jornal Tribuna de Alagoas, estendem-se:

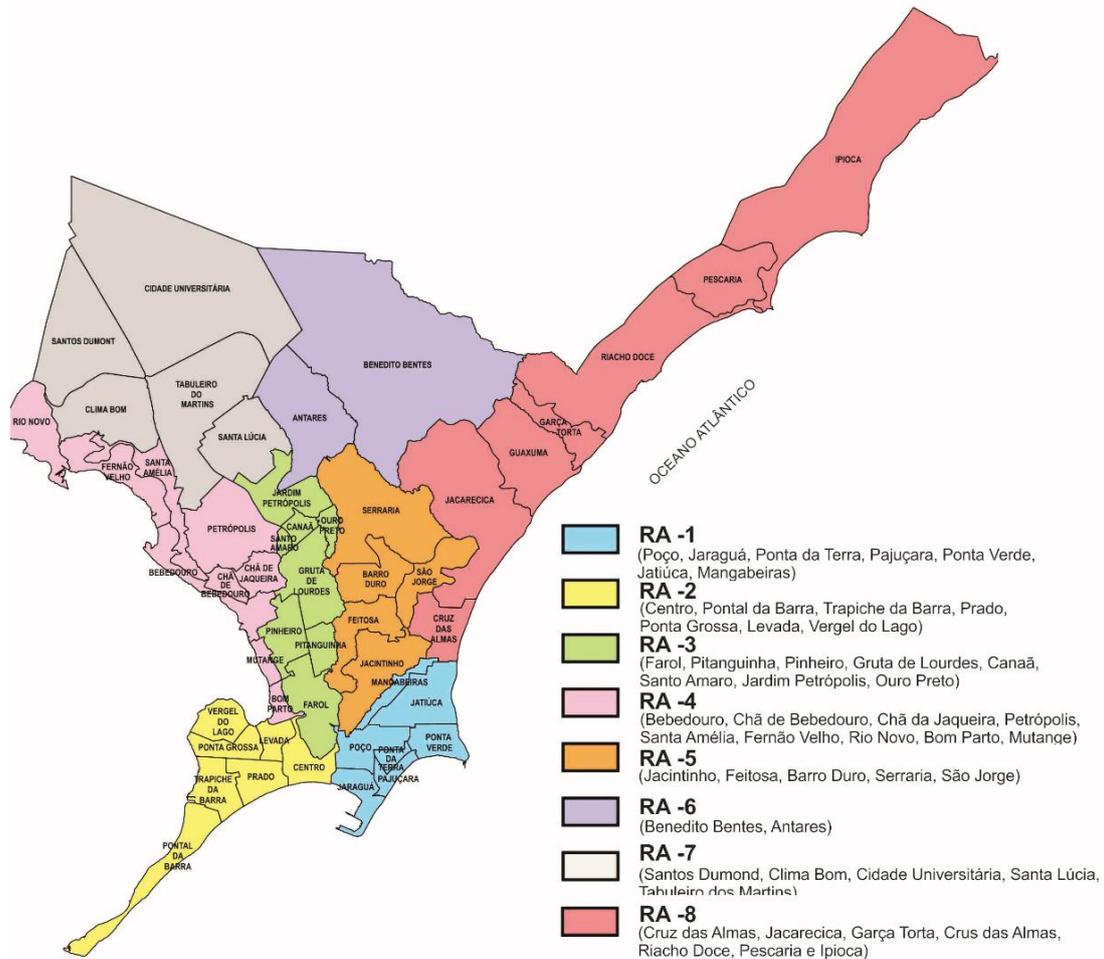
[...] desde a ponte de **Jacarecica, Riacho Doce, Pescaria**, Saúde até o **Rio Sauaçuy (limite de Paripueira)** e para o interior abrange Cachoeira do Meirim, fazendo fronteira com os municípios de Fleixeiras e Barra de Santo Antônio.

Dos bairros citados em destaque – de Jacarecica até o limite de Paripueira – situam-se os bairros de Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipióca. Acrescidos de Cruz das Almas, atualmente estão definidos pelo Plano Diretor de Maceió como Região Administrativa (RA) - 08, área escolhida como objeto de nosso estudo, eixo de ligação contínua do litoral (Figura 8), local onde práticas culturais oriundas do denso processo de colonização portuguesa associavam-se à paisagem exuberante pela conformação natural de sítio de coqueirais e matas de árvores frutíferas. Antiga ocupação açucareira que fundamentou a formação e evolução do

³⁰ Nato nesta localidade em 30 de abril de 1839, no engenho chamado “Riacho Grande”, na Vila de Ipióca (1939, p. 43 apud FERRARE, 2007, p. 16): “mais tarde haveria de receber o curioso apelido histórico de “Marechal de Ferro”.

que viria a se tornar o território alagoano, fixando os grupamentos humanos e relações com esse plantio coligados.

Figura 8 – Mapa de Maceió com destaque para os bairros do litoral norte da capital, Zona Administrativa (RA) - 8, segundo Plano Diretor de 2005



Fonte: Maceió, 2005.

Não obstante, convém alertar que, embora os limites territoriais geopolíticos tenham no passado definido espaços culturais, conforme indica Lindoso (2005), a criação do espaço se materializa de fato a partir das práticas sociais ali produzidas de forma cumulativa. Contudo, ao se deslocar o homem carrega consigo tais expressões, construindo novas relações e produzindo novos espaços, como uma trama tecida com um fio contínuo que pode se fortalecer em nós e misturar-se ou ainda pode-se romper em sua delicadeza, mas logo iniciar uma nova tessitura unindo com pontos bordas antes distantes, constroem superfícies, produzem volumes, cruzam limites, transcendem barreiras.

Nesse sentido, colabora Ferrare et al. (2015) ao relatar as experiências de campo durante a realização do **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas** do Inventário Nacional de Referências Culturais em Alagoas (INRC-AL):

[...] havia uma outra extensão de territorialidade geopolítica nos domínios de Ipióca, fato que nos interessa atentar, pois, a percepção da pesquisa de campo realizada revelou redes de relações socioculturais ativas que demonstram ultrapassar os atuais limites divisórios/administrativos; mas, que aproximam as populações e solidificam valores de cultura que transitam entre a participação mútua em atividades de subsistência e de veneração de crenças e celebrações (FERRARE et al., 2015, p. 10).

Retomando os desdobramentos que ainda hoje se percebe nas muitas práticas culturais e conhecimentos que envolvem o cotidiano do litoral norte de Maceió, constata-se a eficiência do projeto evangelizador português, no tocante à consolidação do espaço físico. Assim, expressões diversas, de religiosidade e de outras tantas manifestações tradicionais, ocorrem em consonância com algumas espacialidades arquitetônicas, urbanísticas, ou ainda paisagisticamente naturais, as quais colaboram para o entendimento do território também enquanto consolidação das estratificações sócio-étnico-culturais (Ver figuras abaixo).

Figuras 9 e 10 – Exemplo da forma de expressão conhecida como “Bonecos Gigantes” de Olinda, a boneca Vitalina de Guaxuma, perpassa todos os bairros litorâneos do Norte; curral de peixes da D. Isaura, em Ipióca



Fonte: Ferrare et al., 2015.

Figuras 11 e 12 – Palhoção decorado para as festas juninas em Garça Torta e artesanato em coco compeido peixe pintado para adorno; enfeites semelhantes confeccionados com coco seco são encontrados decorando as casas da região



Fonte: Ferrare et al., 2015

Figuras 13 e 14 – Descasque da mandioca em casa de farinha, na Ipióca, e forno das boleiras em Riacho Doce



Fonte: Ferrare et al., 2015.

Figuras 15 e 146 – Bordado livre com representação do “almoçar debaixo da mangueira com a família”, feito pelo grupo de mulheres bordadeiras do litoral norte, Bordazul; pé de moleque assado na folha de bananeira, vendido em cesto às margens da AL 101 Norte



Fonte: Barbosa, 2016; SESC, 2015

Em minuciosa pesquisa sobre o Projeto Político e Religioso de Colonização implantado pela Coroa Portuguesa após o “Achamento da Terra de Vera Cruz”, Ferrare (2014), discorre sobre as duas diretrizes escolhidas como fomento para o processo de colonização: a ocupação do território pelo **aproveitamento rentável da terra** e a disseminação da fé católica. Podendo ser ainda resumidamente entendido como “**povoar – defender – cultivar e catequizar**” (FERRARE, 2014, p. 76, grifo da autora). Por motivo de vinculação ao tema, tomaremos como aprofundamento de análise o **cultivar** a terra, condição necessária para a geração de **renda**, considerando a fertilidade da terra e seu potencial “dar-se-á nela tudo” (CAMINHA, 1500).

A ocorrência particularizada desse processo na área específica de Ipióca sem dúvida evidencia a contribuição dos engenhos de açúcar na formação do litoral norte de Maceió, objeto de nosso estudo. E ainda, em como se estabeleceram as demais relações e vínculos que transcendem a dimensão espacial e colaboram com a formação da sociedade alagoana e seus aspectos culturais.

2.2 A expansão da parte sul da Capitania de Pernambuco (atual litoral norte de Alagoas) e suas águas e matas de pau-brasil

Em 1924, o pau-brasil foi tema de manifesto modernista e inspirou o livro de Oswald de Andrade pela alusão à cultura brasileira como produto de exportação, sendo assim considerado o primeiro ciclo econômico, a primeira riqueza brasileira. Contrastes históricos e culturais de um “país de dores anônimas” (ANDRADE, 1924).

A madeira de cor vermelha encontrada com uberidade na costa alagoana, marcou o início da exploração em terras brasileiras nos primeiros anos, quando ainda não se sabia do ouro e metais preciosos concentrados no interior do Brasil. Além de ter sido o primeiro produto de exploração regular em terras brasileiras, também motivou a instalação dos primeiros fortins e das primeiras feitorias no litoral de Alagoas. Permitiu ainda o conhecimento da riqueza da flora e fauna da Mata Atlântica, e, principalmente, do trato com a terra e com a natureza, sem o qual o europeu não teria implantado o sistema colonial. O seu curto período como atividade comercial principal, devido à sistemática e descontrolada exploração das matas, cedeu lugar ao cultivo da cana-de-açúcar para moer nos engenhos, o que veio a se tornar um dos

esteios da história alagoana, vindo a influenciar nos destinos da sociedade e do Estado (CARVALHO, 2016), conforme aludido na seção anterior.

Os férteis solos de massapê, constituídos pela decomposição do granito com elevada concentração de argila, bem como a proximidade dos rios navegáveis e dos portos de embarque definiu a distribuição das unidades fabris dos banguês³², no território recém-descoberto. Segundo Carvalho (2016), o açúcar atendia à demanda econômica portuguesa, pois se tratava de uma especiaria que poderia adaptar-se às condições ecológicas da zona tropical; alcançar preços elevados no mercado europeu; fomentar conhecimento técnico sobre a sua produção e comércio aprovado nas Ilhas do Atlântico; atrair os investimentos iniciais com baixo custo de mão de obra.

Com efeito, foi determinado o modelo de empresa agromanufatureira do açúcar como solução para a consolidação das ações de ocupação, defesa, cultivo e catequização da povoação das terras do Brasil, e a costa dividida em 15 faixas territoriais (Capitanias), para as quais foram nomeados 12 donatários que as deveriam “gerenciar” segundo expedientes denominados Cartas de Doação e Foral (FERRARE, 2014).

Contudo, as capitanias recebidas através da Carta de Doação, não poderiam ser vendidas, alienadas ou parceladas, embora fosse permitida a transferência por herança, mediante confirmação do rei. Conforme esclarecimento de Albuquerque (1981), a donatária não era um bem submetido às leis do mercado, podendo ainda, em casos especiais, ser retomada pelo Estado, mediante indenização ou confisco³³. A Coroa também reservava ao capitão-mor o direito expresso de “montar engenhos, a participação em diversas rendas fiscais e relativa liberdade de comércio, inclusive o da exportação de escravos indígenas” (ALBUQUERQUE, 1981, p. 176-177).

A respeito dos recursos financeiros, Albuquerque (1981) comenta que estes, eram limitados por parte do Estado, sendo mesmo insuficientes para a instalação da empresa colonizadora, em especial a da agromanufatura do açúcar. Segundo ainda o autor, a “Formação Social Portuguesa” atravessava uma crise econômica ocasionada

³² Na verdade, alguns autores como Pires (1994), Gomes (2008), Carvalho (2016) e Diegues Júnior (2012) atestam que a mais forte razão para a ocupação do Brasil foi a produção do açúcar de cana.

³³ De acordo com Albuquerque (1981, p. 177): “Pela primeira vez, o Estado concedia determinada porção territorial ao *donatário* ou *capitão-mor* e *governador* e especificava os poderes de que era investido”.

por uma conjuntura econômica desfavorável, destacada pela inexpressiva concorrência comercial da produção nacional, que exigia a “[...] aquisição de produtos estrangeiros ou a complementação em moeda das importações de gêneros exóticos”, associados à “[...] corrupção administrativa, os gastos militares, a pressão dos interesses feudais e mercantis”. Acrescenta Albuquerque que os incentivos “[...] somente tiveram viabilidade nas donatarias em que os capitães-mores dispunham de capital próprio ou de condições para levantá-lo na Europa” (ALBUQUERQUE, 1981, p. 179), a exemplo de Pernambuco. A mesma opinião é corroborada por Pires (1994, p.12):

Pernambuco foi a capitania que deu certo. Com área de sessenta léguas, entre os rios São Francisco e Igarassu, recebeu como donatário um homem de qualidades, Duarte Coelho. Foi favorecida pela disposição do donatário de empregar seus próprios e dedicados esforços.

Sobre a aplicação de recursos nesse período de ocupação, também Ferrare (2014, p. 93) destaca que os privilégios concedidos aos donatários sugerem uma “[...] espécie de ressarcimento” pelas despesas que envolviam o processo de “povoar e colonizar”.

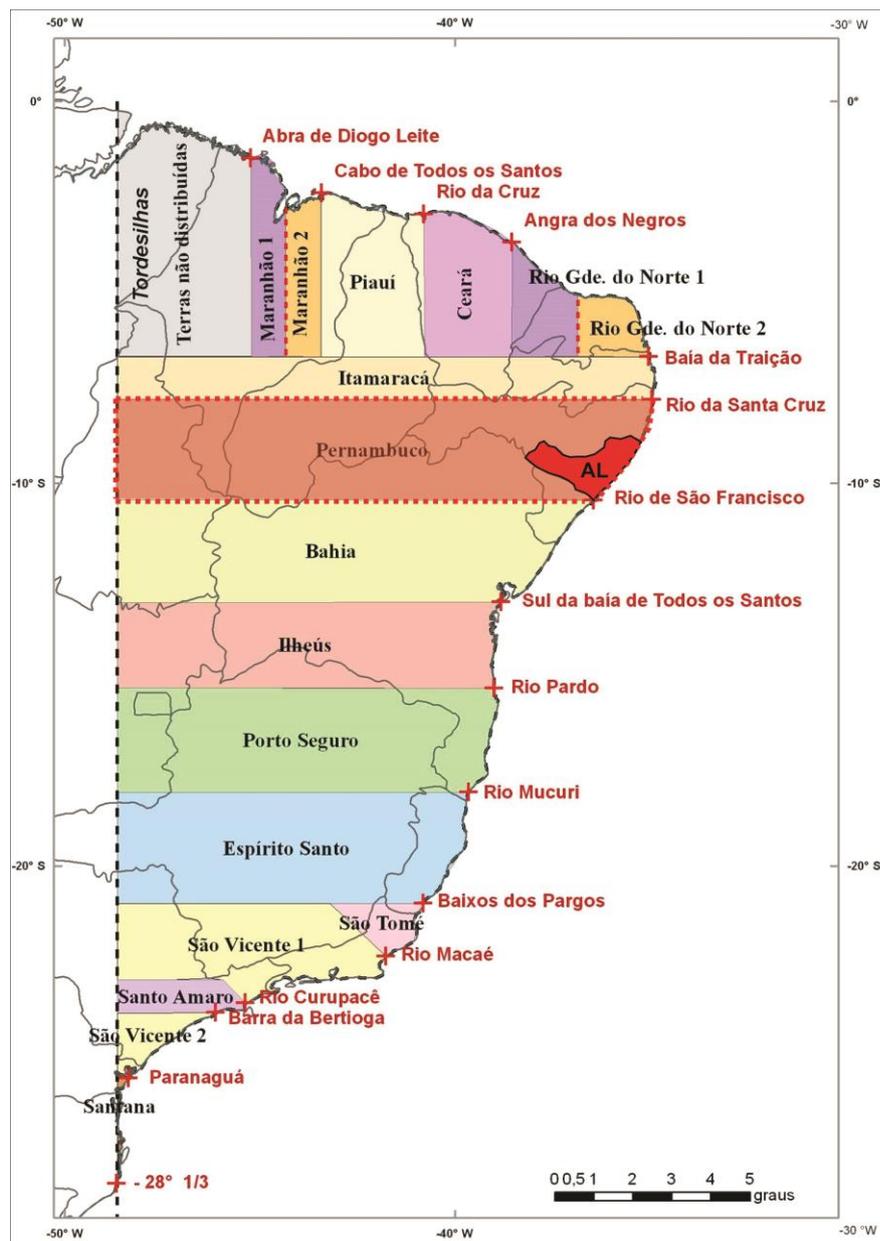
Não obstante, Augusto da Silva Telles (2008, p. 23) relata que “A capitania de Pernambuco, ou Nova Lusitânia, por possuir em suas matas litorâneas muito pau-brasil, e sendo uma das mais próximas da metrópole, teve, desde logo, desenvolvimento considerável”³⁴. A mesma opinião é compartilhada por Gomes (2008), que cita ainda a qualidade do solo e, Carvalho (2016), que acrescenta que a prosperidade das capitanias dependia também de uma relação de proximidade com os grupos mercantis, como ocorrido com Pernambuco. Para além da abundância da madeira utilizada como corante pela indústria de tinturaria europeia, segundo Carvalho (2016), o que também favoreceu a capitania e motivou a exploração pioneira do litoral nordestino foram os portos naturais favorecidos pelas costas de arrecifes.

Convém lembrar que os limites das Capitanias Hereditárias eram definidos por referenciais geográficos, assim como ocorreu com a primeira Capitania doada por D. João III a Duarte Coelho, a Capitania de Pernambuco, conforme Foral redigido em Évora, em 25 de setembro de 1534:

³⁴ Segundo Carvalho (2016), os trechos mais ricos de pau-brasil estavam situados nas florestas alagoanas, pertencentes à parte sul da Capitania de Pernambuco.

Dom Joham etc. [...] Duarte Coelho fidalgo de minha Casa a el Rey meu senhor e padre que santa glorya aja e a mim tem feito asy nestes Reynos como em onde servio [...] me praz de lhe fazer como de feito per esta presente carta faço merce inrevogavel doaçam amtre vyvos valedoyra deste dia pera todo sempre de juro e d'erdade pera ele e todos seus filhos netos erdeiros e sobecesores que apos ele vyerem asy descentes como trasvesaes e coleterais segundo adiante hyra declarado de sesenta legoas de terra na dita costa do Brasyll as quaes se começaram no **Rio Sam Francisco** que he do cabo de Santo Agostinho pera o Sull e acabarão no rio que cerque em redondo toda a Ilha de Tamaracaa ao qual rio ora novamente ponho **Rio de Santa Cruz** e mando que asy se nomee e se chame daquy em diamte [...] (CHORÃO, 1999, p. 11, grifo nosso).

Figura 17 – Divisão das Capitanias Hereditárias, no momento de sua criação (1534-1536), sobre a delimitação atual dos estados brasileiros, de acordo com pesquisa do professor Jorge Pimentel Cintra. Destaque para a Capitania de Pernambuco e Estado de Alagoas (AL).



Fonte: Cintra, 2013 (Adaptado pela autora, 2018).

A respeito da qualidade do pau-brasil nas Capitanias de Pernambuco e Bahia, Gândavo (2008) registra em **História da Província Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos de Brasil**, publicado em 1576:

Também há muito pau-brasil nestas capitanias de que os mesmos moradores alcançam grande proveito: o qual pau se mostra claro ser produzido da quentura do Sol, e criado com influência de seus raios, porque não se acha senão debaixo da tórrida Zona, e assim quanto mais perto está da linha Equinocial, **tanto é mais fino e de melhor tinta**; e esta é causa por que não o há na Capitania de São Vicente nem daí para o sul (GÂNDAVO, 2008, p. 110, grifo nosso).

Em 1950, Soares (1989, apud ROCHA, 2010, p. 27): “[...] indicava o pau-brasil pernambucano como o melhor no Brasil”. Souza (1939, p. 91, grifo nosso) corrobora com a distinção e abundância feita à espécie:

Com efeito, as matas de Pernambuco representam papel decisivo no denominado ciclo econômico do pau-brasil: delas saíram nos tempos coloniais **os maiores carregamentos do pau-de-tinta, que sobre ser abundante, tinha as vantagens da qualidade superior. Abunda o pau-brasil em toda a costa, mas o mais fino, informa o incomparável Gabriel Soares, produzia-o Pernambuco**, muito cedo frequentado dos normandos. Tal foi o vulto da exploração desde os primeiros tempos que, no começo do século XIX, diz Ayres de Casal, já vinha de 30 léguas de sertão a dentro.

Ainda no que se refere à distribuição geográfica da madeira, em publicação de 1939, **O pau-brasil na história nacional**, Bernardino José de Souza (1939, p. 48) faz menção ao território alagoano: “É o mais abundante nas mattas de Santa Cruz e Porto Seguro na província da Bahia, a mais rica em páo-brasil depois de Alagoas”. Ainda sobre o estado alagoano, o autor cita J. Beauverie, em **Les Buis Industriels**: “Em Alagoas crescia a sua ocorrência: aproxima-se a terra da maior concentração da preciosa madeira, donde lhe veio até o cognome de pau de Pernambuco” (SOUZA, 1939, p. 91).

Conquanto, no que tange à situação dessa concentração de pau-brasil no litoral de Alagoas, encontra-se em Carvalho (2016, p. 33) informação importante para o tema em estudo: “As florestas alagoanas, pertencentes à Capitania de Pernambuco, tinham os trechos mais ricos em pau-brasil, como Poxim, São Miguel dos Campos, Sumaúma e Jacuípe”.

Figura 158 – Mapa elaborado por Fortes (2018), segundo Brandão, W. (1979), com os portos onde ocorreram tráfico de pau-brasil pelos franceses. “Em vermelho os primeiros núcleos fundados pelos portugueses, com topônimos atuais entre parênteses, principais cursos e massa d’água para a colonização: (1) rio Manguaba; (2) rio Tatuamunha; (3) rio Camaragibe; (4) rio Santo Antônio Grande; (5) rio Santo Antônio Mirim; (6) lagoa do Norte (Mundaú); (7) lagoa do Sul (Manguaba); (8) rio de São Miguel; (9) rio Coruripe; (10) rio Poxim”.



Fonte: Cynthia Fortes, 2018.

Isto posto, pode-se supor, que a região de maior ocorrência do pau-brasil veio a se tornar a parte norte do litoral de Alagoas³⁵.

Razão dos primeiros contatos comerciais entre portugueses e índios, bem como do reconhecimento da costa brasileira e de seus detalhes geográficos (CARVALHO, 2006), a extração do pau-brasil foi declarada como monopólio da Coroa, desde 1502, atendendo aos interesses mercantis da expansão colonialista portuguesa, sendo “[...] o primeiro produto de comercialização regular em terras brasileiras” (CARVALHO, 2016, p. 31). Com custos reduzidos apenas ao transporte e despesas fiscais, superou o comércio praticado pela Ásia. Altamente valorizada nos centros consumidores europeus, junto com o sândalo vermelho, cânfora e almíscar

³⁵ Registros históricos dos séculos XVII, XVIII e XIX atestam a ocorrência de pau-brasil na região de Coruripe, sul de Alagoas, de acordo com Rocha (2010).

eram considerados “drogas do sertão”. Junto com as especiarias (pimenta, cravo, canela, gengibre e noz-moscada), peles de animais e outras madeiras (consumidas na manufatura naval, na marcenaria e na instalação dos engenhos de açúcar), ocupou o interesse mercantil português nos primeiros anos, visto que não tinham encontrado metais ou pedras preciosas. De acordo com Albuquerque (1996, p.148): “Os lucros da revenda de todos esses produtos vindos da Ásia superavam os fornecidos pelo açúcar e vinho da Madeira e mesmo pelo comércio de escravos, de especiarias e do ouro africanos”.

Figura 19 – O pormenor do Atlas português *Terra Brasilis de Lopo Homem-Reineis (1519)*, ilustra habitantes indígenas no trato da extração do pau-brasil preenchendo todo o Nordeste e Sudeste.



Fonte: Disponível em: <<https://alchetron.com/Miller-Atlas>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Nesse sentido, pode-se acreditar que a importância econômica que a madeira cor de brasa alcançou nesse período tenha ocasionado a mudança de nome do novo território batizado como Terra de Santa Cruz. Enquanto que, no início do século XVI, as terras portuguesas ultramarinas passaram a ser conhecidas por Brasil, Terra do Brasil e Costa do Brasil³⁶ (ROCHA, 2010). É válido ainda destacar, segundo aponta Rocha (2010), que a facilidade com que foi descoberta pelos portugueses se deve ao fato de ser uma espécie mais litorânea que sertaneja. Caso contrário, é possível deduzir que não teria sido o pau-brasil a motivação primeira para a exploração da terra achada.

Figura 20 – Detalhe do Mapa do Brasil, de Giacommo Gastaldi, 1550, publicado na Raccolta di Navigazioni et Viaggi de Giovanni Battista Ramusio (1557).



Fonte: Rocha; Presotto; Cavalheiro, 2007.

Portanto, foi através da extração do pau-brasil³⁷ que se estreitou a relação com os povos indígenas, aproximando-os, e motivando também a primeira expedição

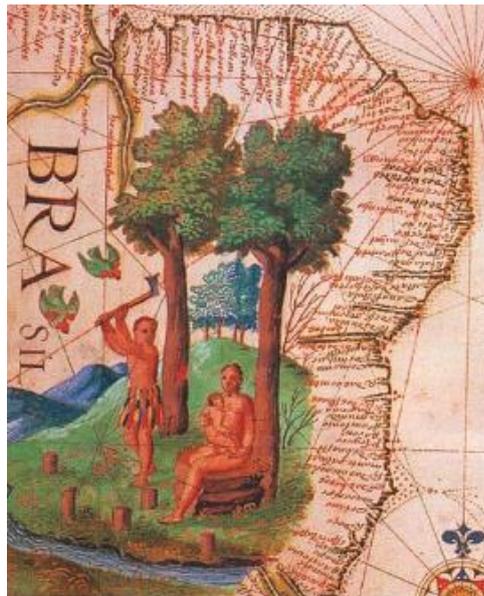
³⁶ Devido à grande quantidade de pau-brasil encontrado nas matas da região compreendida entre Cabo Frio (Rio de Janeiro) e cabo São Roque (Rio Grande do Norte), a expressão Costa do Brasil ou do Pau-brasil era comumente utilizada pelos mercadores do século XVI como referência geográfica à essa parte do litoral brasileiro (SOUZA, 1939, apud ROCHA, 2010).

³⁷ A denominação botânica do pau-brasil é “caesalpinia echinata” e “ibirapitanga” para os indígenas (CARVALHO, 2016).

exploradora para reconhecimento da costa brasileira de 1501-1502, comandada por Gaspar de Lemos³⁸. A madeira de cor vermelha era derrubada pelos índios, desbastada e transformada em toras arredondadas para facilitar o transporte e manejo até o litoral, de onde eram carregadas para os navios. Na Europa, pedaços pequenos passavam pelo processo de pulverização em moinhos, até se transformarem no valioso pó que coloria os tecidos europeus (TELLES, 2008).

Nessa primeira etapa a incorporação do trabalho índio se realizou através do escambo, prática que marcou o início da dominação colonial sobre as “comunidades primitivas”. Estes, diferentes em sua formação social, “não se organizavam para produzir mercadorias” (ALBUQUERQUE, 1981, p. 48), e naturalmente desconheciam o real significado da relação de produção subordinada, a qual se fez, posteriormente, escravista. Instrumentos de trabalho, utensílios e objetos de adorno eram fornecidos pelos comerciantes portugueses, e depois espanhóis e franceses, em troca de um número cada vez mais elevado de pau-brasil.

Figura 21 – A imagem mostra no detalhe da *Carta do Brasil* no Atlas de Sebastião Lopes, 1565, o corte do pau-brasil por um nativo que faz uso de um machado de metal. Observa-se ainda pedaços de árvores já cortadas (ROCHA; PRESOTTO; CAVALHEIRO, 2007).



Fonte: Disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/vallard/atlas.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

³⁸ Também participou da dita expedição o florentino Américo Vespúcio. Na ocasião, quando parte considerável da costa do Brasil foi percorrida, os acidentes geográficos foram nomeados com os onomásticos dos dias de seus descobrimentos (TELLES, 2008).

Figura 22 – O Atlas de Nicolas Vallard, *Parte nordeste da América do Sul, com parte do Brasil e das Antilhas*, elaborado na França em 1547, também apresenta o transporte da madeira. Pormenor rotacionado.



Fonte: Disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/vallard/atlas.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

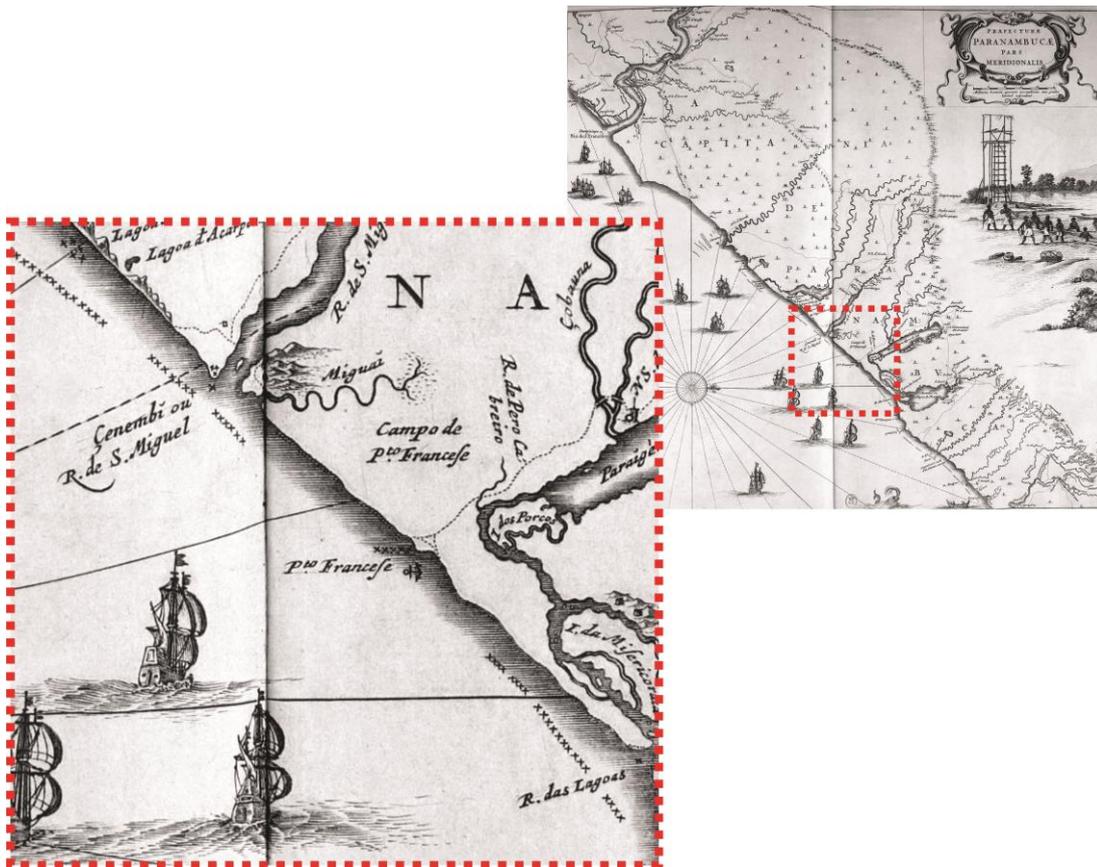
A partir de 1534, com a doação de novas capitâneas hereditárias e o fim da relação comercial baseada no escambo, “[...] o extrativismo do pau-brasil passou a ser uma atividade dominada pelas relações de produção escravistas” (ALBUQUERQUE, 181, p. 53). Inicia-se assim, a exploração de trabalhadores diretos escravos como ponto de inflexão à atividade colonizadora, a qual articulou-se ao mercado internacional através de práticas mercantilistas.

O relatório do holandês Adriaen van der Dussen aponta que, em 1640, o pau-brasil era a segunda fonte de renda atraindo comerciantes europeus, sobretudo os traficantes franceses, obrigando os portugueses a intensificarem a ocupação do novo território, implementando o modelo de Doação de Terras. Tais investidas dos concorrentes estrangeiros deixaram na toponímia o registro do contrabando ao longo do litoral alagoano, sendo possível encontrar relato conciso sobre a localização dos portos de maior paragem da costa sul alagoana, no **Tratado Descritivo do Brasil**, escrito por Gabriel Soares de Souza em 1587:

Do Porto Velho dos Franceses ao rio de S. Miguel são quatro léguas, que está em dez graus, em o qual entram navios da costa, e entre um e outro entra no mar o rio da Alagoa, onde também entram caravelões, o qual se diz da Alagoa, por nascer de uma que está afastada da costa, ao qual rio chamam os índios o porto Jaragoá. Do rio de São Miguel ao **Porto Novo dos Franceses** são duas léguas, defronte do qual fazem os arrecifes que (vão correndo a costa), uma aberta por onde os franceses costumam a entrar com suas naus, e ancoravam entre o arrecife e a terra por ter fundo para isso, onde estavam mui seguros, e daqui faziam seu resgate com o gentio. [...] Da ponta da barra Currurupe, contra o Rio de São Francisco se vai armando uma enseada de duas léguas, em a qual bem chegado à terra estão os arrecifes de d. Rodrigo, onde também se chama o **Porto dos Franceses**, por se, eles costumarem recolher aqui com suas naus à abrigada desta enseada, e iam por entre os arrecifes [...] (SOUZA, 1938, p. 32, grifo nosso).

Devido à valorização comercial conquistada pelo pau-brasil, bem como para atender ao reconhecimento da costa a ser protegida dos vários saqueadores que à época cobiçavam o “precioso pau-de-tinta”, os referidos portos também aparecem na cartografia portuguesa do início do século XVII (FERRARE, 2014), conforme figura abaixo:

Figura 23 – Costa sul da Capitania de Pernambuco, de Gaspar Barléu, em 1647, com destaque para o Porto dos Franceses.



Fonte: Disponível em: <<http://www.alagoas-turismo.com/mapas/caspar-barlaeus.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2018. (Adaptado pela autora).

Vale destacar a importância dos rios e lagos nessa fase exploratória para acesso das embarcações, sendo desde o início das expedições registrados na cartografia de reconhecimento da chamada *Terra Brasilis*. Encontra-se ainda com certa facilidade registros documentais que também demonstram o interesse pela pesca artesanal, inclusive com relação às técnicas e instrumentos utilizados: rede de pesca, jangadas e canoas (SANTORO; FERRARE, 2015).

As técnicas obtidas pelos portugueses em vários continentes, combinadas com métodos dos povos indígenas, resultaram em modelos adaptados às condições de navegabilidade em águas marítimas, fluviais e lacustres, em diversos ambientes regionais (IPHAN, 2008, p. 45).

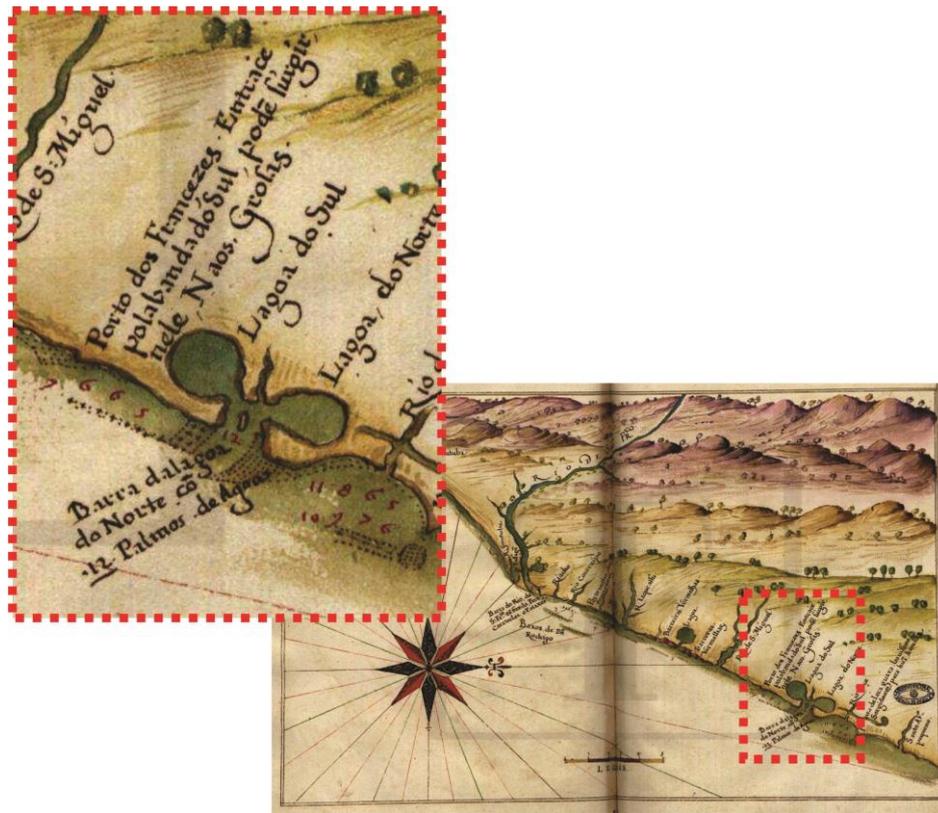
A proximidade histórica com a navegação fez com que a população usufruísse dos ambientes marítimo, lacustre e fluvial. Com a abundância da pesca, desenvolveram e aprimoraram as técnicas relacionadas à atividade, sobretudo no que se refere às práticas construtivas para as embarcações e aos materiais disponíveis no meio ambiente, como as fibras naturais (para a confecção das redes) e a madeira, cujos troncos permitiram a confecção das canoas (feitas com uma única peça escavada) e jangadas (com troncos redondos de madeira flutuante). Segundo atestam Santoro e Ferrare (2015, p. 81):

[...] destinate all'uso della pesca, fu sempre esercitata e subì le influenze delle culture indigene preesistenti al Descubrimiento e di altre che agirono durante il processo di colonizzazione, consentendo a queste imbarcazioni di divenire oggi un sorprendente riferimento iconico e culturale del Nordest brasiliano, allo stesso modo che nella capitale dell'Alagoas, Maceió³⁹.

Tais tipologias ainda hoje são encontradas com relativa frequência no litoral alagoano, podendo contudo, apresentar materiais atualizados como fibras industriais e polietileno.

³⁹ “Destinado ao uso da pesca, sempre foi exercido e sofreu as influências das culturas indígenas preexistentes ao Descobrimiento e de outras que atuaram durante o processo de colonização, permitindo que estes barcos se tornassem hoje uma referência icônica e cultural surpreendente do Nordeste brasileiro, o mesmo modo que na capital alagoana, Maceió” (SANTORO; FERRARE, 2015, p. 81).

Figura 24 – O Atlas de João Teixeira Albernaz, “Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil”, também registra, no século XVII, o Porto dos Franceses, os rios e lagoas.



Fonte: Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162623>>. Acesso em: 13 fev. 2018. (Adaptado pela autora).

Tais eventos exploratórios desencadearam um processo de transformação da floresta tropical, vindo a refletir posteriormente na cultura da extração de base indígena, antes organizado de maneira intermitente ao final de cada estação da colheita. De caráter rudimentar e nômade, pois a busca era feita de forma difusa pela floresta, a extração do pau-brasil era também intensa e sem o necessário replantio.

No século XVII, as reservas da madeira tintorial começaram a ficar reduzidas, sendo necessário adquiri-lo em regiões mais distantes, a custos mais elevados. Além da exportação, a expansão do contrabando e cortes clandestinos ameaçavam a extinção econômica, os lucros eram menores que os produtos das Índias Orientais, o que por via de consequência, veio a consolidar um processo decrescente de importância competitiva (ALBUQUERQUE, 1981). Em 1875, após mais de trezentos

anos de exploração, entre fases que alternavam a intensidade de sua extração, o pau-brasil deixou de ser retirado das matas brasileiras⁴⁰ (ROCHA, 2010).

É possível considerar que o interesse comercial que destruiu grandes áreas de Floresta Pluvial Atlântica onde ocorre o pau-brasil, reduziu consideravelmente os registros atuais de sua ocorrência na região norte de Maceió, conforme atestam as pesquisas de campo realizadas por Rocha (2010). A citada pesquisa, com um trabalho de campo realizado em 2003, ainda constatou a presença de exemplares do pau-brasil em Coruripe como registrado nas referências históricas consultadas. Segundo o pesquisador, os principais fatores que levaram a espécie ao risco de extinção são: o corte de árvores, causado pela exploração de sua madeira, a abertura de áreas para atividades agropecuárias e florestais e a expansão dos centros urbanos. Embora no passado, os relatos alertassem para a escassez que viria a seguir, conforme registrou Souza em 1939:

Muitas outras vezes, nos tempos coloniais, se fizeram ouvir clamando contra a quase **sistemática destruição do pau-brasil** e com ele a de outras essências florestais de alto preço. E o que é mais: este clamor continuou após a independência, determinando providências acautelatórias da grande riqueza, o que não impediu a sua **contínua devastação, tanto que, hoje, é tão pouco frequente em nossas florestas**, que o luminoso Afranio Peixoto se permitiu taxá-lo de **lendário** (SOUZA, 1939, p. 175, grifo nosso).

⁴⁰ De acordo com Rocha (2010, p. 24), a madeira do pau-brasil ainda hoje “[...] é utilizada na produção de arcos para instrumentos musicais de corda, sendo ainda explorada e exportada de forma ilegal. A atual distribuição geográfica do pau-brasil está restrita a poucos fragmentos florestais”.

Figura 25 – Mapeamento da ocorrência de pau-brasil em pesquisa de campo realizada por Rocha em 2007. Destaque para Coruripe e Maceió, em Alagoas.

Estado	Município	Local/Instituição/Propriedade	Coordenadas geográficas	Altitude (m)	Observação
SE	Boquim	Fazenda Lagamar (Grupo Cleonânio Fonseca)	11°10'49,1"S e 37°38'06,3"W	152-154	Cultivado
	São Cristóvão	Campus da Universidade Federal de Sergipe	10°55'26,6"S e 37°05'59,6"W	19-21	Cultivado
	N. Senhora do Socorro	Horto Florestal do Ibura (IBAMA/SE)	10°50'34,5"S e 37°08'28,3"W	27-37	Cultivado
AL	Coruripe	Praça da Matriz e Praça de Santo Antonio	10°07'36,7"S e 36°10'32,2"W	15-21	Cultivado
		Sítio Pau-brasil (Usina Coruripe)	10°03'33,5"S e 36°16'42,8"W	27-87	Nativo
		Mata da Grota da Anza (Usina Coruripe)	10°01'15,5"S e 36°17'21,9"W	41-109	Nativo
		Mata da Fazenda Capiatã (Usina Coruripe)	10°00'58,1"S e 36°16'29,4"W	68-110	Nativo
		Mata das fazendas Poção e Carito (Usina Coruripe)	10°00'06,6"S e 36°17'17,7"W	100	Nativo
	Maceió	Jardim Botânico do Instituto do Meio Ambiente	09°38'27,0"S e 35°44'42,9"W	15	Cultivado
		Reserva do IBAMAAL	09°36'52,8"S e 35°44'26,8"W	50	Cultivado
PE	Tamandare	Reserva Biológica de Saltinho (IBAMA/PE)	08°43'25,1"S e 35°11'13,3"W	46-72	Cultivado
	Recife	Jardim Botânico de Recife (Prefeitura Municipal)	08°04'38,9"S e 34°58'01,9"W	28	Cultivado
	São Lourenço da Mata	Estação Ecológica de Tapacurá (UFRPE)	08°02'22,8"S e 35°11'39,2"W	111-147	Nativo e cultivado
	Araçoiaba	Bosque Pau-brasil, Usina São José	07°46'11,5"S e 34°56'06,8"W	22-25	Cultivado
PB	João Pessoa	Bosque Pau-brasil, Campus da Universidade Federal da Paraíba	07°08'14,7"S e 34°50'47,1"W	53	Cultivado
		Jardim Botânico Benjamin Maranhão (SUDEMA)	07°08'10,4"S e 34°51'39,0"W	18	Cultivado
	Mamanguape	BR 101, km 38	06°49'12,1"S e 35°08'20,2"W	102	Nativo
PB	Mamanguape	Mata Palmeira, Reserva Biológica Guaribas	06°42'23,9"S e 35°10'46,6"W	152	Nativo
		Estação Ecológica do Pau-brasil (SUDEMA)	06°35'34,3"S e 35°08'06,1"W	94-126	Nativo
		Mata Alagamar/Sucupira, Usina Monte Alegre	06°56'29,9"S e 35°05'00,0"W	32-55	Nativo
	Mataraca	Mina Guaju (Mineradora Millennium Chemicals)	06°29'38,8"S e 34°58'42,9"W	17-50	Cultivado
RN	Baía Formosa	RPPN Mata da Estrela (Destilaria Baía Formosa)	06°22'32,9"S e 35°01'23,3"W	58-64	Nativo
	Tibau do Sul	Mata da Fazenda Galhada (Grupo Assis Medeiros)	06°16'42,6"S e 35°03'34,9"W	55	Nativo
		Santuário Ecológico de Pipa (David M. Hassert)	06°13'22,8"S e 35°04'02,9"W	39	Cultivado
	Panamirim	Mata do Catre, Base Aérea de Natal	05°53'07,6"S e 35°13'28,6"W	56	Nativo
	Natal	Trilha da Geologia, Parque Estadual das Dunas	05°50'32,2"S e 35°11'36,1"W	30-45	Nativo
	Extremoz	Parque Ecológico Água das Dunas (Lima e Silva)	05°42'27,5"S e 35°12'44,1"W	35	Nativo

Fonte: Rocha, 2010.

Coexistindo paralelamente com as iniciativas de estruturação da colônia, a extração⁴¹ do “pau-de-tinta” teve curto período de atividade comercial, permitindo o crescimento do cultivo da cana, que influenciaria o país durante quatro séculos, tornando-se assim, o ciclo mais extenso da história econômica brasileira. Segundo Albuquerque (1981, p. 56): “[...] as limitações do extrativismo do pau-brasil valorizaram a produção de açúcar como opção colonizadora aplicada ao Brasil”.

Nesse sentido, podemos concluir que a exploração econômica do pau-brasil dominou os primórdios da ocupação, mas foi o açúcar que fomentou o nascente

⁴¹ Em que pese a situação de devastação que se impôs, a Carta Régia, de 11 de julho de 1799, instituiu a função de “conservador das matas” e criou a Conservatória das Matas de Alagoas “[...] conclamando contra a quase sistemática destruição do pau-brasil” (SOUZA, 1938, p. 175).

capitalismo comercial português. Destaca-se ainda, conforme vem sendo tratado neste trabalho, que o desenvolvimento da região sul da Capitania de Pernambuco, que viria a tornar-se o litoral norte de Alagoas, deu-se, predominante, em virtude da instalação dos engenhos. Em razão deste reconhecimento, buscou-se prosseguir na investigação histórica sobre a ocorrência de engenhos neste segmento territorial, que também contém o litoral norte de Maceió, haja vista a farta bibliografia sobre o tema, conforme análise a ser empreendida na próxima seção.

2.3 Os engenhos e as suas “margens” em ocupação

Os primeiros engenhos foram instalados na região litorânea do Brasil, da próspera Capitania de São Vicente, expandindo-se até o Nordeste (BICCA, 2008). Pioneiro no processo de colonização, Martim Afonso de Souza implantou a cultura da cana-de-açúcar no princípio da fundação da vila de São Vicente, em 1533-34, onde mais tarde instalou o primeiro estabelecimento açucareiro com produção regular, o Engenho do Senhor Governador, depois denominado Engenho de São Jorge dos Erasmos, como citado por Freyre (2007) anteriormente⁴². A base da ocupação da região se fez assim consolidar a partir da infraestrutura criada, permitindo a fixação dos portugueses no território.

⁴² Historiadores divergem quanto à data da construção do Engenho São Jorge dos Erasmos. Para Maria Regina da Cunha Rodrigues e Pedro Taques de A. Paes Leme, o antigo Engenho do Governador foi o primeiro da Capitania de São Vicente (1533); contudo, Francisco Martins dos Santos acredita ter sido o segundo (1534-35); enquanto Basílio de Magalhães e Paul Meurs apontam como terceiro empreendimento desse tipo a ser construído na região (ANDREATA, 1999).

Figura 26 – Capitania de São Vicente, João Teixeira Alberraz, 1631.



Fonte: BICCA, 2008.

As capitanias de Pernambuco e Bahia, em especial, em 1590, possuía mais de cem engenhos em pleno funcionamento, 66 e 36 engenhos respetivamente. Em 1629, somavam 150, sendo 80 em cada uma das capitanias (PIRES, 1994). Tornando-se assim, os maiores produtores mundiais.

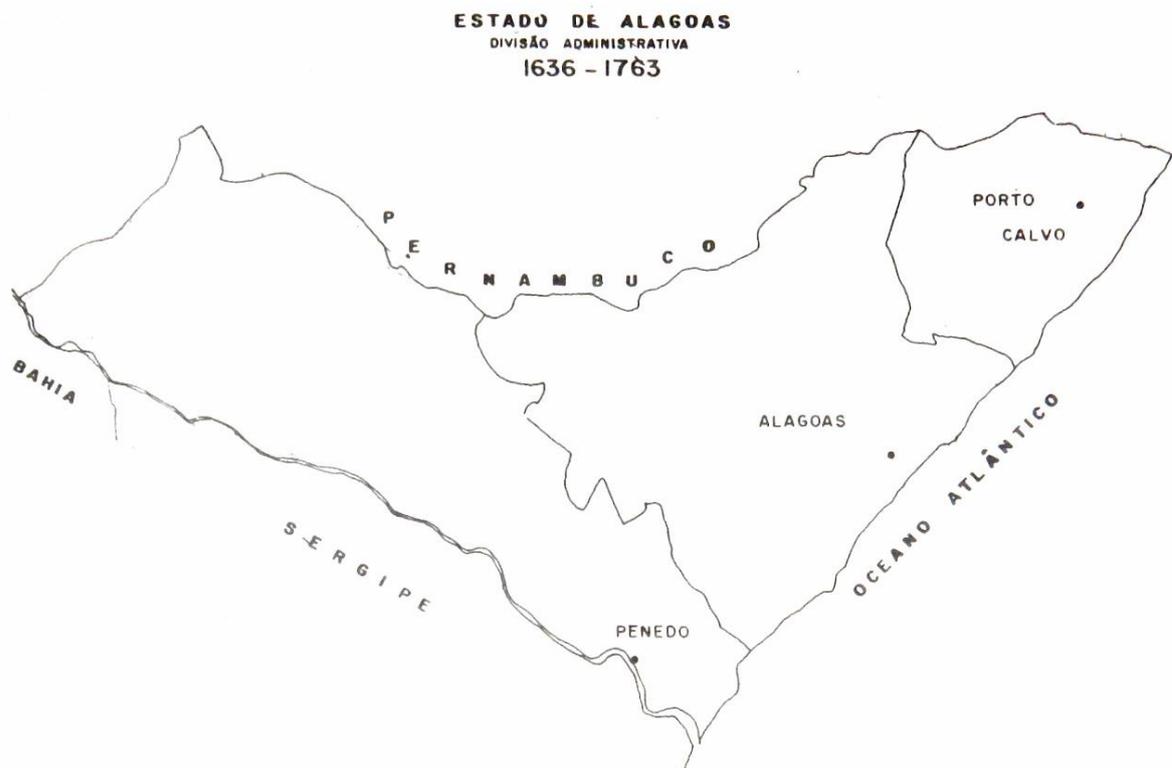
Figura 27 – Levantamento dos Engenhos da Capitania de Pernambuco em 1640. Com destaque para as jurisdições de Porto Calvo e Alagoas.

Quadro 1. Engenhos da Capitania de Pernambuco – 1640		
Fonte: VAN DER DUSSEN, in.: MELLO, 1981: 142-163.		
Jurisdicção de Olinda	Quantidade de engenhos	Prontos para moer
Freguesia de Ipojuca	14	60
Freguesia de Santo Antônio do Cabo	16	
Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão	9	
Freguesia de Muribeca	10	
Freguesia da Várzea	21	
Freguesia de São Lourenço	8	
Jurisdicção de Igarassu	10	8
Jurisdicção de Sirinhaém	17	10
Jurisdicção de Porto Calvo	10	5
Jurisdicção das Alagoas	6	4

Fonte: Silva; Menezes, 2010.

Sobre a extensão dos limites que à época definiam a jurisdição de Porto Calvo, com base em mapa elaborado pelo geógrafo Ivan Fernandes Lima com os 3 primeiros locais de fixação definitiva do povoamento, em 1636, é possível estimar que deveria compreender os municípios de: Colônia Leopoldina, Novo Lino, Campestre, Jundiá, Jacuípe, Maragogi, Porto Calvo, Japaratinga, Matriz de Camaragibe, Joaquim Gomes, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, São Luiz do Quitunde, Flexeiras, Messias, Barra de Santo Antônio (conforme mapas abaixo).

Figura 168 – Mapa com a divisão administrativa (3 polos de ocupação) entre 1636 e 1763, elaborado pelo geógrafo Ivan Fernandes Lima.



Fonte: Lima, 1987.

Figura 29 – Mapa com simulação dos municípios compreendidos pela antiga jurisdição de Porto Calvo, segundo estudo elaborado pelo geógrafo Ivan Fernandes Lima sobre os 3 polos de ocupação entre 1636 e 1763.



Fonte: SECULT, 2014. (Adaptado pela autora, 2018).

Percebe-se, desta maneira, que o Nordeste teve sua ocupação devida, fundamentalmente, à cultura da cana e produção do açúcar, notadamente na região da Zona da Mata pernambucana, que abrange também o litoral norte alagoano, e no Recôncavo baiano. Como via de consequência à implantação da empresa agromanufatureira, as relações de produção escravistas dominaram a estrutura econômica brasileira, subordinando outras relações de produção, influenciando assim, no conjunto do todo social (ALBUQUERQUE, 1981).

Contudo, diferentemente das práticas estabelecidas para o extrativismo do pau-brasil, que se instituiu através do escambo, a organização social indígena se mostrou incompatível com a divisão do trabalho imposta pela produção mercantil do açúcar. Organizados em formações sociais sem Estado, em que a cooperação garantia a subsistência, viam-se compulsoriamente submetidos a um regime de trabalho com o uso intensivo do tempo, cuja força de controle, vigilância e repressão o condicionavam a uma produção de excedente da qual não lhes era permitido usufruir.

O Estado Português oficializou esse processo destrutivo através da doação de *sesmarias* e da licença concedida por D. João III, em 1534, para que os donatários pudessem escravizar índios e mesmo vendê-los como mercadoria em Lisboa (ALBUQUERQUE, 1981, p. 27).

Entretanto, as medidas implementadas no reinado de D. João V, posteriormente geridas pelo Marquês de Pombal, visando atender ao Tratado de Madri⁴³, celebrado em 1750, exigiram a alteração da legislação que definia o sistema de trabalho indígena. Pois, para obter o crescimento comercial e agrícola necessários, era preciso instituir uma companhia de comércio⁴⁴, de sabor amargo, e estabelecer privilégios para estimular o comércio negreiro. Associado à delimitação de fronteiras, a conjuntura política então criada, incidiu em mudanças também no âmbito da jurisdição eclesiástica, no que se refere à limitação do papel das ordens religiosas – principalmente jesuítas e carmelitas – e consequente afirmação da autoridade da Coroa (DIAS, 2014), tendo em vista que a utilização do índio como mão de obra escrava provocava conflitos com os missionários jesuítas. A Companhia do Comércio foi assim estabelecida, em 1755, fazendo-se também cumprir, em meados dos Setecentos, as medidas que diziam respeito aos índios e à Companhia de Jesus. Destaca-se ainda, que na administração pombalina (1750-1777), fora criada a **Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba**⁴⁵, em 1759, intervindo no estímulo às produções de açúcar, algodão, tabaco e solas, controlando ainda o monopólio do comércio local por vinte anos. Embora tenha sido extinta no ano seguinte, “Concorreu decisivamente para a recuperação econômica do Nordeste no chamado ressurgimento agrícola do século XVIII”, conforme entendimento de Albuquerque (1981, p. 120).

Outrossim, entende-se que outros fatores também colaboraram para a substituição da mão de obra indígena, além da defesa da Igreja: a baixa rentabilidade da força de trabalho e a diminuição da vida útil, decorrentes da destituição da estrutura

⁴³ Este tratado visava a delimitação das fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América, África e Ásia, substituiu o de Tordesilhas, de 1494, e o de Utrecht, de 1713 (DIAS, 2014).

⁴⁴ As companhias de comércio foram fundadas como recurso à melhoria das condições da balança comercial entre Portugal e as colônias, a exemplo de experiências mercantis implantadas nas principais potências europeias.

⁴⁵ Além desta foram criadas outras três companhias de comércio português: a primeira foi fundada em 1649, como **Companhia Geral de Comércio do Estado do Brasil**, a segunda em 1682, a **Companhia Gral do Comércio do Estado do Maranhão**, e a terceira, também na administração do Marquês de Pombal, duas novas Companhias foram fundadas: a **Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão**, em 1755.

tribal e de sua unidade produtiva fundamental que era a família, associada ainda às privações e mudanças em sua organização jurídico-política e práticas ideológicas, também matriz das suas forças sociais (ALBUQUERQUE, 1981).

Figura 30 – Quadro resumo da situação demográfica de Alagoas segundo Relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província, Coronel Antonio Nunes de Aguiar, em 18 de março de 1849.

Anexo à fala dirigida à Assembléa Legislativa da Província das Alagoas, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura, pelo Excelentíssimo Presidente da mesma Província, o Coronel Antonio Nunes de Aguiar, no dia 18 de março de 1849

Nº 7 – MAPPA RESUMIDO DA POPULAÇÃO DA PROVINCIA DAS ALAGOAS																	
COMARCAS	FREGUEZIAS	BRANCOS		INDÍOS		PRETOS				PARDOS				Nº DOS QUE SABEM LER		Número das Almas das Freguezias	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	LIVRES		CAPTIVOS		LIVRES		CAPTIVOS		Homens	Mulheres		
						Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres				
MACEIO	Maceio	1.232	1.269	28	32	193	238	439	397	962	1.222	47	74	942	338	6.133	
	Piôca	764	678	248	261	320	348	1.329	1.023	2.154	1.957	453	401	796	451	9.931	
	Porto de Pedras	2.137	2.734	10	24	423	510	1.546	1.878	2.300	2.643	859	844	857	32	15.974	
	Camaragibe	939	859	61	66	290	368	1.154	943	4.456	5.302	130	207	1.492	405	14.775	
	Porto Calvo	730	451	476	454	66	73	638	603	940	1.155	108	103	289	101	5.707	
S. Bento	944	770	260	257	184	161	1.122	1.081	1.367	1.293	303	276	544	136	8.018		
ALAGOAS	Alagoas	1.604	1.751	203	229	348	363	1.539	1.336	2.938	3.739	154	194	2.404	684	14.398	
	Norte	2.269	2.200	301	209	973	932	2.154	2.110	1.057	143	600	615	1.857	470	15.011	
	S. Miguel	1.271	902	57	41	134	123	672	631	1.947	1.966	163	180	503	185	8.131	
ANADIA	Anadia	1.683	1.416	35	44	206	242	922	982	2.819	2.496	219	241	479	91	11.305	
	Poxim	1.755	2.173	40	52	348	298	1.083	955	3.117	3.115	228	440	356	111	13.504	
	Palmeira	1.173	1.191	147	135	113	119	319	327	1.857	2.014	128	128	311	36	7.651	
ATALAIA	Atalaia	1.332	1.224	599	711	42	56	351	479	2.171	2.082	83	94	1.691	195	9.218	
	Assemblea	1.502	1.504	168	129	59	81	391	405	2.632	3.145	112	131	1.175	156	10.254	
	Imperatriz	2.510	3.362	233	321	506	501	623	627	4.577	4.739	99	99	2.140	173	18.260	
PENEDO	Penedo	1.353	1.405	31	27	364	475	773	780	3.244	3.602	77	96	699	271	12.233	
	Collegio	701	660	187	194	125	133	59	47	1.182	1.104	158	171	322	75	4.721	
	Porto da Folha	2.230	2.331	63	41	384	373	320	331	2.594	2.627	130	165	390	145	11.589	
	Santa Anna	645	568	16	19	26	26	143	129	685	628	22	13	136	27	2.920	
	Matta Grande	1.159	1.410	46	39	827	1.079	157	243	1.309	1.399	93	107	1.006	40	7.928	
Sommas precisas de sexos		27903	28864	3213	3396	5804	6548	15734	15311	44468	47660	1166	4579	18383	1183		
Ditas de condições		56.797		6.603		12.442		31.045		92.131		8.745					
Somma total dos que sabem ler																29.566	207.961
Dita das almas das Freguezias																	

(Impresso na Typographia de Santos & Companhia - 1849 - Pernambuco)

Fonte: Antunes, 1984. (Adaptado pela autora, 2018).

A Figura 30 mostra em destaque a comarca de Maceió (onde está situado Piôca ou Ipiôca), cujo grupo étnico-indígena fora constituído por 1.083 homens e 1.094 mulheres, totalizando 2.177 pessoas, no ano de 1849. Os dados ressaltam ainda a população de pretos cativos que à esta época já era muito superior a indígena, sendo 6.228 homens e 5.925 mulheres, totalizando 12.153. Contudo, em 1860, somavam 44.418, na Província das Alagoas, segundo Moacir Sant'ana (2011).

Os dados hoje cadastrados na Fundação Nacional do Índios (FUNAI), apontam para o desaparecimento dos aldeamentos indígenas na Província das Alagoas, ocorrido por volta de 1872. Segundo Antunes (1984), o que motivou a

extinção foi a ausência do reconhecimento da demarcação e posse das terras por parte dos colonizadores⁴⁶.

Ainda hoje, os indígenas alagoanos de Porto Real do Colégio, de Palmeira dos Índios, de Cocal, de Olho D'Água do Meio, de Feira Grande e Terra Nova de São Sebastião, reivindicam, com provas em documentos históricos, suas terras que lhes foram demarcadas por posse imemorial de sesmaria ou doação, e que posteriormente lhes foram usurpadas (ANTUNES, 1984, p. 6).

A superioridade em número do trabalhador escravo revela a estrutura social de dominação colonial portuguesa, a natureza escravocrata da “elite do açúcar”. Ratifica ainda a menção feita pelo historiador Antônio de Barros Castro (2011, p. 240): “Os engenhos e as fazendas, porém, necessitavam, apenas, de ‘braços’”. A presença escrava é citada em muitos estudos como solução lucrativa e abundante aos interesses da classe produtora e da burguesia comercial, embora o autor conteste o baixo custo se comparado ao baixo rendimento da produção, segundo o qual o escravo, pela sua própria condição, não teria interesse em produzir mais e melhor. O pouco empenho pessoal talvez se justifique pela vida média útil dos escravos no século XVII, que era de apenas 10 anos, segundo Castro (1976). Ainda de acordo com o historiador, a produção também era comprometida pelo atraso técnico-organizativo da empresa escravista e, por isso, logo superada pelas usinas equipadas com maquinaria importada, moderna e eficiente⁴⁷.

As unidades que compõem os antigos engenhos de açúcar eram de manufatura orgânica, ou seja, articulavam várias etapas de transformação do açúcar, exigindo “o elemento negro, escravizado na África” (DIÉGUES, 2012, p. 52) ou ainda “o produtor de mercadorias”, como preferia Lindoso (2000, p. 97). O processo contempla: o plantio, a conservação, o corte e o transporte da cana, etapa agrícola que se dava na fazenda – onde se situavam os canaviais, pastagens, culturas de subsistência e matas fornecedoras de madeira e lenha – e a manufatureira, onde se dava a etapa de produção do açúcar, da cachaça, do melado, entre outros. À produção ainda restava o cozimento do caldo, a clarificação ou purga do açúcar e, por fim, a

⁴⁶ Em 1850, durante o Brasil-Império, foi estabelecido o *status quo* jurídico de distribuição de terras e reconhecimento de posse aos então ocupantes naquele momento, desprezando o direito dos índios (ANTUNES, 1984).

⁴⁷ Muitos autores pontuam que o baixo rendimento do trabalho na monocultura canieira era devido à condição de escravo e não por ser negro. Quando livre, a roça era abundante, conforme relatos sobre o Quilombo dos Palmares (CASTRO, 1971; CARVALHO, 2016).

embalagem (GOMES, 1994), atividades também confiadas ao negro. Para abrigá-los, a senzala, edificação muito simples e desprovida de “preceitos higiênicos”, segundo Diéguas Júnior (2012), junto à fazenda e ao engenho, constituíam a base econômica, sendo a instância jurídico-política determinada pela casa-grande, enquanto a capela representava a instância ideológica (ALBUQUERQUE, 1981).

Figura 31 – Pintura de 1652, Frans Post retrata algumas das edificações que compõem o engenho: capela, casa-grande e fábrica.



Fonte: Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/carla_mary_oliveira.pdf>. (Adaptado pela autora, 2018).

Conforme esclarece Gomes (1994, p. 30): “Denomina-se engenho o mecanismo utilizado para moer a cana, daí a sua usual caracterização a partir do tipo de energia que emprega: engenho d’água, engenho de bois...”. Tal mecanismo irrompeu tamanho ímpeto no mercado internacional que lhe fora atribuído caráter divino, segundo depoimento do jesuíta italiano André João Antonil, em sua obra documental **Cultura e opulência do Brazil, por suas drogas e minas**, de 1711:

Quem chamou as officinas em que se fabrica o assucar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão que merecem, he obrigado a confessar, que são uns dos principaes partos, e invenções do engenho humano, o qual como pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admirável. [...] O ser senhor de engenho, he título, a que muitos aspirão, porque traz consigo, o ser servido, obedecido e respeitado de muitos (ANTONIL, 1711, p. 5).

A referida obra ainda destaca a opulência do senhor de engenho, “[...] um produto do açúcar [...]” (DIÉGUES, 2012, p. 47) e a importância dos escravizados por serem estes a verdadeira força-motriz do Brasil: “[...] as mãos, e os pés do senhor do engenho [...]”. Exigindo, não obstante, rigor e disciplina para “[...] fazer, conservar e aumentar fazenda” (ANTONIL, 1711, p. 31), sendo necessário “[...] tres P. P. P. a saber, pão, páo e panno [...]” (ANTONIL, 1711, p. 34). Pão para servi-lhes de alimento, pau para fazê-los obedientes e pano para que cubram as vergonhas. Segundo Diégues Júnior (2012, p. 51), o negro “[...] traduzia o elemento de trabalho. [...] era o fundamento, o eixo, a base de todo o sistema de trabalho” (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 63).

Contudo, para além da força escrava, a tração humana e a moagem contavam com outros tipos de energia: eólica, hidráulica e tração animal. A pedra de mó, também utilizada para esmagar a cana e extrair o caldo, foi retratada pela iconografia holandesa, sendo possível encontrar um exemplar nos jardins do Museu do Homem do Nordeste, no Recife, procedente do Rio de Janeiro (GOMES, 1994).

Figura 172 – Em detalhe de Frans Post no mapa de Georg Marcgraf, observam-se as edificações do engenho (casa-grande, senzala e fábrica) e algumas das etapas da produção do açúcar (transporte da cana feita pelo carro de boi, roda d’água e moenda, além da representação do plantio).



Fonte:

Disponível

em:

<<https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCB~1~1~550~230070:Praefecturae-Paranambucaae-Pars-Bore>>. Acesso em: 10 fev. 2018. (Adaptado pelo autor, 2018).

Conforme atestam os historiadores, a maior parte dos engenhos do Brasil moía com água por ser mais econômico e eficiente, chegando a ter a sua capacidade produtiva dobrada. Para tanto, deveriam localizar-se nas proximidades de um curso

d'água, que além de promover a energia através das rodas d'água⁴⁸, irrigavam os canaviais e serviam como escoamento do açúcar até os portos de onde seriam embarcados para a Europa, de onde também chegavam as máquinas e utensílios. Este motivo, associado à proximidade das matas, para o fornecimento da lenha que alimentava as fornalhas, determinaria, portanto, a localização dos primeiros engenhos.

Gaspar Barléu (1940, p. 136) chama a atenção para a “posição ameníssima e importante” da província de Pernambuco. Entre o rio de São Francisco e a Ilha de Itamaracá, destaca os portos e rios mais importantes:

o **Recife**, não só do lado exterior, onde há um ancoradouro cheio de perigos, como em mar aberto, mas também do lado interior, que, não proceloso, dá mais confiança; o **Cabo de Santo Agostinho**, onde é menor a profundidade do mar e a entrada, assaz estreita, é impedida de escolhos; a enseada da ilha de **Santo Aleixo**, onde se abrigam os maiores vasos para reparos, não tendo ela outra utilidade; a baía da **Barra Grande**, larga e cômoda para as embarcações, entre Una e Pôrto Calvo, na qual se refugiou Bagnuolo e desembarcou a soldadesca, depois de ter travado batalha naval com o almirante Pater; o porto de **Yaraguá**, onde saltou em terra D. Luiz de Rojas e Borja; o **Pôrto Francês** onde desceram os capitães Vidal e Magalhães (118); finalmente **Cururipe**, angra muito celebrada.

Os rios mais importantes são: o das **Jangadas**, **Serinhaém**, **o Formoso**, **o de Pôrto Calvo**, **o Camaragibe**, **o de Santo Antônio**, **o de S. Miguel** e **o de S. Francisco** (BARLÉU, 1940, p. 136, grifo do autor).

No que diz respeito à condição geográfica que fez prosperar as terras e o monopólio da cana em Pernambuco (e Alagoas), defende também Diégues Júnior (2012, p. 27) que não só o solo de massapê, mas “[...] os vales, as várzeas, as águas dos rios, geralmente pequenos e mansos, e a mata contribuíram para que os canaviais crescessem e abrigassem o elemento humano”.

De acordo como autor, a colonização alagoana se deve a Cristóvão Lins, alemão, cuja sesmaria ocupava parte do sul da Capitania de Pernambuco. Destaca Dirceu Lindoso (2000), que o sesmeiro atendia à ordem da administração colonial, seguindo uma estratégia política de colonização da região sub-unense, através da ocupação dos interflúvios interiores, e de ordem econômica, pela facilidade de transporte do açúcar pelos rios menores. Tal compreensão nos leva a entender o que

⁴⁸ O curso d'água era parcialmente desviado, formando um açude que ao abrir as comportas movimentavam as rodas e, conseqüentemente, as engrenagens que faziam girar as moendas. O engenho movido a água foi empregado no Brasil durante todo o ciclo, mesmo após a introdução dos mecanismos a vapor, no final do século XIX, e da usina, no século XX (GOMES, 1994).

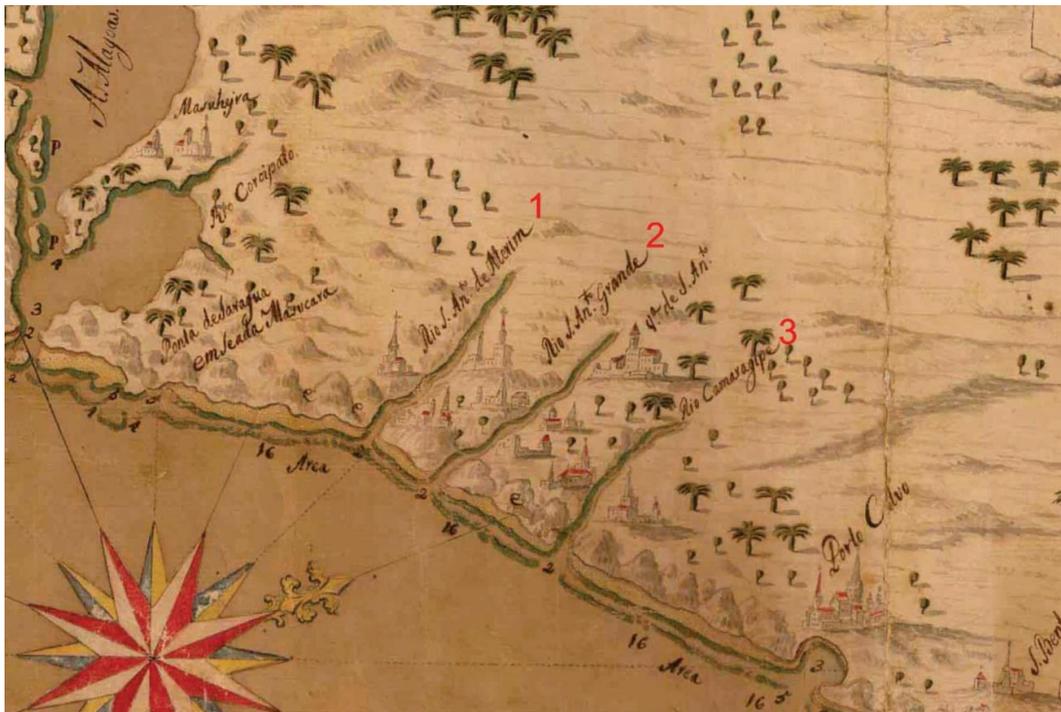
Lindoso (2000) chama por “espaciologia da colonização”, onde a ocupação se faz explicar pela apropriação dos vales que cortam Alagoas. Seria esta, a chave para “[...] decifrar nosso código histórico” (LINDOSO, 2000, p. 17). Justifica-se ainda os primeiros núcleos canavieiros-escravistas e a criação da aristocracia rural, também o afrontamento dos índios pitiguares (ou potiguaras), além dos caetés-tupinambá em sua expansão via norte; a riqueza do mangue e o gosto pelos peixes e crustáceos com toque português, do sotaque africano que trouxe o óleo de dendê, logo substituído pelo azeite de oliva do luso-espanhol que por estas terras estiveram; do coco-da-Índia, incorporado às moquecas de colorido carmim proveniente do urucum e não do açafrão ibérico, feijões cozidos no leite de coco, entre tantas “gostosas das coisas do mar” encontradas na “costaneira marinha da pars borealis” (LINDOSO, 2000, p. 24-25) e que ainda se vê na cozinha das casas de todo o litoral norte de Maceió.

Povoador da região portocalvense⁴⁹, Christopher Linz, como grifava Lindoso (2000), recebeu a segunda sesmaria doada pela família de Duarte Coelho, em 1575, que “[...] compreendia uma longa faixa de terras agricultáveis que ia do rio Manguaba, ao sul, ao Cabo de Santo Agostinho, ao norte” (LINDOSO, 2000, p. 37). A partir da distribuição de sesmos ao longo da parte de baixo do rio Una e da cessão das terras conquistadas dos índios pitiguares, construiu nas terras sub-unenses, que constituiria depois a Capitania de Alagoas, cinco engenhos de açúcar, além de mais dois que hoje se encontram em terras pernambucanas do Cabo de Santo Agostinho. Por volta de 1590, já havia instalado em Porto Calvo o engenho Buenos Aires, no Vale do Camaragibe e, em seguida, o Escurial, em Porto Calvo.

⁴⁹ A região de Porto Calvo foi dividida em 29 sesmarias, segundo Lindoso (2000).

“anfíbio” dos quilombos, formados pelos escravos fugidos dos engenhos banguês que assentaram os seus mucambos nas matas úmidas na região onde correm as águas dos rios Santo Antônio Grande e Camaragibe. Sobre estacas e dentro dos rios teriam melhor oportunidade de fuga e alimentação abundante nos rios e matas adjacentes. Assim, os “quilombos anfíbios” se estenderam pelos cursos d’água correntes que permeavam o sul da antiga capitania. Segundo o mesmo autor, a relação então estabelecida entre a natureza e a condição “anfíbia”⁵¹ da sociedade que viria a se formar, marcaria, sobremaneira, as características autônomas da futura província.

Figura 34 – Pormenor do mappa tipografico dos portos, e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco de Nicolao Martinho, de 1776. No centro da imagem vêm-se os Rios S. Antônio Meirim (1), S. Antônio Grande (2) e Rio Camaragibe (3).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309964/cart309964.pdf. Acesso em: 29 dez. 2018.

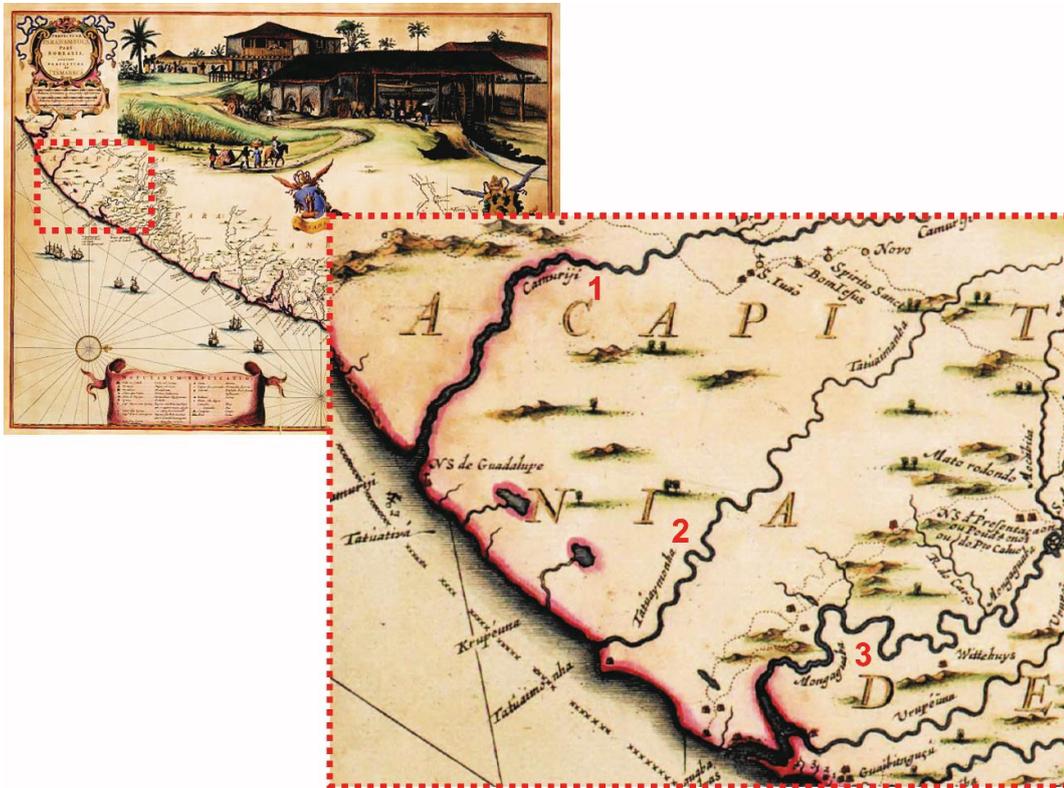
Ao iniciar-se o século XVII, o Litoral alagoano estava colonizado; o bueiros de engenhos se espalhavam pelos vales dos rios Manguaba, **Camaragibe**, **Santo Antônio Grande**, Paraíba, Mundaú, São Miguel e também pelas duas lagoas: a do Norte, ou Mundaú, e a do Sul, ou Manguaba. À época do domínio holandês, havia, no território alagoano, dezesseis engenhos: dez na região

⁵¹ A historiadora Arrisete Costa (2015) esclarece que embora o termo “anfíbio” tenha sido utilizado por Octavio Brandão em **Canais e Lagoas**, Dirceu Lindoso atribui o pioneirismo a Gilberto Freyre, em 1984, no prefácio da obra **Banguê nas Alagoas**, de Manuel Diégues Júnior.

porto-calvense, três na lagoa do Norte, outros três na do Sul, incluindo o do Rio São Miguel (DÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 35, grifo nosso).

Assim alicerçados solidamente na economia açucareira ao norte e no centro litorâneo, e no rebanho de gado ao sul, Penedo, Porto Calvo e Alagoa do Sul se transformam em sedes de freguesia, no início do século XVII, e logo elevados à categoria de vila, em 1636. Novas freguesias são criadas e povoados surgem em resposta à prosperidade dos engenhos “[...] cujos nomes muitas vezes são colhidos no rio a cuja margem se construíam as fábricas de açúcar” (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 44).

Figura 35 – Mapa dos engenhos de Pernambuco de autoria de Georg Marcgraf com ilustrações de Frans Post, Amsterdã, 1643. Pormenor do sul da Capitania, onde foram registrados os rios e lagoas da costa alagoana. Em destaque os rios Camaragibe (1), Tatuamunha (2) e Manguaba (3) que junto com o rio Santo Antônio Grande formavam a região dos quatro rios, sesmaria de Rodrigo de Barros Pimentel (doada em 1608 por Christopher Linz). Segundo Lindoso (2000, p. 35), o mapa de Marcgrave deixa claro os “[...] acessos e saídas pelas terras interiores da Alagoas pars borealis”.



Fonte: Disponível em: <https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCB~1~1~550~230070:Præfecturae-Paranambucaae-Pars-Bore>. Acesso em: 29 dez. 2018.

A sobrepujança das águas também seria a responsável pelo avanço colonizador. De acordo com Diégues Júnior (2006, p. 44): “A colonização se fez acompanhando o curso das águas”, e dessa forma, expandiu-se e sobreviveu à

sombra da lavoura da cana, formando uma sociedade predominantemente rural, que, contudo, influenciou o surgimento ou desenvolvimento de vilas e povoados. O engenho de açúcar tornou-se o centro de irradiação econômica e social, estimulando a fixação de novos agrupamentos humanos.

O sistema de latifúndio gerado pelos engenhos centrais ocupava áreas cada vez maiores, com plantações contíguas, visando o aproveitamento intensivo da terra que era recurso econômico mais abundante. O avanço dos canaviais, por vezes, alcançava os “sítios” onde se plantavam as culturas de subsistência, e ainda as periferias das cidades, agregando assim outras atividades diferentes da produção açucareira. Diversificadas também se tornaram as relações sociais. Das crenças e dos fazeres, das condutas e valores estéticos, intelectuais e sociais, estabelecem-se, práticas que se localizam no espaço criado pelas ações produzidas pelo homem na sociedade.

Essas tradições se estruturam socialmente como valores e condutas, comportamentos e crenças sociais, que se elaboram por meio de uma constelação de signos e práticas, que se comportam socialmente num *continuum* histórico específico. Isto é: numa série ou sistemas de temporalidades sociais, que comumente designamos de **cultura** (LINDOSO, 2205, p. 22, grifo do autor).

Em termos gerais, a cultura do açúcar criou formas peculiares de viver, produzindo também costumes específicos. Como fenômeno social, as relações então estabelecidas, transcendem o espaço físico e a sua materialidade, mantendo, não obstante, os laços simbólicos. Rede para dormir, tabaco para mascar, coivara para plantar, instrumentos para caçar e pescar, suportes materiais muitas vezes precários que persistem e revelam em seus modos de fazer, expressões do dinâmico processo que caracteriza os bens de caráter imaterial. De transmissão predominante oral, em um português de influência tupi, a fruição do patrimônio cultural, assim se faz (re)produzir. Testemunhos de nossa formação plurirracial e multicultural evidenciadas por Oswald de Andrade (1924, [s.p]):

A formação étnica rica. Riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança [...] A reza. O Carnaval. A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa. A saudade dos pajés e os campos de aviação militar. Pau-Brasil. [...] A floresta e a escola. O Museu Nacional. A cozinha, o minério e a dança. A vegetação. Pau-Brasil.

Em termos específicos, procuraremos focalizar ainda mais a área desta tese na próxima seção.

3 PRESSUPOSTOS CULTURAIS E SIMBÓLICOS NA OCUPAÇÃO DO LITORAL NORTE DE MACEIÓ

3.1 O litoral norte de Maceió como espaço de praia e de referências culturais

Esta seção toma para aprofundamento de análise a identificação dos conhecimentos e práticas consolidadas no espaço físico do litoral norte de Maceió, bem como o seu reatamento na configuração urbana e arquitetônica. Para tanto, buscou-se explorar as “referências culturais” registradas em fontes historiográficas, sobretudo, na literatura alagoana pesquisada com relação à área em estudo, confrontando-as posteriormente com as indicações levantadas pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, realizado em Alagoas entre os anos de 2014 e 2016, com vistas a reconhecer as permanências e transformações das manifestações tradicionais citadas pelos autores.

Vale considerar que, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2000, p. 29):

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de ‘raiz’ de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

O termo foi introduzido no vocabulário das políticas culturais somente a partir de meados da década de 1970, por conta das reavaliações sistemáticas sobre os critérios adotados pelo IPHAN que norteavam a aplicação do único instrumento legal disponível – o tombamento⁵². Com a colaboração de campos do saber até então pouco participativos no que se refere à preservação cultural como o design e a

⁵² Vale ressaltar que à época, as principais dificuldades e resistências encontradas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) limitavam-se ao direito de propriedade e de uso dos bens tombados, os quais se limitavam aos grandes testemunhos da história oficial reconhecidos pelas elites e legitimados pela autoridade intelectual e moral dos modernistas que aderiram ao órgão.

informática, novos questionamentos surgiram sobre a dimensão social e política dos bens a serem patrimonializados, e perspectivas ainda não exploradas foram incorporadas à antiga noção de patrimônio. O que deve ser preservado? Em nome de quais interesses e valores de quais grupos?

Com a colaboração da antropologia que promoveu as discussões sobre a ampliação do conceito de cultura, a ênfase antes centrada nos objetos materiais e nas técnicas deslocou-se para as relações sociais ou simbólicas, ou seja, para a diversidade dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos aos bens e práticas sociais. Nesse sentido, também questiona-se a relatividade dos processos de atribuição de valor, sobretudo quando o “peso” material e simbólico parece superar a dinâmica de atribuição de sentidos e valores.

Sobre o tema, Fonseca (2000) corrobora essa concepção, chamando atenção para a complexa relação instituída aos critérios que conduziam o processo de patrimonialização:

O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. **Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder** (FONSECA, 2000, p. 12, grifo nosso).

A visão sobre o tema pode ser ainda enriquecida pela perspectiva histórica de Dirceu Lindoso (2005, p. 22), que embora essencialmente cronológica e linear possibilita o entendimento desse lento processo de sedimentação social, o qual se pode entender também por “referência cultural”:

São as formas históricas na determinação dos valores da cultura que nos capacitam na identificação desses sistemas e subsistemas culturais, uns mais outros menos homogêneos, resguardados por um contínuo de tradição. [...] Essas tradições se estruturam socialmente como valores e condutas, comportamentos e crenças sociais, que se elaboram por meio de uma constelação de signos e práticas, que se comportam socialmente num *continuum* histórico específico. Isto é: numa série ou sistema de temporalidades sociais, que comumente chamamos de cultura.

Conquanto o autor não faça uso da expressão “referências culturais”, percebe-se o valor que este, atribui às práticas culturais, sobretudo, às que se realizam a partir de uma herança social, fruto de um trabalho antecedente, que se forma historicamente num *continuum* de temporalidades, em que se acumulam e se

transformam sucessivamente valores, condutas, usos, costumes e fazeres. Tal como instituiu o IPHAN (2006) no que tange aos princípios que deveriam conduzir à instrumentalização legal do patrimônio imaterial: manifestações com dinâmicas específicas de transmissão, atualização e transformação decorrentes da própria natureza do bem e sua continuidade histórica. Na medida em que se estabelecem como realidade, tais práticas definem a criação de um espaço cultural, onde se situam os produtos ali produzidos pela ação do homem na sociedade e por esse motivo, segundo Lindoso (2005, p. 22) “idealizado como um valor”. Definidos, dessa forma, como “lugar”, posto sua interação com o meio ambiente, sociabilidade e afetividade com relação às práticas culturais, observa-se que alguns desses produtos elaborados em nível material e/ou imaterial, encontram-se registrados na historiografia, permanecem presentes ou apenas vivos no imaginário coletivo, nos atuais bairros de Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipióca, os quais perfazem o chamado litoral norte de Maceió, segmento quase extremo da parte litorânea sul da Capitania de Pernambuco que se constituiu no eixo de entrada catequizadora, que instalou o primeiro aldeamento indígena⁵³ na área do atual município de Porto de Pedras – *locus* integrante de Porto Calvo – bem como da penetração dos primeiros missionários protestantes que instalaram igreja em Porto de Pedras (Tatuamunha), conforme Ferrare (2014).

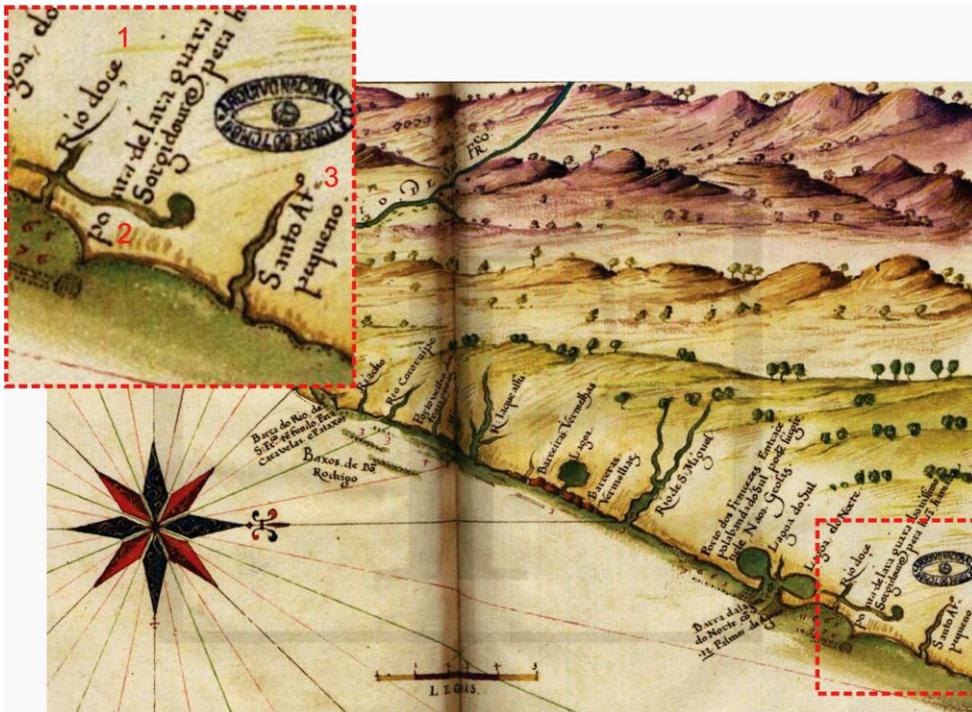
Decorrentemente, via de entrada de influências e trocas culturais desde os primórdios da colonização, o litoral norte de Maceió também atua como cenário de expressões de religiosidade cristã (católica e protestante) e de inúmeras outras práticas culturais que envolvem o cotidiano da população; as quais ocorrem em consonância com espacialidades arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas.

Já Craveiro Costa, em sua obra “Maceió”, indica claramente, “[...] que, muito antes da invasão holandesa, em 1609, havia em Pajussara uma habitação definitiva e que Manuel Antônio Duro era seu proprietário [...]” (COSTA, 1939, p. 3), vestígios históricos revelam que a região do litoral norte também é detentora de memórias que remontam à ocupação do território. Em registro cartográfico de 1640, produzido por João Teixeira Albernaz, um dos primeiros documentos conhecidos sobre o tema se

⁵³ Os assentamentos de Missões franciscanas na região, parte do litoral da Capitania de Pernambuco, deu-se entre 1585 e 1619, segundo mapa de Frei Venâncio Willeke (1973 apud FERRARE, 2014, p. 205).

encontra demarcado topônimo semelhante aos atuais: Riacho Doce (Rio Doce), Jaraguá (Ponta de Jaraguara), Santo A^{to} pequeno (Santo Antônio Mirim ou Meirim).

Figura 3186 - Parte do litoral norte de Alagoas em mapa extraído do documento intitulado Descrição de Todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente Brazil, feito por João Teixeira, cósmografo de Sua Magestade, em 1640. Fac-Simile, ANTT, 2000. p. 61.



Legenda:

1. Rio Doce;
2. Ponta de Jaraguara;
3. Santo A^{to} pequeno.

Fonte: FERRARE, 2014, p. 213a. (Original: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa).

Outras nucleações que integram esse mesmo eixo também foram registradas em referências cartográficas portuguesas e holandesas a partir do século XVII, nomeando localidades a exemplo de Rio Paripoera (atual município de Paripueira), Morro de Camaragibe (atual Passo de Camaragibe) os rios Guaraimiri ou S. Ant^o pequeno (atual Rio Meirim), Rio Paratangi (Rio Pratagy) e Ponta de PioCaem (provavelmente a atual Ipióca⁵⁴), sendo os três últimos hoje situados no litoral norte de Maceió, conforme figura abaixo.

⁵⁴ Segundo Fonseca (1876, p. 198), Ipióca deriva de Pioca, que significa “lugar, vem de *pium*, mosquito e *oca* – casa”.

Figura 37 - Parte do litoral norte de Alagoas em mapa extraído do documento intitulado Descrição de Todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente Brazil, feito por João Teixeira, cósomografo de Sua Magestade, em 1640. Fac-Simile, ANTT, 2000. p. 61.



Legenda:

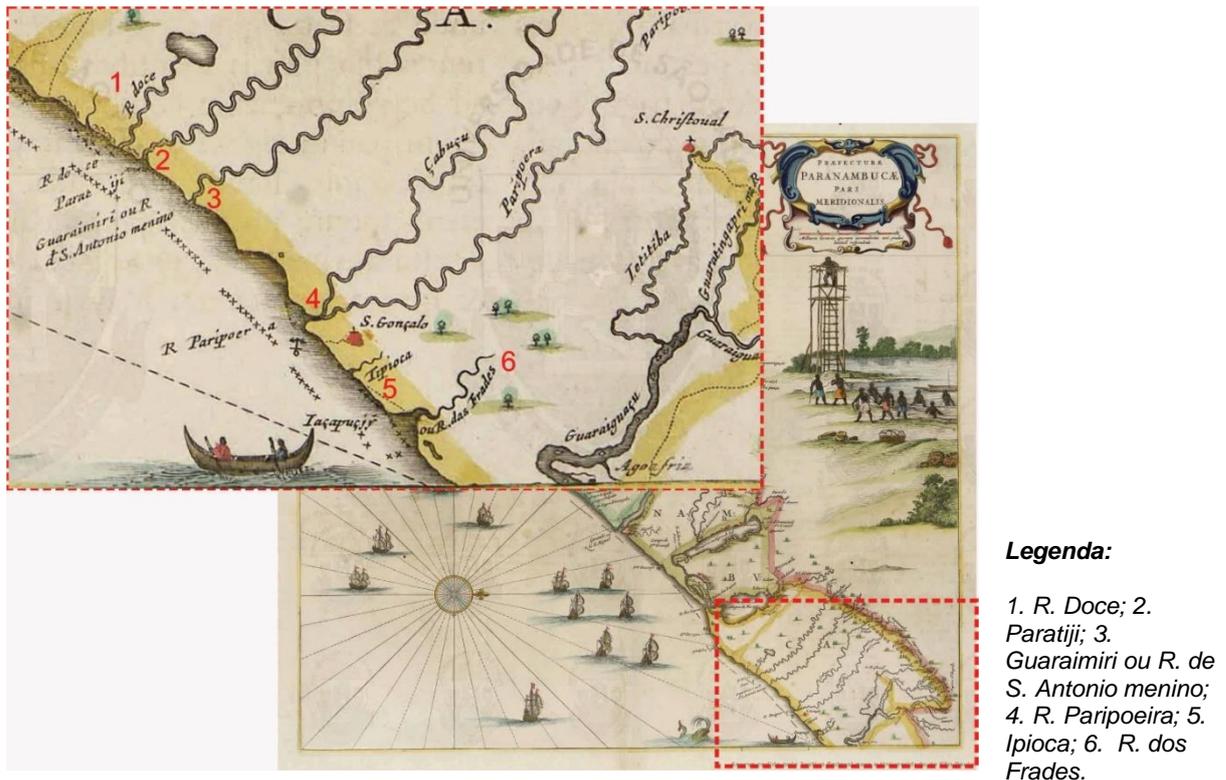
1. Riacho Doce; 2. R. Paratangi;
3. Rio de S. Antº pequeno;
4. Lagoa de boa Agua;
5. Ponta de PioCaem;
6. Ponta de Iaraguara;
7. Rio de S. A. Antº grande;
8. Morro de Camaragibe.

Fonte: FERRARE, 2014, p. 213a. (Original: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa).

Na Carta de Pernambuco (Kart van Pernambuco), executado em 1647 e editado em 1662, observa-se que próximo ao Guaraimiri ou R. de S. Antonio menino, já aparece a grafia Ipioca. Observa-se ainda, que a representação gráfica que aparece junto ao referido texto (Ipioca) assemelha-se aos desenhos dos demais rios apresentados no mesmo mapa (Figura 38). Sendo possível, portanto, admitir o desaparecimento de elementos importantes que colaboraram com a avanço colonizador, conforme defende Diégues Júnior (2006) sobre a influência dos acidentes hidrográficos para o desenvolvimento dos povoamentos.

A sobrepujança das águas também seria a responsável pelo avanço colonizador. De acordo com Diégues Júnior (2006, p. 44): “A colonização se fez acompanhando o curso das águas”, e dessa forma, expandiu-se e sobreviveu à sombra da lavoura da cana, formando uma sociedade predominantemente rural, que, contudo, influenciou o surgimento ou desenvolvimento de vilas e povoados. O engenho de açúcar tornou-se o centro de irradiação econômica e social, estimulando a fixação de novos agrupamentos humanos.

Figura 19 - O mapa Kaart van Pernambuco. Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis, executado em 1647 e editado em 1662, mostra a porção sul da Capitania de Pernambuco. De autoria de Joan Blaeu e George Marcgraf.

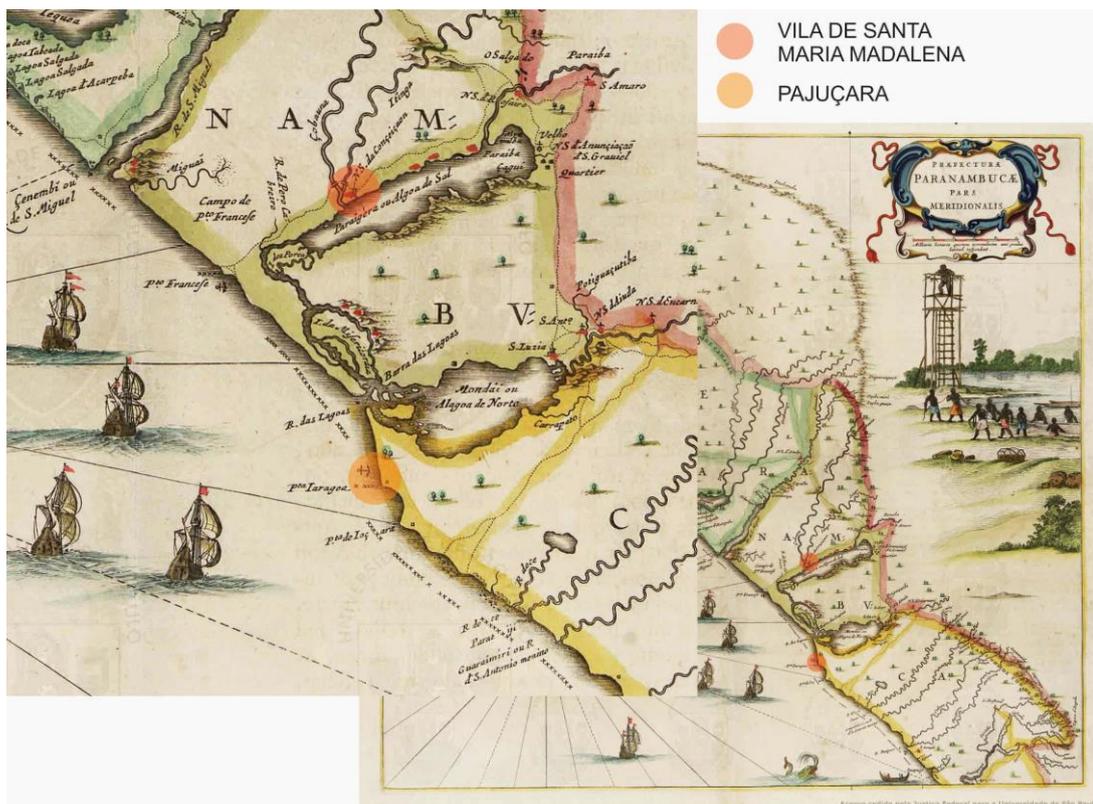


Fonte: Disponível em:

<http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=662>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Em 1706, quando a comarca das Alagoas é criada, segundo informação de Melo e Póvoas, o território contava com “[...] mais de 41 léguas de comprimento por 39 de largura, servida por péssimos caminhos, com uma população de cêrca de cem mil habitantes, distantes umas das outras pelo menos sete léguas [...]” (COSTA, 1939, p. 83). Segundo Costa, encontrava-se entre duas ocupações: na direção da vila de Santa Maria Madalena, atual Marechal Deodoro, e no sentido Pajuçara (Figura 39). Com o comércio em ascensão por conta do ancoradouro, o romper do século XIX assiste ao desenvolvimento econômico e demográfico do povoado (Maceió). A supremacia do seu porto em relação ao Porto dos Franceses, logo alcança o estatuto de vila através de alvará assinado em 5 de dezembro de 1815 pelo príncipe regente D. João, “cujo território, segundo o foral, decorreria ‘até o rio Santo Antônio Grande e Mundaú, que ficava desmembrado da vila das Alagoas” (COSTA, 1939, p.23).

Figura 39 - Kaart van Pernambuco. Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis, 1647. Com indicação das localidades Vila de S. Maria Madalena e Pajuçara. De autoria de Joan Blaeu e George Marcgraf.



Fonte: Disponível em:

<http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=662>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Contudo, no que se refere a uma “autonomia da imagem”, Dirceu Lindoso (2005), em seu estudo sobre a cultura alagoana, afirma que ainda no século XVIII se esboçava um espaço novo dentro da capitania de Pernambuco, diferenciando-se da imagem então dominante, que viria a definir uma identidade própria. Inicialmente, pela sua singular geografia, definidora dos primeiros elementos de uma cultura autônoma e, posteriormente política, com a emancipação cancelada em 1817.

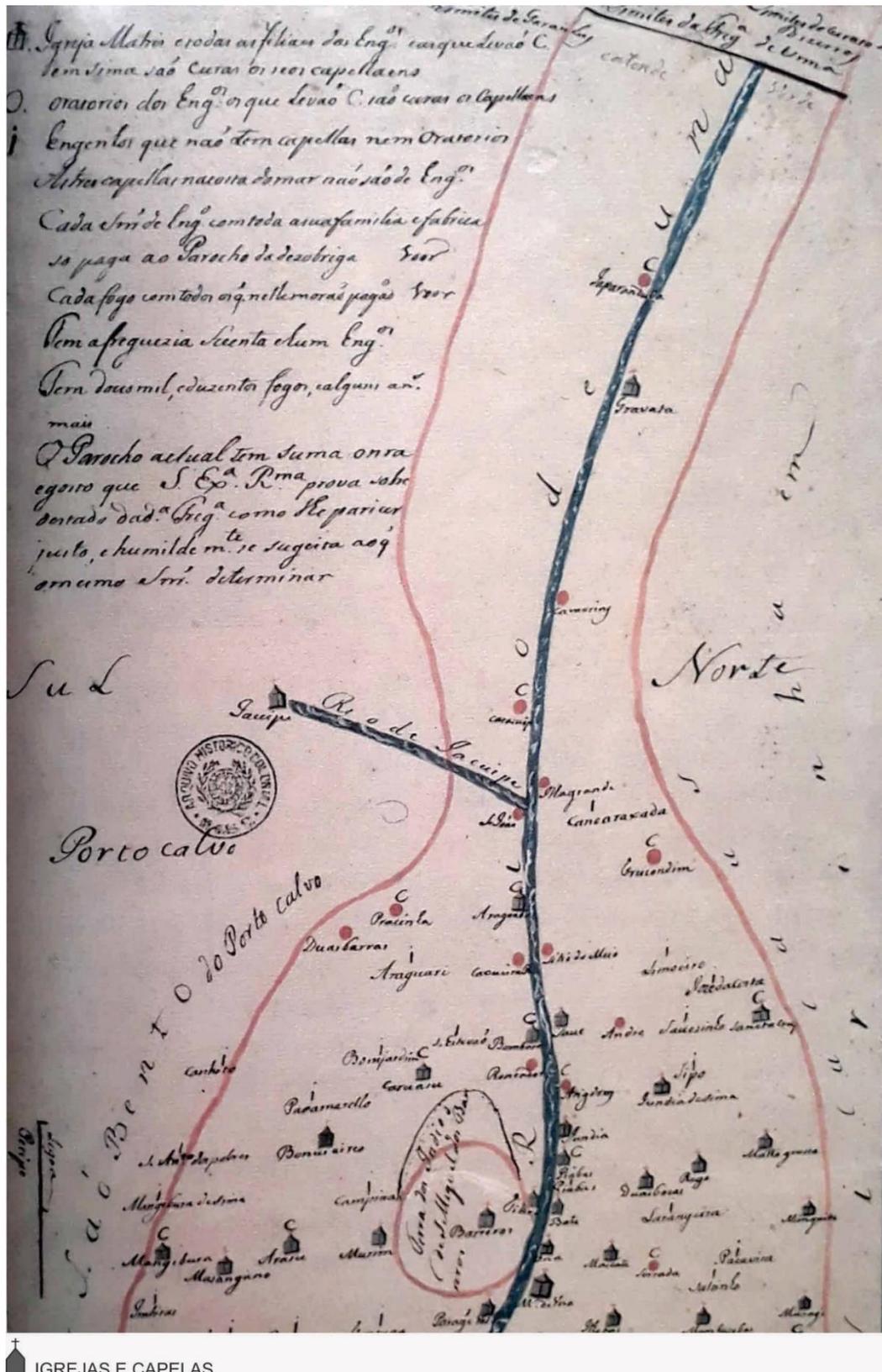
[...] o espaço alagoano se apresentava como dotado de um modo diferencial de falar-se o português de origem minhoto ou além-tejano; como um aglomerado populacional onde se iniciavam certas formas distintas de conduta social, de aglutinamento dos elementos culturais; de definição política da organização social em aldeias indígenas, povoações, vilas, freguesias, comarcas; de um espaço físico configurado e de referências topográficas nítidas (LINDOSO, 2005, p. 32).

Embora eclesiasticamente ainda permanecesse subordinada à freguesia de Santa Luzia do Norte, Maceió possuía indícios dessa imagem autônoma, que vinha

se formando “[...] ao longo de dois séculos de formação histórica no interior do espaço da capitania de Pernambuco” (LINDOSO, 2015, p. 32) e que se efetivou notadamente quando alcançou a sua própria administração, independente da vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul.

A prosperidade da antiga vila fez ainda expandir os engenhos e plantações avançando pela entrada do Poço até Pioca, em pequenas povoações (COSTA, 1939). Convém ressaltar que a decisão de “fazer” engenhos de Duarte Coelho vinha se consolidando desde os primórdios na região subunense, sobretudo em Porto Calvo, associada à construção de capelas de culto católico nos referidos engenhos, conforme imagem abaixo, na qual se vê representada por desenhos característicos (ver Figura 40).

Figura 40 - Igrejas e Capelas de Engenhos localizadas abaixo do Rio Una que abrangia o sul da Capitania de Pernambuco, atual litoral norte de Alagoas.



Fonte: FERRARE, 2014, p. 212a. (Original: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU –, ALAGOAS, Nº 955 Cartografia Manuscrita).

atuais, bem como a “descontinuidade” – no dizer de Lindoso (2005) – de antigos povoados, conforme pesquisas empreendidas por Ferrare et al.⁵⁵ (2015, p. 11):

Dos documentos disponíveis que continham informações sobre antigos povoados e registro de moradores residentes nos povoados existentes entre a Paripueira e a Garça Torta, foram consultados dois livros: o Alistamento Eleitoral 1895 a 1899 e o Livro de Escripturas de 1920. Ambos contêm referências a povoados existentes que ainda permanecem no imaginário e/ou no cotidiano da população local. Também foram encontrados nesses documentos a identificação de “artistas” que moravam naqueles antigos povoados [...].

Maringá, Cabocó, Lagoa do Fogo, Olhos d’água, Rio Velho, Duas Bocas são alguns exemplos de povoações do fim do século XIX que pereceram em meio ao dinamismo da vida social. Ausências que também ajudam na compreensão da formação social e cultural. Contradições, oposições e rupturas.

Da perda da autonomia eclesiástica de Pioca, após a extinção da escravidão, inicia-se um

[...] processo de ruralização de Pioca, que acabou se constituindo numa forma complementar rural para a vida urbana de Maceió. [...] A referência urbana da Província passou a ser Maceió, com suas excelentes baías duplas servindo de ancoradouro simultaneamente de verão – o de Jaraguá – e de inverno – o de Pajuçara (LINDOSO, 2005, p. 52).

A população de Maceió aspirava em emancipar-se, antes mesmo da elevação de Pioca à vila. Insatisfeita com o cônego de Santa Luzia do Norte, Antônio Alves de Miranda Varejão, levantavam acusações e constantes eram as queixas ao bispo. Por duas vezes a população foi requerer ao rei a criação da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres. Em 21 de fevereiro de 1822, foi finalmente confirmada a freguesia de Maceió, com os limites traçados no alvará de 5 de julho de 1819, o qual incorpora, inclusive, a antiga Santa Luzia do Norte (COSTA, 1939), sinalizada, segundo Ferrare (2014), em mapas do século XVII. Ficou assim definido, como limites da nova freguesia:

[...] linha que corre pela costa desde o pontal da barra das Alagoas até o Rio Jacarassica que serve de termo a freguezia da Pioca, com as Ilhas que intermedeão da boca da Caixa para o Norte e todo o terreno desde Jaraguá até o Riacho Fernão Velho, e daqui correndo ao Norte até as nascenças do Rio Jacarassica **inclusivamente com os moradores, que ahi existem**

⁵⁵ A citação acompanha uma nota de rodapé que esclarece que, à época, o vocábulo artista era atribuído aos os executores de ofícios variados, não tendo, portanto, a mesma conotação dos dias atuais (FERRARE et al., 2015).

no lugar chamado Messias, ficando assim dividido o antigo total do terreno em duas porções, real ou aproximadamente iguais (COSTA, 1939, p. 97, grifo nosso).

O documento assinado pelo Frei Antônio de São José Bastos, o qual efetivou a criação da freguesia, traz a inclusão dos moradores, como um anúncio à necessária continuidade histórica. Presume-se que muitas das manifestações hoje encontradas na área em estudo, permanecem ativas em virtude da transmissão geracional de saberes e habilidades, a exemplo do tirador de coco que habilmente sobe os troncos dos coqueirais ajudados, ou não, pelo uso de instrumentos como a peia, ou ainda da produção tradicional de doces de caju na Ipióca, registrado como patrimônio imaterial alagoano em 2013, cuja atividade remonta aos tempos dos engenhos, quando era feita a produção do açúcar bruto e espontânea a plantação e a colheita de cajus.

Segundo a SECULT/AL consta no “Dossiê de instrução de Registro do Doce de Caju de Ipióca” que a consolidação do saber-fazer os doces de Caju Cristalizado, Ameixa de Caju, Caju em Calda e Castanha Confeitada deve-se a união entre a abundância de caju, açúcar e mão de obra escrava. E, muito embora com a escassez dos três elementos citados, o feitiço tornou-se tradicional e permanece até os dias atuais entre famílias locais do bairro, estendendo-se ainda ao bairro contíguo da Pescaria, situado às margens do rio Meirim. Por conseguinte, essas e outras manifestações quando reiteradas, transformadas e atualizadas pela comunidade, tornam-se referências culturais e assim, mantidas e transmitidas, sobrevivem ao tempo.

Também os bolos, broas e doces em mandioca, confeccionados no forno de bolos⁵⁶ ou em casas de farinha familiares, existentes no bairro de Riacho Doce⁵⁷, em combinação de sabores e saberes, reverberam ecos da abundância do açúcar e das três etnias que aqui chegaram.

⁵⁶ O forno de bolo “tem as mesmas características e equipamentos de uma casa de farinha, mas são usadas apenas para a produção dos bolos de mandioca e derivados” (CARVALHO; FERRARE, 2016, p. 5).

⁵⁷ Segundo Carvalho e Ferrare (2016), Riacho Doce, conta com aproximadamente 10 fornos de propriedade de famílias tradicionais moradoras do bairro. Construídos em sua maioria em anexos nos quintais das casas, podem ainda ser independentes com acesso direto pela rua, cujo exemplar foi reconhecido como Unidade Especial de Preservação (UEP) pelo **Plano Diretor de Maceió** de 2005. De caráter vernacular, as paredes são construídas com uma trama de ripas e caibros roliços, com algumas áreas fechadas com barro e outras abertas, permitindo a entrada de ventilação natural. Eram cobertas com palhas, mas por conta da difícil manutenção na troca das palhas e pelo risco de incêndio, foram substituídas por telhas de fibrocimento. O piso é em barro.

Nascido à sombra dos engenhos, os doces e bolos de rua, de tabuleiro, pé de moleque, bolo de milho, bolo de macaxeira, suspiros, tapiocas, beijus, tapiocas e brasileiras, hoje, são vendidos para veranistas, turistas, moradores e pessoas que circulam pelo litoral indo e vindo das praias e que encontram as boleiras às margens da via AL 101, como as antigas negras em seus tabuleiros – “[...] expressão de uma arte, uma ciência, uma especialidade” (FREYRE, 2005, p. 192) – vendiam quitutes, frutas coloridas, harmoniosamente apresentadas em cores e formas.

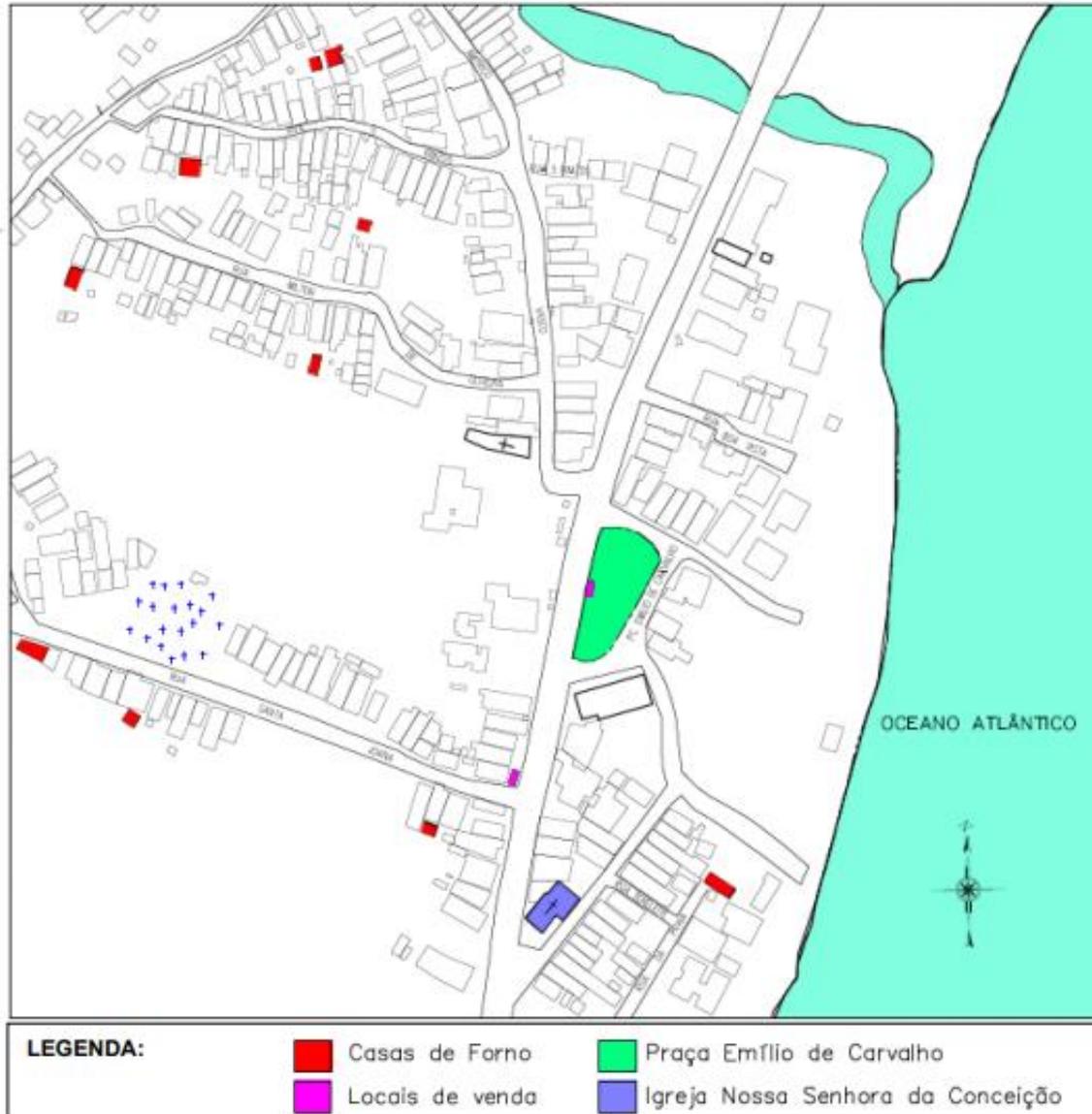
Figuras 42 e 43 - Boleira assa os preparos no forno de pedra; vista do forno comunal e sua ambiência.



Fonte: SESC, 2015.

Aprendido ainda na infância, o ofício continua sendo repassado de forma geracional pelas mulheres. Se faz oportuno evidenciar que o ofício vem sofrendo adaptações para atender às exigências do mercado consumidor, como, por exemplo, as restrições alimentares no caso dos bolos que levam leite de gado. Vê-se também, a inserção de equipamentos que facilitam o preparo dos bolos e particularidades que evidenciam a relação com o meio ambiente onde é praticado, a folha da bananeira no assado e no embrulho para os pés de moleque. Esse uso do assar e cozinhar na palha é oriundo da influência indígena bem apropriada pelos escravos.

Figura 44 - Localização das casas de forno no bairro de Riacho Doce, segundo Carvalho e Ferrare (2016).



Fonte: Carvalho; Ferrare, 2016.

As entrevistas às boleiras⁵⁸ revelam a importância do ofício como principal fonte de renda. Demonstram ainda haver uma relação afetiva com o ofício por envolver entes familiares que muitas vezes colaboravam com a atividade.

Minha mãe foi uma das pessoas mais antigas que fazia bolos por aqui, nós sempre a ajudamos, sempre trabalhei fora enquanto funcionária pública e sempre ajudei. Depois que me aposentei continuei ajudando junto das minhas irmãs, nós trabalhávamos por ela, para ela não se sentir triste, para não ficar

⁵⁸ As entrevistas foram realizadas pela Equipe - Sítio 3 do já citado **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em Alagoas**.

parada e desmotivada, e assim foi até o último dia de minha mãe. Nós achávamos que quando ela morresse a tradição aqui em casa acabaria, mais não foi assim, ainda hoje trabalhamos na **casa de farinha** da família, e cada filha faz, além dos bolos, um doce que é especialidade de cada uma, a minha é o Pé-de-moleque, que me esforço para ser como o de minha mãe (Angélica Assis dos Santos, 68 anos, grifo nosso).

Nesse contexto, encontra-se também a casa de farinha, reminiscência cultural incorporada ainda hoje ao cotidiano de Ipióca, cujo sistema culinário “compreende um conjunto de elementos que abrange tanto os processos de transformação de produtos quanto os universos simbólicos e as cosmologias a ele articulados, os espaços em que eles ocorrem também fazem parte desse conjunto” (NOGUEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 37).

Figuras 45 e 46 - Casa de Farinha em Ipióca (em momento de entrevista com o proprietário) e o pé de moleque, também conhecido por manuê, quitute mais tradicional de Riacho Doce, assado na palha de bananeira.



Fonte: Ferrare et al., 2017; Carvalho, 2015.

Assim validados pela sua relevância cultural e socioeconômica, os fornos e as casas de farinha carecem de salvaguarda legal, visto o potencial especulativo que atinge a localidade por parte das imobiliárias. Atualmente, apenas um dos fornos situado em Riacho Doce está sob proteção municipal, segundo o **Plano Diretor de Maceió** de 2005, que o reconheceu como Unidade Especial de Preservação (UEP).

As práticas que se reconhecem arraigadas nesses “sistemas culinários”, não só reproduzem o meio urbano e as referências ali consolidadas, como também são entendidos como resultantes de uma sociedade latifundiária e escravagista. Embora distanciada da paisagem rural, encontram-se nas relações humanas as influências dessa nova sociedade que então se organizava.

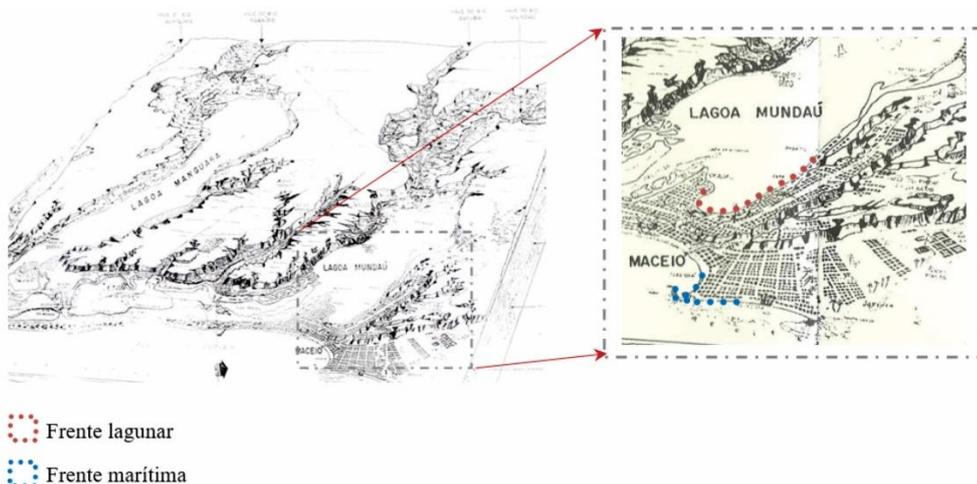
Em 1874, conforme constata o **Almanak da Província das Alagoas**, a cidade de Maceió ainda era formada por uma freguesia dividida em dois bairros – Maceió e Jaraguá – onde Cruz das Almas aparece como uma das “Estradas Arruadas” junto com Trapiche, Mutange, Frechal e Mangabeiras (MENDONÇA; SANTOS, 1874, p. 72). O documento cita ainda:

Ao Norte e Noroeste é limitada por uma cordilheira de montes de 60 a 80 pés de altura e pela Lagoa – Norte – assentada n’um valle de 2 legoas de extensão compreendida por essa cordilheira e uma outra que lhe corre em frente.

Ao Sudoeste por um braço da mesma lagoa. Ao Oriente e Sul pelo Atlantico (MENDONÇA; SANTOS, 1874, p. 88).

A referência à topografia citada por Mendonça e Santos (1874) e Lindoso (2005) ressalta as características ambientais relevantes da região, que a singulariza em relação à costa litorânea do município de Maceió, banhada ao sul também pela lagoa e pelo mar (Figura 47). Em **Formação de Alagoas Boreal**, Lindoso (2000) evidencia com veemência a importância da espaciologia no processo de ocupação do território alagoano, determinante para a formação da cultura anfíbia das Alagoas. Em suas palavras: “O que caracteriza geograficamente Alagoas é a existência de uma rede potâmica que cobre toda a sua extensão, composta de 11 grandes vales que correm no sentido dos meridianos [...]” (LINDOSO, 2000, p. 44-45). Sabe-se também que tais condições influenciaram, sobremaneira, a peculiar formação identitária do alagoano, de suas relações sociais e culturais, a fixação da vida, os hábitos, as ideias, os costumes.

Figura 47 - Localização de Maceió e o complexo de águas que a limita, com as frentes marítima e fluvial (com adaptação).



Fonte: Lima, 2010.

O **Almanak da Província das Alagoas**, em 1877, faz ainda referência ao desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora Mãe do Povo de Jaraguá, através da Resolução Provincial nº 461, de 27 de junho de 1865.

Compreende os povoados do Poço e Pajussara. Além da capella de Nossa Senhora Mãe do Povo, que serve de Matriz, tem a freguesia duas capelinhas, uma na Pajussara e outra no lugar denominado Cruz das Almas. Existe uma outra em construcção no povoado do Poço, sob a invocação do Senhor do Bomfim (MENDONÇA; SANTOS, 1877, p. 115).

O desenvolvimento de Maceió se faz perceber alguns anos mais tarde, em 1883, quando é possível atestar a existência de uma escola, conforme anuncia a resolução do vice-presidente da província no periódico **O Orbe**, de 25 de maio, em: “[...] transferir a cadeira mixta do Mucambo, de 1ª entrancia, para o povoado de Cruz das Almas, devendo a respectiva professora acompanhar a sua cadeira” (O ORBE, 1883). É possível admitir que tal ocorrência demonstra uma primeira dilatação urbana para o eixo norte de Maceió. Nesse sentido, questiona-se se os atuais processos de dinamização, de instalação de equipamentos como *shopping* e habitação vertical da mesma forma, não representariam um segundo momento de expansão em curso?

Ainda acerca do crescimento de Cruz das Almas, o jornal **Gutenberg**, em fins do século XIX, discorre sobre o aumento do número de transferência de professores para o povoado. Em 1911, divulga, em forma de apelo aos “interessados em acordo com a companhia” de **Trilhos Urbanos**, a necessária expansão da linha de bondes do Poço até “[...] o fim do arrabalde de Mangabeiras, começo da Cruz das Almas” (GUTENBERG, 1911). A justificativa, segundo o jornal, se dá:

Effectivamente a importancia do aludido arrabalde, a sua edificação bem regular em chacaras bem cuidadas além da circumstancia de ser passagem forçada de todo o trânsito do norte para esta capital, tudo isto assegura ao novo ramal um ronda compensadora ao trafego que se iniciar (GUTENBERG, 1911).

A quantidade notável de coqueiros e o “aspecto aldeião” de Cruz das Almas são destacados na **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, de 1929, cuja natureza é de “[...] vegetação rasteira, aspera, hirta, enfezada e com ella se mostram em anthitese os coqueiros hieráticos e abientinos [...]”. São também enaltecidas as belezas naturais e o solo fértil propício à lavoura, que em dias santos ou feriados atraíam grupos numerosos de maceioenses evadidos da metrópole, “[...] principalmente na época da fructificação dos cajueiros sobretudo, ahi vão se deliciar com os banhos tomados nesse rio que tem na superfície, de inegalavel serenidade

o azul mais lindo” (REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DO RIO DE JANEIRO, 1929, p. 40).

Figura 48 - Pintura feita por morador retrata “aspecto aldeião” de Riacho Doce que, acreditava-se, estendia-se aos arrabaldes do litoral norte de Maceió.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

As belezas naturais, o ambiente rico e pujante, ainda hoje são percebidos e associam-se a referências vivenciais, como se vê nos temas escolhidos pelo grupo de mulheres bordadeiras residentes no litoral norte de Maceió, Bordazul⁵⁹. Quando estimuladas à reflexão sobre o local em que moram, sobre memórias e sonhos, saberes e valores aprendidos com os antepassados, desenhos, linhas e cores lançam um olhar esperançoso sobre o futuro.

⁵⁹ O referido grupo fez parte do projeto **Conversando Sobre Saúde**, implantado pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), com o objetivo de contribuir para a promoção de saúde de mulheres que vivem no entorno da Unidade SESC Guaxuma, região norte de Maceió. Criado em 2013, com o nome inicial de "Nós do Bordado", o grupo é formado por cerca de 23 mulheres. O trabalho desenvolvido pelas artesãs vem rendendo exposições e oficinas pelo Brasil. Dinâmicas variadas como rodas de conversas, atividades lúdicas, poesias e música são empregadas como forma de acessar as memórias individuais e coletivas, ampliando e enriquecendo o repertório das bordadeiras (SESC, 2015).

No mar das memórias de afeto, convide a um mergulho, para trazer à tona tudo o que é precioso: os saberes e os fazeres dessas mulheres. Quitutes, festas, folguedos, danças, remédios caseiros, cantigas, brincadeiras, coisas de se fazer em família... Toda a diversidade das práticas cotidianas, verdadeiros tesouros que desejam deixar para as próximas gerações (SESC, 2015).

Figuras 49, 50 e 51 - Grupo de artesãs bordam à sombra das árvores; os temas do bordado livre expressam o cotidiano das bordadeiras.



Fonte: SESC, 2015.

É válido destacar que, com o surgimento do turismo cultural, começaram a ser reivindicadas referências à história e à cultura popular, associadas à demanda comercial de *souvenirs* turísticos. Também o turismo criativo⁶⁰ tem colaborado lançando um olhar diferenciado para com o universo da cultura popular, que ao propor estabelecer “relações horizontais com o contexto econômico, social e cultural dos lugares” (FONSECA, et al, 2018, p.273), valoriza a localidade visitada e fortalece as práticas tradicionais. Nesse sentido, ofícios, saberes e fazeres vinculados a processos dinâmicos de transmissão, de geração a geração, podem alcançar outros sentidos, ressignificando-se⁶¹. Com efeito, as rendas e bordados artesanais têm se destacado nesse setor, sobretudo, por conta do mercado da moda que vem buscando no fazer

⁶⁰ O turismo criativo propõe uma troca de experiência com as comunidades visitadas, oportunidade em que se desenvolvem estratégias de desenvolvimento sustentável do território, através de sua valorização e dos aspectos intangíveis ali relacionados: “Ao mesmo tempo em que valoriza os recursos, incluindo igualmente o patrimônio imaterial, a economia criativa busca articular questões sociais, ambientais e culturais nas iniciativas de desenvolvimento local” (FONSECA et al, 2018, p. 273).

⁶¹ A exemplo do ocorrido no município de Paripueira, contíguo ao bairro de Ipióca, que através de oficinas de transmissão do saber-fazer o bico e renda Singeleza garantiram a continuidade, às mulheres da comunidade, de um conhecimento que em 2014 foi considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Alagoas, mas esteve em eminência de desaparecimento. A formação de novas artesãs resultou na geração de emprego, contribuindo economicamente com a renda família das artesãs envolvidas, e inserindo-o no cenário comercial enquanto possibilidade de desenvolvimento sustentável para a região.

artesanal uma forma comercial de diferenciação e exclusividade, em contraposição à moda *fast fashion*⁶², de grande produção e custo reduzido, ou ainda por conta do comprometimento socioambiental em crescimento também nesse setor. Segundo o estilista Ronaldo Fraga (2018), o apelo cultural contribui com o avanço do mercado da moda em busca de um consumo mais consciente:

Sobretudo agora, passada a euforia da globalização, o genuíno é o novo luxo do mundo. É aquilo que só tem em determinado lugar, aquilo que fala da cultura do lugar. E isso nós também temos muito aqui no Brasil. Só que também temos uma grande dificuldade, que é a cultura da negação. E talvez o dever de casa eterno seja entendermos que a cultura nos revela. Ela nos dá forma. Ela nos protege. **Você precisa considerar isso para vender qualquer coisa no mundo contemporâneo.** O mundo já tem roupa demais. O mundo já tem sapato demais. O mundo já tem coisas demais. Então, as coisas precisam falar alguma coisa. **Para você chegar a esse terreno, que é um terreno intangível, vá pelo viés cultural. Qualquer coisa para você vender daqui para frente, se você está falando em negócios, tem que ir por esse caminho** (FRAGA, 2018, [s.p.], grifo nosso).

A respeito do desenvolvimento econômico, no que pese as qualidades ambientais ressaltadas, segundo a mesma Revista (1929, p. 32): “A prosperidade da taciturna povoação é nulla”. Tais divergências apontam para a “displicência, pois a respectiva população, muito inclinada ao ócio, vive quasi sempre entregue á (sic) mais enervante das apathias”, visto que as terras possuíam condições propícias para a lavoura, associada à facilidade da rodagem no que se refere à comunicação com o mercado e, posteriormente, à comercialização de produtos (confeccionados pelas boleiras de Riacho Doce) que viriam ocupar as margens da AL 101 Norte, a antiga “Estrada Norte”.

⁶² A chamada moda *fast fashion* surgiu nas últimas décadas para abastecer as grandes lojas varejistas internacionais, produzindo grande quantidade de roupas e calçados. Atualmente, a indústria da moda é responsável por impactos profundos e difusos em toda a sua cadeia de produção, desde a extração das diversas matérias-primas utilizadas na fabricação das peças até o descarte incluindo a forma como é consumida e utilizada, e as condições de trabalho com que é produzida (SAFATLE, 2017, [s.p.]).

Figura 52 - Bordado do grupo Bordazul representando a venda das iguarias (cocada, pé de moleque, tapioca, munguzá, bolo e brasileira) na antiga “Estrada Norte”.



Fonte: SESC, 2015.

De acordo com Costa (1939), a estrada foi de fundamental importância para o processo de formação da cidade:

A vila que se ia inaugurar tinha duas estradas importantes e indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico – a do norte, que levava a Pôrto Calvo, o velho feudo de Cristovão Lins, e povoações circunvizinhas, e, marginando o litoral, conduzia também à capital de Pernambuco pelo antigo trilho das aventuras batavas; a do sul, que seguia o curso do Mundaú, ramificando-se em novas oportunidades de expansão comercial (COSTA, 1929, p. 36).

Importante rota de ligação litorânea em uma das regiões mais ricas da Capitania de Pernambuco, entre Recife e o Rio São Francisco, os antigos caminhos tortuosos que cortavam os bairros do litoral norte de Maceió, ainda pequenos arrabaldes, foram alvo de melhorias no governo de Fernandes Lima, iniciado em 1918. Para que “[...] o progresso abrisse tendas nesta terra querida [...]” (GUTEMBERG, 1908). Impossibilitado de construir a estrada de ferro para o norte de Maceió, por conta de percalços em decorrência da primeira grande guerra, iniciou as obras na Estrada do Norte no início de sua gestão, de modo que, em fins de 1920, foi inaugurado o primeiro trecho com 21 km, ligando Maceió a Ipióca (TICIANELI, 2018).

Figuras 53 e 54 - Estrada do Norte em dois pontos distintos: ponte sobre o rio Jacarecica, na localidade de mesmo nome, e sobre o riacho Estiva em Ipióca.



Fonte: Ticianeli, 2018.

Novos trechos foram abertos nos anos seguintes, em 1922, a “estrada de rodagem do norte” ligava a capital ao município de Passo de Camaragibe.

Os benefícios foram sentidos em toda a região, conforme divulgado na citada **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro** (1929, p. 41): “[...] a abertura da estrada de rodagem do norte auspicia-lhe magnas possibilidades de expansão economica”. Em torno da referida via, as terras foram ocupadas por sítios, formando nucleações que deram origem aos bairros do litoral norte de Maceió. Ao discorrer sobre a área em estudo, a citada publicação, alerta para o eminente desenvolvimento de Riacho Doce:

Este ponto da metropole de Alagoas esta fadado a notavel incremento, por circmstancias que facilmente se podem conhecer. Entre essas aponta-se a de estar sendo muito alvejada por individuos do escol social de Maceió não só como ponto de villegiatura, como tambem na qualidade de moradia fixa. Do mesmo modo poderosamente inflúe para o surto que, em prazo breve, terá esse prolongamento da cidade – séde da vida administrativa do Estado, – o facto de ahi se achar o centro de exploração das minas petrolíferas vastíssimos tractos das regiões paralias (REVISTA..., 1929, p. 40).

O texto trata, ainda em 1929, de um futuro surto de desenvolvimento em “prazo breve” devido à existência das minas petrolíferas⁶³ na localidade, que ao

⁶³ No livro **Alagoas, Petróleo e Petrobrás** (1969), o então Senador da República Arnon de Mello, inconformado com os rumos da exploração, ao reexaminar o assunto, questiona a transferência, por volta da década de 1950, da sede da Região de Produção Nordeste da Petrobrás que havia sido instalada em Maceió. Embora tenham sido apresentados argumentos e documentos levantados pelo Senador, que classificavam a região como “absolutamente petrolífera” (MELLO, 1969, p. 21), as explorações nunca foram retomadas. A ocorrência permanece envolta em mistério após a morte, em 1918, do Dr. José Bach, geólogo alemão, que por quinze anos estudou o litoral norte de Alagoas, além do suposto suicídio do Sr. Pinto Martins, empreendedor que viabilizava junto a investidores ingleses a

florescer prolongaria esse braço da cidade, podendo resultar em mais uma dilatação do perímetro urbano.

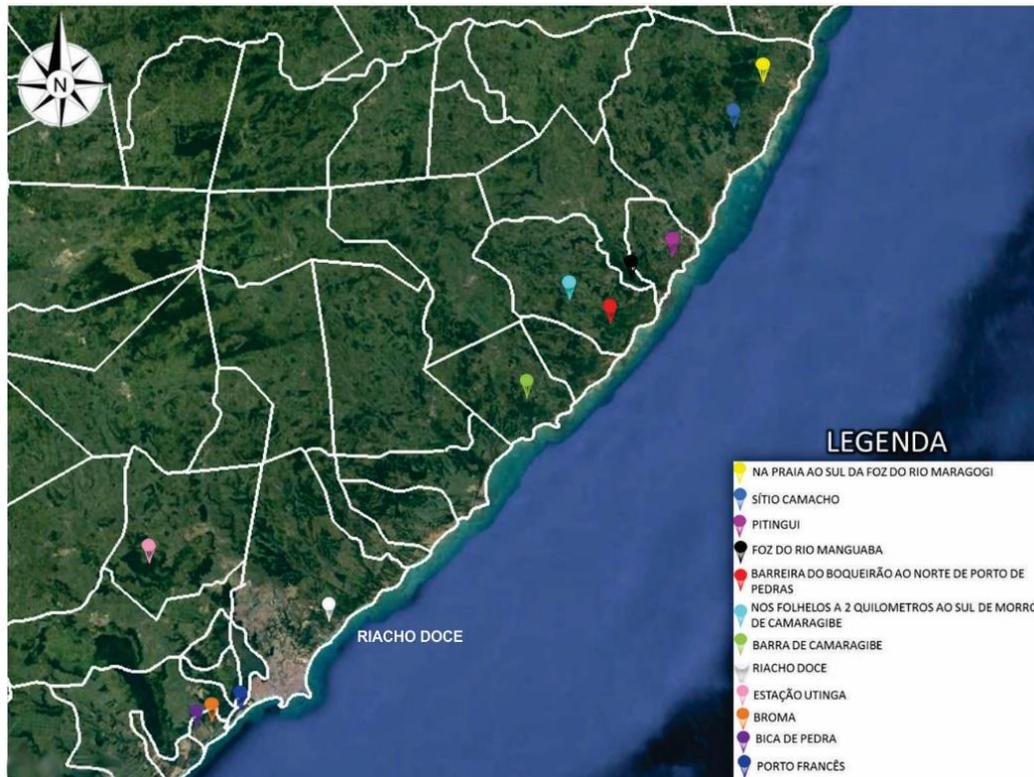
Figura 55 - Primeiro Poço de Petróleo denominado José Bach, em Riacho Doce, 1927. O pouco rendimento dos poços de terra perfurados em Alagoas e o insucesso deste primeiro poço que se abriu na plataforma submarina de Maceió, teria motivado a transferência da sede da Região de Produção Nordeste da Petrobrás (MELLO, 1969).



Fonte: IHGAL (2009).

retomada das pesquisas. Muitas publicações exploram o tema a exemplo de: O Drama da Descoberta do Petróleo Brasileiro, de Edson de Carvalho e Escândalo do Petróleo e Ferro, de Monteio Lobato. O cinema alagoano também registrou o sonho de enriquecimento através da exploração das minas em **Casamento é negócio?**, filme dirigido por Guilherme Rogato, em 1933.

Figura 56 - Localização de algumas das minas petrolíferas no Estado de Alagoas, segundo Carvalho (2010).



Fonte: Duarte et al., 2017.

Contudo, o petróleo não trouxe o aludido desenvolvimento e a região norte de Maceió manteve-se distante da centralidade urbana, comprovado pelo acesso limitado apenas pela AL101, ainda hoje, único eixo de conexão. Como consequência, seus atributos naturais mantiveram-se predominantemente íntegros com sítios de coqueiros e ocupação rarefeita até a chegada dos condomínios horizontais de alto luxo, e do mercado hoteleiro e turístico que nas últimas décadas ocuparam a faixa beira-mar.

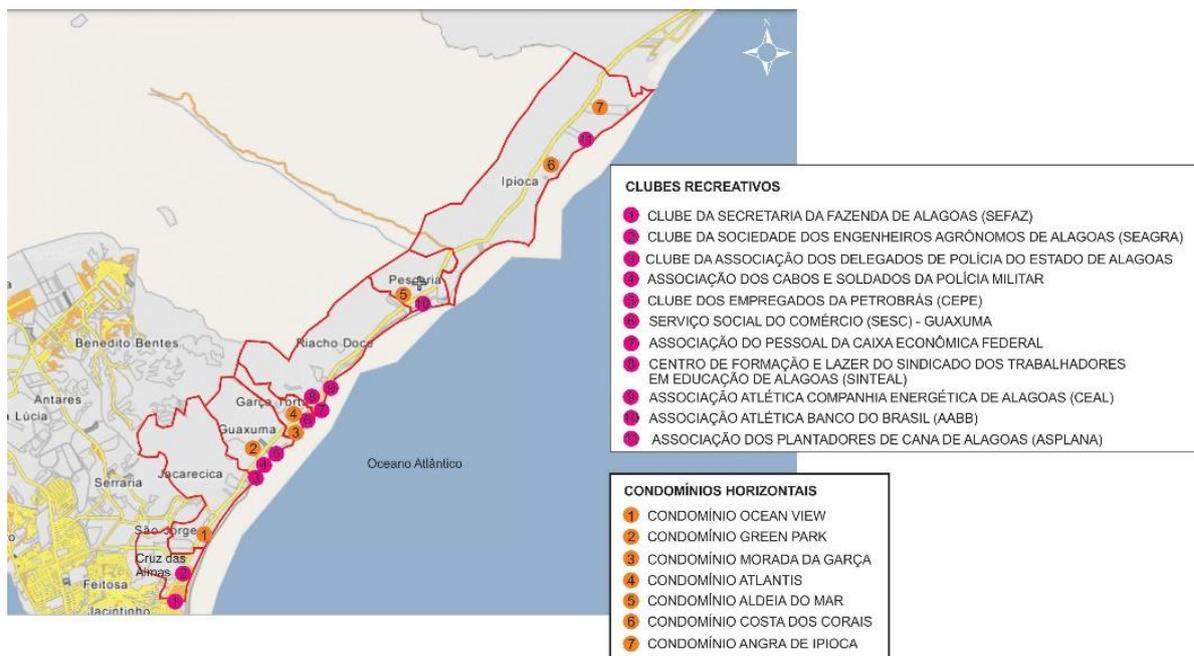
O mapa abaixo apresenta os condomínios horizontais implantados até o ano de 2019, bem como os clubes recreativos⁶⁴ que, na década de 1970, deixaram as áreas centrais da capital, passando a ocupar os sítios de coqueiros na região norte da capital. A princípio destinados às necessidades da sociedade aristocrática que

⁶⁴ O pioneiro **Club Carnavalesco Phenix Alagoana**, fundado no século XIX, teve sua primeira sede no bairro do Jaraguá, no ano de 1936 mudou-se para a Av. da Paz, onde continua instalado graças ao aluguel do espaço para atividades esportivas e eventos. O Jaraguá Tênis Clube também foi instalado no mesmo bairro do Jaraguá, e permanece em atividade até os dias atuais (TICIANELI, 2017; TICIANELI, 2015).

almejava a diversão: “Realizar reuniões dançantes, serenatas musicais e coreográficas, jogos permitidos e outras distrações” (LIMA JÚNIOR, 1976), logo começaram a servir ao uso coletivo. Resultado da mobilização social na constituição de associações, clubes e outras manifestações do terceiro setor, cresceram os espaços destinados à socialização de grupos em sua maioria sociorrecreativos.

Os clubes sócio-recreativos no Brasil podem ser considerados, na sua forma de concepção, uma manifestação democrática de participação popular, pois, enquanto representatividade social é o resultado da vontade de grupos de interesses atendendo diferentes segmentos da sociedade, seja originária de grupos de imigrantes, de elites da sociedade, de classes trabalhadoras, iniciativa pública ou empreendimentos privados (CAMARGO; RUIZ, 2008, p. 3).

Figura 57 – Mapa com a localização dos clubes recreativos e condomínios, em 2019.



Fonte: Autora, 2019.

É possível admitir que os amplos terrenos situados no litoral norte da capital tenham agradado aos diversos usos e funções sociais que ali se estabeleceram. Importante atentar para a pouca valia imobiliária dos terrenos à época, o que veio a possibilitar a compra de grandes glebas para esse fim, diferentemente do que ocorre hoje. Os preços módicos, de certo, também contribuiriam com a ocupação da área, além do estímulo que, subjetivamente, o contato com a natureza bucólica, propícia ao descanso. Os clubes, nessa configuração, tiveram grande difusão em Maceió até fins do século XX, quando se iniciou o processo de decadência com a evasão dos sócios e o crescimento dos condomínios residenciais com áreas privativas destinadas a

quadras, piscinas, academias, churrasqueiras, entre outros equipamentos. Atualmente, as ofertas têm sido extensas no sentido de disponibilizar aos condôminos espaços de lazer e recreação com a comodidade e a segurança do ambiente residencial. Provável reflexo das questões sociais provocadas pela violência urbana, bem como da insatisfação com a qualidade e quantidade dos serviços de esporte e lazer oferecidos pelo Estado.

Ressalta ainda Barros (2018) que para os cidadãos e famílias maceioenses, a ideia de lazer estava associada à saída da cidade, podendo estar, inclusive, longe da praia, porém atraídos pelos cursos d'água, rios ou córregos. Contudo, observa-se a vocação do litoral norte de Alagoas como destino para passeios de final de semana, haja vista a presença de casas de veraneio que por muito tempo foram refúgio dos cidadãos nos primeiros anos do século XX.

Os condomínios residenciais surgem com a proposta de agregar à segurança, luxo e conforto para os moradores que podem desfrutar de áreas verdes e generosa área de lazer. Primeiramente, instalaram-se os de tipologia arquitetônica horizontal, visto que a legislação ainda não permitia a verticalização. Após a liberação do **Plano Diretor de Maceió**, em 2005, surgiram os “condomínios clubes”, edificações residenciais verticais com até 20 pavimentos, construídos em grandes glebas vazias ou sítios de coqueiros (LOPES, 2017). Diferenciam-se no mercado imobiliário pela oferta de espaçosa e diferenciada área de lazer, em sua maioria com: salão de festa, piscina, espaços *lounge* e *gourmet*, espaço *pet*, *sport bar*, espaço mulher (com sauna, massagem, *spa* etc.), brinquedoteca, espaço *kids*, espaço *baby cross*, espaço jovem, espaço zen, *playground* e quadra poliesportiva, entre outros tantos ambientes distintos para o atendimento das mais diferenciadas necessidades. O ambiente do apartamento, em si, é colocado em segundo plano como um “mero acessório ao conjunto”, conforme atesta Silva (2018), em extensa pesquisa sobre a influência do discurso publicitário no mercado imobiliário e no conceito do morar a partir da década de 1980. Os empreendimentos que se encontram localizados no alto da planície divulgam como oferta privilegiada “a vista permanente” para o mar. Observa-se, no discurso da mídia, que o contato que se estabeleceu com a natureza não se propõe necessariamente o acesso à praia para seu usufruto, mas apenas a contemplação da “paisagem”. Percebe-se ainda, que os apelos criativos das campanhas buscam saciar o desejo do consumidor, que através de palavras imperativas, orientam o imaginário

social no sentido de atribuir aos condomínios uma “[...] aura de significados que emana segurança, natureza, lazer e exclusividade” (SILVA, 2018, p. 170). Sendo a cidade, o espaço extramuros, um obstáculo a ser superado e esquecido diante dos benefícios de se morar em um “paraíso”.

Figura 58 - Foto aérea do condomínio Riviera Del Mare, da Construtora Marroquim, no bairro de Cruz das Almas.



Fonte: Ailton Cruz, 2019.

Figuras 59 e 60 - Fotos aéreas dos condomínios Green Village, situado entre dois sítios de coqueirais, e o Gran Marine, com a segunda torre em construção, ao fundo pode-se ver o condomínio Paradise Beach, localizados no bairro de Guaxuma.



Fonte: Bárbara Lopes, 2018.

Figuras 61 e 62 - Fotos aéreas e entorno do condomínio Riacho Doce Beach Residence, em construção, no bairro de Riacho Doce.



Fonte: Bárbara Lopes, 2018.

As campanhas publicitárias enfatizam ainda a localização do bairro e as ofertas de serviço do entorno, em área que se caracteriza como maior vetor de crescimento da capital, “de frente para o progresso”, com facilidade de acesso pela recente duplicação da AL 101 Norte; além de uma “perfeita associação” entre a excelente oferta de serviços, próximo ao “shopping mais sofisticado” de Maceió, e a tranquilidade das praias antes “paradisíacas”. Por fim, um “novo estilo de vida”, “um novo conceito em viver bem”. Pergunta-se: até quando?

Segundo Silva (2018, p. 17-18):

Os discursos construídos para fomentar uma demanda que justifique tais investimentos são baseados em benefícios e vantagens que se alimentam na falta de serviços públicos adequados à vida na cidade. [...] O condomínio é mostrado como um paraíso, enquanto a cidade é percebida como o problema que desperta o desejo de fuga.

Sabe-se ainda que a implementação dos condomínios fechados, além de não resolver os problemas da cidade, parece potencializá-los. Na medida em que estimula o abandono dos espaços públicos e sua consequente desertificação, nega os centros urbanos e sua realidade, simplificando e potencializando aspectos de um cotidiano ideal em ambientes simulados e “controlados” dentro da esfera privada. Até a “privacidade é mantida forçadamente, planejada antes do estabelecimento de qualquer sociabilidade” (SILVA, 2018, p. 168). Potencializa-se assim, o individualismo e a exclusão, minucando a ideia de uma felicidade compartilhada, como destaca Silva (2018).

A esse ponto, talvez se faça pertinente refletir sobre a relação entre o “novo” que se pretende alcançar, diante das práticas tradicionais que permeiam o território diante de tantos estímulos exógenos.

Figuras 63 e 64 - Campanhas publicitárias de dois empreendimentos diferentes: o Condomínio Riviera Del Mare, em Cruz das Almas, e o Condomínio Evolucion Sea Park, em Jacarecica.



Fonte: Bárbara Lopes (2017).

Figura 65 - Localização dos principais “condomínios clubes” no litoral norte de Maceió.



Fonte: Bárbara Lopes (2017).

Em pesquisa de campo realizada pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas** para compor o Inventário Nacional de Referências Culturais⁶⁵ de Alagoas (INRC-AL), executada pela Equipe - Sítio 3⁶⁶ – Maceió urbana e metropolitana –, percebe-se que as ocorrências encontradas no meio natural, bem como as derivações culturais a estas associadas, decorrem das relações entre os meios geradores e a capacidade criativa dos detentores dos saberes e modos de fazer.

Entendidos como parte inseparável do suporte material que os sustentam, os bens culturais imateriais são assim revelados a partir das referências historicamente consolidadas no dinâmico tecido social que se formou.

Como visto anteriormente, das verdes matas onde se extraiu o precioso pau-brasil, também se definiu o nome do novo território, e por conta do contrabando da madeira vermelha por concorrentes estrangeiros ao longo do litoral sul alagoano, registrou-se na toponímia, a Praia do Francês. Das formações de arrecifes de onde se extraía a cal, majoritariamente no trecho do litoral norte alagoano, desdobraram-se os saberes e fazeres relacionados à construção civil. Da presença dos índios, portugueses e negros “[...] sabores, temperos, superstições e hábitos das três raças que nos formaram” (FREYRE, 2007, p. 13). Da combinação entre a abundância do açúcar e do sabor selvagem das frutas, surgiram os doces em compotas, doces de caju e as castanhas de caju confeitadas, ameixa de caju, caju cristalizado, como hoje encontrados em Ipióca, os bolos de massa de mandioca, comercializados atualmente em Riacho Doce, macaxeira com leite de coco, o bolo de goma, beijus, manuês assados em folhas de bananeira verde, proceder este, oriundo da cultura indígena. Como bem disse Freyre (2007, p. 13): “[...] alimento básico de nossos índios ‘mani’oka’ (mandioca). Juntando o pilão, urupema, saudade, peneira de taquara, raspador de

⁶⁵ A metodologia adotada utilizou os questionários elaborados para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para identificação e documentação de bens culturais materiais e imateriais, e sua consequente preservação. Os questionários têm caráter qualitativo, foram preenchidos em entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. A escolha dos entrevistados foi feita a partir da indicação da própria comunidade quando perguntada sobre informantes que poderiam colaborar com dados sobre os bens inventariados. Vale ressaltar que os dados da referida pesquisa foram autorizados pela 17ª SR/IPHAN-AL para uso da pesquisa em questão.

⁶⁶ Para a execução do Inventário das Referências Culturais em Alagoas, os órgãos gestores, SECULT/AL e IPHAN/AL, optaram por dividir o estado em 3 Sítios, visto que se tratava de 3 equipes de pesquisa. O Sítio 3 corresponde à Maceió e às localidades que integram a sua extensão metropolitana e urbana.

coco, esperança, colher de pau, panela de barro, mais a **‘fartura de porcelana do oriente e bules e vasos de prata’**” (FREYRE, 2007, p. 13, grifo do autor).

Dos tantos ofícios vinculados à culinária, encontramos em algumas localidades do litoral norte de Maceió, como Ipióca, Paripueira e adjacências, os “tiradores de coco” ou os “subidores de coqueiro”⁶⁷, com seu instrumento tradicional (a peia), o “apanhador”⁶⁸ e ainda os “descascadores de coco”⁶⁹ (Figuras 66 e 67). Bens que se derivam e são derivados de complexos sistemas de elementos que se estruturam em processos de transformação da matéria-prima, abrangendo, para além de seus “[...] universos simbólicos e as cosmologias a ele articulados, os espaços em que eles ocorrem [...]” definindo-os também como parte desse conjunto (NOGUEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 37).

Figuras 66 e 67 - Tirador de coco, também chamado por “subidor de coqueiro”, e vendedor de doce de caju, personagens que permeiam a paisagem de Ipióca.



Fonte: Romulo, 2016; Ferrare et al., 2015.

⁶⁷ Segundo Ferrare et al. (2015a), os tiradores de coco ou subidores de coqueiro: praticam a atividade com a ajuda da peia para subir no tronco do coqueiro até a altura suficiente para cortar os cocos, com golpes certos da foice. A descida também é feita com a ajuda da peia, contudo, alguns oficiantes preferem não utilizá-la.

⁶⁸ Após a retirada dos cocos, quando os tiradores/subidores descem do coqueiro, entram em ação os “apanhadores”, que tinham como função “ajuntar” os cocos e fazer os ‘montes’ deles para serem depois transportados aos Armazéns de Coco” (FERRARE et al., 2007, p. 52).

⁶⁹ Concluídas as etapas anteriores, às vezes se espera alguns dias até que os cocos estejam secos para facilitar o descascamento. Feito com auxílio do jagunço (uma espécie de foice com cabo de madeira e lâmina de aço) fincado ao solo com a lâmina cortante posicionada para cima. Cada descascador consegue remover a casca de até 100 cocos por dia (FERRARE et al., 2015a).

3.2 Os reflexos do patrimônio cultural sedimentado nesse litoral

Fluidos, muitos dos processos que se desenvolvem em função das atividades enraizadas no meio rural, agregam dinâmica e mobilidade, permeando o território. A diversidade cultural assim se manifesta, rompendo limites, ultrapassando barreiras físicas ou imaginárias. Sistemas são construídos e compartilhados em regiões distintas, percorridas pelos detentores do bem, difunde-se. Enriquecidos pelos processos migratórios, o conhecimento define o “lugar”. Espaços que se constituem pela realização das práticas que ali se produzem e reproduzem. Sustentados por uma imbricada rede de relações que envolve o consumo do coco em Alagoas, os oficiantes desempenham suas funções em diversos sítios da região, como explica José Justino dos Santos, morador de Ipióca:

Os tiradores e os descascador de coco dessa banda por aqui andam de lugar em lugar das praias do norte. São todos do mesmo ofício **e como tá se acabando** quem faz ainda em alguns cantos, os donos de sítio quando precisam vão logo chamando. É gente da Ipioca como eu vindo pra cá p'ro Pratagy, e assim vai se trocando (José Justino dos Santos, 2015, grifo da autora).

Em virtude da complementariedade das funções (tirar o coco, apanhar e descascar), há uma singular articulação entre os atores e o meio onde se desenvolve a prática, neste caso, o natural e o construído. A última etapa do processo se dá com a guarda dos cocos em armazéns, edificações tradicionalmente construídas para o acondicionamento correto até a negociação das vendas. No passado confeccionado em varas de madeira e cobertas com palhas de coqueiro, após a proibição da retirada do madeiramento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), o material construtivo foi substituído. A estrutura passou a ser feita em alvenaria de tijolos, colocados de modo a permitir a circulação do ar para a melhor conservação dos cocos, sendo o telhado coberto por telha cerâmica. Quanto à tipologia, não variam muito, porém é fundamental o assentamento dos tijolos, com espaços vazios entre estes. Portão largo e alto no centro da edificação para facilitar o transporte, e janelas laterais, pelas quais são jogados os cocos para dentro antes de serem descascados, e para fora depois de prontos para a venda (Figuras 68, 69, 70 e 71). Na área externa, ficam depositadas as cascas, que são queimadas ou dadas para outra utilidade (FERRARE et al., 2015a).

Figuras 68 e 69 - Armazém de coco em sítio no litoral norte de Alagoas, cuja tipologia se assemelha às demais localidades em estudo.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Figuras 70 e 71 - Armazém de coco internamente com descascador; observam-se as aberturas nas paredes, feitas com tijolos assentados de forma a assemelhar-se a cobogós.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Sobre a referida edificação, Ferrare et al. (2015a) destaca que, embora tenha um grande significado para a população, como se vê em depoimento de alguns moradores, vê-se cada vez mais escasso na região. Moradores informam que cada sítio possuía o seu.

A existência dessa tipologia de edificação é de grande importância para o contexto geoeconômico da área e isso é percebido pela própria população, tal como se pode sentir na fala da moradora do sítio Cajueiro: “Esse depósito é muito importante para a conservação do coco. Se não tivesse ele, se perdia muito coco. E o coco é importante nessas partes daqui do Norte pra fazer comida” (Ivonete dos Santos Silva, 2015.); **“Agora são poucos os sítios que ainda mantêm sem vender os sítios para construir casas ou outras coisas. E às vezes queima e não fazem nada [...]”** (Amaro dos Santos, 2015, grifo da autora).

Figura 72 - Mapa com a localização dos armazéns de coco produzido pela equipe - Sítio 3 do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas (2015). (Adaptado pela autora, 2019).



Fonte: Ferrare et al., 2015.

Além da integração social, a atividade também se constitui como fator econômico, pois representa meio de vida para os envolvidos, e também cultural, considerando o potencial patrimonial do ofício. Nesse sentido, chama-se a atenção para as dificuldades encontradas no que diz respeito à preservação do ofício, pois com a devastação dos sítios de coqueirais para a construção de condomínios residenciais e empreendimentos voltados ao turismo e à recreação, a oferta desse

tipo de trabalho especializado tem diminuído. Encontrando-se este, em gradual processo de diminuição, por decorrência da falta de renovação que no passado se dava, em transmissão de pai para filho, ou ainda, conforme lembra Lindoso (2005, p.64), pelas contradições inerentes à cultura, pois “não existe cultura separada da sociedade”. Os baixos preços⁷⁰ remunerados aos oficiantes têm embargado também o interesse dos mais jovens. A pesquisa realizada por Ferrare et al. (2015a) ainda apontou que não existe cooperativa que ajude na regulamentação da profissão, e que possa colaborar com negociações mais atraentes de comercialização.

Figuras 73 e 74 - Tirador de coco ou subidor de coqueiro com a peia em mãos e em uso. Atualmente confeccionada em nylon ou plástico, era feita com cordas de dendê tiradas das matas e cobertas com couro de boi (FERRARE et al., 2015a).



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Análises e derivações dessas imensas teias de significados, tecidas pelo homem e onde ele mesmo se encontra amarrado (LARAIA, 2009), incidem em

⁷⁰ Segundo entrevista concedida a Ferrare et al. (2015a), os cocos são vendidos em milheiros e o valor depende da safra e das condições do coco, podendo variar entre R\$ 0.50 a R\$ 1.50. Contudo, as vendas avultadas têm diminuído causando a perda do produto.

mudanças, uma vez que “Os signos não são absolutamente estáveis. Combinam-se, deslocam-se, modificam-se, expandem-se e perecem” (LINDOSO, 2005, p. 64). Podendo, inclusive, vir a extinguir algumas das manifestações ainda hoje identificadas na localidade em estudo, como ocorrido, por exemplo, com as práticas relacionadas à extração dos recifes costeiros para produção da cal. Em decorrência da criação de legislação⁷¹ específica para proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico, foram extintos os fornos que produziam artesanalmente a cal e as demais práticas a estes vinculados, como assados em brasas que eram deixados na “boca do forno”. Outrora erguidos na beira-mar, construídos com pedras retiradas dos arrecifes, eram utilizados para a calcinação do calcário transformando-o na forma de cal, também chamada cal viva ou cal virgem, amplamente utilizada na construção civil para pintura e produção de argamassa. Segundo dados levantados pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, embora não tenham sido encontrados vestígios materiais, relatos de moradores das localidades confirmam a ocorrência dos fornos de cal nos bairros de Guaxuma, Garça Torta, Pescaria, Ipióca e Paripueira (situada fora da área de estudo), conforme mapa abaixo:

⁷¹ Embora a referida Lei nº 3.924 seja de 26 de julho de 1961, alguns fornos ainda continuaram ativos até a década de 1980 (FERRARE et al. 2015a).

Figura 75 - Mapa com a indicação das localidades dos “fornos de cal” produzido pela equipe - Sítio 3 do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas (2015).



Fonte: Ferrare et al., 2017 (Adaptado pela autora, 2019).

Tem-se ainda outros processos que evidenciam a rica teia de relações que se estabelece entre as manifestações culturais e o espaço onde se desenvolvem tais práticas. As procissões e festas devocionais de santos católicos ancoram-se em suportes materiais – igrejas e capelas – que se articulam entre si e entre pessoas na vida cotidiana, “[...] ligam também o presente ao passado, preservando e atualizando

tradições culturais [...]” (NOGUEIRA; MENDONÇA, 2006, p. 44). [...]. Nomeado por Ferrare et al. (2017) como uma “Rede de Celebrações e Formas de Expressão”, os referidos rituais – sacros e profanizados – desenvolvem-se dentro e fora dos templos. Irradiam-se para a rua, onde incorporam outras formas de expressões culturais que podem não estar diretamente associadas à religiosidade, mas que:

[...] estimula vínculos de imaterialidade como na doação de pratos preparados pelos fiéis a partir de receitas ditadas pela tradição da culinária local utilizando recursos provenientes dos extrativismos vegetal e animal provenientes do ambiente natural circundante a exemplo dos pratos à base de peixes e mariscos, caranguejos, etc., extraídos das águas salgadas e/ou doces (fluviais). Também nos leilões e quermesses são doados para venda, quilos de peixes e mariscos frescos, cachos de coco, seco ou verde, além de outros víveres de plantio de subsistência (frutas, verduras) (FERRARE et al., 2015a, p. 16-17).

O calendário festivo, tradicionalmente difundido e esperado pelas “comunidades”⁷², inicia-se alguns dias antes do dia consagrado ao santo de invocação, podendo seguir por três dias consecutivos (tríduo) ou nove (novenário). Geralmente, culmina com a procissão que ocorre antes ou depois da missa solene que encerra as atividades no “dia do santo” (ver Calendário a seguir).

⁷² Ferrare et al. (2015a) chama a atenção para o entendimento do termo “Comunidades”. Segundo os autores, é utilizado espontaneamente pelos moradores para se referir aos vizinhos como por exemplo: “Comunidade da Pescaria” etc. Para a Geografia, o termo equivale a um conceito: **“Comunidade é relacionada a um grupo específico que reside em um espaço geográfico e que possuem tal ponto comum que o lugar é identificado como a própria comunidade em si”** (FERRARE et al., 2015a, p. 15 apud CORIOLANO, 2009, grifo dos autores). Acrescenta ainda: “Comunidade e lugar tem o mesmo significado. Lugar é conceito geográfico e comunidade remete à antropologia”.

Quadro 1 – Calendário das festas religiosas católicas tradicionais do litoral norte de Maceió.

LOCALIDADE	FESTA	DATA DA CELEBRAÇÃO	RITOS
Cruz das Almas	Procissão do Sagrado Coração de Jesus	17 de junho	Procissão
Jacarecica	Festa da Sagrada Família	Data variável ou outubro ou novembro	Procissão/novenário
Guaxuma	Festa de Nossa Senhora Santana	18 a 26 de julho	Procissão e novenário
	Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	26 e 27 de junho	Procissão
	Festa de Nossa Senhora de Guadalupe	11 a 13 de outubro	Procissão
Garça Torta	Festa de São Pedro	28 a 29 de junho	Procissão
Riacho Doce	Festa de Nossa Senhora Auxiliadora	24 de maio	Procissão
	Festa de Santo Antônio (povoado Boca do Rio)	04 a 13 de junho	Procissão e novenário
	Festa de Nossa Senhora do Monte Carmelo	18 a 19 julho	Procissão/ tríduo
	Festa de Nossa Senhora da Conceição	29 de novembro a 8 de dezembro	Procissão e novenário
Pescaria	Festa de Nossa Senhora da Apresentação	20 a 21 de novembro	Procissão / tríduo
Saúde	Festa de Nossa Senhora da Saúde	01 a 07 de setembro	Procissão
	Festa de Nossa Senhora Desatadora dos Nós	28 e 29 de novembro	Procissão
Ipióca	Festa de Nossa Senhora do Ó	15 a 18 de dezembro	Procissão / tríduo

Fonte: Ferrare et al., 2015a (Adaptado pela autora, 2019).

Observa-se ainda que o sentido da festa promove o encontro, a união entre mais de uma localidade. Conectando-se a pontos por vezes distantes. Os dados levantados por Ferrare et al. (2015a, p. 17) registraram que algumas celebrações, como a procissão de São Pedro de Garça Torta (Figuras 76 e 77), possui um circuito que conta com a “[...] participação conjunta de duas igrejas (edificadas em localidades contíguas ou mesmo distanciadas)”, assim traçados para permitir a aproximação de pessoas de localidades contíguas, a se juntarem ao circuito em curso.

Figuras 76 e 77 - Procissão de São Pedro que inicia na Igreja de São Pedro, no bairro de Garça Torta e segue pela AL 101 Norte até a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no bairro de Riacho Doce. Finaliza retornando ao ponto de origem.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Figuras 78 e 79 - Procissão de Nossa Senhora do Carmo, no Carmelo, Riacho Doce. Na véspera da procissão, a imagem de Nossa Senhora do Carmo se desloca da igreja das freiras Carmelitas e passa a noite na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Após a procissão a imagem retorna ao local de origem. Participam da celebração os fiéis de Riacho Doce e as comunidades coligadas (da Saúde, Ipióca, Pescaria, Guaxuma, Jacarecica).



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

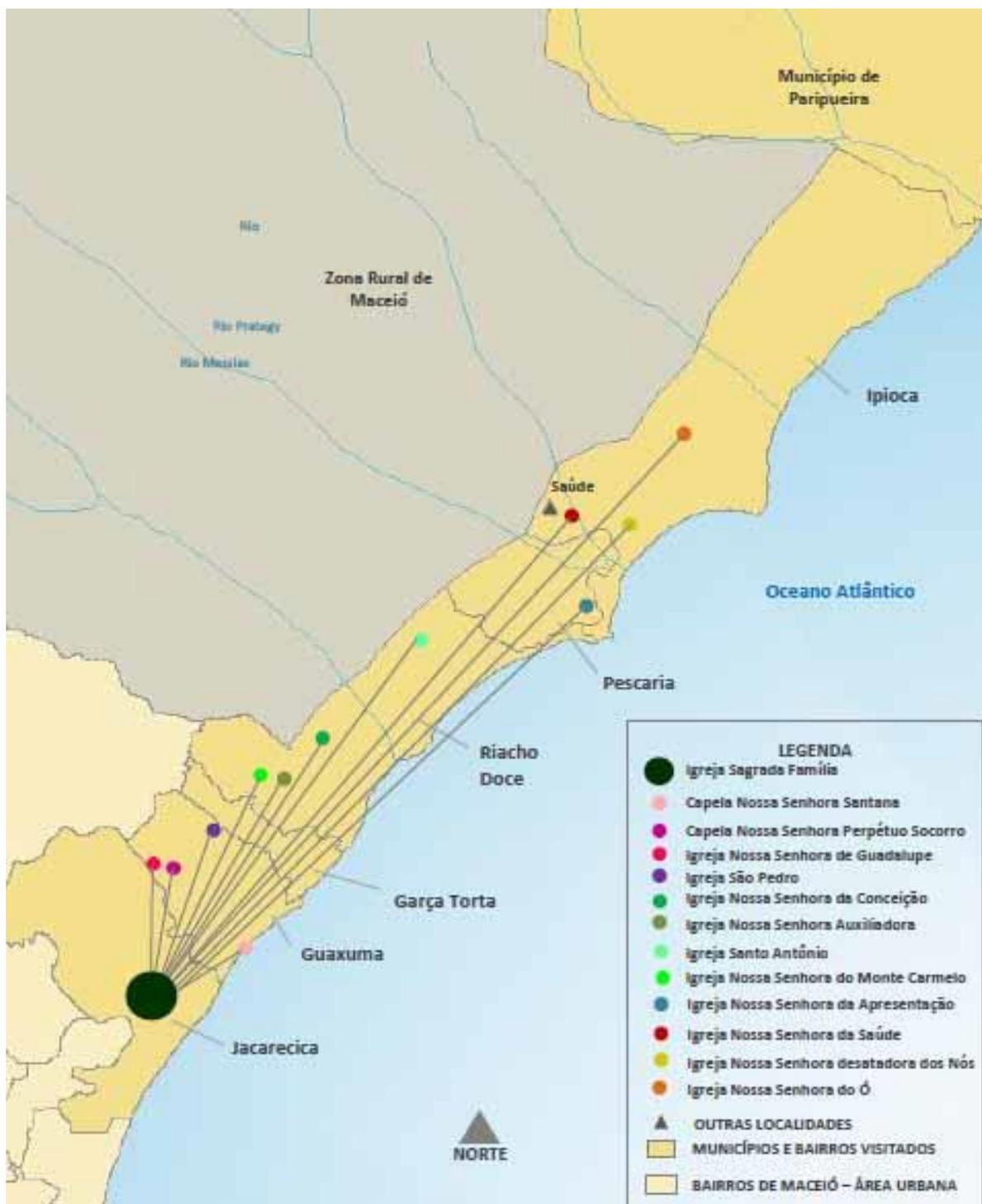
Através dos vínculos estabelecidos entre “igrejas – comunidades – percursos de deslocamentos venerativos”, percebe-se, de forma clara, como a “rede” se articula e interage com o espaço urbano (FERRARE et al., 2015a, p.17), como visto na figura abaixo. A pesquisa identificou também “a participação ativa de integrantes de diversas comunidades dos bairros vizinhos na programação litúrgica expedida pela igreja que

evoca o santo da festa, nos processuais dos tríduos e novenários” (FERRARE et al., 2015a, p.17). Sobre esses aspectos, atestam as falas dos participantes, coletadas em entrevistas de campo realizadas entre 2015 e 2107, seguindo a metodologia adotada pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**. Especificamente sobre a Procissão de Santo Antônio no povoado da Boca do Rio, em Riacho Doce, e Festa de Nossa Senhora de Guadalupe, no bairro de Guaxuma:

[...] a festa inicia com a novena do dia 04 a 13 de junho. No dia 04 de junho, abre a novena, reza o Terço de Santo Antônio e solta muitos fogos. É aberta aos moradores do povoado e aos frequentadores da Comunidade de Santo Antônio. Para esses dias, além dos locais **participam os fiéis das igrejas de Jacarecica (Igreja Sagrada Família de Nazaré), Riacho Doce (Igreja N. Sra. da Conceição e N. Sra. Auxiliadora), Pescaria (Igreja N. Sra. da Apresentação), Saúde (Igreja N. Sra. da Saúde), Ipioca (N. Sra. do Ó), Santa Luzia Capela de Santa Luzia), Guaxuma (N. Sra. de Guadalupe e Senhora Santana), Garça Torta (Igreja São Pedro) e ainda outras comunidades próximas**. Também participa da programação, distribuídos entre os três dias, os grupos da igreja local (Santo Antônio). (Sra. Joverdina, moradora do povoado boca do Rio, grifo de Ferrare et al., 2015a).

A programação é traçada pelo padre onde **cantam corais convidados por ele nas comunidades das igrejas e capelas** onde ele é também pároco, como: **o Coral Jovem da igreja de Santo Antônio na Boca do Rio; o Coral das igrejas de Santana e de Guaxuma.** A meta é preparar para o dia da procissão”. (Dona Maria José Pereira, 2015. Moradora da Guaxuma, grifo de Ferrare et al., 2015a).

Figura 80 - Mapa com a localização das Igrejas/Capelas e suas rotas.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Registrou-se ainda que as rotas traçadas pelos circuitos, na medida em que proporcionam encontros e reencontros entre os membros das “comunidades”, constroem laços afetivos a cada comemoração que se repete anualmente (FERRARE et al., 2015a). Como uma rede de pesca ou de bordado que tem em cada nó um ponto que une duas extremidades distantes, fortalecem-se à medida que novos nós são

criados. Unidas, potencializam-se, transferindo energia por meio das tensões que vibram nos fios amarrados. Resistem. Em sua continuidade, propaga, irradia. A exemplo da procissão de São Pedro na Garça Torta:

Inicia a procissão quando a charola do santo, arrumada com flores, chega e é posicionada à frente da igreja onde fica um certo tempo até se formalizar o cortejo de pessoas que saem caminhando pela rua lateral da igreja, com a charola do santo à frente, até o ponto onde encontra o restaurante Lua Cheia e o de cruzamento deste com a Rodovia AL 101 N. Nesse ponto, **o cortejo toma a direção de Riacho Doce e segue pelo asfalto da rodovia até onde encontra a igreja de Nossa Senhora da Conceição que está aberta e com a imagem da padroeira colocada do lado de fora (à frente da porta) em cima de uma mesinha. Há uma parada do cortejo e o padre faz orações e o público entoia cânticos. Ao finalizar a cantoria o cortejo segue até a praça do Riacho Doce, fazendo nela o contorno de volta para a Garça Torta pela AL 101 N.** Esse retorno vai até a entrada da rua da praça de São Pedro e da Igreja, no ponto de cruzamento com a AL. Após a entrada nesse ponto (o acesso pela rodovia à rua de São Pedro), prossegue até chegar na igreja onde a charola é acomodada, em local de destaque, perto do altar e tem início a missa solene (Maria Cícera Teles, 2015. Moradora de Riacho Doce, grifo de Ferrare et al., 2015a).

Em sua dinâmica característica, válido se faz pontuar a fusão e absorção de novos elementos às manifestações de natureza imaterial, como a crescente veneração ao Padre Cícero que ocorre nos bairros entre Jacarecica e Ipióca, mas também nas regiões acima desta área. Nos limites da região metropolitana de Maceió (como Paripueira e Barra de Santo Antônio) e municípios hoje autônomos (São Luiz do Quitunde, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi) que no passado integraram o território irradiador da religiosidade cristã, nominado como Porto Calvo (FERRARE et al., 2015a).

A propósito das relações de fé cristã que se efetivam no território outrora parte sul da Capitania de Pernambuco, estas decorrem, notadamente, das profundas influências deixadas pelo “ideário colonizador de fazer crescer a ‘Fé e rendas’ disseminou o plantio da cana de açúcar e a pregação missionária [...]” (FERRARE et al., 2015a), no *continuum* histórico-espacial que se formou com a chegada dos frades catequizadores nos polos colonizadores, compreendendo Porto Calvo, como fora citado, na região norte de Alagoas.

Inserese ainda nesse contexto, segundo Ferrare et al. (2015a), os missionários protestantes americanos, que no início do século XX⁷³, seguindo a vertente catequética evangelizadora, seguiram edificando templos pelo mesmo eixo aberto pela ocupação litorânea. Expandindo-se até a localidade de Ipióca, fundaram uma igreja que se mantém ativa nos dias atuais, coligando-se posteriormente a outras igrejas protestantes (situadas nos bairros de Mangabeiras, Poço e Jaraguá). Estabelecendo assim, mais uma rede evangelizadora, nesse caso, fundamentada na doutrina evangélica de denominação Batista (Figura 81).

Figura 81 - Igreja Batista de Ipióca localizada na AL 101 Norte.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Ainda no que tange aos espaços de fé compartilhados pelas comunidades do eixo norte de Maceió, encontra-se o Mirante da Sereia, em Riacho Doce (Figura 82). Mais do que um local favorável à contemplação da barreira de arrecifes onde se ergue

⁷³ Ressalta a pesquisa empreendida por Ferrare et al. (2015a) que dados históricos indicam que outros grupos já tinham aqui tentado evangelizar. Por ocasião da invasão holandesa, missionários da Igreja Cristão Reformada, prestaram assistência religiosa aos soldados e ao povo, dentre os quais, imigrantes e índios. “Contudo, não há indícios físicos nem registros históricos que possam asseverar essa atuação tão concreta no litoral norte de Alagoas” (FERRARE et al., 2015a, p. 24). Embora, durante as entrevistas, o Acampamento Batista de Paripueira tenha sido citado pelos entrevistados e por esse motivo foi destacado pela pesquisa como bem patrimonial na categoria Lugares.

a voluptuosa escultura⁷⁴ (Figura 83) que dá nome ao lugar⁷⁵, é também ponto de tradicional devoção: a Santo Antônio, quando da procissão promovida pela Igreja do povoado Boca do Rio e a Iemanjá, para as entregas das oferendas no seu dia, 8 de dezembro, quando recebe um grande número de visitas, de várias partes da região, em virtude da sua relação simbólica com a sereia (Figuras 84 e 85). Aos sábados, dia consagrado ao Orixá, a frequência é superior aos demais dias da semana (FERRARE et al., 2015a).

No dia a dia, de vez em quando aparece um grupo de culto afro que coloca “despacho” de macumba aí ao lado dele (do mirante). Bem pra esquerda dele, descendo. Tem gente por aqui que depois vai olhar. Mas, no dia 8 de dezembro, na parte da manhã, enche. Vem gente de muitos cantos e ficam na parte de cima dele e fazem evoluções com batuques e depois descem para colocar as oferendas no mar. Só isso. Dessas coisas por aqui nessas praias do norte, tem também na Ipioca. / Há 50 anos eu conheço o mirante e ele sempre foi assim. / Eu trago muito turista para ver a praia da Sereia e o Mirante (Melquizedec José dos Santos, motorista de companhia de turismo).

Figuras 82 e 83 - Mirante e escultura da sereia nos arrecifes.



Fonte: Ferrare et al., 2015^a.

⁷⁴ A escultura da sereia foi colocada nos arrecifes, por volta de 1962, na gestão do governador General Luís Cavalcante (1961-1966), projeto do artista plástico pernambucano, Corbiniano. “A escultura da sereia apresenta acentuações em determinadas partes do corpo com a finalidade de ser visualizada mesmo de longe, e também mexer com o sensualismo dos observadores, bem como ainda se sabe que guarda um forte simbolismo com os cultos afro-brasileiros” (FERRARE et al., 2015a).

⁷⁵ No sentido atribuído por Marc Augé, espaço identitário, relacional e histórico, sendo o seu oposto o “não lugar”: espaços marcados pela impessoalidade, não identitários, não relacionais e não históricos, como os aeroportos e supermercados, por exemplo.

Figuras 84 e 85 – Entrega de oferendas no Dia de Iemanjá pelo Grupo Espírita Santa Bárbara.



Fonte: Janaina Martins, 2014.

Do documento intitulado “Complementação do Relatório 3” entregue pela Equipe executora do **Sítio 3 do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, extraem-se observações muito esclarecedoras sobre as práticas e saberes tradicionais, dentre os quais se destacam os “modos de viver e fazer”, que para além dos vínculos religiosos articulam-se com os bairros contíguos do litoral norte de Maceió. De modo a configurar-se como um “bloco de resistência”, assim denominado pelos autores, com relação ao *boom* imobiliário, que se volta com avidez para a região em estudo. Ao que parece, cientes do valor comercial da sua condição litorânea reforçada pela ideia de paraíso, associada a uma paisagem nativa e idílica, realçada pelo turismo a partir dos anos 1980, e ao que se supõe, também se incorporou ao imaginário do maceioense em geral, passando a ser cobiçado como ideal de moradia. É válido ressaltar o ocorrido no bairro da Pescaria com relação ao “caminho da Prainha”, um acesso muito utilizado pelos pescadores locais que convivem no Porto da Jangada (Figuras 86 e 87). Ameaçado de ocupação pelas empresas imobiliárias, os pescadores procuraram o apoio do Ministério Público no sentido de garantir o usufruto do lazer do que consideram como o “lugar do pescador” e embargaram a aquisição da área (FERRARE et al., 2017). O enfrentamento por parte dos pescadores demonstra não só a apropriação do território mas, a incorporação dos valores intangíveis que legitimam a sua preservação. Percebe-se nessa ocorrência, o “[...] deslocamento dentro dos próprios campos tradicionais da avaliação do patrimônio, quais sejam, o da ‘excepcionalidade’ do valor artístico e o da ‘memorabilidade’ do fato histórico” (CASTRIOTA, 2009, p. 96). Desloca-se também o sujeito da ação. Antes determinado por especialistas, únicos detentores do “poder-saber” pronunciar

vereditos sobre o que e o porquê conservar, deparamo-nos com a participação de novos atores que reivindicam para a comunidade essa decisão.

Figuras 86 e 87 - Vista aérea do “caminho da Prainha” que fez parte da documentação entregue ao Ministério Público e acesso ao Porto das Jangadas.



Fonte: Ferrare et al., 2015 (Adaptado pela autora, 2019); Ferrare et al., 2015.

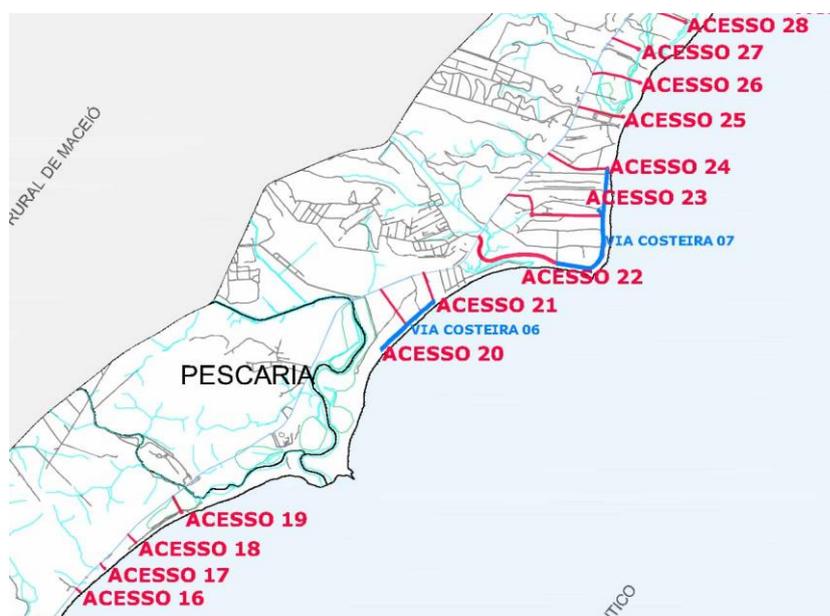
A tentativa de privatização do espaço público mobilizou também os moradores, amigos e frequentadores do bairro da Graça Torta, como visto anteriormente. Contudo, embora o **Movimento Abrace a Graça** tenha elaborado documentos e propostas entregues ao órgão gestor responsável, com vistas à preservação do “lugar”, até o momento o novo **Plano Diretor** não foi divulgado e não se sabe, até o presente, se as sugestões foram atendidas. Quando questionados formalmente, sobre o andamento das discussões a respeito do resultado das audiências e colaborações encaminhadas pela sociedade civil, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET)⁷⁶, informou que “[...] a documentação solicitada está disponível no link: <http://www.maceio.al.gov.br/revisao-do-plano-diretor-participe/>”⁷⁷. Entretanto, o dado mais recente nele divulgado, sobre o

⁷⁶ A solicitação foi feita formalmente à SEDET, através da Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano, responsável pela Revisão do **Plano Diretor**, à Ilma. Secretária Adjunta Sr.^a Adriana Cavalcanti, e protocolada na referida Secretaria sob o nº 03100.015893/2019.

⁷⁷ A resposta foi encaminhada através do Ofício nº 201/2019/SEDET/GS.

tema trata da 5ª audiência pública sobre o Plano Diretor, realizado em 12 de março de 2016. Outrossim, foi possível localizar o Decreto nº 6.863/2008 que institui o **Plano de Acesso Viário às Praias do Litoral Norte de Maceió**, nos termos do **Plano Diretor** de 2005, que garante o acesso público obrigatório a todos os projetos de parcelamento do solo urbano e execução de edificações na região, conforme planta e coordenadas anexadas ao citado Decreto. Porém, não há justificativa para a localização dos referidos acessos, nem indicação de antigos caminhos consolidados pela comunidade. Conforme figura abaixo, é possível observar, inclusive, que o “caminho da Prainha” não consta no referido mapa.

Figura 88 - Fragmento do mapa de acesso ao litoral norte, anexo ao Decreto no 6.863/2008.



Fonte: SEDET, 2008.

Ainda no que se refere às possíveis ameaças e disputas de território, é válido também destacar a iniciativa da comunidade residente de Riacho Doce, que ergueu uma escultura mitológica, Poseidon ou Netuno ⁷⁸ (Figura 89), em uma área desocupada à beira-mar, com a intenção de atribuir um uso público, antes da chegada das construtoras. De acordo com o artesão responsável, a ideia foi lançada por uma

⁷⁸ Deus dos mares e oceanos, segundo as mitologias grega e romana respectivamente. O escultor relatou que pensou em uma figura masculina, por conta da presença da escultura da sereia, situada nos arrecifes da praia de Riacho Doce, e também por gostar de mitologia.

advogada durante uma reunião de moradores sobre o avanço do mercado imobiliário, e logo acatada pelos participantes que colaboraram com a doação do material a ser utilizado para a sua confecção (cimento, areia e ferro). Foi ainda acordado, que a obra deveria ser executada em pouco tempo, aproveitando o período eleitoral⁷⁹, como forma de “pressionar” o prefeito (que na oportunidade era candidato a reeleição) a não destruí-la, evitando assim novas construções. A proposta contemplava ainda a execução de outras esculturas, pois a intenção era transformar a área em um parque de lazer e esculturas, consolidando o caráter público, voltado para o usufruto da comunidade. Conquanto o espaço seja bastante utilizado pelos banhistas, pois a escultura tem um jato d’água que jorra do seu tridente, permitindo também a função de chuveiro, as melhorias na área não tiveram continuidade e ainda não atendem à infraestrutura desejada pelos moradores.

Figura 89 - Escultura situada no bairro de Riacho Doce faz alusão ao deus da mitologia protetor dos oceanos e mares.



Fonte: Autora, 2019.

Quanto às questões ambientais e sustentáveis, ocorrida até a conclusão do INRC-AL, considera Ferrare et al. (2017, p. 29) sobre a:

⁷⁹ Trata-se da última campanha eleitoral para a Prefeitura de Maceió, em 2016, que reelegeu o prefeito Rui Palmeira.

[...] bem alterada e minimiza-se gradativamente enquanto potencialidades de pesca e de plantio do coqueiral. Alguns fatores visíveis como o incremento de construções de grande porte do tipo: *resorts*, balneários, condomínios de casas e edifícios são responsáveis pela abertura de vazios ou “clareiras” nas massas densas de coqueiros, bem como a tiborna de usinas que deságuam pelos rios são apontados por moradores como causadores da diminuição da piscosidade das águas do mar e dos rios, o que resulta por incidir na diminuição de práticas tradicionais como a da pesca de curral.

Típica do litoral norte de Alagoas, a pesca de curral ainda responde pela captura de grande variedade de espécies marinhas, conquanto os pescadores relatam uma diminuição da fartura e diversidade de tempos atrás. De acordo com Ribeiro (2011, p. 146), “Ipioca era um lugar onde as pessoas viviam da pesca de curral”. Dados confirmam a ocorrência da técnica, que utiliza grandes cercados de madeira e arame fixados ao fundo do mar, desde o período colonial. Um decreto régio de 1802 proibiu a atividade no Nordeste por considerá-la nociva à criação de peixes e à conservação das costas de ultramar (RIBEIRO, 2011). Embora não se possa afirmar qual a origem da pesca de curral, pesquisadores atribuem aos índios a estratégia de captura, pois no século XVII, registrou-se a “utilização de pedras, madeiras ou galhos erguidos na desembocadura dos rios”, aproveitando “o fluxo do mar para apanhar os peixes que ficavam presos na maré vazante” (RIBEIRO, 2011, p. 146).

O motivo para a diminuição dos peixes é atribuída à pesca predatória, identificada pelo tipo de instrumento utilizado, o período em que é realizada e quem a realiza. Segundo os pescadores mais experientes, é responsabilidade do pescador não apanhar peixes pequenos para não comprometer o desaparecimento das espécies. Outros aspectos salientados pelos especialistas com relação à diminuição da pesca, são atribuídos: à introdução do maquinismo, e ao efeito negativo causado pela poluição (RIBEIRO, 2011).

Quanto aos currais, em entrevista concedida a Ribeiro (2011), Sr. Valdir, pescador de curral mais antigo de Ipióca, chama também a atenção para o comprometimento da pesca após a introdução de mudanças quanto ao material de confecção dos currais, as varas eram apenas amarradas com cipó e não possuíam rede⁸⁰. Outro aspecto muito importante, destacado também por outros interlocutores,

⁸⁰ Ribeiro (2011) relata que foram encontradas substituições das varas por tubos de pvc flexível (conduítes), preenchido com cimento em alguns casos. Podendo ainda colaborar com a fixação e durabilidade, o uso de graxa, pregos, entre outros materiais espúrios.

diz respeito a necessidade de manutenção anual dos currais com a substituição da madeira, retirada com facilidade das matas, assim como o cipó para a amarração. Com a escassez da madeira e a proibição da extração, materiais alternativos vêm sendo incorporados, resultando, na diminuição da prática, também transmitida por gerações, conforme relato de um dos pescadores à Ribeiro (2011, p. 156): “Acabou. A pesca de Ipióca acabou-se. [...] Acabou-se a mata. A mata acabou-se, não existe mata. [...] Aqui ninguém tem onde tirar um cipó hoje, a vara ninguém tem onde tirar, nada tem”.

De tempos remotos e de características igualmente históricas, relacionais e identitárias, advém a tradição dos doces de frutas. Dos braços fortes das negras que tiravam o tacho de cobre do fogão a lenha, da união entre o açúcar e a fruta do mato exalava o cheiro adocicado nascido à sombra da casa-grande e suas capelas, “[...] utilizando grandemente, ecologicamente, teluricamente, tais valores” (FREYRE, 2007, p. 23).

Hoje, contudo, o saber fazer os doces de compota está em iminente processo de desaparecimento, em especial o doce de caju de Ipioca. Região próspera, situada em localidade privilegiada, “entre um cordão em planície que margeia o oceano Atlântico e sobre um platô topográfico” (FERRARE et al., 2015, p. 58), onde o povoado se fixou sob a invocação de Nossa Senhora do Ó, como anteriormente citado, hoje bairro.

Cenário da aristocracia rural, em que, a exemplo de todo o eixo, desde a região subunense, plantava-se a cana e se fabricava o açúcar bruto, preexistiu a Maceió em função da prosperidade econômica proveniente dos engenhos. Das “matas de caju” que tanto contribuíram com os rendimentos familiares, através da produção dos Doces de Caju de Ipióca, nos tipos: Cristalizado, Ameixa de Caju, Caju em Calda e a Castanha Confeitada, cujo conhecimento do saber-fazer, deste último, está restrito a apenas dois doceiros. Todavia, em 2015, quando da pesquisa de campo realizada pela Equipe - Sítio 3 do INRC-AL, já quatro famílias produziam os doces, e apenas dos tipos Ameixado e Caju Cristalizado, embora saibam fazer o Caju em Calda. Contudo, o doce de Castanha Confeitada quase não é mais produzido, por ser muito demorado e resultar muito caro para revender, por levar muito açúcar, restringindo-se apenas a eventuais (e reduzidíssimas) encomendas (FERRARE et al., 2015).

Em *Açúcar*, obra de Gilberto Freyre (2007) que versa sobre as tradições culinárias, as castanhas de caju confeitadas e os doces secos de caju aparecem como genuinamente brasileiros, ofertados nos tabuleiros ao lado dos quitutes portugueses de origem mourisca ou africana.

Figuras 90 e 91 - Tacho de alumínio com doce de caju em calda e utensílios utilizados no fabrico de doces de caju na cozinha do Sr. José Grande; fogão a lenha e tacho de alumínio.



Fonte: Ferrare et al., 2015.

Figuras 92 e 93 - Tipos diferentes da fabricação do doce de caju: ameixa de caju, caju cristalizado e caju em calda. Ponto de venda à margem da AL 101 com placa indicando o doce de caju e ameixa (de caju). Anteriormente também constava o indicativo da venda da castanha confeitada.



Fonte: Autora, 2019.

Limitada a produção pela ocorrência da chamada “mosca branca”, praga que contamina a matéria-prima inibindo a floração e o crescimento dos frutos, além da particularização das “matas de caju”, extensos trechos de vegetação cederam espaço a empreendimentos turísticos e balneários para veraneio que, desde a década de

1970, passaram a ocupar a região causando alterações na dinâmica da população autóctone e de seus labores artesanais. E, não só apenas isto, mas, essa ocupação que alheamente foi chegando invadiu e “tapou” os acessos espontâneos que o morador sempre tivera à praia. Coibindo o acesso à praia para os banhos, piqueniques das famílias, grupos de amigos. Um verdadeiro fenômeno do “emparedamento”. Muros de clubes, tapumes de construtoras, cercas do privado, entre outros, superaram a anterior área livre com passagem fluida para moradores e banhistas, conforme divulgou matéria publicada na **Gazeta de Alagoas**⁸¹: “Moradores reivindicam a abertura de 34 acessos de Jacarecica a Ipióca. Ministério Público Federal diz que vai recorrer à Justiça”. A solicitação foi feita pelo coordenador das Associações da Região Norte de Maceió que, desde 2008, tenta impedir o fechamento dos acessos sem êxitos satisfatórios. O pedido contempla ainda a suspensão de todos os alvarás das imobiliárias que invadiram tais passagens. A procuradoria do Ministério Público informou, na ocasião, que embora o município afirme ter elaborado um decreto para atender à questão, este não foi executado. A matéria não esclarece quando foi iniciado o processo de fechamento dos acessos, mas é possível encontrar muros e cercas também em Guaxuma, Riacho Doce, Pescaria, região do litoral norte de Maceió, que há muito tempo passou a ser identificada como o lado dos balneários de clubes, dos primeiros banhistas de finais de semana e temporadas.

A inversão dessa lógica de comunicação direta com a praia revela ainda o crescente conflito entre os espaços públicos e privados, potencializado, nesse caso, pela “alteração de escala”, consolidada no contexto urbano do bairro de Cruz das Almas.

Sobre o impacto causado pelas mudanças empreendidas, em entrevista realizada no bairro em 2016⁸², a Praça Ganga Zumba, localizada na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes de Brito, foi a intervenção mais citada pela comunidade. Local mais significativo do bairro, presta homenagem ao Quilombo dos Palmares. Segundo o professor de História, Edson Moreira da Silva⁸³, a praça Ganga Zumba

⁸¹ Publicado no portal de notícias da **Gazeta de Alagoas**, em 27 de novembro de 2013.

⁸² As entrevistas fizeram parte da pesquisa do grupo Patrimônio Sobreurbano, financiada pelo Programa Semente de Iniciação Científica (PSIC) 2016/2017, do Centro Universitário Cesmac, orientado por esta autora e pela professora Caroline Gonçalves dos Santos.

⁸³ Edson Moreira da Silva é professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), teólogo, historiador, pesquisador e ativista da cultura e da identificação dos valores históricos do negro no Brasil, é ainda

remete à história da cultura negra que não é valorizada no presente e, por esse motivo, a preservação do monumento em sua instância material é de suma importância para manter viva a memória da negritude palmarina e maceioense, justificando a origem do marco no bairro.

O rei do Congo foi erguido em 1984⁸⁴, incrustado na orla de Cruz das Almas, onde o Brasil se aproxima da África, podendo-se traçar em uma linha reta imaginária, a rota do continente africano até a capital de Angola, Luanda. Palco de celebrações, rituais e projetos sociais voltados à valorização da cultura de matriz africana, teve suas atividades interrompidas em 2011, quando da realização das obras de revitalização da avenida Brigadeiro Eduardo Gomes de Brito, conduzidas pela prefeitura do município. A praça foi destruída e a estátua em homenagem a Ganga Zumba⁸⁵ foi removida e colocada em um depósito de propriedade da construtora que realizou a intervenção. Encontrada, em 2015, possuía avarias com perdas de alguns elementos significativos como a coluna e as correntes⁸⁶. Embora tenha retomado o seu local, no centro da nova praça, a relação que existia com os moradores, ainda não foi recuperada. Destaca-se ainda, que o projeto executado alterou a implantação anterior, pois a via passava pela frente do monumento, favorecendo a contemplação de detalhes importantes como a pomba na mão esquerda do líder, que foi quebrada no processo de remoção e quando de sua reconstituição foi colocada no sentido contrário. Antes voltada para o mar, rota para a África, hoje encontra-se voltada para Ganga Zumba.

Em matéria divulgada no jornal **Gazeta de Alagoas**, em 19 de fevereiro de 2011, comerciantes e moradores denunciam a forma como a obra foi conduzida, alegando que a passagem da via não obedeceu ao que foi combinado anteriormente em reunião com a comunidade. Segundo o presidente das Associação de Moradores de Cruz das Almas, Fernando Rocha, 10 casas seriam desapropriadas para a passagem da pista, sem comprometimento, portanto, dos equipamentos existentes na

presidente da Fundação Afonso Arinos de Conscientização Cívica e Cultural. Há muitos anos desenvolve ações relativas à luta pela promoção da diversidade étnico-racial e valorização dos povos de origem africana em Maceió.

⁸⁴ A praça foi inaugurada sob a administração do prefeito José Bandeira, no governo Divaldo Suruagy.

⁸⁵ A estátua de Ganga Zumba é de autoria do artista pernambucano José Faustino, que ficou famoso em meados dos anos 1960, por conta do trabalho realizado no teatro ao ar livre de Nova Jerusalém e no Parque das Esculturas, em Pernambuco, juntamente com outros escultores.

⁸⁶ A estátua foi encontrada pelo vereador Cléber Costa e pelo professor Edson Moreira da Silva.

praça: bancos, banca de revista e bares. Nas palavras de um dos moradores entrevistados: “A localização anterior indicava que era do bairro. A localização de agora sugere que a praça é do Calçadão apenas. Até a estátua está de costas para quem passa. Ninguém do bairro gostou dessa mudança” (FERRARE et al., 2015a).

Nesse sentido, entende-se que não houve um planejamento para a realização das intervenções propostas, visando não comprometer os aspectos simbólicos vinculados à praça. Durante a obra, sem espaço para dar continuidade às manifestações culturais anteriormente realizadas, a comunidade acabou por se distanciar de seu significado cultural. Fragilizado, o processo de produção e apropriação da praça ainda está por se (re)construir, implicando, inclusive, a participação dos novos moradores que vêm sendo atraídos pela moradia à beira mar, em grandes condomínios de torres residenciais.

Figuras 94 e 95 - Antiga localização da praça Ganga Zumba com a passagem da via pela frente do monumento e situação atual com a via passando por trás do monumento.



Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptado pela autora, 2019). Fonte: SECOM, 2008.



Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptado pela autora, 2019). Fonte: Autora, 2019.

Todavia, sobre as manifestações culturais levantadas pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em Alagoas**, os dados de 2016 apontaram que na praça Ganga Zumba havia a ocorrência de algumas apresentações de bois de carnaval e que a Associação de Pesca de Alagoas (CLUPEAL), lá sediada, também promove atividades que se constituem atrativos para a comunidade do bairro: comemorações de Dia das Mães, Natal, Dia das Crianças, além das gincanas de pesca de arremesso com uso de molinete, que acontecem de forma continuada⁸⁷.

Figuras 96 e 97 - Gincana de pesca de arremesso com molinete e sede da CLUPEAL, na praça Ganga Zumba.



Fontes: Acervo CLUPEAL (Disponível em: <<http://www.clupeal.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2019); Autora, 2019.

O bairro é também marcado por grande interesse cultural, conduzido pelo Grupo Folclórico Ganga Zumba das Alagoas, organização não governamental bastante atuante na assistência aos grupos folclóricos⁸⁸: Nêga da Costa (feminina)⁸⁹, Coco de Roda, Pastoril, Baianas (jovens e mulheres adultas). Os ensaios acontecem na praça Tenente Madalena, localizada no interior do bairro, há algumas quadras da

⁸⁷ O *site* do CLUPEAL informa que a sua fundação foi no ano de 1995, a princípio no bairro do Pontal da Barra e, posteriormente, deslocada para Cruz das Almas, promovendo gincanas uma vez por mês, na praia de Cruz das Almas (Disponível em: <<http://www.clupeal.com.br/oclube.php>>. Acesso em: 20 jan. 2019).

⁸⁸ Há cerca de 17 anos a Associação dos Folguedos Populares de Alagoas (ASFOPAL) também apoia os grupos do bairro (FERRARE et al., 2015a).

⁸⁹ Em Quebrangulo tradicionalmente a “Nêga da Costa” é composta por homens que se vestem como baianas e com as caras pintadas. Em Cruz das Almas houve uma mudança de gênero, os integrantes são mulheres (FERRARE et al., 2015a).

orla. Segundo entrevista com o professor e folclorista, Carlos Gilberto dos Santos⁹⁰, responsável pelos ensaios:

[...] a comunidade foi demonstrando envolvimento gradativo com os grupos, sendo eles hoje muito importantes para cada um. [...] o trabalho foi iniciado nas escolas, depois se estendeu à comunidade, a partir de um maior conhecimento. Esclareceu, porém, que o Pastoril não foi introduzido do mesmo modo pelo trabalho na escola, pois já existia na Grota do Rafael. “Assisti o ensaio lá e vi que já estava pronto e era infanto-juvenil. Só estimulei ainda mais e sai em busca de ajudar a conseguir mais figurino, para esse grupo e para os demais” (FERRARE et al., 2015a).

Ainda segundo o entrevistado, os grupos de Coco de Roda e Nêga da Costa (feminina) formalizaram-se em 1999, a Baiana, em 2011. Desde 1985, há também o Pastoril coordenado pela mestra Fátima Brasileira⁹¹, discípula do renomado folclorista Pedro Teixeira e fundadora da Associação dos Folguedos Populares de Alagoas (ASFOPAL). Em suas palavras: “O meu objetivo maior é a preservação dos costumes e desviar os jovens das drogas e da prostituição” (FERRARE et al., 2015a). Os ensaios acontecem na sede do grupo que fica no primeiro andar da casa da mestra e foi construído com um prêmio recebido pelo Ministério da Cultura (MinC). Os pequenos cachês que recebem e o salário de professora da mestra auxiliam financeiramente o grupo. O grupo também participa da Festa das Flores, lavando a estátua de Ganga Zumba.

Para o professor Carlos Gilberto, dentre os grupos atuantes no bairro, o Coco de Roda é o mais consolidado, dado o vínculo com a cultura africana e o movimento libertário que tem na praça Ganga Zumba um marco referencial do Quilombo dos Palmares⁹². Vinculada à tradição afro-brasileira, o Bloco Carnavalesco da Liberdade que percorre algumas ruas do bairro. Segundo o líder comunitário e presidente do bloco, a manifestação popular: “aproxima as pessoas em prol do ideal da liberdade que é uma ‘bandeira de luta’ do bairro” (FERRARE et al., 2015a). Consoante com o tema, acontece a Festa das Flores (ou Dia das Flores)⁹³ desde o retorno da estátua de Ganga Zumba à praça, após o fim das obras de reurbanização. Idealizada pelo

⁹⁰ O professor e folclorista é morador do bairro há 39 anos.

⁹¹ A mestra é moradora do bairro há cerca de 35 anos (FERRARE et al., 2015a).

⁹² O Parque Memorial Quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, em Alagoas, foi reconhecido como patrimônio cultural do Mercosul em 2017.

⁹³ Em 2016, quando da realização das entrevistas, a Associação de Moradores do bairro não participou da celebração porque estava sob a direção de um evangélico (FERRARE et al., 2015a).

professor Edson Moreira, com o objetivo de retomar a importância do líder negro para as religiões de matriz africana, a celebração é conduzida por mães e pais de santo, acompanhada de cânticos e orações em homenagem às Cinco Nações Africanas. Acontecem ainda rodas de capoeira, banho de alfazema e a entrega de flores às divindades, pelos grupos religiosos, semelhante ao ritual praticado na Serra da Barriga, no Dia da Consciência Negra. Identificou-se no bairro, através da citada pesquisa, a ocorrência do Terreiro da Marluce, situado próximo ao conjunto Dom Adelmo Machado. No que se refere às celebrações católicas foram mencionadas as festas dedicadas à Rosa Mística, à Nossa Senhora da Visitação e à procissão do padroeiro, o Sagrado Coração de Jesus.

Figuras 98 e 99 - Divulgação da Festa das Flores em 2019 e Procissão do Sagrado Coração de Jesus, nas ruas do bairro de Cruz das Almas.



Fontes: Disponível em: <<https://novoextra.com.br/so-no-site/alagoas/53696/festa-das-flores-acontece-este-sabado-em-cruz-das-almas>>. Acesso em: 20 jan. 2019; Ferrare et al., 2015a.

4 OS ANTIGOS BAIRROS DE PRAIA HOJE INTER(AGENTES) COM O MERCADO IMOBILIÁRIO / EXPANSÃO TURÍSTICA / REFERÊNCIAS CULTURAIS

4.1 Da ressonância na espacialidade arquitetônica, urbanística e paisagística

A esse ponto se faz oportuno refletir sobre o período em que se deu (e por que), a corrida às praias. É sabido que o uso balneário dentro de sequenciados “fluxos para o mar, quer de um dia, de fim de semana ou de temporada foram um fenômeno pós segunda guerra mundial e refletem a crescente afluência das classes média e média-inferior e o rápido aumento do automóvel”⁹⁴ (TUAN, 1980. p.133).

O advento do automóvel de fato tornou-se um vetor de deslocamento que buscava caminhos ou estradas mais aprazíveis com vistas para o mar – este elemento da natureza que, a partir do início do século XX, passou a impelir o homem ao usufruto da contemplação. Foi também Tuan (1980), que teceu reflexões que ajudam a buscar o entendimento desse fenômeno, ao dizer que:

Não [era] difícil entender a atração que exercem as orlas marinhas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia [...] (TAUN, 1980, p. 131).

Importa aqui situar a relação que a população teve no passado com as belezas naturais, entendidas, com raras exceções, como “meros ‘anexos’ do cotidiano”, no dizer de Veras Filho (1991). O autor aprofundou a pesquisa sobre o turismo em Alagoas, historiando não apenas o início de sua ocorrência, como também os primeiros passos, “fatos importantes e pitorescos” que antecederam o interesse turístico pela região. Para tanto, investigou a primeira publicação sobre o tema no Estado, de autoria de Moreno Brandão, em 1937, intitulada **Vade-Mecum do Turista em Alagoas**, no qual se constata que os pontos de interesse dos turistas não alcançavam as praias litorâneas.

⁹⁴ Contudo, nos EUA as estâncias hidrominerais precederam esta tendência de banhos para fazerem bem à saúde por meio do uso de água para tratamentos.

Pelas primeiras décadas do século XX, anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, os atrativos estavam concentrados em segmentos diferenciados: “paisagens interioranas, suas matas, seus rios, seu relevo [...] locais de natureza histórica relevante, quando se destacavam Itália, Grécia e Egito” (VERAS FILHO, 1991, p. 40). Brandão (2013, p. 21) finaliza o capítulo “Lugares Pitorescos” tecendo elogios ao um “famoso acidente do nosso mediterrâneo”, comparando-o à cachoeira do Niagara: “Apesar do interesse apresentado por essas maravilhas naturais de Alagoas, o que mais empolga o viajante neste Estado é a faustosa Cachoeira de Paulo Afonso”. Uma breve alusão é feita ao litoral alagoano com ênfase para as praias entre Barra de São Miguel e Coruripe: “apresenta quadros incomparavelmente empolgantes a que as dunas alvacentas, os coqueirais abletinos, as barreiras avermelhadas, as embocaduras dos rios trazem notas de grande amenidade” (BRANDÃO, 2013, p. 18). Conquanto, nenhum comentário foi feito especificamente sobre o litoral norte ou ainda quanto ao patrimônio histórico e cultural. Veras Filho (1991), chega a concluir que, à época, a praia só atraía a curiosidade se fosse “fortemente artificial”, repleta de altos edifícios à beira-mar à semelhança de Copacabana.

Um longo hiato se fez desde a narrativa de Moreno Brandão, em 1937, até a publicação da Lei Municipal nº 598, de 31 de maio de 1958, que instituiu o Serviço de Turismo da Prefeitura Municipal de Maceió, destinado a:

[...] promover e incentivar o turismo em nossa Capital, através de divulgação de belezas naturais e de motivos paisagísticos, de orientação e facilidades aos visitantes, de fornecimento de informações de organização de excursões, passeios a locais pitorescos, e centralizar as atividades diretamente ligadas ao turismo” (VERAS FILHO, 1991, p. 42).

Partindo das constatações do autor sobre a legislação, embora esta contemple “atividades diretamente ligadas ao turismo” não há qualquer referência ao folclore e artesanato, evidenciando o distanciamento de tais atividades com relação ao desenvolvimento turístico. Contudo, em que pese o interesse político suscitado à época, as primeiras iniciativas foram sucumbidas pela ausência de infraestrutura hoteleira, oferta gastronômica e de lazer na cidade.

Nos anos de 1958, quando da promulgação da Lei, as opções para acomodação dos turistas estavam restritas aos hotéis Majestic, Beiriz, Central, Bela

Vista Palace Hotel⁹⁵ (Figura 100) e o Hotel dos Palmares (Figura 103) (VERAS FILHO, 1991). O Hotel Bela Vista, como ficou conhecido, fechou as portas, pela primeira vez em 1925, e novamente em 1928, pois a capital alagoana não comportava tamanha estrutura – 1.400m² de construção, 40 quartos, 5 varandas com mosaicos e “artísticas balaustradas”, água e energia elétrica próprios. Em 1929, o palacete foi a leilão e após ser arrematado pela empresa de seguros Aliança da Bahia, voltou a funcionar em 1933. Na década de 1960, foi fechado definitivamente, em 1963, foi adquirido pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), com a intenção de demoli-lo para levantar o seu edifício-sede em Alagoas (SANT’ANA, 1993). Muito citado como “O excêntrico Palacete da Praça dos Palmares”, permanece ainda hoje presente no imaginário da população alagoana, com sua cúpula bulbosa de ascendência mourisca, como classificou Menezes e Borba (1970).

Figura 100 - Hotel Central (a esquerda da foto) e Bela Vista Palace Hotel (ao centro), inaugurado em 1923 e demolido nos anos de 1963.



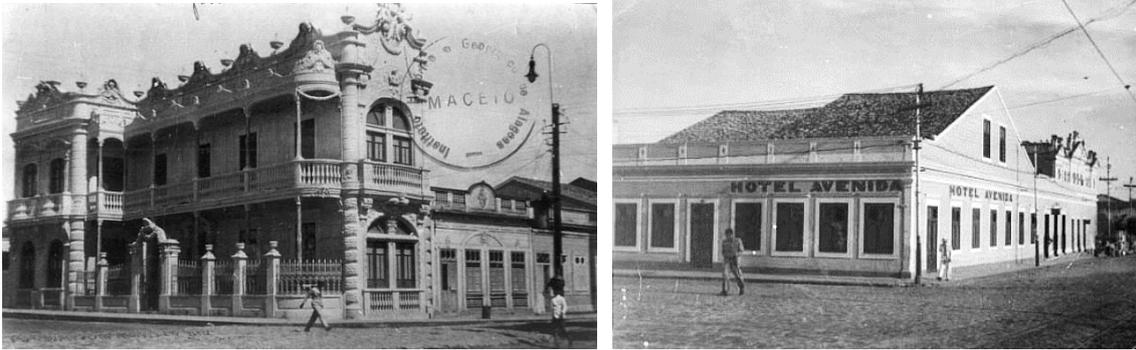
Fonte: MISA, [s.d.].

Sabe-se ainda da existência do Hotel Aurora, que a partir de 1934, após mudança de gestão, passou a chamar-se Hotel Lopes (Figura 101), e do antigo Palacete dos Machado (atual Museu de Antropologia e Folclore Théo Brandão), que,

⁹⁵ Inaugurado em 21 de junho de 1923, a edificação foi projetada pelo arquiteto alemão Guilherme Jägerfeld para residência do penedense Arsênio Fortes, exitoso comerciante em Maceió. O palacete foi demolido em 7 de outubro de 1963. À época tramitava na Assembleia Legislativa Estadual projeto de lei para a desapropriação do imóvel e instalação da “Secretaria de Educação e Cultura e outros órgãos a ela subordinados, inclusive a Biblioteca Pública Estadual” (SANT’ANA, 1993, p. 85). No local foi construído o edifício-sede do INAMPS. Segundo Aristóteles Calazans (A.C.) Simões, no livro Memórias, Discursos, Artigos e Rimas, o hotel possuía um “elevador-gaiola”, o primeiro de Maceió.

em 1951, foi alugado para funcionar como hotel até a década de 1960⁹⁶ (IHGAL, 2009).

Figuras 101 e 102 - Fotos antigas do Hotel Lopes e Hotel Avenida.



Fonte: MISA, [s.d.].

Figura 103 - Hotel Palmares, hoje.



Fonte: Autora, 2019.

Faz-se pertinente destacar que os hotéis em questão situavam-se no centro da cidade, nas proximidades da Estação Central, e encontravam-se em maior concentração na Praça dos Palmares. Circundavam-na os hotéis Palmares (Figura 103), Bela Vista, Central e Avenida (Figura 102). Atraídos pelo grande potencial de comercialização da região, não atendiam a turistas em busca das belas praias, e, sim,

⁹⁶ Também, em 1963, o Palacete dos Machado foi desapropriado e decretado de utilidade pública em prol da UFAL, passando a funcionar como residência universitária (Legião Universitária de Alagoas – LUA) até o ano de 1977, quando foi adaptado para receber o Museu de Antropologia e Folclore Théo Brandão. Função que permanece até os dias atuais (DUARTE; FERRARE, 2017).

serviam estritamente “[...] enquanto ‘abrigos’ para os comerciantes que chegavam à cidade, atraídos por sua prosperidade comercial” (PEREIRA; FERRARE, 2012, p. 2). Destes, apenas os prédios do antigo Palacete dos Machados (Figura 104) e o Hotel Atlântico, edificação hoje abandonada (Figura 105), possuem uma relação de frontalidade com o mar, pois uma de suas fachadas (a principal) voltam-se para a Praia da Avenida da Paz, que entre as décadas de 1920 e 1930, segundo Barbosa (2011, p. 71), possuía um contexto luxuoso condizente com o “[...] *status* proporcionado pelo título de capital” que a cidade usufruía. Entretanto, os demais hotéis citados que circundavam as Praças Palmares e Montepio procuravam tirar partido visual/contemplativo através das varandas abalaustradas voltadas para a praia da Avenida. Vale ressaltar que a topografia colaborava com a desejada perspectiva, bem como a predominância de edificações térreas e de pequeno porte.

Figuras 104 e 105 - Antigo Palacete dos Machados, atual Museu Théo Brandão, após a restauração em 2001 e Antigo Hotel Atlântico.



Fonte: Ferrare; Guimarães, 2001.



Fonte: MISA, [s.d.].

Atraídos pela chegada do “progresso” que se fez sentir na expansão do acesso ao porto a partir do interior do Estado pela estrada de ferro⁹⁷, quatro eixos se formaram: o da Enseada de Jaraguá (em virtude dos produtos que chegavam ao porto e os pontos de grande movimentação comercial como Rua do Comércio, a Rua do Sol e adjacências); um segundo eixo que ligava o Centro a Bebedouro (através da Rua do Imperador – Rua do Sol – Praça dos Martírios e adjacências); o terceiro entre

⁹⁷ Em 1902, 314 quilômetros de estrada de ferro ligavam o porto ao interior do Estado. Da Central Alagoana (Alagoas Railway) até União dos Palmares, com ramais de outras companhias para Viçosa, Glicério e Paulo Afonso, na Bahia (PEDROSA, 1998).

o Jaraguá e a Rua do Comércio, através do trajeto Avenida da Paz – Rua Barão de Anadia (Estação Central) – Praça dos Palmares – Rua do Comércio, ainda hoje predominantemente de uso comercial; e, por fim, o que ligava o Jaraguá ao Trapiche da Barra (onde se situava o porto lacustre) e, ainda, a outra parte do Centro da cidade. Tal ligação se faz através do Trajeto Jaraguá – Rua Barão de Anadia (Estação Central) – Rua Barão de Penedo (Praça dos Palmares) – Praça Montepio dos Artistas (Rua Zadír Índio), onde se situava o Hotel Lopes (PEREIRA; FERRARE, 2012). O mapa abaixo, elaborado com dados da pesquisa de Pereira (2012), destaca os caminhos (eixos) então definidos:

Figura 106 - Mapa de localização dos hotéis nos principais eixos da cidade desde o século XIX.



Fonte: Autora, 2018 (Baseado em informações de Pereira; Ferrare, 2012).

Em sintonia com a modernidade urbana em voga na Europa, os exemplares citados, com exceção dos Hotéis Central e Avenida, fizeram uso da linguagem eclética⁹⁸, comum às edificações construídas em fins do século XIX e início do XX.

⁹⁸ Sobre a produção eclética no Brasil Pereira e Ferrare (2012) salientam que a “superlotação” que a Revolução Industrial promoveu nas cidades, favoreceu o aparecimento dos cortiços, além de problemas relacionados à infraestrutura, comprometendo assim, a ambiência urbana. Desse modo, fez-se necessário a criação de um cenário capaz de “revalorizar” a identidade, então comprometida. O retorno ao passado idealizado das cidades bem-sucedidas, com o resgate de elementos referenciais do repertório classicista, foi visto como recurso otimizador para essa imagem positiva desejada, culminando ainda com a ruptura dos laços da colonização portuguesa.

Em colaboração com a estética imagética que se tornou sinônimo de desenvolvimento econômico, fazendo uso de novas tecnologias construtivas e muitas vezes ostentando partidos monumentais com elementos decorativos que podiam variar do singelo ao bizarro, do sublime ao pitoresco, tais edificações denunciavam o desejo da sociedade em libertar-se dos cânones rígidos até então praticados, sobretudo, das composições revivalistas neoclássicas e neogóticas.

A inovação também se fez sentir com relação à implantação em lotes ajardinados com alpendres abalaustrados que se abriam para o exterior, convidando à contemplação do entorno edificado, das ruas, praças e cursos d'água ou praia que também acompanham as tentativas idealizadas de "europeização", comuns à época.

De acordo com Luciano Pateta (1987), pesquisador por excelência deste estilo, foi a clientela burguesa quem "provocou" a rápida evolução técnica e funcional das edificações residenciais, comerciais e de serviço, como os hotéis, lojas e teatros. Em aproveitamento de todo o potencial que a acelerada produção industrial disponibilizara, absorvendo e acatando as "novidades" em toda a sua versatilidade e encantamento que o "mito do progresso" provocou.

Com efeito, durante o século XIX, Maceió abriu-se para o resto da província a partir da Enseada de Jaraguá, cujo trajeto até o centro comercial da cidade, transformou a Avenida da Paz em região de significativo *status* social. Posteriormente, processo semelhante viria a provocar nova abertura através do desenvolvimento que se consolidou, como já visto, em torno do eixo da Estrada Norte (conhecida também como Estrada do Poço, da Mangabeira e, atualmente, Av. Gustavo Paiva).

Principal eixo de ligação para o porto, onde escoavam os produtos, a Avenida da Paz apresentava um *continuum* de edificações formadas predominantemente por casas térreas com ritmo marcado pelas esquadrias de madeira e vidro, arrematadas por platibandas, intercalada por sobrados de repertório eclético e arrojada composição plástica, como se pode observar nas figuras 107 e 108.

O seu entorno caracterizava-se pela grande confluência de pessoas, pois abrigava edificações que sediavam serviços públicos importantes como a Estação de Bondes, o Lyceu de Artes e Ofícios, o Tribuna Eleitoral de Alagoas, além da Praça Euclides Malta (atual Praça Sinimbu). Contudo, em 1941, o eminente progresso da região determinou o aterro do leito do riacho Salgadinho, promovendo mudanças abruptas no traçado urbano. O desvio do curso d'água, que passou a desembocar

diretamente na praia da Avenida, comprometeu também o sentido da ponte dos Fonseca, importante elemento de ligação e embelezamento paisagístico do eixo de união entre os bairros do Jaraguá e Centro. A mudança ocorreu para disponibilizar áreas livres a serem ocupadas pela construção civil, em uma extensa faixa de terra que se formou.

Figuras 107 e 108 - Frontispício da Avenida da Paz e seu *continuum* de edificações. Em destaque, o Hotel Atlântico e o casario térreo demolido para a passagem do riacho Salgadinho. Vista do riacho antes do aterro com Museu Théo Brandão ao fundo.



Fonte: MISA, 1920/1930 (Adaptado pela autora, 2018).

Figura 109 - Mapa com a mudança do trajeto do riacho Salgadinho com destaque para a área que foi expandida.



Fonte: Pereira, 2011 (Adaptado pela autora, 2018).

Percebe-se, dessa forma, que as dinâmicas expansionistas, desde remoto passado, conduziram as transformações urbanísticas, visando permitir a maior ocupação de áreas nobres que se fez avançando para o sentido norte do litoral,

conforme o interesse da classe dominante do momento, representante do contexto sociopolítico e econômico de cada época.

A expansão econômica e demográfica iniciou-se graças às excelentes condições portuárias da Enseada do Jaraguá, de profundidade superior ao Porto do Francês, o que determinou, inclusive, a transferência da capital da Província de Alagoas do Sul para Maceió. Segundo Ferrare (1996, p. 134), as características geofísicas de Maceió configuraram “[...] maior potencialidade comercial e administrativa, frente a restrições geográficas de Alagoas [...]”, que distava do atlântico 7 léguas, impossibilitando “o despacho rápido das comunicações [...]” (COSTA, 1939, p. 28). O ancoradouro natural de águas profundas e tranquilas, devido à formação de arrecifes da região, conferiam segurança às embarcações. Como primeira cidade da província, Maceió também atraiu novos moradores:

[...] todos os que dantes gastavam seus vencimentos em Alagoas, se mudaram para lá [...] a cidade se mantinha porque aí residiam as principais autoridades da província e era a sede de toda a administração, o que dava sempre algum impulso ao seu comércio e a sua vida (BARROS, 1991, p. 91).

Com o escoamento e desembarque do açúcar, possibilitado pelo trânsito de cargas pesadas⁹⁹, o fluxo comercial foi elevado, favorecendo a mudança da paisagem urbana com novas feições estéticas (PEDROSA, 1998), “levantando um monumento que, mesmo à noite, cheirava a mercancia e a lucro”, como descreve Lêdo Ivo (2002, p. 12) no caminhar da célebre raposa de **Ninho de cobras**. No entendimento de Dirceu Lindoso (2005, p. 78):

O desenvolvimento das condições sociais de vida urbana estruturada em Maceió se deu em decorrência da criação de uma burguesia mercantil, enriquecida na prática do comércio de exportação de açúcar e de madeiras de construção naval, e na importação de bens manufaturados estrangeiros [...] Essa burguesia urbana mercantil se constituía de comerciantes agiotas e comerciantes importadores-exportadores, instalados em casas comerciais, empórios e armazéns em Maceió e em Jaraguá.

O apogeu dessa paisagem pode ser mensurado pela quantidade de trapiches e pontes que rompiam a enseada de Jaraguá, em substituição à prática do transbordo

⁹⁹ Além do açúcar também transitava nos trapiches de Jaraguá: algodão em fardos de noventa quilos, bacalhau, fumo, couro, mamona, lã, madeira, cigarro, tonéis de melaço de duzentos litros, parafina, tecidos e cargas mais nobres como louça e perfumaria (PEDROSA, 1998).

de carga realizado até a segunda década do século XX. Em 1932, contavam-se dez trapiches, conforme se vê em gravura (figura 110) apresentada por Pedrosa (1998).

Considerada por alguns como dissonantes com relação à beleza das praias, as estruturas dos trapiches acompanhavam a escala social dos proprietários: paredes de alvenaria ou madeira, cobertas por telhas, folhas de zinco ou apenas descobertas. Imponentes, elegantes, singelas ou “monstregos” a equilibrar-se em palafitas de robustas toras de maçaranduba e sucupira, tornaram-se desnecessárias após a construção do Porto de Maceió, inaugurado por Getúlio Vargas em outubro de 1940.

Figura 110 - Mapa de Maceió de 1932 mostra a localização dos trapiches na Enseada de Jaraguá.



Fonte: Pedrosa, 1998. (Adaptado pela autora, 2018).

A confluência do advento da República em 1889 e das novas tecnologias que se seguiram, a exemplo da chegada do trem, também colaboraram com as muitas transformações sociais, culturais e políticas perceptíveis no espaço urbano. Como já explorado, as edificações acompanharam as novas prerrogativas da nobreza metamorfoseando-se em fachadas adornadas sob inspiração do ecletismo, em avanço posteriormente para a implantação diferenciada dos edifícios descolados dos

limites dos lotes, permitindo a iluminação e ventilação natural¹⁰⁰. A melhoria das condições de saúde se fez sentir. Também as ruas passaram por modificações significativas com calçamento e passeios rente às casas.

O aumento do orçamento público se refletiu no aspecto urbano de Maceió, mas vinculado ainda estritamente às margens da praia. Constam em relatos do historiador Moacir Sant'Ana (apud DUARTE; FERRARE, 2017), que os investimentos para melhoramento da avenida margeante à praia, no trecho contíguo aos bairros do Centro e Jaraguá (também estes adjacentes à praia), foram aportados no ano de 1926 durante a administração municipal do prefeito Jayme de Altavila, quando se deu início a grandes obras na capital.

[...] constrói 680 metros de meios fios, longo calçamento acompanhado de muros de arrimo no sentido longitudinal da praia, arborização, ajardinamentos (sendo aí derrubadas as antigas gameleiras que compunham a paisagem daquele litoral, mesmo a contragosto da população), bancos de cimento, 22 condutores de ferro para iluminação dos logradouros, feita mediante cabo de eletricidade subterrâneos, construção de uma escadaria de alvenaria, enfim, todo um novo desenho para a orla da Avenida da Paz. [...] Em 1º de janeiro de 1928 foi inaugurado o Coreto no antigo aterro de Jaraguá, logo passando a se chamar de Coreto da Avenida [...]. (SANT'ANA, 1972, Evocação, apud DUARTE; FERRARE, 2017, p. 22).

Figura 111 - Início do século XX na Avenida da Paz: árvores frondosas, provavelmente gameleiras, de acordo com SANT'ANA (1972) promoviam sombreamento aos passeios dominicais.



Fonte: Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/o-guarda-biruta-da-avenida-da-paz.html>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

¹⁰⁰ Segundo Reis Filho (2000), a nova implantação consistia em recuar o edifício nas laterais, conservando-o no alinhamento da via pública. Comumente, o recuo era maior em uma das laterais, para onde era transferido o acesso que geralmente se fazia por um jardim.

Figura 112 - Avenida da Paz com os trilhos dos bondes e coreto em alvenaria para exibição de manifestações culturais com bandas de música e eventos políticos.



Fonte: MISA, início do século XX.

Entre os anos de 1910 e 1920, faziam parte das rotinas diárias nas cidades brasileiras os passeios em espaços públicos, ajardinados, sombreados por árvores ou ainda à beira-mar, onde se faziam *picnic*¹⁰¹ dominicais (ou em dias santos) entre familiares, amigos colegas ou vizinhos. Motivados pela mudança de cenário e do cotidiano, distantes das formalidades dos encontros das salas de visita e jantar, e do comportamento formal que prima pela etiqueta. Contudo, o que atraía à diversão não era o “banho salgado” ou “banho de mar”.

De acordo com as pesquisas empreendidas por Thales de Azevedo (2004, p. 32) nos primeiros anos do século XX: “[...] a orla marinha não contava para o embevecimento, a vida e o proveito da gente”. Nas revistas e periódicos as imagens publicadas recorriam às matas virgens, cachoeiras, lagos, sempre despidos de ilustrações humanas, as quais ficavam reservadas às cenas de festas, banquetes, manifestações religiosas e políticas. Buscando entendimento sobre a influência das credices populares no que tange ao distanciamento entre a gente e a orla marinha, o autor recorre ao mestre folclorista Câmara Cascudo, que encontra nas falas dos

¹⁰¹ *Picnic* em sua forma original do inglês, ou piquenique, segundo o dicionário Michaelis, significa: “Passeio ou excursão breve ao ar livre (campo ou praia), entre familiares ou amigos, com alimentos que são levados e consumidos por todos os participantes [...]”. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=piquenique.>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

pescadores a crença no mar, como “[...] um ser com vontades, manias, gostos e simpatias rápidas ou de prolongação suspeita”. No dizer de um provérbio antigo: “Vá cantar na praia” ou “Vá à praia”, era dito para os insistentes inoportunos e cantadores desafinados. Fala-se também em “Morrer na praia” quando não se consegue sucesso para algo que se lutou muito para conquistar. Os termos podem ser ainda suavizados na poesia musicada de Dorival Caymmi: “é doce morrer no mar”. Nos termos da análise empreendida por Azevedo (2004, p. 33), a praia era apenas percebida pela relação de trabalho estabelecida com o mar: “o inevitável caminho” ao mar de pescadores, canoieiros, jangadeiros, puxadores de rede, lançadores de tarrafa. No mais, não há divertimento associado à paisagem, pois a necessidade e os esforços praticados como meio de sobrevivência reduziam o seu significado humano.

A presença “inquietante” da água é vista por Lindoso (2005, p. 14), para a cidade de Maceió, sob um outro prisma, como definidora da vida e também da miséria: “uma miséria a seu modo anfíbia”. O estudioso apresenta os dados relatados pelo cronista Dias de Moura, de 1869, em que se observa uma crítica à escolha da localização para a construção da cidade, “[...] cercada de águas podres, oiteiros que barravam bons ventos, e uma restinga de manguezais e dunas” (LINDOSO, 2005, p. 48). Moléstias endêmicas, febres palustres e todo o infortúnio de “eflúvios pestilenciais e miasmas febríferos” estavam associadas a esse sítio geográfico que, entre tantas águas, resultaria em um ambiente urbano com péssimas condições higiênicas. Concorria também determinante o acúmulo de águas fluviais que se confundiam com os pântanos naturais, o esgoto das casas sem fossa, lançados na sarjeta a céu aberto. Em Maceió, agravava-se, sobremaneira, no inverno em virtude das chuvas que inundavam os quintais e invadiam as ruas e praças, contaminando o solo e o ar, a cidade, como denuncia Costa (1969), em seu **Indicador de 1902**, a respeito do tratamento dispensado aos excrementos – lançados a ermo nos terrenos – e o comprometimento à existência da população.

A percepção do meio geográfico e seus condicionantes benéficos só começa a sofrer alguma alteração, com a chegada do turismo, sugestionado pelos movimentos europeus. Rumo às montanhas ou estações-de-águas (minerais ou termais) para férias e curas de doenças, muitas vezes prescritas por médicos para tratamentos relacionados ao aparelho respiratório ou outros males, os banhos terapêuticos foram

disseminando-se, resgatando uma tradição cultuada pelos gregos, com base nas pesquisas de Hipócrates¹⁰².

No Brasil, a cura para uma enfermidade contraída pelo príncipe regente de Portugal, Dom João VI, no Rio de Janeiro, fez-se espalhar o tratamento com banhos salgados (AZEVEDO, 2004).

Por via de consequência deu-se também a valorização das casas próximas da “pancada do mar”, principalmente, para os moradores que desertavam das casas geminadas e insalubres, nas ruas estreitas e barulhentas. Hospitais e casas-de-saúde procuraram instalar-se em terreno de vizinhança marinha, conforme anúncio publicado no **Jornal da Bahia** (apud AZEVEDO, 2004, p. 36), o tratamento, com periódicas “idas à maré”: “[...] torna útil ao reumatismo, à paralisia, às moléstias sifilíticas, escrofulosas, escorbúticas, nervosas, etc.”.

Dessa forma, devido às finalidades medicinais, o fim do século XIX marcou a descoberta da praia, “desmistificando-a”. Porém, ainda estava por se consolidar o uso desta, enquanto “sítio de ação coletiva multitudinária” (AZEVEDO, 2004), voltado ao lazer. No início do século XX, o recato e a dificuldade em expor o corpo ainda causavam grande constrangimento. Os “banhos terapêuticos flutuantes” eram geralmente feitos com reserva dos olhares curiosos, de maneira privativa, submersos em uma espécie de banheira. Visando atender aos rígidos costumes morais da época, em 1750, os ingleses, exemplo de modernidade conquistada com a expansão marítima, criam as chamadas “máquinas de banho”. Cabines em madeira com rodinhas que eram empurradas por cavalo mar adentro, até a profundidade desejada, quando os banhistas poderiam sair já submersos, sem que o corpo pudesse ser visto. Poderia ainda haver um toldo, na parte superior, para proteger do olhar maldizente dos espectadores ociosos (MILAN, 2012).

¹⁰² O médico grego e outros eminentes do seu tempo como Galieno, Asclepiades, Aristófanos, recomendavam o banho em água salgada como conveniente para a saúde, mesmo sem ainda o conhecimento de todas as propriedades minerais – iodo, cloro, potássio, enxofre, sódio, manganês (AZEVEDO, 2004).

Figura 113 - "Máquinas de banho" criadas na Inglaterra em 1750, modelo de 1829.



Fonte: Gazeta do Povo, 2012. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cura-por-meio-do-banho-de-mar-7hy0xeykh3hnptj85ab31v77y>. Acesso em 27 nov. 2018.

No Brasil, as “casas de banho”, surgiram quase dois séculos depois da inspiração inglesa. No Rio de Janeiro, o gosto pelos banhos de mar motivou a criação de decretos, em 1917, para regulamentar a atividade. Segundo matéria publicada na **Gazeta do Povo**, de Curitiba, além da exigência dos banhos serem realizados em jejum, havia uma rigidez com relação aos horários e períodos do ano, entre 6 e 9 horas da manhã e das 16 às 20 horas, de 1 de abril a 30 de novembro¹⁰³, atendendo à preocupação com a exposição ao sol, afinal, não existia protetor solar, à época.

Em Maceió, a exemplo do ocorrido em outras localidades, as praias convidavam ao “chamado das ondas”, contrariando a “pudicícia alheia”, como observado em editorial de 1931, do **Semanario Ilustrado**, sob o título “Com que roupa?” divulgado na coluna **Notas da Semana**:

Com o prenuncio da proxima temporada de banhos de mar, voltou o “Jornal de Alagoas” a fazer a sua velha campanha a certos banhistas que vão á praia sem roupões.

Acha o nosso confrade que isso é uma falta de respeito á pudicicia alheia. Porém, numa situação como a que atravessamos, isto é perfeitamente natural: o povo está de tanga...

¹⁰³ Nos demais meses do ano, o horário estendia-se em uma hora, incluindo os domingos (MILAN, 2012).

Agora, o que nos custa acreditar è que ainda hoje haja alguém que se escandalize com a simples exposição de canelas. Será que exista entre nós, anobimamente, alguma Sociedade Feminia Combatente pelos Bons Costumes do Seculo Passado?... (COM QUE ROUPA?, 1931, p. 4)

O tema continua presente nos meios de comunicação com comentários questionadores sobre as mudanças sociais e éticas, ainda em 1938: “Uma vontade incompreensível de apresentar aos olhos da gente corpos que deveriam ficar a vida toda cobertos por centenas de peças de banho”. Chamado tentador e livre da natureza, “é a moléstia da época, a epidemia que está atacando a sociedade fina de Maceió. [...] As meninas bonitas tentam resistir, ficam na praia, passeiando, olhando de longe. [...] Mas a tentação persiste imperiosamente” (MENSARIO ILUSTRADO, 1938. p. 16).

Figura 114 - Passeio das “meninas bonitas” em uma das praias de Maceió, possivelmente em um domingo, quando a cidade transplantava-se para o litoral.



Fonte: Mensario Ilustrado, 1938. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356905&PagFis=100&Pesq=praia>>. Acesso em: 9 set. 2018.

Como a insinuar-se, o novo contato então estabelecido com a água marinha passou a determinar ocupações diferenciadas do espaço público, impulsionando:

[...] intenso processo sociodemográfico e urbanístico com o deslocamento de populações, a mudança de funções dos bairros tradicionais, o surgimento de negócios industriais de hotelaria, de abastecimento alimentar, de divertimentos e turismo [...]. Nestas, por sua vez, crescem e modificam-se localidades caracterizadas pela presença de banhistas [...] (AZEVEDO, 2004, p. 38).

Nesse contexto, entende-se a dinâmica desenvolvimentista que ocorreu em ascendência, sobretudo, no que se refere à valorização dos espaços públicos

destinando-os ao lazer e à contemplação da paisagem, justificando o eixo de expansão para os bairros litorâneos, Pajuçara, Ponta Verde e Cruz das Almas. Nesse sentido, é possível admitir, pelos estudos empreendidos no bairro de Cruz das Almas, que este processo de dinamização deve progressivamente alcançar os bairros contíguos da região norte de Maceió – Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipióca.

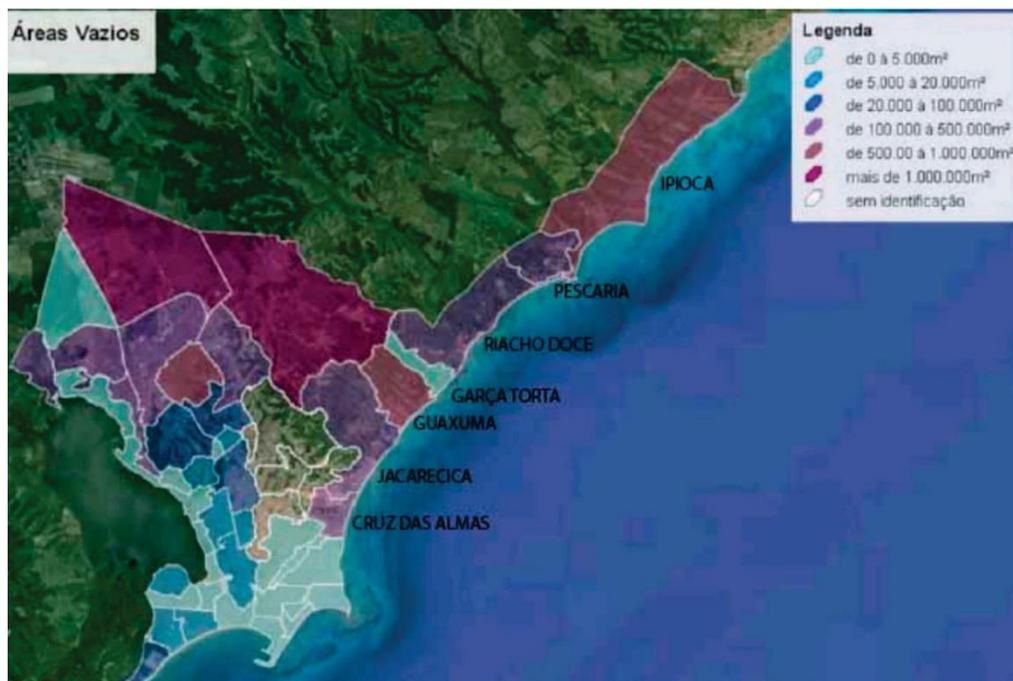
Dissera também Tuan (1980, p. 134) que “os costumes sociais no entanto mudam”. E talvez o ambiente deste litoral de Maceió e os seus “costumes sociais” estejam prestes a vivenciarem um outro momento de mudança. Porém, não tão diretamente trazida pelo alcance quilométrico das rodas dos automóveis mas, pela concentração de edificações que novamente, contornadas por muros, acrescentarão ainda mais bolsões de isolamento entre o próprio homem e este mar, água e areia que, gradativamente, deixará de pisar, pois serão extremamente agredidos pelo lixo, pelos resíduos, entre outros obstáculos trazidos pela avalanche de inovações planejadas, algumas já executadas, o que minará a atratividade das próprias orlas marinhas na essencialidade da percepção topofílica de Tuan.

A respeito da ocupação do litoral norte de Maceió, as imagens abaixo (Figuras 115 e 116) mostram mapas de Maceió identificando por comparação gradativa os lotes vazios¹⁰⁴, além de visualizá-los em relação aos lotes edificados, a partir dos dados obtidos no cadastro imobiliário do município em 2014. Segundo o estudo técnico preliminar elaborado pela empresa de consultoria Porto Marinho¹⁰⁵ para a revisão do **Plano Diretor de Maceió**, iniciada em 2005, a ocupação dos vazios compreende as áreas de urbanização mais recentes e mais periféricas. O mesmo estudo indica o litoral norte como área de expansão, visando “estabelecer relações de homogeneidade” para com os demais bairros e seu “estoque de vazios”.

¹⁰⁴ A pesquisa considerou as quadras que tem 1/3 de sua área formada por lotes vazios.

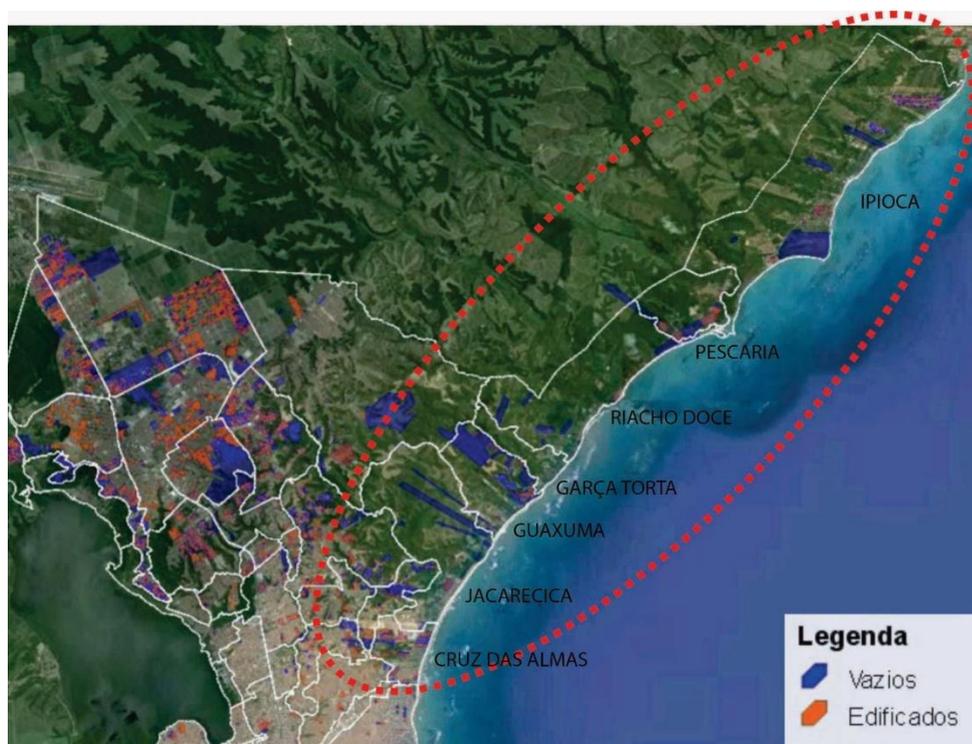
¹⁰⁵ Intitulado **Plano Estratégico Maceió + 25**: posicionamento estratégico e modernização da gestão.

Figura 115 - Mapa de Maceió com gradação de vazios.



Fonte: Porto Madero, 2014 (Adaptado pela autora, 2017).

Figura 116 - Lotes vazios e edificados no município de Maceió com destaque para o litoral norte.



Fonte: Porto Madero, 2014 (Adaptado pela autora, 2017).

As imagens mostram que dos bairros destacados, Garça Torta apresenta um menor índice de adensamento e de terrenos vazios. Em contraponto, dos lotes

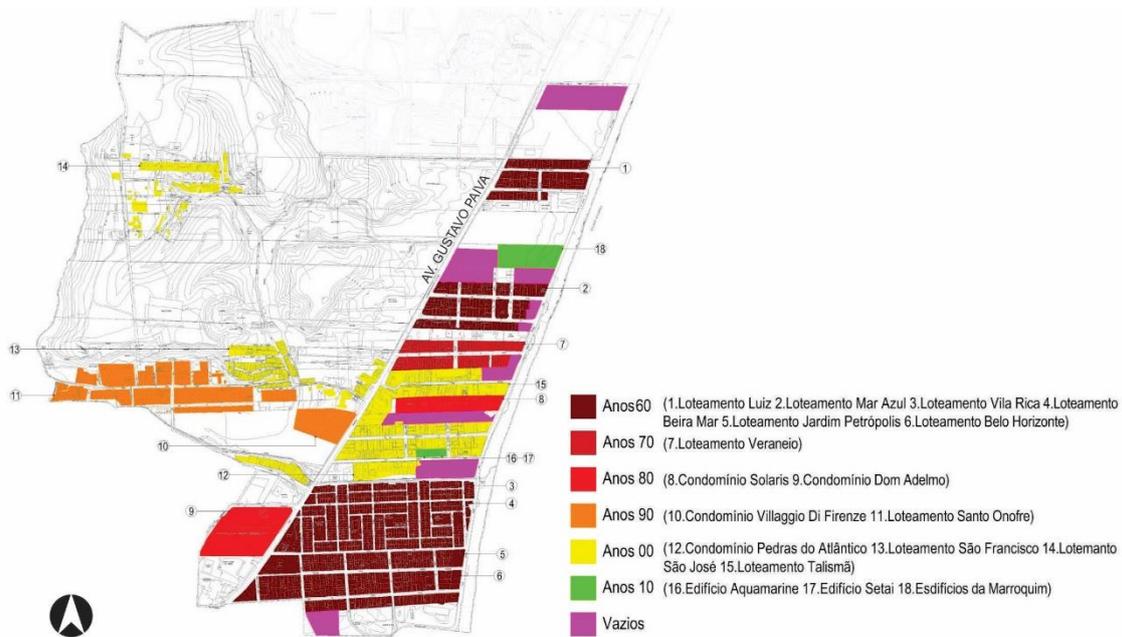
edificados, Cruz das Almas possui uma quantidade muito superior aos demais, por ser o mais próximo às áreas consolidadas. Sob este aspecto, atribui-se o acelerado processo de expansão às novas definições deliberadas pelo **Plano Diretor do Município de Maceió** aprovado em 2005 (**Lei nº 5.486**), que permitiu a construção de edificações verticais de até 20 andares na região, incentivando o fortalecimento e criação de centralidades, com a implantação de equipamentos de serviços, que paulatinamente devem avançar para os bairros contíguos à Cruz das Almas. A nova tipologia de edificações verticais, que se observa em alguns dos bairros do litoral norte de Maceió, vem rompendo a feição da área enquanto um “inteiro de bairros” de aspecto “aldeão” e rural, com características geográficas e paisagísticas rompidas diante da dilatação do perímetro urbano que “engoliu” o bairro de Cruz das Almas, com perspectivas futuras de continuar “alimentando-se” dos demais bairros do litoral norte de Maceió, num *continuum* histórico que vem avançando no sentido norte do litoral de Maceió. Seria resultado da nossa índole canibal, atuando inversamente, quase um século depois, à proposta antropofágica dos modernistas?

4.2 Da antiga praia à nova centralidade de Cruz das Almas

Primeiro bairro do eixo de expansão do perímetro urbano do litoral norte de Maceió, Cruz das Almas teve sua ocupação orientada pelo parcelamento do solo, no qual, na década de 1960, foram implantados os primeiros conjuntos habitacionais pela Companhia de Habitação Popular de Alagoas (COHAB), junto à faixa litorânea. Devido à característica periférica da região, os baixos custos dos terrenos, impulsionaram o crescimento urbano, conforme se observa na Figura 117, elaborada por Santos et al. (2016), a partir de dados produzidos pelo Núcleo de Estudos de Morfologia dos Espaços Públicos (MEP/UFAL)¹⁰⁶.

¹⁰⁶ O estudo em questão foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e coordenado por Geraldo Majela Faria entre os anos de 2005 a 2011.

Figura 117 - Mapa de evolução urbana do bairro de Cruz das Almas – da década de 1960 a 2010.

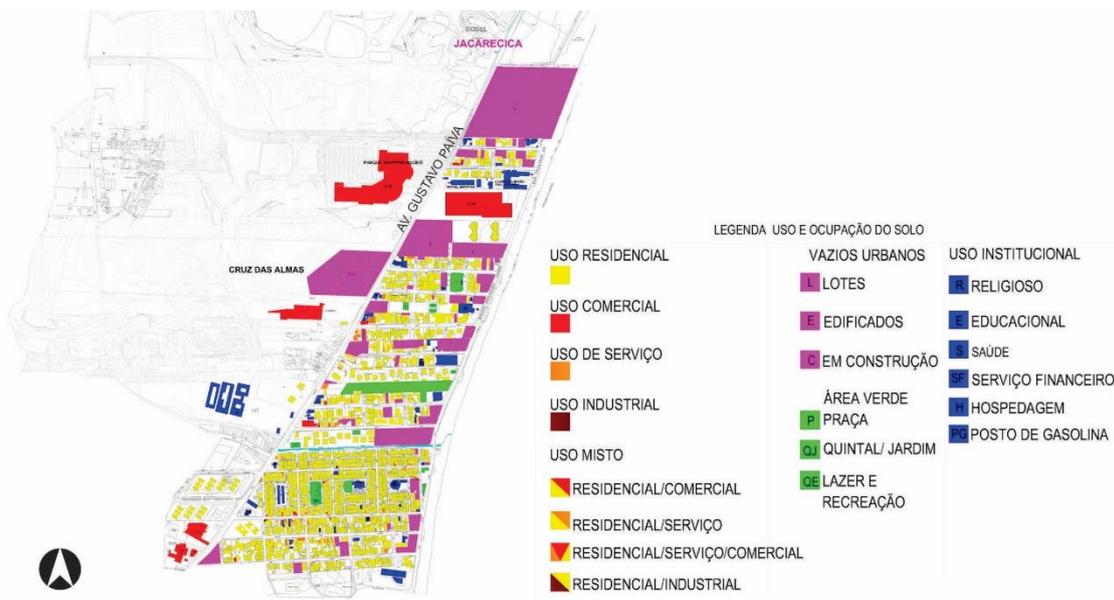


Fonte: Santos et al., 2016.

Após o grande desenvolvimento na primeira década de ocupação, com a construção de seis loteamentos nos anos 1960¹⁰⁷, sendo “[...] o maior número de loteamentos construídos em uma única década” (SANTOS, 2016, p. 4), o interesse pelo bairro parece diminuir. Ao longo das próximas décadas, sabe-se que a construção de novos condomínios volta-se para os bairros contíguos de Jatiúca e Mangabeiras, que iniciam suas ocupações na mesma época. Contudo, nos anos 2000 (em destaque amarelo na Figura 117), novos empreendimentos são implantados (Condomínio Pedra do Atlântico e os Loteamentos São Francisco, São José e Talismã). Observa-se assim, a consolidação da vocação residencial ainda com perfil periférico e litorâneo, apesar da inserção de novos espaços comerciais e de serviços, a exemplo do Shopping Parque Maceió (SANTOS et al., 2016), como se vê abaixo no Mapa de Uso e Ocupação do Solo.

¹⁰⁷ Foram construídos os respectivos loteamentos: Mar Azul, Luiz, Belo Horizonte, Jardim Petrópolis, Vila Rica e o Conjunto Habitacional Beira Mar.

Figura 118 - Mapa de uso e ocupação do solo do bairro de Cruz das Almas.



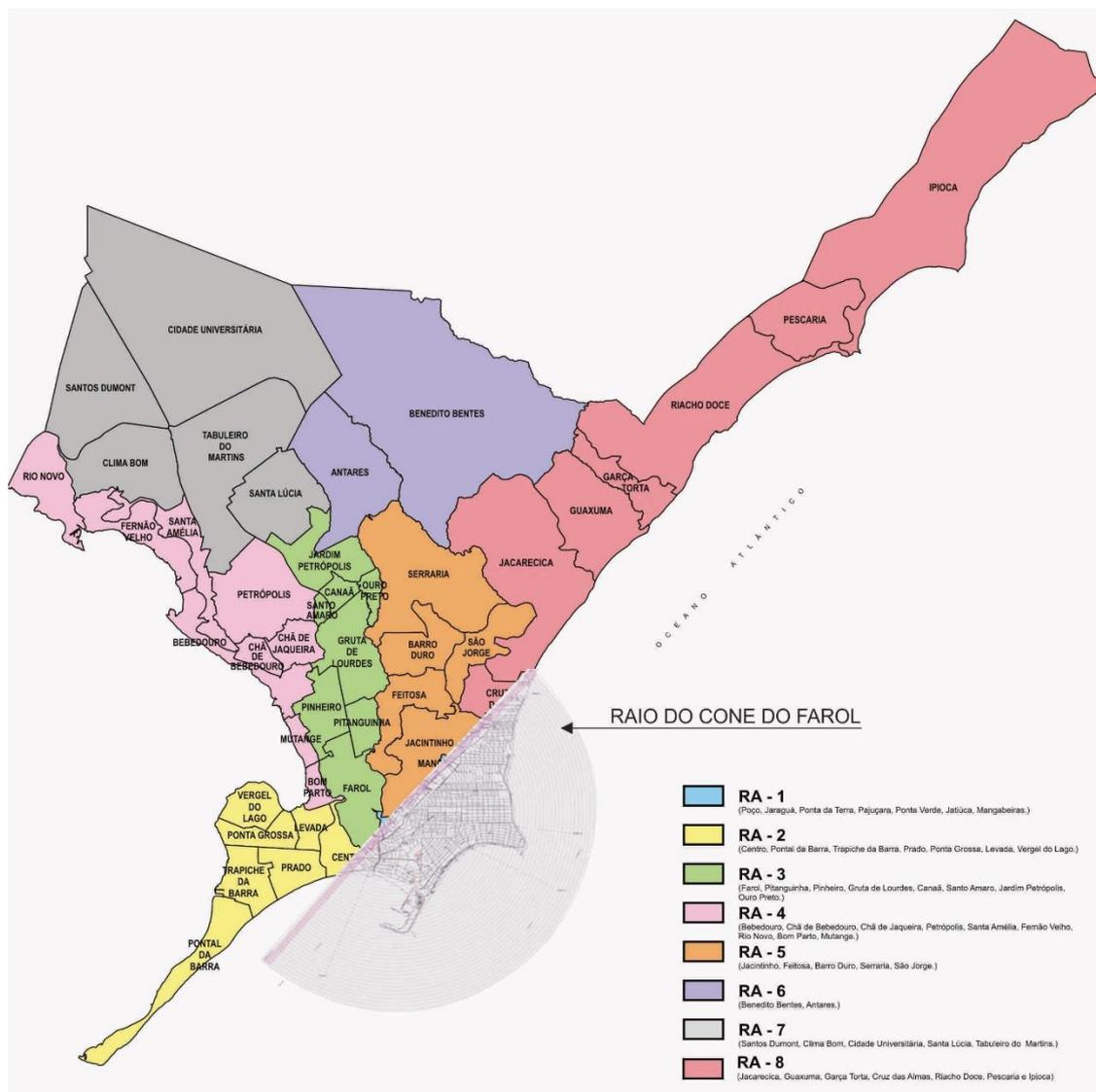
Fonte: Santos et al., 2016.

Na Figura 118, que mostra o uso e ocupação do solo, observa-se também o uso misto, resultado do número crescente de espaços comerciais que surgiram no bairro nos últimos anos. Os lotes em azul situados na via litorânea são pousadas e hotéis, enquanto os localizados na via central, avenida Gustavo Paiva, destinam-se a equipamentos educacionais e de saúde. Vê-se, ainda, uma extensa faixa verde que identifica os coqueirais entre a mesma avenida e a praia. Contudo, as áreas de lazer e praças aparecem em pequena quantidade. Enquanto os lotes próximos à praia, em rosa, estão vazios ou em construção, e vêm sendo adquiridos por empreendedores do mercado imobiliário para instalação de torres residenciais alterando o perfil de moradores – voltado para a classe média e alta – e padrão de adensamento construtivo, até então de baixa ocupação (SANTOS et al., 2016). O que resultou em novo surto de desenvolvimento residencial do bairro, em 2005, após a liberação do gabarito das novas edificações que passam a ter 20 pavimentos, diferentemente dos 8 pavimentos adotados nos bairros da orla situados na Região Administrativa 2 (RA-4), em virtude da restrição limitada pelo cone do farol situado no bairro do Jacintinho. O ‘farol de Maceió’ que “transcendeu a sua natureza náutica e marcou

permanentemente a memória, o espaço e a história de Maceió” (FORTES, 2011). O “farol no alto da colina”¹⁰⁸, pátria de Lêdo Ivo (2004).

Na imagem abaixo é possível observar que o raio de abrangência do farol não alcança os bairros do litoral norte (RA-8), sendo bastante reduzido no bairro de Cruz das Almas, devido à variação dos raios que diminuem o campo de alcance.

Figura 119 - Mapa com o raio definido pelo cone do farol.



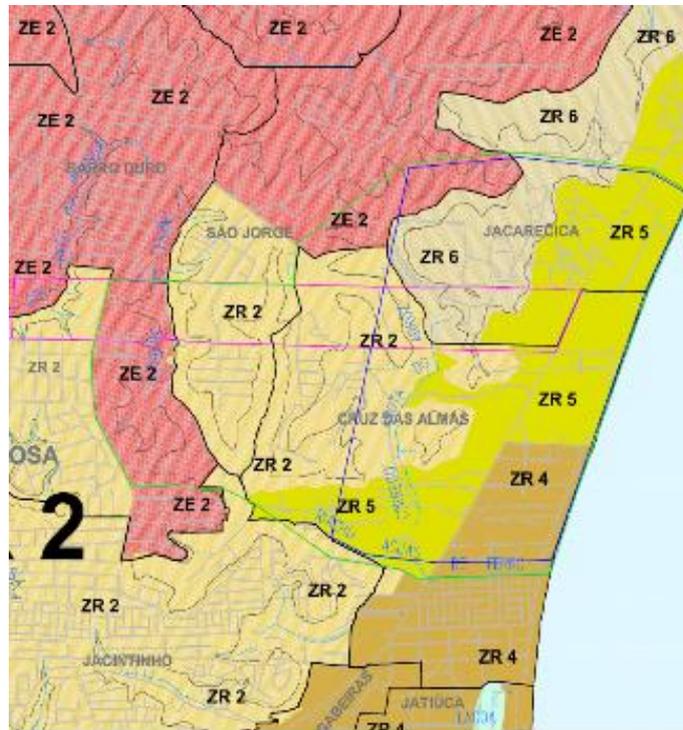
Fonte: Plano Diretor de Maceió, 2005; Bárbara Lopes, 2017 (Adaptado pela autora, 2018).

Por esse motivo, o bairro é dividido em zonas residenciais diferenciadas que regulamentam o uso e ocupação: Zona Residencial 2 (ZR 2) a oeste, Zona Residencial

¹⁰⁸ Extraído do poema “Minha Pátria”, Lêdo Ivo (2004).

4 (ZR 4) ao sul, Zona Residencial 5 (ZR 5) a nordeste, Zona Residencial 6 (ZR 6) ao norte e Zona Especial 2 (ZE 2) a oeste, segundo Figura 120.

Figura 120 – Mapa com o bairro de Cruz das Almas e as Zonas Residenciais.



Fonte: Plano Diretor de Maceió, 2005.

Todavia, segundo Cavalcante (2015), em 2014, a *Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano de Maceió (SMCCU)* por meio da Portaria nº 72, de 24 de julho, estabelece novos parâmetros construtivos para regulamentar o gabarito das edificações. A referida alteração foi baseada na instalação do novo farol de sinalização do Porto de Maceió, dispensando portanto, a justificativa que fazia uso da área de atuação do cone do antigo farol instalado no bairro do Jacintinho.

Além dos novos parâmetros urbanísticos, é possível ainda identificar outras motivações que justificam a expansão do mercado imobiliário para o litoral norte: a diminuição de oferta e o conseqüente aumento dos preços praticados em outras áreas do litoral, como os bairros da Ponta Verde, Pajuçara e Jatiúca; os mesmos atrativos paisagísticos com possibilidade de vista para o mar; abertura de novas vias como alternativa para o fluxo, diminuindo assim a distância entre o Centro, além dos lançamentos de novos empreendimentos privados que vem atraindo um público, que não se resume apenas aos turistas.

Segundo dados da pesquisa realizada por Duarte et al. (2017), no início da expansão urbana de Maceió, o bairro de Cruz das Almas era muito distante da área central, e por esse motivo, em 1967, por determinação da prefeitura foi instalado na parte superior de suas barreiras o “lixão” da Companhia Beneficiadora de Lixo (COBEL).

Por ser isolado e distante, o bairro foi escolhido pela prefeitura para ser o depósito de lixo da cidade, sediando a COBEL (Companhia Beneficiadora de Lixo). Na época de inverno, a falta de saneamento nas ruas estreitas, revoltava os moradores que somente após vários anos de luta e protesto, conseguiram uma melhor infra-estrutura. (CAVALCANTE, 2005, p 125, grifo nosso).

Os transtornos gerados pelo despejo dos resíduos sólidos, inclusive entulhos e mesmo lixo de pequenos hospitais, acabou por reduzir o valor dos terrenos na região. Ainda assim, com a implantação do primeiro conjunto da COHAB, como já citado, o bairro começou a se expandir, com a abertura de pontos de comércio e o consequente favorecimento da população no que se refere à economia local.

Em abril de 2010, o “lixão de Cruz das Almas”¹⁰⁹, como era conhecido, foi desativado após 40 anos de funcionamento acima de sua capacidade. Como consequência, os danos ambientais causados ao solo e aos recursos hídricos continuam provocando desequilíbrios nos dias atuais. Como não havia sistema de drenagem ou tratamento adequado para o chorume, mesmo após a desativação do “lixão”, estudos desenvolvidos pelo curso de Engenharia Ambiental e da pós-graduação em Recursos Hídricos e Saneamento da UFAL¹¹⁰ suspeitam que a contaminação pelo líquido tóxico deve continuar durante alguns anos, comprometendo os cursos d’água. Soma-se ainda aos resíduos, o esgoto das moradias irregulares, cujo destino final é a praia, conduzido, provavelmente, pelo

¹⁰⁹ A desativação do lixão atendeu à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que por meio da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que dispõe sobre a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos dos municípios brasileiros.

¹¹⁰ O estudo é coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Augusto Caffaro Filho (CTEC/UFAL), foi realizado pela Ufal com financiamento do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fapeal. Contou com participação de alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do curso de Engenharia Ambiental e de mestrandos do Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos e Saneamento (PPGRHS) do Centro de Tecnologia (CTEC/UFAL) (SANTOS, 2012).

Riacho do Ferro¹¹¹ (ou Riacho Águas do Ferro) que deságua no limite entre os bairros de Cruz das Almas e Jacarecica, local favorável à prática do surf e da pesca de vara (Figuras 121 e 122).

O descarte inadequado dos resíduos sólidos e líquidos, além da insalubridade e dos impactos ambientais nocivos que causam, também descaracteriza o ecossistema costeiro, provocando alterações paisagísticas, mortandade em minoria de indivíduos de algumas espécies marinhas e elevado risco à saúde humana, por conta das doenças de veiculação hídrica. Estima-se também a degradação ambiental das APPs, além dos manguezais, restingas e matas ciliares que se encontram ao longo dos rios na região.

Figuras 121 e 122 - Imagens do Riacho do Ferro e do encontro de sua “língua negra” com o Oceano Atlântico, na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes.



Fonte: Autora, 2019.

A transferência do aterro para o bairro do Benedito Bentes, colaborou com o fluxo de investimentos públicos e privados, aquecendo ainda mais o mercado imobiliário. Entretanto, as precárias condições de infraestrutura e moradia, sobretudo, das comunidades subnormais assentadas nas imediações do antigo “lixão” – Vila Emater (I e II), Grota do Arroz e Grota do Rafael – continuam. Permanecem os conflitos e tensões inerentes ao tipo de ocupação em faixas marginais a córregos e áreas susceptíveis a risco geotécnico (encostas com inclinação acima de 45°).

¹¹¹ Segundo Santos (2012), o estudo em questão constatou que a toxicidade média do Riacho do Ferro é duas vezes maior que a média do esgoto lançado pelo Emissário Submarino, instalado na conhecida Praia do Sobral e operado pela Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL).

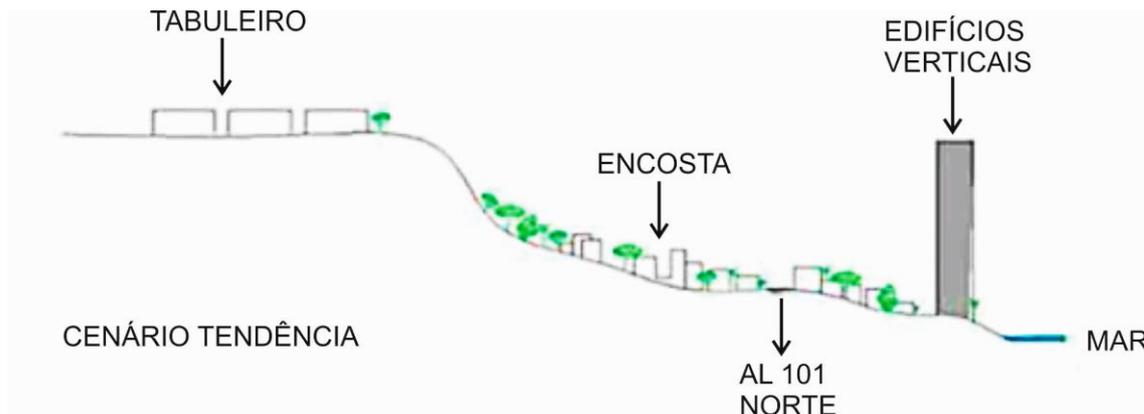
Necessitados de toda sorte de infraestrutura urbana básica como saneamento e instalação de equipamentos públicos, como postos de saúde, creches e áreas de convivência, os assentados temem ainda pela expulsão da área, uma vez que a localização privilegiada no alto do tabuleiro, vem despertando a atração de investidores locais e estrangeiros, acompanhando o crescente desenvolvimento da região. Imagina-se assim, a chegada de grupos sociais de maior poder aquisitivo, que em um futuro próximo, pode acirrar a segregação socioespacial existente. Atraídos pelo mercado imobiliário, ávido em explorar novos territórios para atender à demanda do público de residentes e turistas que procuram os benefícios da moradia e do lazer à beira-mar.

Figura 123 - Imagem com indicação da área onde esteve o antigo lixão, as Vilas Emater (I e II) e a AL101 Norte.



Fonte: Bárbara Lopes, 2017 (Adaptado pela autora, 2019).

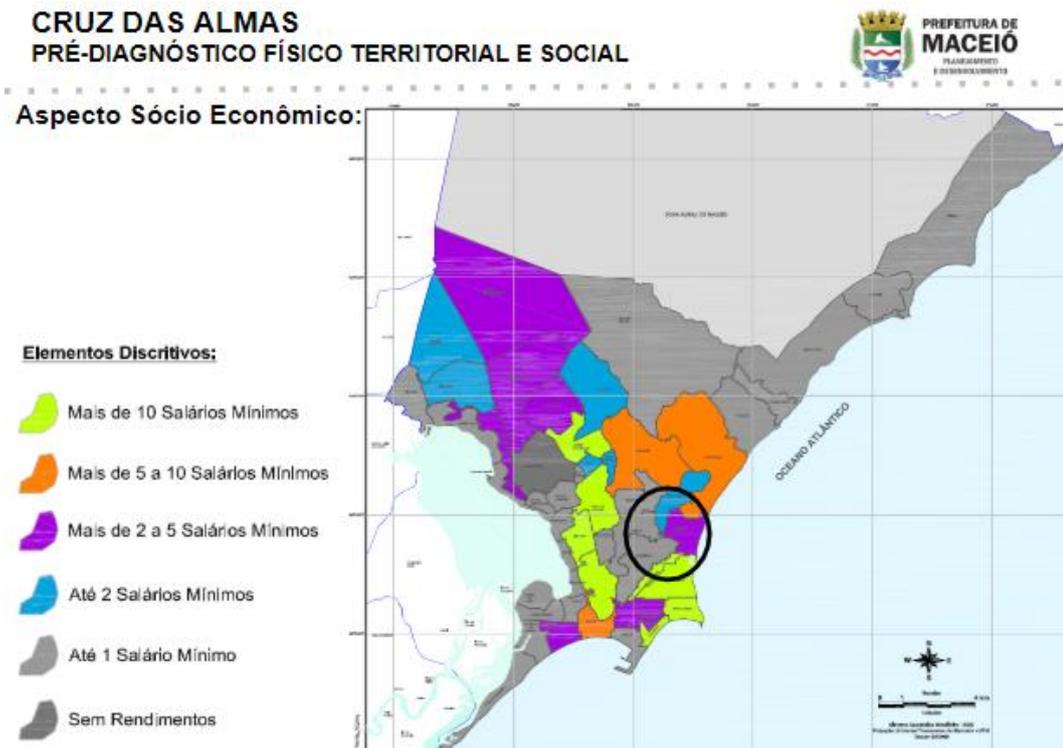
Figura 124 - Corte esquemático com um “cenário tendência” para a ocupação dos bairros do litoral norte de Maceió, com alta verticalização na planície litorânea.



Fonte: Pereira, 2016 (Adaptado pela autora, 2019).

Ressalva-se que com o crescimento acelerado da cidade, aumenta também a pobreza urbana e a economia informal (Figura 125). Enquanto o Censo Demográfico de 1991 registrou 47 aglomerações, em 1996 a Secretaria das Regiões Administrativas da Prefeitura Municipal de Maceió chegou ao número de 121 aglomerações. Em pesquisa realizada no ano de 2002, o número subiu para 186 e, em 2006, a Secretaria Municipal de Habitação com base em estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal anunciou que mais de 150 mil famílias moravam em áreas de risco. Em número de habitantes estimados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Região Metropolitana, o ano de 2000 registrou 797.759, em 2010 passou para 932.748 e, em 2015, alcançou 1.013,773 (IAM, 2015).

Figura 125 - Pré-diagnóstico do bairro de Cruz das Almas com destaque para a renda da população residente nos demais bairros do litoral norte de Maceió.



Fonte: SEMPLA, 2014.

Nessa perspectiva, é visível como os investimentos recentes espelham uma ávida intenção de expansão da cidade, conforme previsto no **Plano Diretor de Maceió** de 2005. A tabela a seguir mostra a evolução do mercado imobiliário no bairro de Cruz das Almas com dados disponibilizados pelo Sindicato da Indústria da Construção de Alagoas (SINDUSCON-AL) e sistematizados por Santos et al. (2016), a partir de 2007 até o ano de 2014. Contudo, como fora dito, a intensificação se fez perceber ainda em meados de 2000, com a definição de parte da área de ocupação mais antiga para adensamento controlado e parte para estruturação urbana “que possui como uma das diretrizes o fortalecimento e criação de centralidades” (SANTOS et al., 2016, p. 6). Vinculada às alterações propostas pelo **Plano Diretor do Município de Maceió** de 2005, com a liberação do gabarito para a construção de edifícios com até 20 pavimentos, houve um rápido aquecimento no setor da construção civil, com índice elevado de oferta e vendas. Percebe-se que, no ano de 2007, dá-se o *boom* do crescimento e, comparativamente, em 2009, há uma queda considerável, segundo análise de Santos et al. (2016), provavelmente em decorrência da crise mundial de

2008. Assim como o resultado de 2014 pode ser reflexo da crise econômica que assolou o país e que, nos dias atuais, ainda se reverbera.

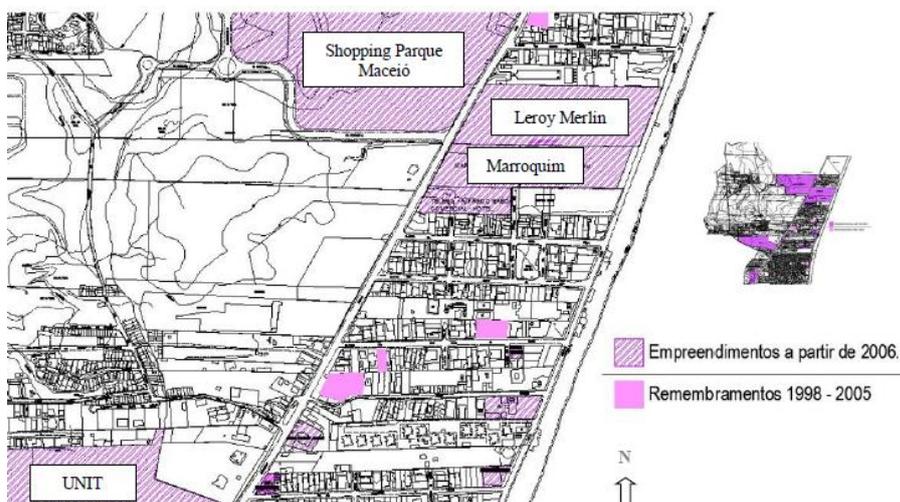
Figura 126 - Tabela com quantidade de apartamentos em oferta (O) e vendidos (V) em Cruz das Almas, entre os anos de 2007 e 2014.

ANO	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	O	V	O	V	O	V	O	V	O	V	O	V	O	V	O	V
JAN	0	0	154	1	201	0	194	2	166	3	89	5	113	11	56	1
FEV	0	0	190	18	201	2	192	3	163	16	84	5	102	10	55	6
MAR	0	0	172	3	199	1	189	15	147	2	79	5	69	0	49	1
ABR	0	0	169	2	198	1	174	14	145	3	74	17	68	1	49	11
MAI	0	0	167	3	215	2	160	10	142	6	57	4	82	0	45	4
JUN	0	0	164	1	213	2	150	7	137	5	56	5	81	1	44	4
JUL	51	4	163	23	211	10	239	13	132	11	50	3	79	1	40	0
AGO	47	0	214	0	199	3	226	15	121	6	163	0	78	3	40	6
SET	51	2	214	3	196	0	211	8	115	6	141	6	75	4	34	0
OUT	51	4	211	3	196	2	203	16	109	8	135	22	71	11	37	14
NOV	47	0	209	6	194	0	187	9	101	6	141	6	68	2	23	0
DEZ	383	229	203	0	194	0	178	12	95	6	135	22	66	10	22	1
Total		239		63		23		124		78		100		54		48

Fonte: Santos et al., 2016.

A respeito da instalação de empreendimentos no bairro de Cruz das Almas, a Figura 127 mostra uma evolução a partir de 2006. Em 2010, o movimento de expansão foi intensificado com a realização de projetos estruturantes por parte do poder público, impulsionando a implantação de grandes empreendimentos comerciais e de prestação de serviços, usos institucionais e a construção de residências com um novo perfil de moradores, como mencionamos anteriormente (SANTOS et al., 2016).

Figura 127 - Mapa do bairro de Cruz das Almas com a localização de novos empreendimentos.



Fonte: Santos et al., 2016.

Dentre os empreendimentos que alteraram mais recentemente o contexto do bairro como eixo direcional da cidade tem-se, o Shopping Parque Maceió, inaugurado em 2013, em uma área de aproximadamente 100.000 m², a loja de departamento Leroy Merlin, aberta ao público em maio de 2016, ocupando uma área de 14 mil m², com 430 vagas para estacionamento, além da segunda unidade de autosserviço do Atacadão, inaugurado em junho de 2018. O Centro Universitário Tiradentes (UNIT), a Casa Vieira (loja de departamentos), a Concessionária Honda e uma agência da Caixa Econômica Federal, além de um supermercado que constava na área, bem antes de 2006, também são alguns dos exemplos de ocupações mais marcantes e em lotes de grandes proporções.

É importante ainda salientar que, em 2015, objetivando orientar as transformações urbanas ocorridas no bairro de Cruz das Almas, a Prefeitura Municipal de Maceió, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEMPLA), elaborou o diagnóstico da área. Posteriormente, com apoio do Ministério Público Federal, e visando uma ampla participação colaborativa, foi adotado o método Charrette¹¹², que consiste em uma:

[...] ferramenta de planejamento utilizada para discutir os problemas urbanos e apresentar soluções que devem ser construídas com a participação da sociedade, em busca de aplicar princípios do *New Urbanism*, que visa o crescimento com respeito a escala humana (SANTOS et al., 2016).

A metodologia prevê a realização de oficinas interativas com a participação da sociedade local, poder público, iniciativa privada e do meio acadêmico. Os trabalhos foram conduzidos por um escritório colaborativo de Curitiba, a Neourbix¹¹³ em parceria com uma empresa de planejamento estratégico sediada em Maceió, a Noaldo Dantas Planejamento e Consultoria. Os resultados foram apresentados em uma audiência pública ao final do evento que durou cinco dias (Figura 129). Na ocasião, quando identificadas as áreas públicas sugeridas para incentivar a circulação

¹¹² Segundo a ADIT Brasil (2018), consiste em uma metodologia de planejamento multidisciplinar desenvolvida nos Estados Unidos. Desde a década de 1980 tem sido implantada em diversos países como Rússia, Montenegro, República da Geórgia, El Salvador, Honduras, Guatemala e Estados Unidos, para elaboração de *master plans* e projetos de requalificação urbana com estratégias de projeto colaborativo. Consiste em reunir todos os envolvidos no desenvolvimento de um produto para debater, ao longo de um período predeterminado, as soluções que serão adotadas.

¹¹³ As informações foram obtidas através da página que a empresa mantém no *Facebook*: Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Neourbix/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 17 dez. 2018.

a pé pelo bairro, bem como a implantação de parques, áreas de convívio e lazer, a plateia começou a se manifestar. Em verdade, eram proprietários informando que haviam comprado os lotes, um deles, inclusive, chegou a revelar o valor pago, conforme relato de Santos et al. (2016), ou seja, sabe-se que hoje, há uma escassez de áreas públicas livres, inviabilizando atender às diretrizes propostas pelo *New Urbanism*, que conduziam o projeto.

Figura 128 - Convite divulgado nas mídias sociais para participação da Charrette de Cruz das Almas realizada entre os dias 18 e 23 de janeiro de 2015.

CONVIDAMOS VOCÊ PARA PARTICIPAR DA CHARRETTE DE CRUZ DAS ALMAS, MACEIÓ

A charrette de Cruz das Almas é uma oficina interativa onde será elaborado um plano urbanístico para área de estudo localizada no bairro de Cruz das Almas. O evento será liderada pelo grupo de Arquitetos Urbanistas da Neourbix em parceria com Noaldo Dantas Planejamento e Consultoria formando uma equipe de excelência em planejamento urbano sustentável.

A charrette de Cruz das Almas tem o apoio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento SEMPLA e do Ministério Público Federal.

Convidamos membros da sociedade local, do poder público, da iniciativa privada e do meio acadêmico para construir um projeto multigeracional que trará benefícios a longo prazo para a toda comunidade.

	SEGUNDA 18 JANEIRO	TERÇA 19 JANEIRO	QUARTA 20 JANEIRO	QUINTA 21 JANEIRO	SEXTA 22 JANEIRO
9:00	Reunião URBANISMO	Reunião CONSTRUTORES			PRODUÇÃO
11:00	Reunião TRANSPORTE	Reunião TURISMO	Reunião	Reunião	PRODUÇÃO
14:00	Reunião MEIO AMBIENTE	Reunião COMÉRCIO			PRODUÇÃO
17:00	Reunião INFRAESTRUTURA	Reunião HABITAÇÃO	Reunião	Reunião	PRODUÇÃO
19:00	PALESTRA DE ABERTURA	APRESENTAÇÃO INICIAL	APRESENTAÇÃO INTERMEDIÁRIA		PALESTRA DE ENCERRAMENTO

*Abertura com a presença de autoridades locais oferecida pela Prefeitura Municipal de Maceió
Realização SEMPLA*

QUANDO
18 A 23 DE JANEIRO DE 2015

ONDE
FITS UNIT
CENTRO UNIVERSITÁRIO
TIRADENTES

AV. COMENDADOR
GUSTAVO PAIVA, 5017 (82)
3311-3100
BLOCO 3, 2º ANDAR

COMO
REUNIÕES E APRESENTAÇÕES

PALESTRA DE ABERTURA
CIDADES INTELIGENTES
NEOURBIX + STUCHI LEITE
PLANEJAMENTO
NOALDO DANTAS

char•rette é um método intenso e coordenado adaptado para a elaboração de um plano urbanístico praticado em muitos países. Funciona como uma oficina que reúne cidadãos e profissionais de diversos setores para a consolidação de uma visão.

Fonte: Disponível em: <<https://stuchileite.wixsite.com/stuchileite/urb13-charrette-maceio>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

Figura 129 - Versão final do *mater plan* apresentado, após a realização da oficina Charrette em Cruz das Almas.



Fonte: Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2015/10/1501-04-CDA_Neurbix-AP-R.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

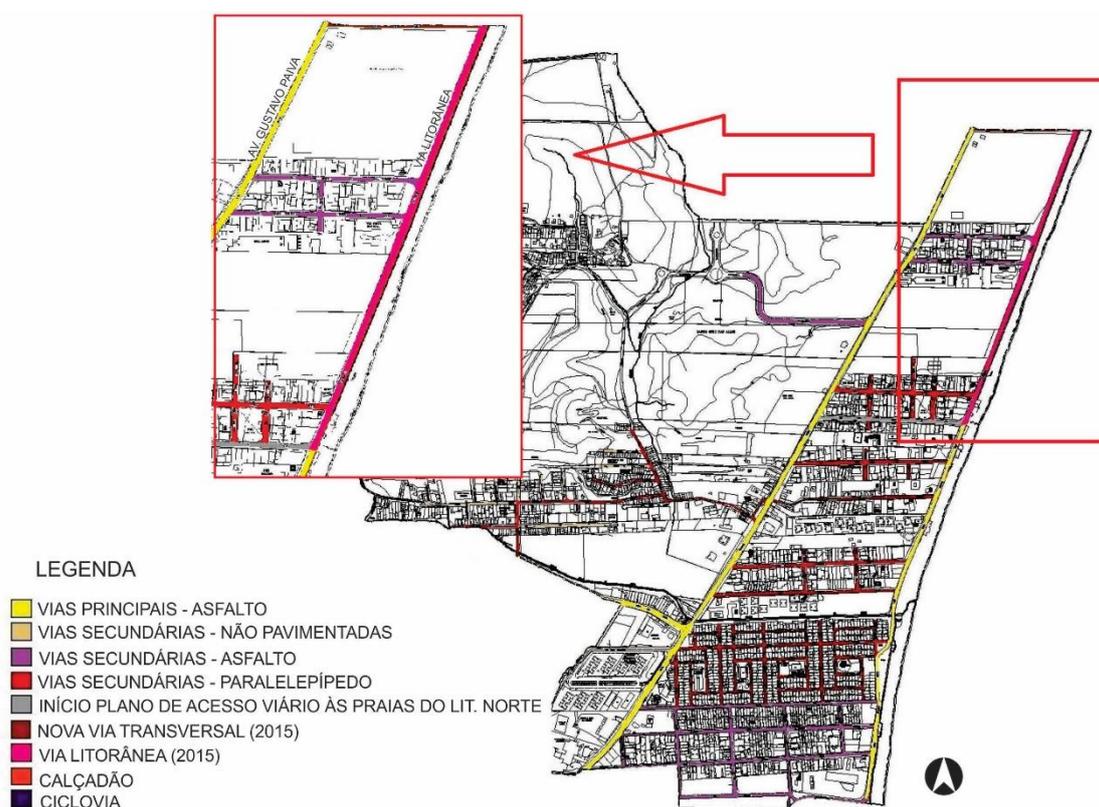
Visando ainda atender à expansão pela qual o bairro vem passando, o poder público tem investido em obras de urbanização viária, facilitando o acesso à região em estudo, que até o ano de 1980 só possuía a AL101 Norte como única via de ligação à região. Com efeito, os primeiros loteamentos implantados limitavam-se entre a via e a vegetação remanescente da praia local até a inauguração da avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, em 1981 (LOPES, 2018). A urbanização desse trecho inovou com a criação de um mirante com balaústres que se projetava para o mar, convidando a uma maior aproximação da areia e das águas aniladas da praia. Ofertando, igualmente, espaço de lazer de uso coletivo, ainda hoje carente no bairro. A proposta, contudo, não se repetiu em outros trechos da ampliação da via litorânea, excetuando-se o Mirante da Sereia, no bairro de Riacho Doce, como foi visto, e o Mirante de Ipióca.

Figura 130 - Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, na orla de Cruz das Almas, logo após a sua inauguração em 1981.



Fonte: Ticianeli, 2017.

Figura 131 - Mapa do bairro de Cruz das Almas com a situação das vias. Destaque para a Via Litorânea, extensão da avenida Brigadeiro Eduardo Gomes.



Fonte: Santos et al., 2016.

A urbanização da via litorânea (Figuras 130 e 131) conta com ciclovia em toda sua extensão, iluminação pública e sinalização; foi proposta como opção alternativa à AL101 Norte, principalmente, nos períodos de aumento do fluxo turístico às praias do litoral norte do Estado. A nova avenida corta outros sítios de coqueirais, conforme as imagens abaixo.

Figuras 132 e 133 - Antigo acesso pelo litoral e atual avenida Pontes de Miranda.



Fonte: Barbosa, 2014; Barbosa, 2016.

As citadas obras de urbanização, iniciadas em 2010, com o objetivo de melhorar a mobilidade na região, resultaram também em uma mudança na topografia e no paisagismo do bairro em decorrência das obras de terraplanagem (Figura 134) necessárias, a exemplo da abertura da Avenida Josepha de Mello, que facilitou o acesso ao bairro vizinho do Barro Duro, na parte alta da cidade, e ao Parque Shopping Maceió, bem como da via litorânea, a avenida Pontes de Miranda, extensão da Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, que liga o bairro de Cruz das Almas a Jacarecica, recentemente concluída.

Figuras 134, 135, 136 e 137 - Vista de satélite da área que compreende a avenida Josepha de Mello em diversos momentos: 2002, 2010, 2015 e 2018.



Fonte: Google Earth, 2019 (Adaptado pela autora, 2019).

Figura 138 e 139 - Vista aérea do Conjunto da COHAB logo após a sua inauguração em 1967; e da área onde foram removidos os sítios de coqueiros para a implantação do Parque Shopping Maceió, Leroy Merlin Maceió e empreendimentos da Construtora Marroquim.



Fonte: Ticianeli, 2017; Lopes, 2017 (Adaptado pela autora, 2019).

Pode-se ver na sequência de imagens acima, que no ano de 2002 ainda existiam os citados sítios de coqueirais historicamente referenciados. Removidos, conforme se vê nas áreas delimitadas da imagem de 2010, cederam espaço para o Parque Shopping Maceió (em rosa); para a loja Leroy Merlin e para a construção de duas torres de edifícios residenciais da Construtora Marroquim (em verde). Em 2015, também se encontram pavimentadas a avenida Josepha de Mello e a via litorânea. Em 2018, o cenário muito se difere do “aspecto aldeão” do passado, que caracteriza esse contínuo de localidades, hoje bairros do litoral norte de Maceió (Figura 140).

Figura 140 - “Aspecto aldeão” do bairro de Jacarecica em registro do fotógrafo Luiz Lavenère, no início do século XX.



Fonte: Silva; Lima, 2018.

Em 2010 iniciou-se também a abertura de mais um via de ligação entre a planície litorânea (AL 101 Norte) e o planalto (bairro do Benedito Bentes), a Ecovia Norte (Figuras 141 e 142). Com 6 quilômetros de extensão, situa-se no limite dos bairros Jacarecica e Guaxuma, foi inicialmente orçada em 24 milhões de reais, com recursos provenientes do Ministério do Turismo. A conclusão dos serviços estava prevista para o primeiro semestre de 2014, segundo portal de notícias G1 Alagoas, da Tv Gazeta¹¹⁴. Embora ainda não tenha sido concluída, é comum encontrar veículos transitando-a como escape ao trânsito da avenida Menino Marcelo. De acordo com o mesmo portal, as obras foram interrompidas a pedido do Ministério Público Estadual, para ajuste na largura do canteiro central, que deveria ter 9 metros e não 1 metro, como indicado no projeto.

Figuras 141 e 142 - Vista da situação de um trecho da Ecovia Norte e imagem com mapa esquemático que ilustrou o panfleto distribuído pelo Movimento Ecovia Norte em 2015.



Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/03/obra-da-ecovia-norte-de-maceio-ja-deveria-estar-pronta-mas-esta-parada.html?fbclid=IwAR29vh3c5uDzP81yRARldXYgi21LlckPdW1koTTnWzkEdxEUxRu-voXeaUY>>. Acesso em: 4 mai. 2019; Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoecovianortemaceio/>>. Acesso em: 4 mai. 2019.

A interrupção das obras motivou a criação, em 2013, de uma campanha liderada pelo **Movimento Ecovia Norte**¹¹⁵, que através das mídias sócias tenta

¹¹⁴ Matéria publicada em 12 de março de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/03/obra-da-ecovia-norte-de-maceio-ja-deveria-estar-pronta-mas-esta-parada.html?fbclid=IwAR29vh3c5uDzP81yRARldXYgi21LlckPdW1koTTnWzkEdxEUxRu-voXeaUY>>. Acesso em: 4 mai. 2019.

¹¹⁵ A “Carta de Princípios” do Movimento é assinada pela: Associação Comunitária dos Moradores do Selma Bandeira, Associação Cultural do Benedito Bentes, Associação das Donas de Casa do Benedito Bentes, Associação do Alto da Alegria (ACAL), Associação do Loteamento Verdes Mares, Associação dos Moradores do Conjunto Residencial João Sampaio II, Associação dos Mototaxistas de Maceió

viabilizar o empreendimento, como um vetor de desenvolvimento sustentável para a região. Para tanto, em 2016, visando corrigir irregularidades identificadas pelas associações envolvidas, que penalizariam a população usuária, provocando transtornos e conflitos na convivência entre moradores, pedestres, motoristas e animais, a petição “Ecovia Norte: Salve essa ideia” foi entregue aos órgãos: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Prefeitura Municipal de Maceió, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas e Caixa Econômica Federal. O teor do documento questiona a atuação da Prefeitura Municipal de Maceió no que diz respeito à execução do projeto aprovado, como se vê no trecho abaixo:

A Ecovia Norte é uma estrada que foi adequadamente projetada e licenciada ambientalmente para ligar o Complexo Benedito Bentes às praias do Litoral Norte de Maceió, com uma distância de 6 km. Foi planejada obedecendo a critérios modernos que consideram o meio ambiente, o trânsito de veículos, mas, também de bicicletas, pedestres e animais. Assim teria duas pistas com faixas duplas, canteiro central ajardinado, arborização das margens, duas ciclovias, dois passeios públicos e baias para pontos de ônibus. A nova via facilitará a mobilidade na região, atualmente limitada à congestionada via Expressa, além de encurtar o trajeto em 8 km. Seria também, um espaço de convivência harmoniosa para toda a população residente em seu entorno, preservando de ocupações desordenadas. [...] Nota-se, por exemplo, a ausência dos passeios públicos, o avanço de edificações na pista de rolamento, postes praticamente colados às ciclofaixas e uma série de inconformidades dessa ordem. [...] Assim sendo, através dessa petição pública, solicitamos as providências das instituições, diretamente, envolvidas com a questão, no sentido de que sejam corrigidas as falhas detectadas e, sobretudo, seguido o projeto original e todos os seus requisitos técnicos e normativos (PETIÇÃO, 2016, P.1).

Em matéria veiculada no AL TV do dia 23 de abril do corrente ano, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em reunião com representantes das comunidades do entorno, anunciou que a retomada das obras se dará em agosto, com previsão de término para agosto de 2020. Ressalta-se que o Movimento Ecovia Norte não foi citado, e que a sua última publicação nas mídias sociais¹¹⁶ foi feita em janeiro de 2017.

Tais mudanças vêm alterando não só as características físicas, como também as relações de escala¹¹⁷ espacial, as dinâmicas urbanas, processos e práticas que

(AMMAL), Instituto Beneditense Associativista (IBA), Instituto Terraviva Sociedade Beneficente Menino Petrúcio.

¹¹⁶ <https://www.facebook.com/movimentoecovianortemaceio/>.

¹¹⁷ Segundo o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2017, p. 41), o conceito de escala envolve quatro acepções: “[...] escala enquanto tamanho (economias de escala); escala cartográfica (1:2.000, ou grande escala em mapa geográfico); escala espacial ou área de abrangência de um processo ou fenômeno (local, regional, nacional, global); e escala conceitual, ou as relações entre um objeto de

nestes espaços urbanos se inter-relacionam, como as atividades derivadas da produção do coco ou do caju mencionadas. Importante se faz considerar que: “[...] populações de diferentes níveis econômicos utilizam de maneira diferenciada o espaço urbano” (FONSECA, 2005, p. 377). De acordo com Corrêa (2017, p. 42): “Os fenômenos, relações sociais e práticas espaciais mudam ao se alterar a escala espacial da ação humana, assim como se altera sua representação cartográfica”. Ainda segundo o autor: “A escala espacial constitui traço fundamental da ação humana, relacionada a práticas que se realizam em âmbitos espaciais mais limitados ou mais amplos, mas não dissociados entre si” (CORRÊA, 2017, p. 41-42). Considerando que a produção do espaço envolve agentes sociais concretos, históricos, com distintos propósitos, estratégias e práticas espaciais próprias, dotados de contradições e geradores de conflitos entre si e com outros segmentos da sociedade. A preocupação com a escala espacial se justifica, à medida em que cresce a “escala de operações” e a “escala espacial de atuação”, ou seja, a quantidade de imóveis incorporados simultaneamente por uma dada empresa imobiliária e a quantidade de bairros em que atua simultaneamente (CORRÊA, 2017), como se observa nos bairros em estudo. Os espaços então produzidos, refletirão essas estratégias e práticas sociais distintas, que podem se superpor ou se justapor por complementaridade ou antagonismo. Alerta o autor que ao empreender estudos em uma dada área: “As resultantes espaciais podem ser numerosas, expressas na configuração espacial, no conteúdo social e nas contradições e conflitos” (CORRÊA, 2017, p. 48). Nessa perspectiva, diante de manifestações de processos sociais tão amplos e diversificados, ainda em movimento, cujo fluxo é permanente e dinâmico, não é possível prever os impactos e as consequências das transformações espaciais em curso, com relação às práticas culturais tradicionais. A respeito dessa dimensão temporal, Ana Fani Carlos (2017, p. 53) sugere que: “[...] a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida”. Embora não se pretenda negar a importância da dimensão dos fenômenos em sua abordagem geográfica, busca-se o entendimento dos processos de formação histórica, produção, reprodução e transmissão dos bens culturais, em sua inter-

pesquisa, os questionamentos e teorias pertinentes e sua representação cartográfica. Consideramos a escala espacial.

relação com o solo “cultivado”, segundo definição do IPHAN (2000, p.14), “que tem cultura inscrita nele”, cuja intervenção deve ser orientada com relação ao tipo de uso ali determinado quando da produção de novos espaços, independentemente de sua escala.

[portanto] Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes (IPHAN, 2000, p. 14).

Das ações de transformação espacial previstas, para a expansão viária no sentido norte do município, após alguns meses de atraso e muitos protestos por parte dos moradores, foi concluída em dezembro de 2018, a duplicação da antiga rodovia AL101 Norte, atual avenida General Luiz de França Albuquerque¹¹⁸. Junto à urbanização da via litorânea, acredita-se que tais medidas expansionistas representam mais um momento de dilatação do perímetro urbano, avançando progressivamente no sentido do litoral norte de Maceió.

Figuras 143 e 144 -Obras de duplicação da AL101 Norte e estrutura do viaduto em Jacarecica.



Fonte: Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/1050244/servicos-da-duplicacao-da-al-101-norte-passam-ser-realizados-tambem-noite-para-agilizar-execucao-da-obra/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Como já pontuado, até a década de 1980 Cruz das Almas era o bairro limítrofe da zona urbana da capital, pertencendo à Zona Residencial 5 (ZR 5). Os demais bairros do litoral norte, até então considerados como zona rural, só foram incorporados

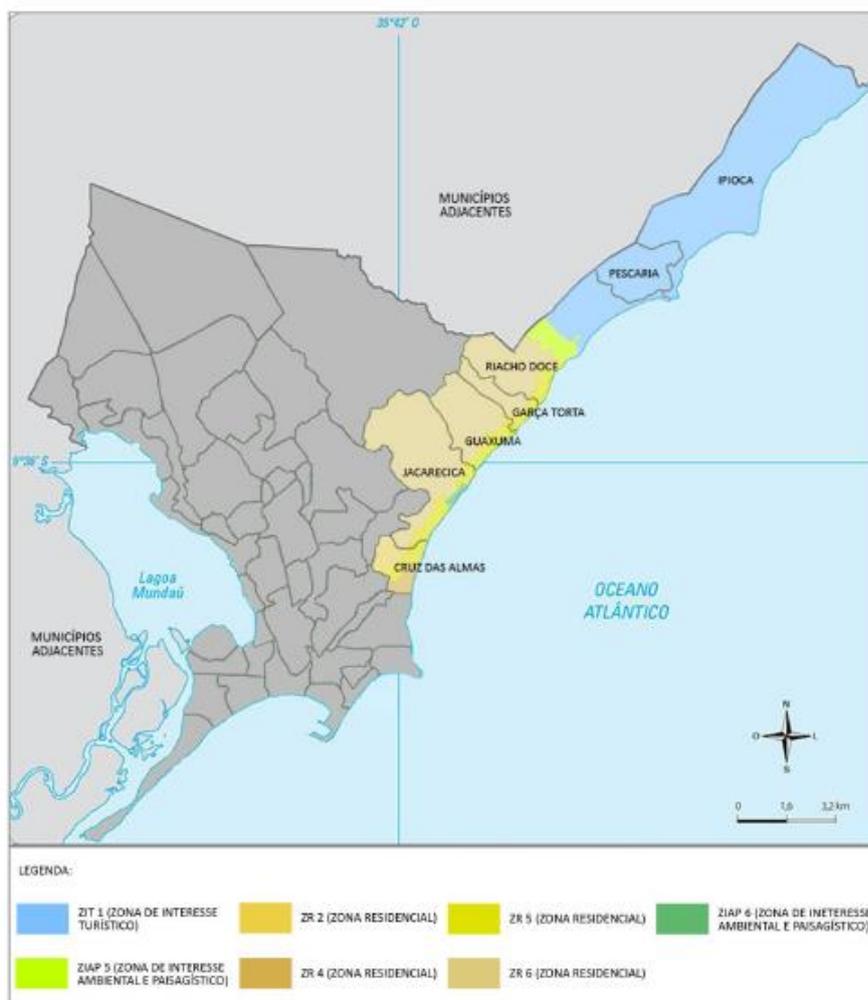
¹¹⁸ Segundo matéria divulgada pelo portal de notícias Tudo na Hora 1 (TNH1), divulgada em fevereiro de 2018, a finalização da obra estava prevista para abril do mesmo ano.

ao perímetro urbano no ano de 2000, através da lei nº 4.952, quando foram integrados também à ZR 5. Entrementes, o Código em vigor de 2004 não previa esse *boom* da especulação imobiliária para a região. Nesse sentido, objetivando conter a livre expansão dos bairros em questão, que se caracterizam por grandes glebas de sítios de coqueiros, o poder público municipal entendeu que se fazia urgente a revisão dos parâmetros urbanísticos anunciados no novo **Plano Diretor** de 2005 e, logo em seguida, complementados pelo **Código de Urbanismo e Edificações de 2007**, em que foram estabelecidas zonas distintas condizentes com a expectativa de crescimento sustentável (Figura 142).

Faz-se pertinente ressaltar que o **Código de Urbanismo e Edificações de Maceió de 2007** proibiu o remembramento¹¹⁹ na zona em que foi permitida a verticalização, evitando assim, que o mesmo proprietário compre mais de um lote para construção de um único empreendimento.

¹¹⁹ De acordo com o Art. 232 do **Código de Edificações e Urbanismo da Cidade de Maceió de 2007**: “Considera-se remembramento o reagrupamento de lotes ou terrenos adjacentes e/ou partes destes, edificados ou edificáveis” (MACEIÓ, 2007).

Figura 145 - Mapa de Maceió com destaque para os zoneamentos do litoral norte.



Fonte: Lopes, 2017.

Além da Zona Residencial (ZR 5), as diferentes zonas (Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico 5 e 6 – ZIAP; Zona de Interesse Turístico – ZIT), foram assim definidas após estudo realizado antes da revisão do **Plano Diretor de 2005**, com a participação da equipe técnica da Prefeitura Municipal de Maceió e a assessoria técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) (Figura 145).

Também torna-se válido considerar que, a década de 1970 marcou os primórdios da expansão da destinação turística de Maceió, com ações empreendidas pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Maceió para incentivar o turismo. Nesta época, foi criada a Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR), através de Lei Estadual nº 3.148/1971 e no mesmo ano concluiu-se a reforma do aeroporto de Maceió, então chamado Campo dos Palmares (atualmente Aeroporto internacional Zumbi dos Palmares). Em 1973, foi promulgada mais uma medida legal, a Lei nº

3.278: “que institui medidas de incentivos fiscais à indústria do turismo, apóia a construção de hotéis e a divulgação ‘das belezas e riquezas alagoanas” (NORMANDE, 2000, p. 103). No ano seguinte, 1974, ocorre a urbanização da orla de Pajuçara, compreendendo o trecho entre o cais do Porto, no Jaraguá e o Alagoas late Clube, na Ponta Verde. Dando continuidade ao seu prolongamento, abriu-se a avenida até o encontro com a Lagoa da Anta, hoje avenida Álvaro Otacílio, limite entre os bairros de Jatiúca e Cruz das Almas. Consolidava-se assim, a extensão do perímetro urbano para a porção norte da capital, onde, aproveitando as transformações favoráveis, foram implantados novos hotéis e restaurantes. O Hotel Jatiúca, no bairro de mesmo nome, se tornou rapidamente conhecido no Brasil, pela proposta valorativa que integrava a edificação à paisagem de coqueirais da praia, em um novo conceito de hotéis para a época, podendo, inclusive, ser considerado como um marco na definição de um novo setor hoteleiro na cidade. No sentido de localização e concentração hoteleira, pode-se considerar haver uma ruptura do *continuum* histórico, no que se refere ao início da ocupação hoteleira, no Centro da capital, pois hoje não é possível identificar vestígios que revelem o percurso dessa tessitura até a região litorânea. Como uma colcha de retalhos que unem fragmentos distintos, costurados pelo ideal do turismo como novo meio de acesso aos nós da economia, ao mudarem de função, as edificações remanescentes perderam a sua relação de unidade, posto a fragmentação que se observa na relação entre espaço urbano e turismo, entre os antigos hotéis ecléticos e o vigor dos novos empreendimentos de redes hoteleiras, entre um tecido urbano central e a atração pela costa litorânea, onde se dá uma nova produção espacial e o turismo pode prover os seus efeitos positivos.

Figura 146 - Mapa turístico de Maceió com destaque para as praias da orla em direção ao litoral norte.



Fonte: Disponível em: <<http://cabana-on.com/Turismo/Maceio/mapa.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019 (Adaptado pela autora, 2019).

Na década de 1980, foi implantado no bairro de Cruz das Almas, o primeiro hotel cinco estrelas de Maceió, o Matsubara Praia Hotel (Figura 148). Segundo matéria divulgada pela **Gazeta de Alagoas**, em 1984, o turista começava a frequentar o bairro após a inauguração do Restaurante Bem, em 1978. Famoso pela culinária especializada em frutos do mar, fez parte do destino turístico de Maceió e atraía também moradores mais exigentes, além de famosos em passagem pela capital e hóspedes do hotel. Funcionou até o ano de 1991.

Figuras 147 e 148 - Restaurante Bem quando da sua inauguração no bairro de Cruz das Almas e após a implantação do Hotel Matsubara, em meio ao sítio de coqueiros.



Fonte: Ticianeli, 2017.

Sabe-se que as áreas mais afetadas pelas atividades turísticas são as costas litorâneas. Por esta razão, e em decorrência do discurso ambientalista preocupado com atividades econômicas mais sustentáveis, o chamado “turismo alternativo” tem conquistado um espaço antes apenas ocupado pelo “turismo de massa”. Frequentemente associado a modificações territoriais mais agressivas, com ofertas padronizadas e fortemente divulgadas pela mídia para atrair um número maior de turistas, o turismo de “sol e praia” esteve, nas duas últimas décadas, restrito às áreas urbanas da cidade nos bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca. Com forte apelo paisagístico e incentivado por políticas públicas federais voltadas para o incremento do turismo, na segunda metade da década de 1980, Maceió obteve lugar de destaque dentre as capitais do Nordeste (RAMOS et al., 2016). Todavia, o início da década seguinte foi marcada pela instabilidade econômica e problemas político-institucionais, que resultaram em uma queda substancial do fluxo turístico, inclusive, com o fechamento de empreendimentos hoteleiros. Nesse período, a poluição do Riacho Salgadinho decretou a decadência da rede hoteleira na Praia da Avenida – Hotel Luxor e Hotel Beira-Mar, que, como visto, foi o primeiro núcleo de ocupação hoteleira na orla marítima, em Maceió. A degradação ambiental, a falta de qualificação dos serviços e a ausência de um planejamento eficiente por parte do poder público também contribuíram para a estagnação das atividades no município.

Com a contaminação das praias urbanas (Praia da Avenida, Jaraguá, Pajuçara e Ponta Verde) pelo excesso de lixo e pelos afluentes não tratados que lá desembocavam, fez-se necessário novas estratégias para impulsionar o desenvolvimento turístico, que continuou a avançar em outros estados no Nordeste.

Tais estratégias concorreram consoantes com o adensamento dos bairros da Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, que associado a uma nova proposta de turismo orientado para a revalorização da natureza, no final da década de 1990, proporcionou a criação de rotas diferenciadas voltadas para um público apreciador de ambientes naturais pouco transformados e longe dos centros urbanos (CAVALCANTI et al., 2016). Desde então, Cruz das Almas e os demais bairros do litoral norte de Maceió, supriram com a demanda. Pergunta-se, com o distendimento do perímetro urbano, como se dará a relação com o território após as transformações ocorridas?

Também acontece, dessa forma, a ocupação hoteleira do litoral mais ao norte do Estado de Alagoas, a princípio entre os municípios de Passo de Camaragibe e

Porto de Pedras, expandindo-se para outras localidades adjacentes, como São Miguel dos Milagres, Japaratinga etc. Segundo Cavalcanti et al. (2016), o tipo de turismo que vem sendo praticado na região apresenta-se como uma proposta alternativa, com aspectos positivos no que diz respeito à valorização econômica, social e cultural. Embora não ocorra a participação efetiva do poder público, que poderia atuar no planejamento estratégico para melhores uso e ocupação do solo, motivo de conflitos entre a comunidade e os proprietários das pousadas, nota-se que há uma convivência mais harmoniosa com relação à ocupação territorial, aos moradores locais e as atividades turísticas.

Figuras 149 e 150 - Propaganda de empreendimento turístico em Maceió, lançado em dezembro de 2016, Complexo GJP – Resort Prodigy, na Praia de Ipioca. E divulgação do Salinas Maceió Ressorte do tipo *all inclusive*, em Ipióca.



Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qRJLLHnbe6A>>; <<https://www.salinas.com.br/pt/maceio>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Contudo, constata-se que os investimentos voltados para o turismo também concentram-se nas novas áreas de expansão, que se iniciam no bairro de Cruz das Almas, enquanto as áreas consolidadas ainda refletem contrastes sociais, em decorrência das condições socioeconômicas da região, como se observa no mapa desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Maceió em 2014, quando da realização do pré-diagnóstico do bairro (Figura 151).

Figura 151 - Pré-diagnóstico do bairro de Cruz das Almas com destaque para os aspectos socioeconômicos, onde se vê a ocupação à beira dos córregos, encostas e terrenos propensos a enchentes.



Fonte: SEMPLA, 2014.

Acredita-se que o acelerado processo de crescimento demográfico, tornou-se ambiente favorável à especulação imobiliária, tendo seu início em Cruz das Almas por ser este o primeiro bairro de ligação com o litoral norte. O aspecto “aldeão” da antiga povoação vem sofrendo alterações significativas não só na paisagem urbana, mas no que tange à dinamicidade de atividades sociais, econômicas e culturais, desde a implantação dos citados conjuntos habitacionais pela COHAB, na década de 1960, que alteraram consideravelmente o crescimento demográfico. Tais transformações, embora ainda não tenham afetado em número significativo os moradores tradicionais, já ocasionaram uma mudança visível no que se refere à renda do novo perfil dos moradores. E, sabe-se, que a produção de uma nova sociabilidade implica em um outro tipo de apropriação do lugar.

Pesquisas¹²⁰ já realizadas no bairro indicam que as mudanças mantêm forte relação com o fenômeno da gentrificação, que aparece como um dos principais processos de transformação urbana. O termo, segundo Rigol (2015, p .99), tem origem na língua inglesa *gentrification*:

¹²⁰ Santos et al., 2016; Barbosa, 2016; Duarte et al., 2017; Duarte et al., 2018; Ferrare; Duarte, 2018.

[...] o conceito foi definido pela socióloga Ruth Glass no ano de 1964, em Londres, ante a evidência empírica de que alguns bairros da capital inglesa possuíam uma dinâmica de mudança que até então havia sido ignorada: a invasão de alguns bairros operários da cidade por parte das classes médias.

Desde essa primeira definição, diversos autores vêm fazendo uso do termo para designar o enobrecimento (*gentry*) de uma área histórica deteriorada através da implementação de projetos urbanos que visam a sua requalificação, resultando na expulsão direta ou indireta da população nativa, por meio da desapropriação ou pela opção de venda dos imóveis inseridos na referida área a ser valorizada (CHUVA, 2012). Yázigi (2015, p. 86) acrescenta que os dicionários especializados mostram várias definições para o fenômeno, tendo em comum o uso associado à “[...] áreas previamente habitadas por classes trabalhadoras, cuja unidade de vizinhança foi sendo comprada e elitizada pelas classes superiores, para fins de moradia e de serviços sofisticados”. Retomando o entendimento de Rigol (2015), o termo não é capaz de dar conta de responder a todos os casos, mas está relacionado a um “[...] processo de **mudança social urbana**, no sentido de que determinadas áreas da cidade são transformadas tanto morfológica quanto socialmente (RIGOL, 2015, p. 99, grifo do autor). Tal qual se “materializou” no bairro de Cruz das Almas, em Maceió e está se projetando pelos demais bairros, pela contiguidade entre estes.

Diante do exposto, sobre as mudanças ocorridas no bairro de Cruz das Almas, poder-se-ia perguntar se seria este, o mesmo destino dos demais bairros do litoral norte?

E se os efeitos das políticas de preservação em curso, oriundos da revisão do **Plano Diretor**, poderão instituir medidas legais (Tombamento e Registro) para proteção dos bens de natureza material e imaterial? Bem como seria possível adotar o novo instrumento da chancela da paisagem cultural como alternativa para a integração jurídica entre as duas instâncias do patrimônio cultural minimizando o impacto físico, social e cultural da área em estudo?

Dados levantados pelo poder público municipal revelam características semelhantes entre o bairro de Cruz das Almas e os demais bairros do litoral norte quanto à apropriação espacial, também vinculada às classes populares, no que diz respeito à moradia, ao trabalho e às formas de lazer coletivo.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

As fontes históricas narram que a ocupação da região norte de Maceió se estabeleceu a partir do plantio da cana que moeu nos engenhos e das plantações arbustivas e frutíferas, que fizeram surgir pequenos núcleos de habitações, sempre margeantes a cursos d'água. Manuel Diégues Junior (apud COSTA 1981, p. 202) destaca a presença de pescadores e das casas de palha ou taipa, cobertas com palha. A paisagem natural e edificada, assim se definia entre a mansidão das águas e o verde das matas e coqueirais, e dos plantios de subsistência. E intrínseco a esse cenário, valores culturais se firmaram e se interpenetraram.

Nessa perspectiva, investigou-se os bens culturais situados no litoral norte de Maceió – bairros de Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipióca, entendendo que: “Há culturas que se criam, e se desenvolvem, e há culturas que ‘desaparecem’: ou perdendo sua autonomia original, ou desaparecendo de fato com a extinção do agrupamento humano que a construiu, ou que lhe era portador (LINDOSO, 2000, p. 77), ou ainda que se fortalecem, potencializando relações sociais e simbólicas. Atentando-se para a possibilidade de pensar o patrimônio cultural como: “elementos mediadores entre os diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc.” (GONÇALVES, 2005, p. 3).

Da ocupação e desenvolvimento territorial da área em estudo, buscou-se avançar sobre o entendimento dos primórdios da formação cultural, através do levantamento dos dados históricos desde as missões colonizadoras até as influências das práticas e costumes que se foram incorporando ao cotidiano do litoral norte de Maceió. Espaço que se estruturou a partir da porção norte do sul da Capitania de Pernambuco, por onde se configurou um eixo de entrada de influências e trocas culturais e que teve na implantação dos engenhos de açúcar, o foco da fixação do elemento humano a essa faixa litorânea, amoldada aos aglutinamentos populacionais às margens de cursos d'água provedores de subsistência através da pesca. Gravitando em torno de cursos d'água, a cultura da cana potencializou o produzir e o viver, determinando uma sociedade “ambígua” de “gente anfíbia”, segundo Dirceu Lindoso (2005), com costumes, modos de fazer e expressões ainda hoje enraizadas

no dinâmico processo que caracteriza os bens culturais patrimoniais de natureza material e imaterial.

Com base nos dados relatados pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, realizado no Estado entre os anos de 2014 e 2016, percebeu-se que o processo histórico de ocupação da área em estudo consolidou no meio físico uma espécie de rede de relações socioculturais ativas que transcendem os “atuais limites divisórios/administrativos; mas, que aproximam as populações e solidificam valores de cultura que transitam entre a participação mútua em atividades de subsistência e de veneração de crenças e celebrações” (FERRARE et al., 2015a, p. 13). Com efeito, revelaram dinâmicas e práticas culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, particularizadamente alagoano, que sedimentaram, fundiram, absorveram, criaram e recriaram (ou são criados e recriados) crenças, hábitos, costumes, saberes e fazeres, visões de mundo que se materializam no território, no qual podem ser significados e ressignificados.

A elasticidade do crescimento urbano pelo eixo norte litorâneo de Maceió, contudo, vem alterando significativamente esse cenário, irrompendo a paisagem com edificações verticalizadas, até então inexistentes. Fruto da expansão imobiliária, permitida pelo novo **Plano Diretor de 2005**, que na tentativa de regulamentar a zona rural do litoral norte, libera o uso de faixas verdes que margeavam o mar, para que novos empreendimentos possam atender à cobiça do mercado imobiliário na região. Potencializados ainda pelas obras de infraestrutura financiadas pelo poder público para atrair novos investidores, intensificando assim o crescimento na área.

Percebe-se assim, a estruturação intencional de uma nova centralidade na cidade, atraindo interesses distintos os quais vêm produzindo dinâmicas até então exógenas à área em estudo, de modo que é possível, até o presente, concluir que a chegada de novos fluxos de deslocamento viário e novos moradores com perfis e estilos de vida diferenciados, oriundos de vários outros bairros e/ou localidades, nacionais e estrangeiras, em ocorrência, devem gerar demandas distintas das anteriormente produzidas em processo contínuo de recorrências culturais tradicionais.

No bairro de Cruz das Almas, é possível perceber o processo de mudança de perfil dos moradores atraídos pelos novos empreendimentos imobiliários. Assim, chama-se atenção, para o processo de implantação das construções verticais de edificações de alto padrão implantadas ao longo do litoral norte de Maceió, que além

de provocar danos ambientais, pode também culminar com o enobrecimento da área e a conseqüente expulsão da população local residente, fenômeno conhecido como “gentrificação”. É importante ainda destacar que a manutenção das práticas sociais existentes na localidade, relativamente uníssona no litoral norte, só é possível com a permanência da população que a produz tradicionalmente e a reproduz. Sabe-se que os grupos sociais detentores dos conhecimentos tradicionais, que remetem à história, à memória e à identidade local, pertencem a estratos médios e baixos da população desses bairros de Maceió, que atualmente se organizam em alguns “blocos de resistências”, definidos territorialmente em “bolsões de isolamento”. Entende-se ainda, que a manutenção dos detentores do saber no seu território, colaboram com a preservação do meio ambiente, na medida em que dependem dos recursos naturais para a continuidade das atividades que garantem a sua subsistência. A sua permanência é também, a garantia da possibilidade de transmissão do conhecimento empírico associado às práticas ali desenvolvidas, que se revelam de muitas formas, desde a técnica até a tradução dos sinais dados pela natureza, no caso do pescador: o vento que anuncia a tempestade que está por vir anunciada, o movimento da água e das nuvens que antecede o perigo.

Quanto às referências culturais identificadas, a convivência com as mudanças no meio físico e com aspectos concernentes à falta de infraestrutura básica, como destinação dos resíduos sólidos, ausência de esgotamento sanitário e contaminação dos recursos hídricos, abundantes no entorno dos bairros pesquisados, vem comprometendo a manutenção de algumas das práticas, como a pesca artesanal, por exemplo. Os pescadores entrevistados, em sua totalidade, afirmam que houve redução da variedade e da quantidade de peixes, como decorrência da poluição. Como já relatado, mudanças significativas no que se refere aos materiais empregados na confecção dos instrumentos de pesca, também foram citadas por alguns entrevistados¹²¹, como uma das causas possíveis para a diminuição dos peixes. Em Ipióca, a redução das matas, associada à interdição da extração de madeira nativa na região, tem dificultado a manutenção dos currais. Nesse sentido, o uso de varas e

¹²¹ Ribeiro (2011) atesta que esta opinião não é compartilhada pela maioria dos “curraleiros”, como são chamados os pescadores de curral. Ainda segundo a autora, os pescadores atribuem a degradação da mata à monocultura da cana e não à atividade pesqueira: “foi a falta da mata que acabou com os currais” (RIBEIRO, 2011, p. 158).

cipós vêm sendo substituídos por redes de *nylon* e até tubos de pvc flexíveis (usados na construção civil) preenchidos com ferro, em alguns casos com cimento, e lambuzados com graxa para garantir maior durabilidade. Tais mudanças refletem não só a redução do número de currais nas praias, mas o esforço para a manutenção desse tipo de pesca diante das dificuldades enfrentadas pela escassez da madeira e de sua extração. A renovação também tem se mostrado na transmissão geracional do saber-fazer, tradicionalmente herdado entre os pescadores, passando-o de pai para filho, vem acolhendo as mulheres da família, interessadas em dar continuidade ao ofício dos pais, tios e avôs (Figuras 152 e 153).

Figuras 152 e 153 - Pescadora que seguiu o ofício do pai, mostra seus instrumentos de pesca: rede e curral.



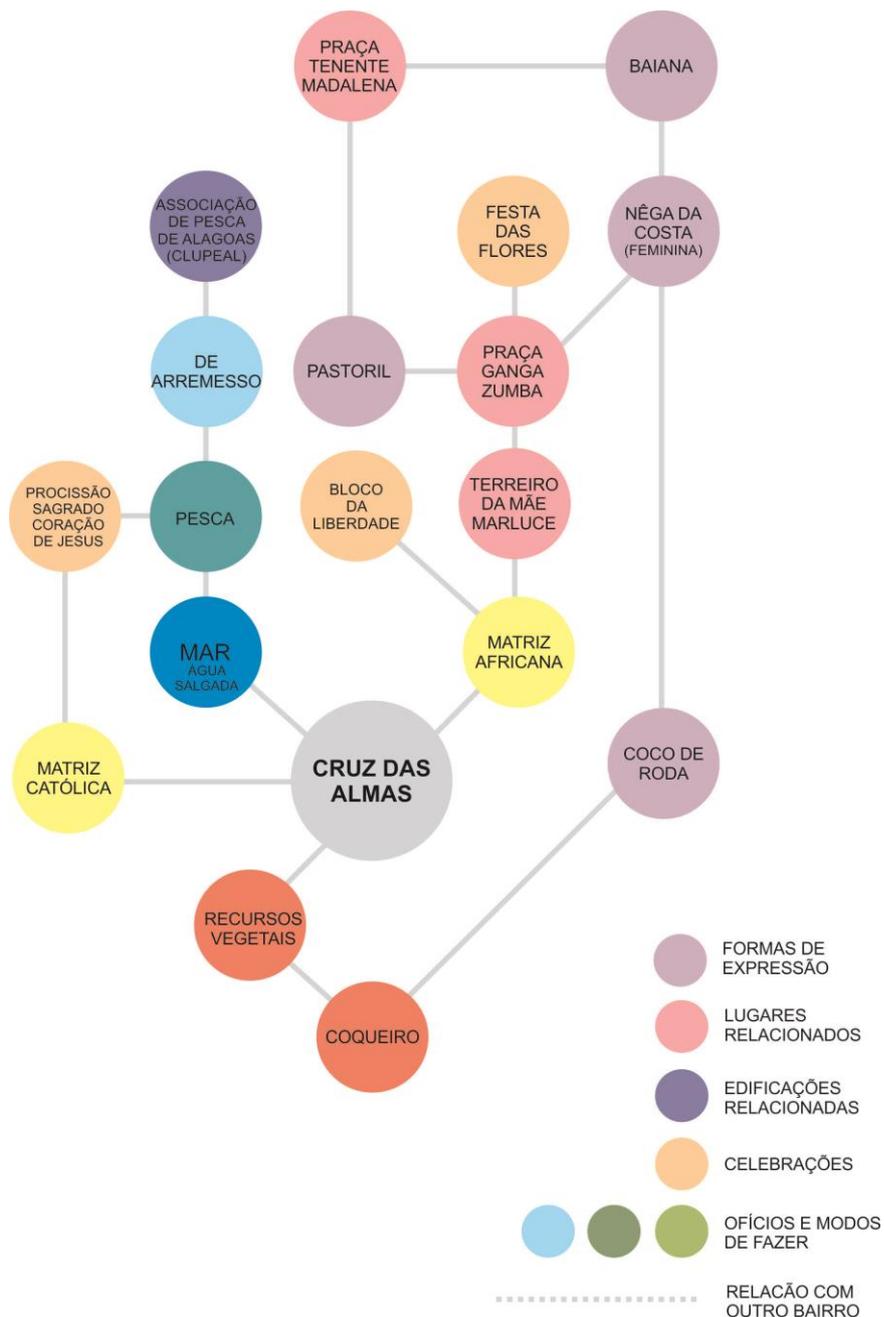
Fonte: Ferrare et al., 2015a.

A interpretação dos dados coletados, especialmente do material produzido pelas fichas (de identificação do sítio e das localidades pesquisadas), pelos questionários de entrevistas e visitas realizadas no campo, permitiu estabelecer percepções ampliadas sobre a

[...] a ideia da coligação e unicidade cultural existente entre esses bairros do eixo norte da cidade como sendo um bloco localizacional sedimentado pelos mesmos valores ambientais e culturais, até diante de pressões já coexistentes no meio, oriundos da comercialização imobiliária de grande parte do solo local, sobretudo o que propicia vistas para o mar; quer seja na planície, à beira mar, ou nos platôs das antigas matas, cujos residuais se tolhe a cada dia para as construções que buscam avidamente as visadas que do mar podem obter (FERRARE et al., 2015a, p. 88).

Invariavelmente, a imbricada relação de continuidade da área implica na comunhão de problemas e desafios. Contudo, se do ponto de vista ambiental, os danos se estendem a todo o litoral, expandem-se também hábitos, costumes e modos de vida, em inúmeros pontos de contato, que irradiam em uma ampla rede de articulação entre natureza e cultura. A fim de demonstrar essas inter-relações, foram elaborados Organogramas com esquemas gráficos que sugerem relações em rede. Definidos por bairros, os esquemas constituem sínteses que objetivam elencar as categorias, de modo a gerar uma representação do universo cultural pesquisado. Enfatiza-se, contudo, que a interpretação que aqui se propôs, não aspira a ser conclusiva, sobretudo, por permitir possibilidades profícuas, diferentes olhares, “[...] na produção do conhecimento humanístico de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (FERRARE et al., 2015, apud MIRANDA, 2008).

Figura 154 - Organograma em rede do bairro de Cruz das Almas.



Fonte: Autora, 2019.

Elaborados com base nos Infográficos (Anexo 1) e Mapas de Ocorrência (Anexo 2) produzidos pela **Equipe Sítio 3**, para o **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, cujos eixos temáticos foram definidos como: mar – água salgada, rio – águas doce e salobra, recursos vegetais e produção com agulha e linha. Segundo Ferrare et al. (2015), foram assim definidos, considerando a “espaciologia” de proficuidade das águas discutida por intelectuais alagoanos como Lindoso (2000; 2005; 2015), Otávio Brandão (2001), Diégues Júnior (2012) entre

outros, que remetem às narrativas identitárias de Alagoas nos séculos, XVIII, XIX, XX e XXI. Os infográficos produzidos pela equipe buscaram chamar a atenção para a integração entre a ocorrência das categorias definidas pelo Decreto nº 3.551/2000: formas de expressão, lugares, edificações, ofícios e modos de fazer, celebrações, nas diferentes localidades em estudo, bem como das “costuras” que as unem entre si.

Após o cruzamento das informações relacionadas dos citados infográficos com os demais dados produzidos durante o trabalho de campo, sentiu-se a necessidade de acrescentar aos eixos temáticos, a vertente “matrizes religiosas”, para contemplar os desdobramentos das manifestações de matriz africana e católica, que se articulam com as muitas atividades derivadas das águas e que não constavam no material produzido pela **Equipe Sítio 3**, no citado projeto. Com efeito, percebe-se, de forma bastante evidenciada em todas as localidades estudadas, que os laços entre as celebrações e formas de expressão, nas “Festas de Santo” ou “Festas do Padroeiro”, as quais resultam do:

“[...] forte traço cultural da religiosidade da fé cristã percebido entre as comunidades do litoral norte em Alagoas [...], efetivamente, do processo de ocupação consolidado nessa área como parte sul da Capitania de Pernambuco quando o ideário colonizador de fazer crescer a “Fé e rendas” disseminou o plantio da cana de açúcar e a pregação missionária e foi assim formando polos de chegada dos frades catequizadores que se estabeleceram nos polos colonizadores [...]” (FERRARE et al., 2015a, p. 23).

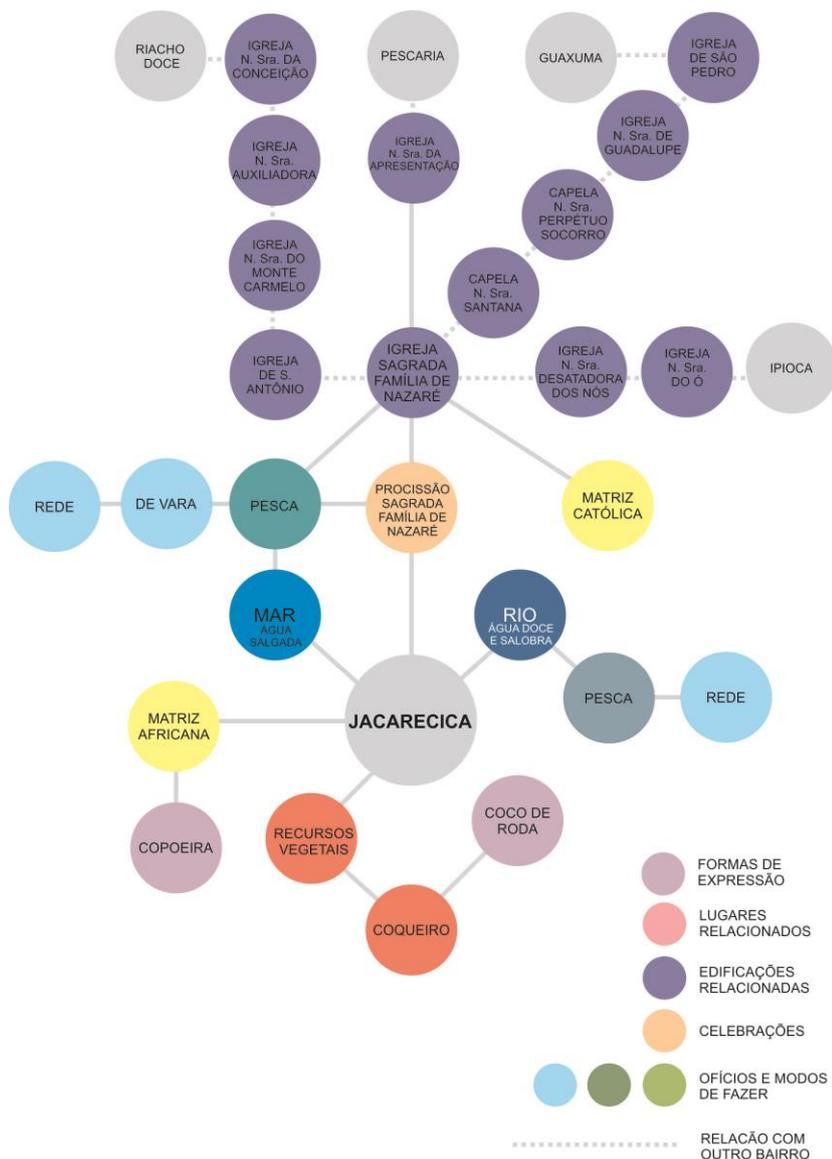
Associadas ao catolicismo popular, com rituais sacros e profanos (que ocorrem no exterior dos templos), caracterizam-se por congregar fiéis vindos das localidades adjacentes e mesmo circunvizinhas. Imbuídos de sentimento devocional, compartilham das cerimônias e ritos tradicionais expressos na participação ativa das procissões que percorrem as ruas em direção às igrejas e capelas da região. O bairro de Jacarecica, bem exemplifica a compreensão da formação de uma rede de expressões culturais associadas entre as localidades adjacentes. Desde que a Igreja Sagrada Família de Nazaré assumiu a função eclesiástica de Paróquia da região, após a interdição da Igreja de Nossa Sra. do Ó, em Ipioca¹²², é visível a penetração

¹²² A edificação foi interditada em 2014, porque o estado avançado de degradação estrutural oferecia riscos à comunidade. Após a realização de obras de restauração, que contemplaram também os bens integrados, foi reaberta à comunidade em 2016. As entrevistas na localidade, ocorreram no ano de 2015.

das comunidades entre o bairros litorâneos do norte, ali conduzidos por ocasião da prática dos atos litúrgicos, vivenciada pelos fiéis que compreendem e compartilham as cerimônias e ritos de cada lugar (ver Organograma abaixo).

O caráter devocional é percebido durante o cortejo, demonstrado através de posturas de penitência, “indutoras de certo sofrimento” durante o longo percurso realizado com os pés descalços. É possível ainda encontrar pessoas, atualmente em menor escala, que fazem a caminhada de joelhos, ao menos um certo trecho, acompanhados por alguém que os ajude. Vê-se também “pessoas vestidas de preto e crianças vestidas em forma alusiva a anjos, como demonstração de pagamento de promessas” (FERRARE et al., 2015a, p. 20).

Figura 155 - Organograma em rede do bairro de Jacarecica.



Fonte: Autora, 2019.

A observação do citado Organograma, fortalece ainda o entendimento da ocorrência de um intercâmbio entre as comunidades que se mobilizam para as festividades, também descrito na fala da S^{ra}. Marta, moradora do bairro de Jacarecica:

[...] a festa inicia com a novena do dia 04 a 13 de junho. No dia 04 de junho, abre a novena, reza o Terço de Santo Antônio e solta muitos fogos. É aberta aos moradores do povoado e aos frequentadores da Comunidade de Santo Antônio. Para esses dias, além dos locais **participam os fiéis das igrejas de Jacarecica (Igreja Sagrada Família de Nazaré), Riacho Doce (Igreja N. Sra. da Conceição e N. Sra. Auxiliadora), Pescaria (Igreja N. Sra. da Apresentação), Saúde (Igreja N. Sra. da Saúde), Ipioca (N. Sra. do Ó), Santa Luzia (Capela de Santa Luzia), Guaxuma (N. Sra. de Guadalupe e Senhora Santana), Garça Torta (Igreja São Pedro) e ainda outras comunidades próximas.** Também participa da programação, distribuídos entre os três dias, os grupos da igreja local (Santo Antônio) (FERRARE et al. 2015a, p. 18. Grifo dos autores).

No bairro de Riacho Doce, a S^{ra}. Joverdina, zeladora da Igreja de Santo Antônio, também evidencia o fluxo entre os bairros durante as festividades de devoção à padroeira local:

[Participam da festa] **Os moradores do bairro e de outras localidades** [comunidades] e eventuais turistas de pousadas e hotéis das proximidades. [...] Missa pela manhã do dia escolhido para ser comemorado como o da padroeira, com batismo pela manhã e missa solene à tarde na abertura ou fechamento da procissão. [...] Os noiteiros são mantidos com a participação dos grupos da igreja – movimentos de Mãe Rainha, e outros grupos da igreja. [...] Os [recursos] levantados nas **quermesses que ocorrem nas 9 noites** (FERRARE et al. 2015a, p. 17. Grifo dos autores).

Como visto anteriormente, a procissão é a expressão máxima da celebração e encerra as festividades iniciadas antecipadamente ao dia consagrado ao santo. Em paralelo, “aparentemente distanciados da devoção católica”, a “Festa de Rua”, incorpora formas diferenciadas de expressões culturais e de atividades de lazer, mas que reforçam aspectos da imaterialidade, da sociabilidade e da afetividade. Reforçam-se os nós da imbricada trama de relações. Os fiéis, com o objetivo de angariar fundos para a festa de cunho religioso, e como elo de agradecimento ao que provém das águas salgadas (mar) e doces (rios e mangues), oferecem doação de pratos preparados

[...]a partir de receitas ditadas pela tradição da culinária local, utilizando recursos provenientes dos extrativismos vegetal e animal [...] do meio ambiente natural circundante, a exemplo de pratos à base de peixes e mariscos, caranguejos, etc., extraídos das águas salgadas e / ou doces (fluviais). Também nos leilões e quermesses são doados para venda, quilos

de peixes e mariscos frescos, cachos de coco, seco ou verde, além de outros víveres de plantio de subsistência (frutas, verduras) (FERRARE, et al., 2015a, p. 17).

A sobrepujança das águas e seus elementos associados, ocupam não só as celebrações religiosa, mas estão presentes no repertório imagético da população local. Peixes, caranguejos, conchas e búzios, adornam os terraços e salas de visita de diversas casas ao longos das localidades pesquisadas, sobretudo nos bairros de Guaxuma e Pescaria. Produzidos de formas variadas e materiais encontrados no meio sistêmico natural, pencachos e paneiros dos coqueirais se transformam em diferentes “enfeites para a casa” através das mãos habilidosas das mulheres moradoras e de suas relações vivenciais, mantidas com os sistemas simbólicos dos meios geradores em que estão inseridas desde a infância, quando iniciam a produção de seus próprios brinquedos aproveitando elementos descartados, como palhas e sementes, entre outros ocorrentes do meio.

Figuras 156, 157 e 158 - Artesanato com mandalas confeccionadas em pencachos de coco; siri feito com coco seco e pencachos; peixe em coco seco com barbatanas confeccionadas em paneiro de coco pintadas com tinta óleo e luminária com búzios do mar em tamanhos variados.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Outras relações sociais e simbólicas também podem ser entendidas como fundamentais à formação da identidade do lugar, pois se entrelaçam em uma teia de possibilidades ao promoverem o compartilhar de sentidos e experiências. Manifestação cultural de raiz tradicional que ocupa e perpassa vários bairros e ainda lhe caracteriza frente às comunidades envolvidas, a Boneca Vitalina, já citada anteriormente, alegria o Carnaval, especialmente a família da D. Edleuza, que sustenta

a tradição¹²³ (ver Organograma do bairro de Guaxuma). Herança deixada pelo pai, que era mestre de folclore, a “deusa do Carnaval”, como é carinhosamente conhecida, circula os bairros de Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipióca, embalando a folia momesca (ver Organograma do bairro de Guaxuma). A cada ano são confeccionadas roupas novas, adereços e acessórios, atendendo ao pedido do Sr. Benedito José dos Santos, fundador do bloco e incentivador maior da brincadeira há cerca de 60 anos. Hoje, filhos, netos e bisnetos participam do festejo, comemoram e alimentam a memória e o imaginário coletivo dos moradores e frequentadores dessas localidades. Contudo, ressalta-se que a expansão do mercado imobiliário já chegou à vizinhança da família da D. Edleuza com a implantação dos condomínios residenciais verticais, mais especificamente o Condomínio Green Village e o Condomínio Gran Marine. Nesse sentido, questiona-se até quando a boneca Vitalina percorrerá a região?

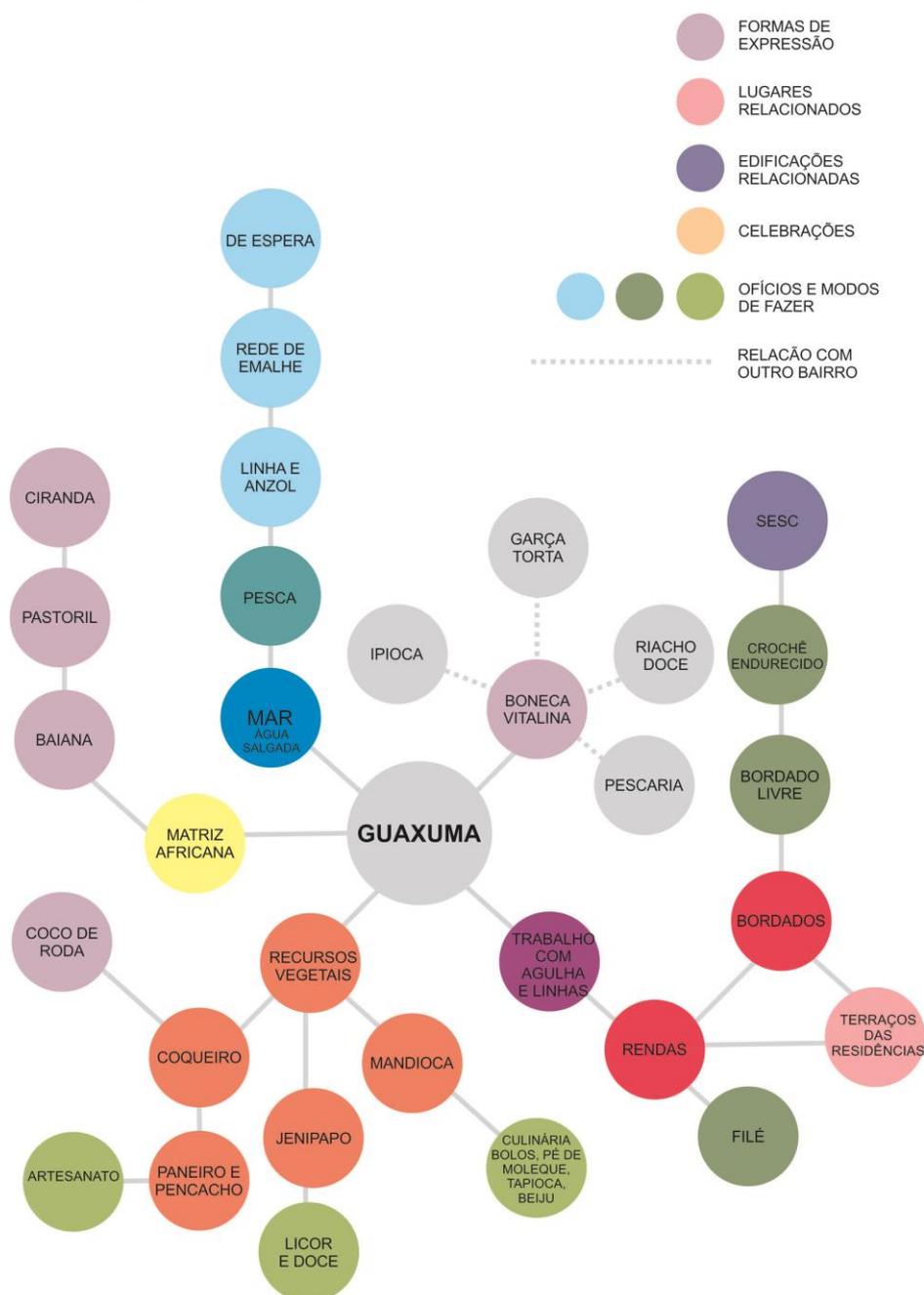
Figuras 159 e 160 - Boneca Vitalina vestida para mais um desfile de Carnaval, dando continuidade à tradição dos bonecos gigantes nos desfilavam nos antigos carnavais de Maceió.



Fonte: Disponível em: <<http://grupodonamariquinha.blogspot.com/2011/05/uma-tarde-com-mestra-edileusa.html>>; < <https://www.historiadealagoas.com.br/carnaval-de-maceio-na-primeira-decada-do-seculo-xx.html>> Acesso em: 20 fev. 2019.

¹²³ D. Edleuza é também mestra de baiana, segundo pesquisa realizada pelo grupo Dona Mariquinha (FERRARE et al., 2015a).

Figura 161 - Organograma em rede do bairro de Guaxuma.



Fonte: Autora, 2019.

Os trabalhos com agulhas e linhas situam os terraços das residências como lugar de destaque. Embora não tenham sido apontados pelo **Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Alagoas**, como bem a ser inventariado¹²⁴, poderiam ser

¹²⁴ Os questionários das entrevistas identificam o bem pesquisado através das categorias do Decreto nº 3.551/2000. Quando identificado, preenche-se um questionário sobre o respectivo bem, cujas

entendidos como “lugar relacionado”, pois são os preferidos pelas bordadeiras e “fileseiras”, como são chamadas as artesãs que confeccionam o filé. Situados à frente das casas e voltados para a rua, são geralmente mais ventilados, também favorecem o convívio coletivo durante a confecção, a vista dos que passam, a conversa com o vizinho, a prosa com as comadres, a relação com o meio exterior. Sobre os bens inventariados, faz-se oportuno destacar, conforme esclarece Ferrare et al. (2015, p. 31 apud IPHAN, 2000), que os dados coletados não são conduzidos por um critério de linearidade evolutiva, contrariamente, adotam uma relação com o tempo intermediada por “uma imediata descrição sistemática e tipificação das ocorrências que se mostraram relevantes, seus processos e executantes”

Os vínculos assim se estabelecem entre as águas, a religiosidade, os lugares relacionados, dos recursos vegetais e modos de expressão que interagem entre si, mas também apontam categorias distintas em dinâmico fluxo, como a culinária e o artesanato no bairro de Guaxuma, ou como os trabalhos com agulha e linhas, encontrados nos bairros de Guaxuma, Garça e Riacho Doce (ver os respectivos Organogramas), tecidos sobre redes que assemelham-se às usadas na pesca. Múltiplas dimensões sociais e simbólicas que refletem o modo de vida do homem em sua relação com o meio natural e cultural (GONÇALVES, 2005), tal como bem sintetiza Lago (1996, p. 101 apud MALDONATO, 1986, p. 7):

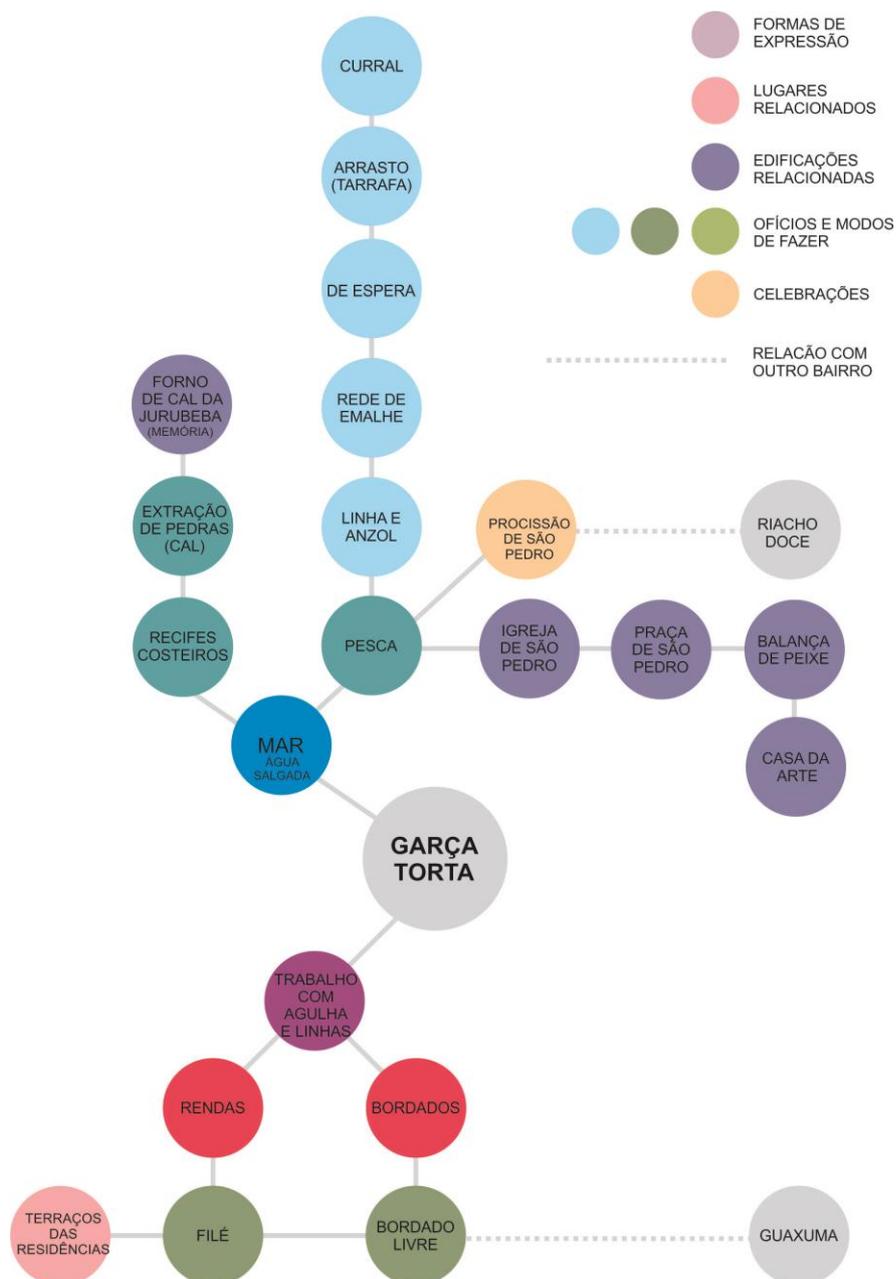
[...] através do conhecimento que tem da natureza que explora para sobreviver e do seu trabalho no mar, o homem se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive. Essa apropriação se realiza no processo de trabalho e o ultrapassa, pois inspira também modos de ser e de estabelecer relações sociais, de constituir família, de organizar o trabalho.

As práticas culturais associadas ao mar expressam forte correspondência também, no bairro de Graça Torta, podendo, inclusive, colaborar com o entendimento sobre os fenômenos históricos de mudança e de estabilidade de algumas das manifestações, que permanecem resistentes na memória das comunidades, a exemplo dos fornos de cal. Tradicionalmente extraídos das pedras dos recifes costeiros, marcaram aquelas localidades hoje, proibidos por instrumento legal, unem-

perguntas são durante a entrevista. Como citado, os questionários são diferenciados, com perguntas que procuram atender de forma ampliada as especificidades de cada categoria.

se a outras expressões também extintas em virtude da necessária preservação ambiental, como o artesanato produzido com cipó no bairro da Pescaria. Por vezes, é possível adaptá-las para garantirem a sua continuidade, como os instrumentos de pesca descritos anteriormente, no entanto, não é possível prever a dimensão dessas perdas.

Figura 162 - Organograma em rede do bairro de Garça Torta.



Fonte: Autora, 2019.

Encontrado em todo o ecossistema costeiro dos bairros em foco, a pesca artesanal apresenta uma diversidade de técnicas pesqueiras, como visto no esquema

acima do bairro de Garça Torta: pesca com linha e anzol, pesca com redes de emalhe (caceia, tainheira, fundeada, carapebera), pesca de espera, pesca com redes de arrasto (tarrafa), pesca de curral. Apresentam-se ainda nas localidades vizinhas: pesca com covos (lagosta, camarão), pesca com rastelo (extração de mariscos: berdigões, unhas de velho, taioba), pesca de captura com ratoeira e teteia (caranguejo e siri), como visto no bairro de Riacho Doce.

No que se refere à transmissão do ofício, o processo de aprendizagem inicia-se ainda criança:

[...] por volta dos 8 a 10 anos, majoritariamente com o pai, outros familiares ou ainda, pela observação direta da prática sendo executada por outros membros da comunidade. A divisão social do trabalho artesanal pesqueiro ocorre segmentada por gênero: os homens lidam com a captura do pescado tanto próxima quanto distante, enquanto as mulheres, em sua maioria dedicam-se do “tratar o peixe” e da captura dos mariscos e caranguejos nos mangues (FERRARE, 2015, p. 34).

A participação das mulheres, no entanto, vem ocorrendo de forma mais ativa desde 1998 (FERRRE et al., 2015). A mudança quanto aos padrões tradicionais, se dá de forma mais marcante na pesca de curral, pela força necessária para a sua manutenção, além dos aspectos de insalubridade, devido aos horários da pesca que são condicionados pela maré. Segundo Ribeiro (2011, p. 127), a diferenciação da atividade pesqueira, além do gênero, tradicionalmente, também se constitui com relação à idade, por conta da dificuldade ou esforço exigido pelo tipo de pesca: “mulheres e crianças fazem pescas mais simples, como a de catar”. Segundo a autora (2011), a presença das mulheres decorre da necessidade de acréscimo da renda familiar, bem como da garantia de subsistência, como se observa na fala de uma pescadora: “E assim se eu pegar dois quilos, eu vendo um quilo e como o outro. Ou vendo os dois e compro um quilo de carne e como” (RIBEIRO, 2011, P. 130-131).

Integrando-se aos fazeres da pesca artesanal, além das celebrações das festas e procissões dos santos padroeiros, destacam-se as edificações vinculadas à espacialidade onde ocorrem as práticas cotidianas (praças, “balança do peixe”¹²⁵) e no âmbito do sagrado (igrejas, adros, cruzeiros). Embora São Pedro seja

¹²⁵ Local onde são comercializados os pescados, abrigando os pescadores para a confecção das redes de pesca e construção de jangadas.

tradicionalmente simbolizado como o santo patrono dos pescadores, também os apóstolos Santo Antônio e São João são festejados em todas as localidades estudadas, durante os festejos juninos¹²⁶. “Associadas a estas comemorações estão as ladainhas, cantos, músicas, declamações, as brincadeiras, as adivinhações, os balões de várias cores e as fogueiras” (FERRARE, 2015, p. 35), que convivem em harmonia e mantêm vínculo direto com outras espacialidades e formas de expressão, como o palhoção¹²⁷, onde se dança o coco de roda e a quadrilha, como se observa no Organograma a seguir.

¹²⁶ Festejos que iniciam com as trezenas de Santo Antônio, festejado no dia 13 de junho, seguido pelas festas de São João, no dia 24 de junho, e São Pedro, no dia 29 de junho.

¹²⁷ Espaço temporário, construído com materiais encontrados no meio natural como palha de coqueiro e madeira.

Figura 163 - Organograma em rede do bairro de Riacho Doce.



Fonte: Autora, 2019.

Modos de expressão derivam de processos distintos, lugares, celebrações, ícones simbólicos das águas. Mirante da Sereia, Poseidon/Netuno, Janaína/Iemanjá, capoeira, tapioca, cocada, elementos representativos dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, podem ser:

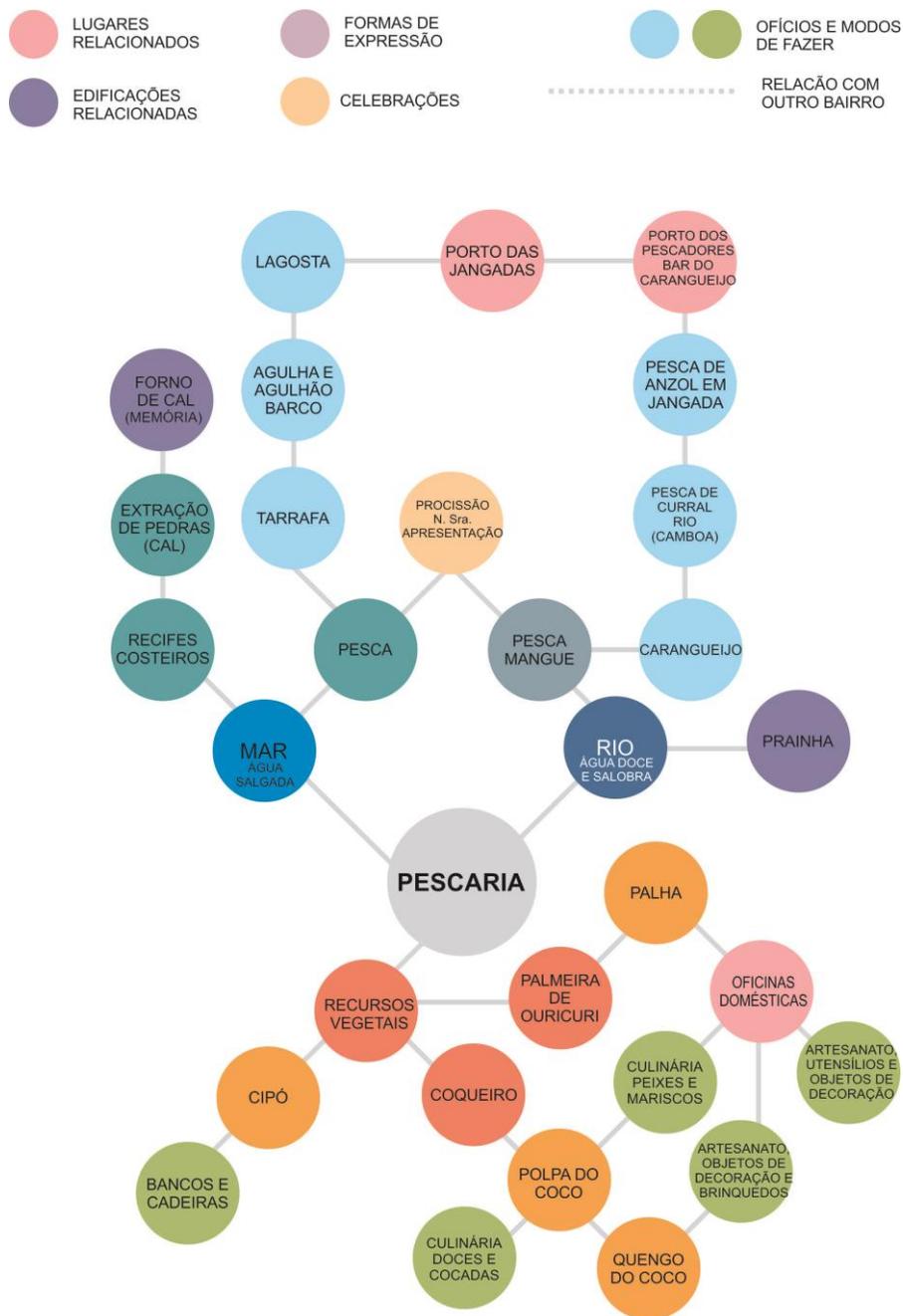
[...] entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos

e pobres, etc. Nesse sentido, tenho sugerido a possibilidade de pensar o patrimônio em termos etnográficos, analisando-o como um “fato social total”, seguindo a rica noção de Marcel Mauss (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Segundo entendimento de Gonçalves (2005), ainda que a noção de patrimônio se confunda com a de propriedade (herdada), a etnografia vem afirmando a sua extensão moral e simbólica para além da propriedade individual ou coletiva. Nesse sentido, não apresentam “fronteiras classificatórias muito definidas, sendo ao mesmo tempo objetos e sujeitos, materiais e imateriais, naturais e culturais, sagrados e profanos, divinos e humanos, masculinos e femininos, etc.” (GONÇALVES, 2005, p. 18). Tal como se observa nos objetos e demais elementos materiais dotados de “significados mágico-religiosos e sociais” atribuídos por rituais, que os constituem em “verdadeiras entidades, dotadas de espírito, personalidade, etc”. O Mirante da Sereia pode assim ser pontuado, como espaço que transcende à sua funcionalidade, aparentemente destinada à captação da paisagem, bem como da escultura emblemática, também conhecida por Iemanjá, Nossa Senhora das Águas Salgadas, Rainha das Águas, Deusa das Águas, Rainha do Mar, entre outros. Orixá de grande popularidade no Brasil, é “associada à Calunga Grande, ou o Mar, fragmento da paisagem no qual se encontra sua morada e seu Axé” (FERRARE, 2015a, p. 25). Vinculados à culinária, o forno das boleiras, a Praça José Emídio de Carvalho e a casa da família Carvalho, também são reconhecidos na localidade pela confecção e proximidade aos pontos de venda, bem como os terraços ocupados pelas artesãs para a confecção das rendas e bordados. Espaços relevantes para além da sua geografia e materialidade comensurável.

Também no bairro da Pescaria as águas salgadas, doces e salobras, compõem uma trama de relações sociais e simbólicas, realizam mediações importantes entre ocorrências culturais produzidas e expressas pela comunidade nos diferentes eixos temáticos. Destarte, ramificam-se “como indicadoras de modos & formas que espelham como as populações viabilizam o seu existir; refletindo também a diversidade oriunda da pluralidade social tecida na peculiaridade de recursos naturais, que as envolve e as fazem dar contornos ao que é dita ser a sua ‘cultura’” (FERRARE, 2015, p. 50). Integrados a sistemas complexos de organicidade, associam-se internamente a conhecimentos e referências culturais antigas e atuais, que foram disseminadas como decorrência dos mesmo meio gerador, coerente com sua historicidade.

Figura 164 - Organograma em rede do bairro de Pescaria.



Fonte: Autora, 2019.

Diante das mudanças ocorridas na confecção das jangadas, por conta da proibição do uso de madeiras nativas da mata, o ofício de carpinteiro artesanal naval, transmitido de forma geracional nos estaleiros instalados em pequenas oficinas nos quintais das casas ou às margens dos rios, nos municípios contíguos de Barra de

Santo Antônio, manteve-se entre netos e avôs, estendendo-se até o bairro da Pescaria.

Figuras 165, 166 e 167 - Vista do curral de pesca no rio, a camboa; pescador de camboa (entrevistado durante o Projeto) em momento quando esclarecia a mudança na confecção das jangadas, com uso de isopor.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Novas apropriações também vêm sendo realizadas através de práticas de consumo cotidianas não tradicionais. Estimuladas pelas atividades turísticas à beira das águas salgadas, doces e salobras, boias são vendidas à margem da via AL 101 Norte, na altura do bairro de Pescaria, sendo comum também encontrar ao longo do percurso pelo litoral, produtos diversificados que atendem à diversão e saciam a fome e sede durante o trajeto, por vezes lento durante os finais de semana e feriados, até o destino: coco, galeto, gelo, água mineral entre outros.

Figuras 168 e 169 - Comércio de boias, coco, água e galeto na via AL 101 Norte.



Fonte: Autora, 2019.

Também como parte inseparável da materialidade que as envolve e contorna, destaca-se a culinária derivada do extrativismo do coco, que faz os ensopados dos pescados e frutos do mar, os doces (bolos, tapiocas, beijus, brasileiras e cocadas

assados nos fornos do bairro de Riacho Doce) e o “coco de roda”¹²⁸, dança que nasceu do descasco do coco, feito embaixo dos coqueiros ou nos armazéns de coco, segundo relato de uma ex-dançante e moradora do bairro de Ipióca, onde a expressão ainda é muito representativa e ocupava, no passado, o adro da Igreja de N. S^{ra}. do Ó. Pesquisadores afirmam que a sua origem está associada aos engenhos do Nordeste, onde era praticada “[...] por africanos e indígenas sendo depois dançado pelos pescadores na região praieira (litoral) e até no sertão, principalmente zona rural. Durante a dança existe um puxador denominado mestre, coqueiro, coquista. Ele puxa o coco com o entoar de ‘loas’ improvisadas e os dançantes respondem ao canto, através de refrões e sapateados” (BORBA, 2006, p.119, 120).

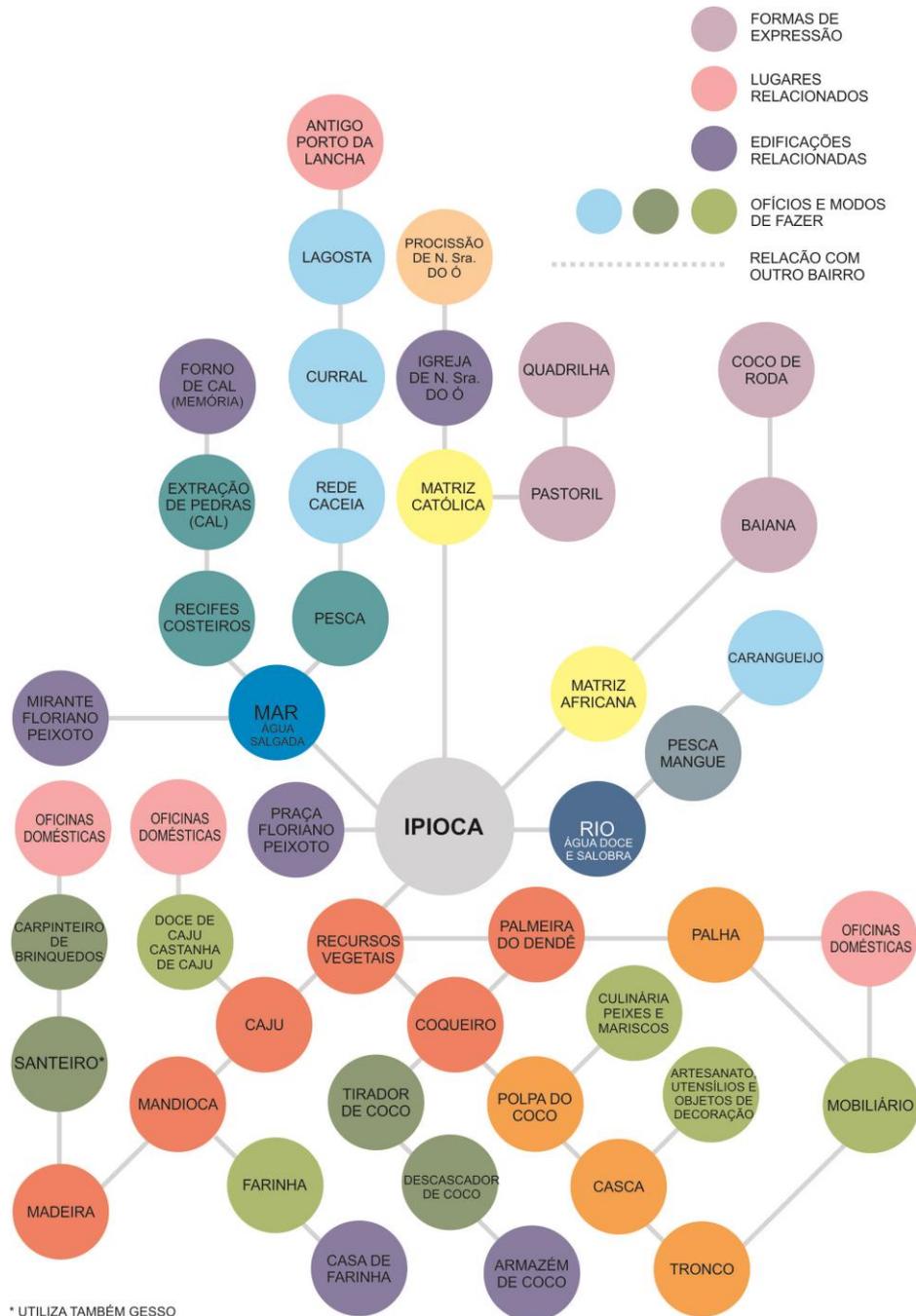
Percebidos simultaneamente em sua universalidade e especificidade, considerando ainda seus relevos históricos, percebe-se o enfraquecimento na transmissão de alguns dos saberes relacionados à cadeia do coco, como os ofícios do tirador, apanhador e descascador de coco, bem como dos lugares associados, armazém e sítios de coqueiros, como já comentado. Ainda no que tange à culinária e modos de expressão associados, destaca-se a importância da relação entre as práticas e o meio, para a continuidade das manifestações. O adro da igreja, o coqueiral, o armazém para a guarda do coco, especialidades que abrigam processos e vêm atualizando-se e adaptando-se à vida urbana na contemporaneidade. Sabe-se, por exemplo, da interferência de agentes externos, especialmente no âmbito da comercialização e empreendedorismo, como é o caso do “Rei do coco” no bairro de Ipioca, que agencia e negocia tanto o extrativismo do coco quanto seus subprodutos, concentrando a atividade na região, antes destinada aos pequenos produtores.

Fenômeno semelhante pode ser observado nas casas de farinha de Ipióca (ver Organograma a seguir), no que tange à continuidade do sistema de produção artesanal da mandioca, importante fonte de carboidrato para as comunidade de renda mais baixa. Além da promoção da economia doméstica e da geração de renda familiar, ancorados no conhecimento tradicional de um saber fazer, alimentam práticas

¹²⁸ Alguns pesquisadores afirmam que o coco de roda nasceu nos engenhos do Nordeste, onde era dançada “[...] por africanos e indígenas sendo depois dançado pelos pescadores na região praieira (litoral) e até no sertão, principalmente zona rural”. Durante a dança existe um puxador denominado mestre, coqueiro, coquista. Ele puxa o coco com o entoar de “loas” improvisadas e os dançantes respondem ao canto, através de refrões e sapateados. (FERRARE et al., 2015, p. 38 apud BORBA, 2006, p. 119-120).

vinculadas à extração do coco e seus derivados, indispensáveis à fabricação dos quitutes (elaborados com a mandioca e o coco seco) vendidos coletivamente, à tardinha, na via AL 101 Norte. Também presentes nas celebrações juninas, fomentam a extensa cadeia das manifestações de matriz religiosa. O efeito da urbanização e consequente dispersão dos moradores, contudo, pode comprometer a continuidade de um dos pontos (ou de muitos deles).

Figura 170 - Organograma em rede do bairro de Pescaria.



* UTILIZA TAMBÉM GESSO

Fonte: Autora, 2019.

Pensar os bairros do litoral norte de Maceió como uma teia de significados, agregando ao patrimônio o potencial analítico capaz de iluminar o entendimento da vida social e cultural, torna evidente o alargamento da noção de cultura disseminada pelos antropólogos ao longo do século XX. Segundo Gonçalves (2005), tal amplitude alargou as discussões, permitindo enfoques distintos, inclusive quanto à “dimensão patrimonial da cultura”, termo explorado pelo autor para o entendimento dos aspectos definidores da categoria “patrimônio” situando-o como “totalidades cósmicas e morais, onde suas fronteiras são bem pouco delimitadas” (GONÇALVES, 2005, p. 16).

Das relações sociais e simbólicas identificadas nas comunidades pesquisadas, configuram-se bens patrimoniais, histórico e culturalmente construídos, constituídos como centro irradiador de:

“[...] múltiplas formas no tempo e no espaço – formas institucionais, rituais, textuais [...] (GONÇALVES, 2005, p. 29) [...] adquiridos (ou construídas e reproduzidas no tempo presente) e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados) (GONÇALVES, 2005, p. 14).

Com efeito, tal diversidade conduz a um dimensionamento maior, para além das expressões formais, vinculando-se às dimensões de ordem histórica, social, cultural, moral, estética e econômica. Não obstante, a constatação de que as referências culturais assumem corpos materiais, entendidos como concretização do comportamento humano e dos fenômenos da vida, revela-se oportuno alargar-se o olhar sobre as políticas públicas, no sentido de ampliar o seu alcance para com a preservação dos complexos (des)caminhos da vida em sociedade.

Nesse sentido, a **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial** (2003, p. 373), definiu como patrimônio imaterial o conjunto de práticas, representações, expressões conhecimentos e técnicas constantemente recriadas pelas comunidades e grupos “em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade”.

Sabe-se bem que a cultura não estabelece, nem reconhece limites físicos, geopolíticos, não existindo, sobretudo, fronteiras entre a fluidez da transmissão e

execução de ofícios, modos de saber-fazer, cultivo e até venerações e modos de cultivar que também prosseguem sem sucumbir diante dos apelos da cultura globalizante, apesar de assimilar algumas referências.

A partir desta compreensão, entende-se que mesmo havendo entre essas localidades contíguas que formalizam a extensão do litoral norte maceioense uma espécie de “bloco de valores culturais” sedimentado em um meio físico que se manteve por muitas décadas e em vivências tradicionalmente culturalizadas, as novas interferências a serem trazidas pelo *boom* imobiliário que se implanta, seguramente introduzirão rupturas nesses dois meios, físico e cultural, tão identitários (FERRARE et al., 2017).

Percebe-se, inclusive, rupturas trazidas por uma das grandes obras de infraestrutura e terraplanagem executada, como a abertura da Av. Josefa de Mello no bairro de Cruz das Almas, que alterou, abruptamente, a topografia da parte altaneira do local e promoveu modificações na paisagem e tende a segregar pessoas do bairro e adjacências, tendendo assim a comprometer a continuidade de processos naturais de transmissão oral de tradições e manifestações culturais locais.

Quanto às interferências ao meio ambiente e à paisagem natural, bastante perceptíveis, evidencia-se que o crescente assédio do mercado imobiliário pode também vir a causar mais “desequilíbrios” com efeitos danosos entre os aspectos intangíveis do patrimônio cultural e da sua ressonância na espacialidade arquitetônica, urbanística e paisagística, drasticamente modificada. Balneários, clubes, *resorts* e mais recentemente condomínios residenciais – horizontais e verticalizados com até 20 andares – têm impulsionado a derrubada de coqueiros e arbustos frutíferos de espécies (mangueiras, cajueiros, jaqueiras, pitombeiras, frutas-pãozeiros etc.), para a construção de áreas de lazer que contam com piscinas, quadras, *playgrounds*, entre outros. Podendo ainda provocar o sombreamento das praias e a intensificação do adensamento e congestionamento urbano.

Das melhorias empreendidas verificou-se que as ações concentram-se nas novas áreas ocupadas em Cruz das Almas e contemplam a conexão com bairros adjacentes, através da abertura de eixos estruturantes, como a urbanização da orla litorânea e da AL101 Norte, expandindo o perímetro urbano para a região norte da capital. Entretanto, persistem nas áreas consolidadas problemas oriundos de demandas antigas, que se referem a necessidades básicas como saneamento e

equipamentos públicos (postos de saúde, creches, praças etc.). Dissonantes também são as medidas tomadas para com os assentamentos subnormais presentes nas redondezas da nova centralidade que se tornou Cruz das Almas. Após a remoção do antigo “lixão” que passou a macular a prosperidade da região, antes “isolada e distante” (CAVALCANTE, 2005), as muitas famílias que dependiam da atividade como catadores, permanecem entregues a toda sorte de dificuldades. Correndo ainda o risco de serem expulsas, em virtude da rápida valorização da área e, especialmente, das amenidades naturais e geográficas favorecidas pela implantação no platô, com perspectiva privilegiada do mar.

A mudança de perfil da população se faz assim imperiosa, e nos faz refletir sobre as condições de acolhimento que poderão ofertar às práticas tradicionais que carecem da renovação que no passado se dava, em transmissão de pai para filho ou ainda, conforme lembra Lindoso (2005, p. 64), pelas contradições inerentes à cultura, pois “não existe cultura separada da sociedade”.

Logo, a *práxis* da política de preservação voltada a essa área, depara-se com a complexa relação entre a sustentabilidade das condições ambientais e sociais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais que se dá a partir da proteção da materialidade. Esta, por sua vez, consolida-se na paisagem urbana e que se relacionam com o cotidiano da população detentora dos saberes e fazeres. Visando contemplar a preservação dessa rica relação de bens culturais de naturezas distintas, marcadamente acentuadas pela relação entre homem e natureza, personagens e lugares, em consonância com a UNESCO¹²⁹, foi criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a chancela da Paisagem Cultural. Lançado em 2009¹³⁰, representa uma tentativa de agregar o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, em prol da ampla preservação de uma “[...] porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio ambiente natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 13). De atuação recente, o IPHAN

¹²⁹ A UNESCO adotou a categoria “paisagem cultural”, em 1992. Mesmo ano que se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, valorizando a integração entre bens naturais e culturais.

¹³⁰ A chancela da Paisagem Natural é regulamentada pela portaria do Iphan nº 127, de 30 de abril de 2009.

ainda não concedeu a chancela a nenhum dos bens culturais em estudo pela instituição¹³¹, de forma que ainda não se sabe, se os efeitos da chancela poderão atender à integração esperada, entre as legislações em vigor.

Nesse sentido, pretende-se nesta tese, explorar o novo instrumento, com vistas à complementação desejada, integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados pela **Constituição**, dirimindo a aparente dicotomia entre as ações de tombamento e registro, podendo ser, portanto, uma alternativa para a preservação do litoral norte de Maceió.

Enfatiza-se, dessa forma, a necessidade de políticas públicas continuadas que promovam a participação popular através de processos participativos como audiências e oficinas, incentivando a troca de experiências e o esclarecimento de questões relacionadas às legislações em vigor que atuam sobre a área em estudo.

Vale destacar que o território é formado pelas relações sociais de produção que se estabelecem no cotidiano das comunidades que, com base nos recursos ali disponíveis produzem e reproduzem seu lugar no mundo; onde, invariavelmente, criam-se “sistemas e subsistemas culturais [...] resguardados por um contínuo de tradição” (LINDOSO, 2005, p. 22).

Por fim, faz-se importante o reconhecimento, por parte da política de preservação do patrimônio cultural, do valor patrimonial dos ambientes constituídos de natureza e de conjuntos de construções por serem entendidos como lugares onde se desenvolvem vigorosos processos culturais. Reconhecendo assim, na materialidade o suporte para a construção de identidades e memórias coletivas, sendo imprescindível a manutenção dos seus criadores, guardiães e usuários. Alerta-se, dessa forma, para uma urgente discussão, com relação a uma efetiva revisão de conceitos e instrumentos legais voltados à proteção do patrimônio cultural no litoral norte de Maceió, em sua dupla instância material e imaterial, com vistas a potencializar sua preservação de modo a conter as investidas imobiliárias ao meio ambiente e à paisagem natural que de *per se* ameaçam também o “equilíbrio” latente nas vivências

¹³¹ Entre os bens culturais em estudo pelo IPHAN para concessão da chancela como Paisagem Cultural estão: o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS); o Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM); as Ilhas Atlânticas: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN); o Parque Nacional Serra da Capivara (PI); o Parque Nacional do Iguaçu (PR); Reservas da Mata Atlântica (PR/SP); as Reservas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO) (Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em: 04 fev. 2019).

e práticas culturais consolidadas entre gerações que povoaram/povoam este trecho da costa de Maceió, desde tempos primordiais de sua ocupação.

Discussões semelhantes vêm ocorrendo em diversos segmentos no âmbito da preservação e têm pautado reflexões desde a Convenção da UNESCO para o patrimônio mundial assinada em 1972¹³², quando o conceito de paisagem cultural passou a ser adotado internacionalmente como fundamental aos enfrentamentos suscitados pelo mundo moderno. Nos anos 1990, o tema ganhou destaque quando a UNESCO instituiu a paisagem cultural como categoria a ser inscrita na lista do patrimônio mundial, dissolvendo a dualidade até então estabelecida pelos critérios que determinavam e diferenciavam os bens naturais dos culturais. Em 1995, o Conselho da Europa (COE), através da Recomendação nº R (95) 9, indica a “[...] conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas” [...] (IPHAN, 1995).

No Brasil, a preocupação com questões relacionadas aos “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937) remonta à criação do IPHAN, em 1937, com a institucionalização do Decreto nº 25, onde consta um Livro de Tombo específico voltado para os bens de interesse Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico¹³³. Destituído, à época, da noção de paisagem cultural, as ações Institucionais demonstraram pouca clareza quanto ao valor atribuído à paisagem, indicando um “campo fértil” a investigar (RIBEIRO, 2007, p. 10). E assim, ao longo de mais de 80 anos, como os demais bens culturais, o seu entendimento também sofreu transformações, exigindo, atualização quanto à prática de preservação.

¹³² Vale ressaltar que embora o documento tenha sido assinado em 1972, a UNESCO, desde a sua criação em 1946, já demonstrava preocupação quanto à capacidade do governo em conservar o patrimônio frente à expansão industrial e dos processos decorrentes dessa modernização que se deu a partir da década de 1970. Outros documentos internacionais também demonstraram a preocupação com os processos desenvolvimentistas que ameaçavam a conservação de bens culturais pela execução de obras públicas ou privadas, bem como de sítios de interesse histórico e artístico, como a Recomendação de Paris, (1962), as Normas de Quito (1967) e a Recomendação de Paris (1968) (PEREIRA, 2018).

¹³³ Compreendendo “[...] as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular [...] Monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937).

Atendendo a essa demanda, em 2009, o IPHAN adotou a chancela da Paisagem Cultural, como uma “[...] possibilidade de contornar os limites das dualidades entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial praticadas pelas instituições de patrimônio, tanto no contexto internacional, quanto no nacional” (PEREIRA, 2018, p.18). Além da proposta integradora, a medida contemplou ainda a ampliação de instrumentos jurídicos, ambiental e urbanístico; e a intenção de uma gestão compartilhada do território pactuado, entre a esfera pública e privada.

Desde então, a reflexão foi intensificada em virtude da sua operacionalização entre os meios legais. Para tanto, vale destacar que ao conceito de paisagem cultural se atribui múltiplas interpretações, dado o interesse de diferentes disciplinas: geografia, arquitetura, ecologia, arqueologia. Não obstante, há um consenso, resumido por Ribeiro (2007, p. 14) como “[...] testemunho do trabalho do homem, de sua relação com a natureza, como um retrato da ação humana sobre o espaço ou ainda como panorama e cenário”.

Nesse sentido, quanto à investigação aqui exposta, adotou-se a definição da Portaria do IPHAN nº 127/2009, art. 1º, que compartilha do mesmo senso comum: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”

Vale destacar, ainda segundo Ribeiro (2007, apud MIKESSELL, 1972, p. 09), que desde o final do século XIX, “a identificação, descrição e interpretação de paisagens tem sido um dos maiores empreendimentos da geografia ao longo de sua história”. De modo que na geografia o entendimento da paisagem cultural confunde-se hoje, com o próprio conceito de paisagem.

Segundo o pensamento geográfico duas dimensões de análise devem ser consideradas: a morfológica e do seu conteúdo simbólico. À primeira pressupõe-se a compreensão de diferentes temporalidades, a natureza, e seus processos fisiográficos e biológicos¹³⁴, e da história humana, como define Santos (2012, p. 259), com as rugosidades do tempo, marcas impressas no espaço que se alteram continuamente como resultado de “processos históricos”. Tal como sintetiza Pereira (2018, p. 19):

¹³⁴ Definidores, segundo Pereira (2018) do relevo, clima, curso dos rios e cobertura vegetal.

“[...] a paisagem traz as marcas das diferentes temporalidades dessa relação sociedade-natureza, sendo o resultado de uma construção que é social e histórica e que se dá sobre um suporte material que possui sua própria temporalidade, a natureza.”

Quanto ao simbolismo, este deriva do movimento humanista, uma corrente da geografia que ganhou destaque no final da década de 1960 com a valorização da subjetividade e que viria a se transformar na principal característica da pesquisa geográfica na década de 1980¹³⁵, cuja investigação aborda a paisagem para além do visível, dos

[...] remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. Essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo em sua volta (RIBEIRO, 2007, p. 24).

O ambiente profícuo oportunizou o aparecimento de novos autores como Yi-fu Tuan, que aproveitando a discussão sobre paisagem e variações diferentes de abordagem, propôs examinar o “elo afetivo entre o lugar ou meio ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5), denominado pelo autor como *Topofilia*. Embora se distancie do conceito de paisagem, o autor aprofunda-se na noção de lugar, como espaço de apropriação e pertencimento que decorre de vivência e experiência ativa, com a criação de sentimentos, pensamentos e atribuições de valor. Tal como se pode observar na região em estudo, uma vez que se encontram permeados de “lugares”, ou seja, espaços onde se realizam práticas culturais que se caracterizam pelas relações sociais e simbólicas, saberes e fazeres, experiências e visões de mundo diferenciados. Evocam memórias afetivas, testemunhos de “expressões de vida e dos saberes comunitários” (SILVA, 2015, p. 37).

Sabe-se contudo, que essa apropriação não se dá de forma homogênea nesse território, uma vez que as novas apropriações têm alterado essa paisagem que confere identidade à localidade, não apenas pela sua morfologia, mas à singularidade das formas tradicionais de criar, fazer e viver ali associadas.

¹³⁵ Essa nova perspectiva de investigação ficou conhecida por “Nova Geografia Cultural”, em oposição à “Geografia Tradicional Cultural”, desenvolvida por Carl Sauer, que vê a geografia como uma ciência da paisagem (RIBEIRO, 2007).

Nessa perspectiva, como propor medidas protecionistas que minimizem o impacto físico, social e cultural dos bairros do litoral norte de Maceió acelerados pela avalanche da atual ocupação populacional (exógena à comunidade dos bairros contíguos) e pelo frenesi turístico que gera um processo um tanto caótico e ruptor em vários aspectos da dinâmica local daquela área litorânea até pouco tempo considerada “litoral mais nativo e paradisíaco” da cidade?

A valorização da paisagem surge assim como uma estratégia à preservação, sobretudo quando os contextos culturais se apresentam em sistemas complexos, frágeis e de pouca ou nenhuma visibilidade, e muitas vezes ofuscados pelas dinâmicas sociais.

Certos de que “[...] os produtos das relações entre determinada natureza e os grupos sociais nela inscritos se constituem como espaços residuais de interesse como patrimônio” [...], a chancela da paisagem cultural se apresenta como possibilidade de preservação à “homogeneização do modo de vida urbano” (PEREIRA, 2018, p. 25). Problemática essa que vem avançando sobre as regiões periféricas e perpassa as questões latentes dos processos culturais ali desenvolvidos e cujas legislações em vigor – tombamento e registro – objetivam conservar, mas que não vêm se mostrando eficientes, dado o universo circunscrito que esses instrumentos imprimem aos bens, limitando-os em suas individualidades.

A tentativa em inserir a paisagem como elemento integrador no âmbito do patrimônio não é uma novidade. Várias cartas e recomendações internacionais - Carta de Atenas (1933), Convenção de Washington (1940), na Recomendação de Paris (1962), na Carta de Veneza (1964), na Recomendação de Nairóbi (1976), na Carta de Torremolinos (1983) e na Carta de Washington (1986) - já abordaram essa temática, mas sempre associando a paisagem ao caráter natural e estético. Contudo, segundo Pereira (2018), o que diferencia a chancela da paisagem das tentativas integradoras anteriores é a adoção da cultura como um bem que coexiste em suas inter-relações. Especialmente na interação entre sujeito e objeto, vínculo estudado pelo geógrafo francês Augustin Berque, mas pouco explorada pela academia (1994, apud RIBEIRO, 2007, p. 30). A intersubjetividade proposta pelo referido autor encontrou ressonância na nova geografia cultural, com a inserção dos aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem. Importante elo de ligação entre a identificação e valorização do patrimônio, a organização do espaço e as manifestações físicas da paisagem.

No contexto internacional a evolução do conceito surgiu com a reflexão dos critérios que nortearam as primeiras inscrições dos bens como patrimônio mundial pela UNESCO¹³⁶, bem como com a criação da Convenção Europeia da Paisagem, que se preocupou também em implementar subsídios que garantissem a gestão do território. Embora, as iniciativas tenham buscado dirimir a visão segmentada até então implantada entre as duas vertentes, a que defendia a preservação dos sítios culturais e a que se preocupava com a conservação da natureza, a atuação se fez através de perspectivas diferenciadas, ambas buscando uma postura atualizada, coerente com as discussões já empreendidas no sentido de associar sítio histórico e ambiência, homem e meio ambiente, cultural e natural. Com efeito, após a revisão de alguns indicativos de avaliação para inclusão dos bens, a paisagem cultural passou a fazer parte da Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1992¹³⁷.

Em seu documento final, as paisagens são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Elas deveriam ser selecionadas pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos dessa região (RIBEIRO, 2007, p. 41).

Em 2002 foi feito um estudo que analisou os dez primeiros anos de atuação do Comitê¹³⁸. O resultado da pesquisa de Peter Fowler, de acordo ainda com Ribeiro (2007), revelou que o conceito de paisagem colaborou sobremaneira, para os bens indicados como patrimônio mundial, oportunizando, inclusive, “[...] o reconhecimento de estruturas ligadas a sociedades tradicionais, historicamente marginalizadas na atribuição de valor como patrimônio mundial. [...] abarca também idéias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar” (FOWLER, 2003, apud

¹³⁶ Os primeiros bens começaram a ser inscritos em 1978. Para conduzir a implementação e gestão da Lista de bens inscritos, foi criada a *Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural*, em 1972, e em 1976, o Comitê do Patrimônio Mundial. Foi ainda criado o Fundo do Patrimônio Mundial e as *Orientações para guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial* (RIBEIRO, 2007).

¹³⁷ A definição foi consolidada durante a 16ª Sessão do Comitê, em 1992, realizada em Santa Fé, Estados Unidos. Foram também criadas três categorias diferentes de paisagem para serem inscritas como patrimônio: paisagens claramente definidas, paisagem evoluída organicamente (paisagem relíquia ou fóssil, paisagem contínua), paisagem cultural associativa

¹³⁸ A referida pesquisa foi realizada para comemorar o 30º aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, na Itália.

RIBEIRO, 2007, p. 48). O resultado da pesquisa indicou a predominância de paisagens rurais localizadas na Europa. Dos trinta bens analisados, dez possuíam atributos naturais relevantes e eram reconhecidos como parques nacionais.

Contudo, embora mudanças significativas tenham sido sentidas, a dicotomia entre cultural e natural continua a ser um desafio, de modo que em 2005 as *Orientações para guiar a implementação da Convenção do Patrimônio* passaram por uma revisão. Assim, os critérios diferenciados para cada uma das categorias (seis para o cultural e quatro critérios para o natural) foram unidos, o que não impediu, segundo Ribeiro (2007), de continuarem a ser citados distintamente pelo Comitê em publicações posteriores. O autor destaca ainda que a Unesco “[...] identifica na paisagem a inscrição das relações do homem com a natureza e estabelece como objeto para reconhecimento e proteção aquelas paisagens culturais detentoras de valores excepcionais [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 49). Atitude estranha, pois tal discurso já se mostrava superado à época, após a ênfase das ciências sociais para com a diversidade e os valores intrínsecos às práticas cotidianas de diferentes grupos sociais.

A Convenção Europeia da Paisagem assinada em 2000, também dedicou esforços no sentido de ampliar o olhar sobre as atuações distintivas do conceito, para além da visão de paisagem cultural associada exclusivamente à interferência do homem e sim atrelada à noção de bem cultural. Evitando o antagonismo propõe o uso do termo “paisagem”, apenas. Estendendo-se às:

“[...] áreas naturais, urbanas e periurbanas, em terra, água ou mar. [...] não diz respeito apenas às paisagens memoráveis, mas também às paisagens ordinárias ou arruinadas. Independentemente de seu valor excepcional, todas as formas de paisagens são identificadas como cruciais para a qualidade do ambiente dos cidadãos e merecem ser consideradas nas políticas de paisagem (RIBEIRO, 2007, p. 53).

A sustentabilidade e as mudanças resultantes das ações naturais e dos seres humanos sobre o meio ambiente também foram alvo de preocupação no que concerne às políticas de ação. Assim sendo, o gerenciamento e planejamento são mecanismos importantes para a garantia do usufruto da paisagem às gerações atuais e futuras. Importante se faz destacar que o seu caráter transitório e as transformações graduais sofridas, são inerentes aos processos culturais. Acatá-las, portanto, faz parte da ação de auto permanência do bem, posto que não é inerte e por esse motivo, não devem ser submetidas a formas usuais de proteção, preservação ou conservação, com risco

de “cristalizá-lo”. Afinal, são processos que possuem dinâmicas específicas de transmissão, atualização e transformação, cuja garantia de continuidade se dá pela produção, apropriação e reprodução dos fenômenos culturais, adaptando-se às condições atuais, atualizando-se, assim, segundo o dinamismo das relações sociais e de seu contexto, considerando ainda o seu entorno e sua história.

Oportuno se faz salientar que as áreas em estudo encontram-se em um ritmo avassalador de alterações, com mudanças sociais rápidas e violentas, podendo ocorrer, inclusive, em choques culturais entre modos tradicionais e as novas maneiras de viver, inerentes às sociedades urbanizadas, com ritmos e valores diferenciados. Nessa perspectiva, Lago (1996) adverte que os modos de produção são de suma importância para a estruturação dos modos de vida tradicionais, bem como de sua identidade, passíveis portanto de comprometimento diante das transformações porque passam os bairros do litoral norte de Maceió. A autora tem a sua preocupação fundamentada no entendimento que a psicologia e antropologia atribuem à individualização do sujeito por intermédio da realidade externa, meio onde essa identidade se constrói cotidianamente (posto que não é intrínseco ao indivíduo) e que é permeado pelas dimensões sociais e socialmente simbólicas.

Da projeção do urbano sobre antigas áreas de povoamento, produtos das relações entre grupos sociais e natureza podem incorrer em risco de perda, a exemplo da fabricação de doces de caju em Ipióca, cujo feitiço foi consideravelmente diminuído em razão de fatores distintos, como visto anteriormente. Ainda latente no bairro, o ofício remete ao tempo dos engenhos quando era espontânea a convivência “[...] entre o cristal daquele açúcar, o sabor selvagem da fruta tropical” (FREYRE, 2007, p. 13) em torno do Rio Meirim. De forte apelo afetivo, é associado geralmente às mães e avós, que transmitiram o saber fazer, sendo ainda lembrado pelos anciãos que tiveram no ofício a fonte de renda para sustento familiar, como o relato de moradores e ex-moradores de Ipióca:

Doces já foram a fartura da Ipióca e muita gente já criou os filhos com eles. E todos das casas ajudavam. Minha avó mesmo, criou cinco filhos apanhando cajus e fazendo doces. E minha mãe falava que era sempre do mesmo jeito que era feito (ANA OMENA, 2015, apud FERRARE et al., 2015a, p. 57).

Menina! Como eu disse: abri os olhos e já vi minha mãe fazendo Doces. Criei os dentes vendo minha mãe e minhas vizinhas fazerem o doce (D. ANTONIA, 2012, apud FERRARE et al., 2015a, p. 61).

Figuras 171 e 172 - Salvador Marques e Manuel Almeida, fazedores de doce de caju de Ipióca, em seus ambientes de trabalho.



Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/gazeta-rural/videos/t/edicoes/v/aprenda-como-preparar-o-doce-de-caju-de-ipioca-patrimonio-imaterial-do-estado/3248748/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Fluido e dinâmico, característica inerente aos bens de natureza intangível, o processo de produção do doce de caju transcendeu à culinária e invadiu o jeito de falar em ditos e expressões populares, que contam sobre a sazonalidade da safra, do sabor travoso da sua flor e do seu fruto, no caso, a castanha¹³⁹ (FERRARE et al. 2015a, p. 57): Quando você vinha com os cajus eu já vinha (ou voltava) com as castanhas. Caju é que nasce de cabeça para baixo; [Isso ou aquilo] todo ano dá; é igual caju; Homem é igual caju, por mais doce que seja, tem um ranço.

Com efeito, é a noção de sistema que confere sentido às manifestações culturais da área em estudo. Plenos de historicidade e repletos de conteúdos simbólicos “invisíveis” ao meio urbano, compreendem um universo rico e frágil, na medida em que, desprovidos da materialidade, tal como se reconhece em outros bens. Logo, admite-se haver uma dificuldade em reconhecê-los como bens passíveis de reconhecimento legal, visto que o suporte que os referencia como patrimônio, não estão expressos em produtos materiais, mas podem ser identificados em seu contexto espacial. Diante do exposto, questiona-se a efetividade dos instrumentos legais – tombamento e registro – para a preservação do patrimônio cultural?

Considerando que ao se tratar da paisagem, pode-se unir os valores naturais e culturais, seria possível atuar de forma convergente também com relação à proteção

¹³⁹ De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o fruto do cajueiro é constituído de duas partes: sendo que o fruto propriamente dito é a castanha e o corpo suculento (pseudofruto) de cor amarela, rosa ou vermelha é o pedúnculo floral (Disponível em: <https://www.spo.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 21 fev. 2019).

dos valores patrimoniais vinculados a expressões e práticas culturais diversas que envolvem o cotidiano, cujo substrato imaterial “ancora” a materialidade presente nos espaços sociais?

Na opinião de Chuva (2012, p.163):

A noção de referência cultural, formulada nos anos 70, foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio cultural. Sem perdê-la de vista, outras noções, como a de paisagem cultural, têm se tornado importantes nesse processo. Originalmente lançada pela Unesco, a categoria de paisagem cultural talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, mas como um dos elos pertinentes para constituir um patrimônio cultural integral.

Para Márcia Sant’Anna (2011, p 197): “A interação do patrimônio material com o imaterial – interação que se concretiza de modo privilegiado no lugar e na paisagem – contribui para sedimentação de uma noção mais ampla e dinâmica de patrimônio cultural, enquanto síntese dessas dimensões”.

Contudo, alguns autores propõe reflexões ainda pouco exploradas sobre a criação de novos instrumentos de proteção. O pesquisador Adler Homero (2006), alerta para o valor atribuído pelos sujeitos produtores de sentidos dos bens, que é condicionado por fatores culturais dos diferentes grupos detentores, segundo as especificidades locais:

Todos os bens culturais o são porque são objeto de opiniões e de avaliações de indivíduos que os usam, os apreciam, aproveitam-se deles e assim por diante. São opiniões mutáveis - dependentes de uma série de fatores, as quais se refletem sobre os bens -, não são as coisas, os suportes materiais, que têm esses valores; eles são colocados (atribuídos) pelas pessoas aos objetos.

Embora considere a criação do Decreto nº 3.551/2000 um avanço, por elevar a discussão em um nível mais amplo, além de fomentar iniciativas voltadas ao patrimônio imaterial, como as leis de auxílio aos mestres do patrimônio vivo¹⁴⁰, não atende suficientemente às críticas apontadas às ações do IPHAN ao longo de sua trajetória. Conforme entendimento de Homero (2006, p. 110): “o decreto também não

¹⁴⁰ Em 2008, os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina e o Distrito Federal, possuíam leis similares ao Sistema Tesouros Humanos Vivos. Um dos primeiros programas criados pela UNESCO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, inspirado na experiência japonesa (DUARTE, 2014).

protege; o que ele faz é criar um mecanismo de documentação da atividade”, a qual consta no corpo dos processos de tombamento, como parte do “Dossiê” que compõe os dados para a justificativa à solicitação. Porém, o que se observa é que não havia um olhar diferenciado para as manifestações e práticas vinculadas ao bem material. Mesmo quando estas, constavam como importantes à fruição do bem¹⁴¹. Nessa perspectiva, Dourado (2011) aponta para a necessidade de novas interpretações para com os instrumentos existentes, assim como ponderava Aloísio Magalhães ao referir-se à evolução da cultura (apud CHUVA 2009, 159): “Na verdade, os elementos são sempre os mesmos; apenas a visão pode ser enriquecida por novas incidências de luz nas diversas faces do mesmo cristal”.

¹⁴¹ Segundo pesquisa realizada pela autora (DUARTE, 2014), em consulta às Atas de 28 reuniões realizadas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural-IPHAN, entre 2004 e 2012, apenas 4 dos 58 processos de tombamento em julgamento, faziam menção à imaterialidade do bem, com ressalvas à sua importância.

REFERÊNCIAS

ABRACE a Garça. **A garça que queremos**. Disponível em: <<http://abraceagarca.com>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

ADIT BRASIL. **Charrette 2018**. Disponível em: <<http://adit.com.br/charrette>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. **O samba de roda na gira do patrimônio**. 2010. 303f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)– Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Carina Santos de. Possibilidades ou limites da memória dos jovens: a história oral e a técnica metodológica Grupos Focais. **Revista MÉTIS: história e cultura**. Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 15, p. 103-120, 2009.

ALMEIDA, Luiz Sávio. **Os índios nas Falas e Relatórios provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999.

ANASTASSAKIS, Zoy. Por que Brasília? O CNRC como um equivalente cultural da capital-federal brasileira. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, Oswald. **Manifesto da Poesia Pau-Brasil**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1924.

ANDREATTA, *Margarida Davina*. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial. **Revista USP**, n. 41, p. 48-61, mar-mai/99.

ANTONIL. André João. **Cultura e opulência do Brazil por suas drogas e minas**, 1911. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.html#page/10/mode/1up>. Acesso em: 30 mar. 2018.

ANTUNES, Clovis. **Índios de Alagoas - Documentário**, 1984. Disponível em: <indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/.../INDIOS-DE-ALAGOAS.indiosNE.doc>. Acesso em: 13 fev. 2018.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papius, 1994.

BARBOSA, Ana Caroline Alves. **“O que dirá o mundo sobre a cidade”** – o olhar dos moradores sobre as mudanças no bairro de Cruz das Almas em Maceió-AL, 2016. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)– Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Cesmac.

BRANDÃO, Moreno. **Vade-Mecum do turista em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

BARRIO, Angel-B. Espina. **Manual de antropologia cultural**. Recife: Massangana, 2005.

BRANDÃO, Octavio. **Canais e Lagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., 2003.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., 2003.

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. In: Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (Org.). Brasília: IPHAN/Monumenta, 2006.

CAMARGO, Laura Alice Rinaldi; RUIZ DA SILVA, Marcos. Os clubes sociais e recreativos e o processo civilizatório brasileiro: uma relação de hábitos e costumes. **XI Simpósio Internacional Processo Civilizador**: “Civilizacion, Cultura e Instituciones”. Buenos Aires, Argentina, 2008.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CARVALHO, Edson. **O drama da descoberta do petróleo brasileiro**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.

CARVALHO, Rafaela C.; FERRARE, Josemary O. A patrimonialização da casa do forno de Riacho Doce, Maceió- AL. **VIII Mestres e Conselheiros Agentes Multiplicadores do Patrimônio**. Belo Horizonte, p. 22-24, jun. 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. **Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, n. 04, p. 7-10, 2005.

_____. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO. Antonio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do Açúcar e a política econômica dos Senhores.** 1976, 128f. Tese (Doutorado)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

CAVALCANTE, José Osvaldo. **Conhecendo Alagoas.** Maceió: JOC.COM, 2005.

CAVALCANTE, Morgana Maria Pitta Duarte. **Diálogos da forma na orla de Maceió: edifícios verticais 1980-2012.** Maceió: EDUFAL, 2015.

CAVALCANTI, Ranildo. Ipioca tem movimento pela sua emancipação. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, v. XIII, p. 209, 1973.

CAVALCANTI, V. R.; ARAUJO, L.; SILVA, T.R.P. Territorialização turística das pousadas da Rota Ecológica no litoral norte de Alagoas. 7º CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – PLURIS. **Anais...** Maceió: UFAL, 2016.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (Aprest.). **Doação e forais das capitânicas do Brasil 1534-1536.** Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais; Torre do Tombo, 1999.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** IPHAN: Brasília, nº 34, p. 147-165, 2012.

COM QUE ROUPA? **Semanario Ilustrado.** Alagoas, 1931, ed. 21, p. 4. Notas da Semana. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721158&pesq=praia&pasta=ano%20193>>. Acesso em: 9 set. 2018.

CORRÊA, Elyane Lins (Org.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio.** Salvador: EDUFBA, 2011.

COSTA, Arrisete C. L. O Duplo Especular. In: LIMA, Maria de Lourdes (Org.). **Uma cultura anfíbia na transversalidade de saberes: Alagoas e Rússia.** Maceió: EDUFAL, 2015.

COSTA. Craveiro. **Maceió.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

_____. **A Emancipação Política de Alagoas.** Arquivo Público de Alagoas, Maceió, 1969.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

DIAS. Érika Simone de Almeida Carlos. **“As pessoas mais distintas em qualidade e negócio”:** a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e

a Coroa no último quartel de Setecentos, 2014, 587 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2012.

_____. **O banguê nas alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2012.

DUARTE, Adriana Guimarães. **“Saberes e Fazeres” em casos de Tombamentos e Registros da *práxis* preservacionista nacional em Alagoas**: contribuição ou uma questão de interpretação? 2014. 216f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

DUARTE, Adriana G.; FERRARE, Josemary O. P. **Museu Théo Brandão prédio & projeto**: partes de uma História “restaurada”. Maceió: EDUFAL, 2017.

_____. Patrimônio Cultural ameaçado: reflexos da expansão urbana no litoral norte de Maceió, Alagoas, Brasil. **Simpósio Científico ICOMOS Brasil**, Belo Horizonte, 2018.

DUARTE et al. Política de preservação e referências culturais: a inserção da imaterialidade no contexto urbano do bairro de Cruz das Almas, Maceió/AL. **Simpósio Científico ICOMOS Brasil, Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2017.

_____. Patrimônio cultural ameaçado: reflexos da expansão urbana no bairro de Jacarecica, Maceió, Alagoas, Brasil. 5º Colóquio Ibero-americano paisagem cultural, patrimônio e projeto. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2018.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

ECOVIA Norte. **Petição Pública Ecovia Norte**: salve essa ideia. Disponível em: < https://www.facebook.com/movimentoecovianortemaceio/posts/344535689080519?__tn__=K-R>. Acesso em: 4 mai. 2019.

FERRARE, Josemary O. P. **A cidade de Marechal Deodoro**: do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”. Maceió: EDUFAL, 2014.

_____. A preservação do patrimônio histórico: um re-pensar, a partir da experiência da cidade de Marechal Deodoro. 1996. 210f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

FERRARE, Josemary O. P. et al. **Relatório Parcial 3 do INRC-AL** (Mapeamento Cultural do Sítio 3- Maceió urbana e metropolitana). Maceió: Iphan, 2015.

FERRARE, Josemary O. P. et al. **Complementação do Relatório Parcial 3 do INRC-AL** (Mapeamento Cultural do Sítio 3- Maceió urbana e metropolitana). Maceió: Iphan, 2015a.

FILIPE, Rafael Gonçalo Pimentel Gomes. Uma leitura sociológica da Carta de Pêro Vaz de Caminha com base em conceitos de Erving Goffmann. **Interfaces da Lusofonia**. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, Braga / Portugal, 2014.

FONSECA, Débora de Barros Cavalcanti; ARAUJO, Lindemberg Medeiros de; DUARTE, Adriana Guimarães. Oportunidades para o turismo criativo em Alagoas, Brasil: o caso da renda 'Singeleza' em Paripueira. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 8, n. 2, p. 270-287, dez. 2018.

FONSECA, João Severino da. Origem de alguns nomes patronímicos da Província das Alagoas (...). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, v. I, n. 8, jun. 1876.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; MINC – Iphan, 2005.

_____. Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial. In: LONDRES, Cecília et al. **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte; Iphan; CNFCP, 2006.

FONSECA, Maria de Lourdes. Padrões sociais e o uso do espaço público. **Caderno CHR**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 377-394, Set/Dez 2005. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=60>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Para além do guia dos navegantes**: o Farol de Maceió (1827-1951). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

FRAGA, Ronaldo. **Para ser criativo, tenha um olhar difuso**. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/para-ser-criativo-tenha-um-olhar-difuso-diz-ronaldo-fraga.html>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005.

GUTENBERG. Alagoas, 12 fev. 1911, ed. 31. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&PagFis=11540&Pesq=cruz%20das%20almas>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

_____. Alagoas, 26 abr. 1908, ed. 92. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809250&PagFis=11540&Pesq=cruz%20das%20almas%3E.>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

GOMES, Geraldo. Arquitetura do Açúcar. In: BICCA, Briane Elizabeth Panitz; Paulo Renato Silveira (Org.). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.

_____. A Arquitetura dos Engenhos. In: PIRES, Fernando Tasso Fragoso. **Antigos engenhos de açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

IAM. **Maceió Duzentos Anos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2015.

IDÉIA da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, povoações (...). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, v. XII, p. 209-228, 1876.

IHGAL. **Memória das Alagoas**: Coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Fernando Antônio Gomes de Andrade (Org.). Maceió: IHGAL, 2009.

IPHAN. **Manual de aplicação do INRC**. Brasília, Iphan/DID, 2000.

_____. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, 2. ed., 2010. p. 120.

_____. **Museu do mar**: São Francisco do Sul - SC. Brasília: IPHAN / MONUMENTA, 2008.

_____. **Paisagem Cultural**. Brasília: IPHAN/DEPAM, 2009.

IVO, Lêdo. **Poesia Completa 1940-2004**. São Paulo: Topbooks, 2004.

_____. **Ninho de cobras**. Maceió: Edições Catavento, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: Secretaria de Planejamento – FIPLAN, 1997, 160p.

_____. **Maceió a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: EDUFAL, 1990.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do R. M. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Maceió de outrora**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976. v. 1.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província: estudo da cultura alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2005.

_____. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Catavento, 2000.

_____. O Encontro das Águas: *Calunga* contribuição a uma sociologia do palustre e a uma etnologia do anfíbio na cultura dos Canais e Lagoas dos alagados alagoanos. In: LIMA, Maria de Lourdes (Org.). **Uma cultura anfíbia na transversalidade de saberes: Alagoas e Rússia**. Maceió: EDUFAL, 2015.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Manual de Aplicação do INRC**. Brasília, IPHAN/DID, 2000, pp.11-21.

LOPES, Bárbara Laurindo Santos. **As novas tipologias de edifícios residenciais verticais do litoral norte de Maceió: o caso dos condomínios clubes**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

LOULANSKI, Tolina. Revisão do Conceito de Patrimônio Cultural: o argumento para uma abordagem funcional. **International Journal of Cultural Property**, 13, p. 207-233, 2006. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=65391>>. Acesso em: 2 maio 2012.

MACEIÓ. **Código de Edificações e Urbanismo da Cidade de Maceió**. Maceió: Prefeitura Municipal de Maceió, 2007.

_____. Plano Diretor Maceió-Alagoas. Maceió: Prefeitura Municipal de Maceió, 2006. Disponível em: <http://www.sempla.maceio.al.gov.br/sempla/dpu/PLANO%20DIRETOR_MAPAS%20A3/PLANO%20DIRETOR%202006_AT3.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2018.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Tomé de Sousa e a Instituição do Governo Geral (1549). Documentos. **Mare Liberum**, Portugal – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

MARQUES, R.C.C.; OLIVEIRA, L. N. G. Espaços públicos e as relações socioespaciais: diretrizes urbanísticas para o litoral norte de Maceió – Guaxuma, GarçaTorta e Riacho Doce. 7º CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – PLURIS. **Anais...** Maceió: UFAL, 2016.

MEDEIROS, Marina Milito; SANTOS, Maurilio. Movimento “Abraça A Garça” (Maceió-AL): possibilidades de ações da sociedade civil organizada na luta pela democratização da cidade. 7º CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – PLURIS. **Anais...** Maceió: UFAL, 2016.

MELLO, Arnon de. **Alagoas, Petróleo e Petrobrás**. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1969.

MELLO, José Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1997.

MENDONÇA; SOARES. **Almanak da Província das Alagoas para o ano de 1874**: ano terceiro (2º depois do bissexto). Maceió: Typ. Social de Amintas & Soares. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/40731>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MENDONÇA; SOARES. **Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1877**: sexto ano. Maceió: Typ. Social de Amintas & Soares. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706035/per706035_1877_00001.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MENEZES, José Luiz; BORBA, Fernando. **Levantamento Preliminar dos Monumentos Históricos e Artísticos de Alagoas**. Maceió: Secretaria de Educação, 1970.

MILAN, Pollianna. Cura por meio do banho de mar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cura-por-meio-do-banho-de-mar-7hy0xeykh3hnptj85ab31v77y>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MIRCEA, Eliade. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

NÓBREGA, Manuel da. **Diálogo sobre a conversão do gentio**. Lisboa, 1954.

NOGUEIRA, Antonio G. R. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

NOGUEIRA, Maria Dina; MENDONÇA, Elizabete de Castro. Feiras e comidas: espaço e tempo em movimento. In: **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Cecília Londres et al. (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFC, 2006.

NORMANDE, Taís Bentes. **História de uma permanência**: a Jatiúca velha pobres e ricos na orla marítima de Maceió. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2000.

O CONVITE. **Mensario Ilustrado**, Alagoas, 1938, ed. 3, p.16. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356905&PagFis=100&Pesq=praiahttp://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=356905&PagFis=100&Pesq=praia>>. Acesso em: 9 set. 2018.

O ORBE, Alagoas, 25 mai. 1883, edição 59. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=260959>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

PATETA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, A. (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

PEDROSA, J. F. Maya. **Histórias de Jaraguá**. Maceió: Talento, 1998.

PEIXOTO, Arthur Vieira. **Floriano**: memórias e documentos. Biografia do Marechal Floriano Peixoto. Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939. v. 1.

PEREIRA, Mariana Alice Barbosa. **Ecletismo e Hotéis em Maceió, alguma relação?** Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2011.

PEREIRA, Mariana; FERRARE, Josemary. “Casas para viajantes” em fins do século XIX, início do XX em Maceió: os “hotéis ecléticos” no centro da cidade. XXIV CONGRESSO PANAMERICANO DE ARQUITETOS. **Anais...** Maceió, Alagoas, Brasil, 27 a 30 de novembro de 2012.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. **Antigos engenhos de açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

RAMOS, S. P.; ARAUJO, L. M. de; VASCONCELOS, D. A. L de. Evolução histórica do destino turístico Maceió-Alagoas-Brasil: de antecedentes à atual situação. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 6, n. 1, p.139-164, jan./jun. 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: IBGE, 1929. Tomo XXXIV (1º Semestre). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=181897>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. **Sentidos da Pesca e a Pesca dos Sentidos**: um estudo psicossocial para a compreensão do sumiço dos peixes da pesca de curral em Ipióca – Maceió-AL. Maceió: EDUFAL, 2011.

RIGOL, Sergi Martinez i. A gentrification: conceito e método. In: CARLOS, A. f. A., CARRERAS, C. (Org.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2015.

ROCHA, Yuri Tavares. Distribuição Geográfica e Época de Florescimento do Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata* LAM. – Leguminosae). **Revista do Departamento de Geografia**, n. 20, p. 23-36, 2010.

ROCHA, Yuri T.; PRESOTTO, Andrea; CAVALHEIRO, Felisberto. The representation of *Caesalpinia echinata*(Brazilwood) in Sixteenth-and-Seventeenth-

Century Maps. Anais da Academia Brasileira de Ciências. v.79, n. 4, Rio de Janeiro, Dec. 2007.

RIGOL, Sergi Martinez i. A gentrification: conceito e método. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto, p. 99-121, 2015

SAFATLE, Amália. Cultura de consumo: o grande nó da sustentabilidade na cadeia da moda. **Revista Página 22**. Nov. 2017. São Paulo: FGV EAESP Centro de Estudos em Sustentabilidade.

SANT'ANNA, Márcia. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003. p. 13-21.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Efemérides Alagoanas**. Maceió: Instituto Arnon de Melo, 1993.

SANTORO, Vita; FERRARE, Josemary. Sentidos da pesca. **Archiviodietnografia**. Revista del Dipartimento delle Culture Europee e del Mediterraneo: Architettura, Ambiente, Patrimoni Culturali (DiCEM). Università degli Studi della Basilicata. N.s, anno X, n. 12, 2015.

SANTOS, C. G. et al. Expansão urbana do bairro de Cruz das Almas, Maceió/AL: uma mudança do espaço urbano e do estilo de vida de seus moradores. 7º CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – PLURIS. **Anais...** Maceió: UFAL, 2016.

SANTOS, Magnolia Rejane Andrade. Riacho do Ferro é mais poluído que o Salgadinho e o Emisário Submarino. **Agência de Notícias Cienci@alagoas**, 2012. Disponível em: <<http://culturadigital.br/cinciaalagoas/2012/06/14/riacho-do-ferro-supera-e-mais-poluido-que-o-salgadinho-e-o-esgoto-do-emissario-submarino/>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SESC. **Tesouros Bordados**. Maceió: SESC/AL, 2015.

SERPA, Angelo. Lugar e Centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Maria Angélica. **Garça Torta & Riacho doce**: franja de litoral entre dois riachos. Solicitação de tombamento de trecho dos bairros de Garça Torta e Riacho Doce. Maceió, 2015.

SILVA, Maria Angélica da; MENEZES, Catarina Agudo. Os Engenhos Alagoanos e as Telas de Frans Post: Investigações Iconográficas. **Anais do 2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares de Memória**. São Carlos, SP, 2010. Disponível em: <www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/03506.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SILVA, Maria Angélica da; MENEZES, Catarina Agudo; MUNIZ, Bianca Machado. **Os engenhos de açúcar e a construção do patrimônio cultural alagoano**. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquia_t5_engenhos_acucar.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SILVA, Gian Carlo de Melo; LIMA, Wilma Maria Nóbrega (Org.). **Olhares de Maceió por Luiz Lavenère**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

SILVA, Leonardo Fireman de Castro. **O desejo pela habitação intramuros e a influência da publicidade na transformação do conceito de morar em Alagoas**. 2018. 342f. Tese (Doutorado em Dinâmica do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SOUZA, Bernardino José de. **O pau-brasil na história nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TELLES, Augusto C. da Silva. Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definição das fronteiras. In: BICCA, Briane Elizabeth Panitz; Paulo Renato Silveira (Org.). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Tombaram o decreto-lei n.º 25/37? Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5., 2009. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <www.cult.ufba.br/enecult2008/14298-03.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2010.

TICIANELI, Edberto. **Estrada do Norte**, a grande obra do Governador Fernandes Lima. 31 out. 2018. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/estrada-do-norte-a-grande-obra-do-governador-fernandes-lima.html>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Cruz das Almas dos coqueiros cruzados**. 3 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/cruz-das-almas-dos-coqueiros-cruzados.html>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. **Fênix Alagoana, o mais antigo clube em atividade no Estado**. 12 out. 2017. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/fenix-alagoana-o-mais-antigo-clube-em-atividade-no-estado.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

_____. **Os ingleses e o Jaraguá Tênis Clube**. 4 out. 2015. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/os-ingleses-e-o-jaragua-tenis-clube.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VERAS FILHO, Luís. **História do turismo em Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1991.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. In: LONDRES, Cecília et al. **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte; Iphan; CNFCP, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. Funções culturais da metrópole: metodologia sobre a requalificação urbana do Centro de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto, p. 81-97, 2015.

APÊNDICE A – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS MUDANÇAS IDENTIFICADAS NOS BENS INVENTARIADOS

CRUZ DAS ALMAS						
EIXO TEMÁTICO		OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	EDIFÍCIOS/ LUGARES RELACIONADOS	CELEBRAÇÕES RELACIONADAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	MUDANÇAS OCORRIDAS
MAR (água salgada)	1	PESCA	PESCA DE ARREMESSO ASSOCIAÇÃO DE PESCA DE ALAGOAS (CLUPEAL)	PROCISSÃO SAGRADO CORÇÃO DE JESUS		MUDANÇA DE LOCAL, ATIVIDADE INICIADA NO ANO DE 1995, NO BAIRRO DO PONTAL DA BARRA.
	RECURSOS VEGETAIS	1	COQUEIRO			COCO DE RODA
MATRIZ AFRICANA	1		TERREIRO DA MÃE MARLUCE		NÊGA DA COSTA (FEMININA) BAIANA PASTORIL	A MUDANÇA DE LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA APÓS AS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES DE BRITO ALTEROU A DINÂMICAS DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS QUE LÁ OCORRIAM. HOUVE TAMBÉM MUDANÇA NA VIA QUE ANTERIORMENTE PASSAVA PELA FRENTE DO MONUMENTO A GANGA ZUMBA, HOJE OS VEÍCULOS TRANSITAM POR TRÁS DA PRAÇA, QUE FOI INCORPORADA AO CALÇADÃO DA PRAIA.
			PRAÇA GANGA ZUMBA	FESTA DAS FLORES		
			PRAÇA TENENTE MADALENA			

JACARECICA						
EIXO TEMÁTICO		OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	EDIFÍCIOS/ LUGARES RELACIONADOS	CELEBRAÇÕES RELACIONADAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	MUDANÇAS OCORRIDAS
MAR (água salgada)	1	PESCA	PESCA DE VARA	PROCISÃO SAGRADA FAMÍLIA DE NAZARÉ		QUANDO A IGREJA DE IPIOCA DEIXOU DE SER PARÓQUIA (FICOU FECHADA DE 2014 A 2016, DEVIDO O SEU ESTADO DE DEGRADAÇÃO), A SAGRADA FAMÍLIA ASSUMIU A FUNÇÃO DE COORDENAR AS IGREJAS E CAPELAS DAS COMUNIDADES À ELA VINCULADAS. COM O AUMENTO DA DEMANDA, O PADRE PRECISOU ALTERAR ALGUMAS DATAS DAS FESTAS COMEMORATIVAS DOS SANTOS PARA ACOMPANHAR À TODAS AS MISSAS E PROCISÕES.
			PESCA DE REDE			
RIO (água doce e salobra)	2	PESCA	PESCA DE REDE	IGREJA NOSSA SENHORA AUXILIADORA		
				IGREJA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO		
			CAPELA NOSSA SENHORA SANTANA			
			IGREJA SÃO PEDRO			
			CAPELA NOSSA SENHORA PERPÉTUO SOCORRO			
			IGREJA SANTO ANTÔNIO			
			IGREJA NOSSA SENHORA DO Ó			

RECURSOS VEGETAIS	1	COQUEIRO				COCO DE RODA	
MATRIZ RELIGIOSA	1	AFRICANA				CAPOEIRA	

GUAXUMA							
EIXO TEMÁTICO		OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	EDIFÍCIOS/ LUGARES RELACIONADOS	CELEBRAÇÕES RELACIONADAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	MUDANÇAS OCORRIDAS	
MAR (água salgada)	1	PESCA	PESCA DE ANZOL				<ul style="list-style-type: none"> - DIMINUIÇÃO DA FARTURA E VARIEDADE DE PEIXES; - MUDANÇA DO MATERIAL DAS JANGADAS, ANTES CONFECCIONADAS EM “MADEIRA DE PAU”, FORAM SUBSTITÍDAS POR OUTRO TIPO DE MADEIRA COM BASE EM ISOPOR, DEVIDO A PROIBIÇÃO DO CORTE DA MADEIRA. A VELA EM PANO FOI SUBSTITUÍDA POR MOTOR; - AUMENTO DA VIOLÊNCIA DURANTE AS FESTIVIDADES DE SÃO PEDRO; - MUDANÇA NO MATERIAL CONSTRUTIVO DA BALANÇA DE PEIXE. A ESTRUTURA EM MADEIRA COM TELHADO DE PALHA DE COQUEIRO FOI SUBSTITUÍDA POR ALVENARIA DE TIJOLOS COM TELHA EM FIBROCIMENTO.
			PESCA DE REDE DE EMALHE				
		MANDIOCA	CULINÁRIA BOLOS, PÉ DE MOLEQUE, TAPIOCA, BEIJU				

	COQUEIRO	PANEIRO E PENACHO	ARTESANATO				A CONFEÇÃO DE ARTESANATO UTILIZANDO PARTES DO COQUEIRO E ELEMENTOS DA NATUREZA ENCONTRADOS NA PRAIA REMONTA À DÉCADA DE 2010, ATRAVÉS DE OFICINAS NO SESC. PELA SUA VERSATILIDADE, NÃO APRESENTA MUDANÇAS.
	JENIAPAO		LICOR E DOCES				
TRABALHO COM AGULHA E LINHAS	1	RENDAS	FILÉ				
		BORDADOOS	BORDADO LIVRE	SESC GUAXUMA			O TRABALHO FOI INICIADO EM 2013 E ATENDE MULHERES DA REGIÃO NORTE DE MACEIÓ. INICIOU COMO AÇÃO VOLTADA À SAÚDE, IMPLANTADO PELO SESC E CHAMAVA-SE “NÓS DO BORDADO”. HOJE, O PROJETO VEM DESENVOLVENDO ATIVIDADES QUE ENVOLVEM MEMÓRIAS E HISTÓRIAS, QU ATRAVÉS DO BORDADOS REVELAM O IMAGINÁRIO SOBRE O MEIO NATURAL E PRÁTICAS CULTURAIS DOS RESPECTIVOS BAIRROS ONDE PROCEDEM. PASSOU A CHAMAR-SE “BORDAZUL”.
			CROCHÊ ENDURECIDO				

GARÇA TORTA						
EIXO TEMÁTICO		OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	EDIFÍCIOS/ LUGARES RELACIONADOS	CELEBRAÇÕES RELACIONADAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	MUDANÇAS OCORRIDAS
MAR (água salgada)	1	RECIFES COSTEIROS	EXTRAÇÃO DE PEDRAS PARA FABRICO DE CAL	FORNO DE CAL (MEMÓRIA)		OS FORNOS FORAM EXTINTOS POR OCASIÃO DA LEI Nº 3924/1961, QUE PROÍBE A DESTRUIÇÃO DE JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS OU PRÉ-HISTÓRICAS A EXEMPLO DOS SAMBAQUIS. CONTUDO, ALGUNS FORNOS AINDA CONTINUARAM ATIVOS ATÉ A DÉCADA DE 1980.
	2	PESCA	REDE CACEIA PESCA DE ANZOL PESCA DE REDE DE EMALHE PESCA DE ESPERA PESCA DE ARRASTO (TARRAFA) PESCA DE CURRAL	BALANÇA DE PEIXE IGREJA DE SÃO PEDRO PRAÇA DE SÃO PEDRO CASA DA ARTE	PROCISSÃO DE SÃO PEDRO	- DIMINUIÇÃO DA FARTURA E VARIEDADE DE PEIXES; - MUDANÇA DO MATERIAL DAS JANGADAS, ANTES CONFECCIONADAS EM “MADEIRA DE PAU”, FORAM SUBSTITÍDAS POR OUTRO TIPO DE MADEIRA COM BASE EM ISOPOR, DEVIDO A PROIBIÇÃO DO CORTE DA MADEIRA. A VELA EM PANO FOI SUBSTITUÍDA POR MOTOR; - AUMENTO DA VIOLÊNCIA DURANTE AS FESTIVIDADES DE SÃO PEDRO; - MUDANÇA NO MATERIAL CONSTRUTIVO DA BALANÇA DE PEIXE. A ESTRUTURA EM MADEIRA COM TELHADO DE PALHA DE COQUEIRO FOU SUBSTITUÍDA POR ALVENARIA DE TIJOLOS COM TELHA EM FIBROCIMENTO.

TRABALHO COM AGULHA E LINHAS	1	RENDAS	FILE				
		BORDADOOS	BORDADO LIVRE				O TRABALHO FOI INICIADO EM 2013 E ATENDE MULHERES DA REGIÃO NORTE DE MACEIÓ. INICIOU COMO AÇÃO VOLTADA À SAÚDE, IMPLANTADO PELO SESC E CHAMAVA-SE “NÓS DO BORDADO”. HOJE, O PROJETO VEM DESENVOLVENDO ATIVIDADES QUE ENVOLVEM MEMÓRIAS E HISTÓRIAS LOCAIS, PASSOU A CHAMAR-SE “BORDAZUL”.

RIACHO DOCE						
EIXO TEMÁTICO		OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	EDIFÍCIOS/ LUGARES RELACIONADOS	CELEBRAÇÕES ASSOCIADAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	MUDANÇAS OCORRIDAS
MAR (água salgada)	1	PESCA COM LINHA E ANZOL	IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	PROCISSÃO DE N. Sra. AUXILIADORA	QUADRILHA	- DIMINUIÇÃO DA FARTURA E VARIEDADE DE PEIXES;
		PESCA COM REDE DE EMALHE		PRAÇA JOSÉ EMÍDIO DE CARVALHO		
		CONSTRUTOR DE JANGADAS	PALHOÇÃO	PROCISSÃO MONTE CARMELO		
				PROCISSÃO DE S. ANTÔNIO		

	2	SIMBOLISMO ÁGUA SALGADA		MIRANTE DA SEREIA	CULTO A IEMANJÁ		AUMENTO DO NÚMERO DE VISITANTES PARA OFERENDA NO DIA DEDICADO A IEMANJÁ (8 DE DEZEMBO)
RIO (água doce e salobra)	1	PESCA (marisco, camarão)	CONSTRUTOR DE JANGADAS				- DIMINUIÇÃO DA FARTURA E VARIEDADE DE PEIXES, MARISCOS E CAMARÃO DEVIDO A POLUIÇÃO - PARTICPAÇÃO DAS MULHERES NA ATIVIDADE DA PESCA DE MARISCO
RECURSOS VEGETAIS	1	MANDIOCA	CULINÁRIA BOLOS, PÉ DE MOLEQUE, TAPIOCA, BEIJU	ARMAZÉM DE COCO FORNO DAS BOLEIRAS PONTOS DE VENDA COLETIVA			- APENAS UM DOS FORNOS NO BAIRRO ESTÁ SOB PROTEÇÃO LEGAL (MUNICIPAL), PODENDO HAVER DIMINUIÇÃO DESTES, DEVIDO À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA REGIÃO. - ADAPTAÇÃO DAS RECEITAS PARA ATENDER AO MERCADO CONSUMIDOR COM RESTRIÇÃO ALIMENTAR;
	2	COQUEIRO POLPA (culinária, cocada e brasileira, peixes e mariscos)		PRAÇA JOSÉ EMÍDIO DE CARVALHO RESIDÊNCIA FAMÍLIA CARVALHO		COCO DE RODA	- A MADEIRA QUE ALIMENTAVA OS FORNOS ERA RETIRADA DA MATA, COM A PROIBIÇÃO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTALISTAS, O CASCO DO COCO ESTÁ SENDO UTILIZADO COMO LENHA; - SUBSTITUIÇÃO DO INSTRUMENTAL UTILIZADO NA CONFECCÃO. O RALADOR DE COCO MANUAL FOI SUBSTITUÍDO PELO ELÉTRICO.
TRABALHO COM AGULHA E LINHAS	1	RENDAS	FILE				A ARMAÇÃO (BASTIDOR) QUE ERA FEITA EM MADEIRA ROLIÇA RETIRADA DA MATA, PASSOU A SER CONFECCIONADA POR MARCINEROS DEVIDO A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO.

MATRIZES RELIGIOSAS	1	AFRICANA				CAPOEIRA	

PESCARIA						
EIXO TEMÁTICO		OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	EDIFÍCIOS/ LUGARES RELACIONADOS	CELEBRAÇÕES RELACIONAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	MUDANÇAS OCORRIDAS
MAR (água salgada)	1	RECIFES COSTEIROS	EXTRAÇÃO DE PEDRAS PARA FABRICO DE CAL	FORNO DE CAL (MEMÓRIA)		OS FORNOS FORAM EXTINTOS POR OCASIÃO DA LEI Nº 3924/1961, QUE PROÍBE A DESTRUIÇÃO DE JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS OU PRÉ-HISTÓRICAS A EXEMPLO DOS SAMBAQUIS. CONTUDO, ALGUNS FORNOS AINDA CONTINUARAM ATIVOS ATÉ A DÉCADA DE 1980.
	2	PESCA	TARRAFA AGULHA E AGULHÃO EM BARCO	PORTO DOS PESCADORES BAR DO CARANGUEIJO	PROCISÃO DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO	- DIMINUIÇÃO DA FARTURA E VARIEDADE DE PEIXES PROVOCADA PELA POULIÇÃO; - ALTERAÇÃO NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO COM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, ANTES DEDICADAS APENAS À FUNÇÃO DE “TRATAR O PEIXE” E DA CAPTURA DOS MARISCOS E CARANGUEJOS NOS MANGUES; - AMEAÇA DE OCUPAÇÃO DO PORTO DAS JANGADAS PELAS IMOBILIÁRIAS PROVOCOU MOBILIZAÇÃO POR PARTE DOS PESCADORES, QUE BUSCARAM APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO; - MUDANÇA DO MATERIAL DAS JANGADAS, ANTES CONFECCIONADAS EM “MADEIRA DE PAU”, FORAM SUBSTITÍDAS POR OUTRO TIPO DE MADEIRA COM BASE EM ISOPOR, DEVIDO A PROIBIÇÃO DO CORTE DA MADEIRA.
RIO (água doce e salobra)	1	PESCA	ANZOL EM JANGADA CURRAL	PORTO DAS JANGADAS		

RECURSOS VEGETAIS			CARANGUEJO				DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE CARANGUEIJOS COMO CONSEQUÊNCIA DA POLUIÇÃO.
	1	PALMEIRA DE OURICURI	PALHA (cestos e trançados)	ARTESANATO, UTENSÍLIO E OBJETOS DE DECORAÇÃO	OFICINAS DOMÉSTICAS NOS QUINTAIS		DESAPARECIMENTO DA MATÉRIA-PRIMA POR CONTA DA OCUPAÇÃO DAS MATAS PELAS IMOBILIÁRIAS
	2	COQUIERO	POLPA (culinária, peixes e mariscos ensopados)	COZINHEIRA			
			QUENGO (artesanato, objetos de decoração e brinquedos)	ARTESÃO FABRICADOR DE OBJETOS E BRINQUEDOS			- DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE COQUEIROS, DEVIDO AO INCREMENTO DE CONSTRUÇÕES DE GRANDE PORTE COMO CONDOMÍNIOS E HOTÉIS;

		CIPÓ	CADEIRAS E BANCOS	ARTESÃO				A ATIVIDADE FOI EXTINTA EM VIRTUDE DA PROIBIÇÃO DA RETIRADA MATÉRIA-PRIMA DAS MATAS
--	--	------	-------------------	---------	--	--	--	---

IPIOCA						
EIXO TEMÁTICO		OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	EDIFÍCIOS/ LUGARES RELACIONADOS	CELEBRAÇÕES RELACIONADAS	FORMAS DE EXPRESSÃO	MUDANÇAS OCORRIDAS
MAR (água salgada)	1	RECIFES COSTEIROS	EXTRAÇÃO DE PEDRAS PARA FABRICO DE CAL			<p>OS FORNOS FORAM EXTINTOS POR OCASIÃO DA LEI Nº 3924/1961, QUE PROÍBE A DESTRUIÇÃO DE JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS OU PRÉ-HISTÓRICAS A EXEMPLO DOS SAMBAQUIS. CONTUDO, ALGUNS FORNOS AINDA CONTINUARAM ATIVOS ATÉ A DÉCADA DE 1980.</p> <ul style="list-style-type: none"> - DIMINUIÇÃO DA FARTURA E VARIEDADE DE PEIXES; - ALTERAÇÃO NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO COM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, ANTES DEDICADAS APENAS À FUNÇÃO DE “TRATAR O PEIXE” E DA CAPTURA DOS MARISCOS E CARANGUEJOS NOS MANGUES; - MUDANÇA NOS MATERIAS UTILIZADOS PARA A CONFECÇÃO DOS CURRAIS DEVIDO A ESCASSEZ DA MADEIRA. - DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE CARANGUEIJOS COMO CONSEQUÊNCIA DA POLUIÇÃO. - MUDANÇA DO MATERIAL USADO PARA CONFECCIONAR A REDE CACEIA, QUE ERA FEITA (HÁ CERCA DE 50 ANOS ATRÁS) COM ATICUM, ESPÉCIE DE CORDÃO. - AS RATOEIRAS PARA A CAPTURA DOS CARANGUEIJOS ESTÃO SENDO ADAPTADAS COM O USO DE LATAS.
	2	PESCA	REDE CACEIA	FORNO DE CAL (MEMÓRIA)		
RIO (água doce e salobra)	1	PESCA	CARANGUEJO	MIRANTE E PRAÇA FLORIANO PEIXOTO ANTIGO PORTO DA LANCHA / DA CACIMBA		

								- AS PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NA COMERCIALIZAÇÃO DO COCO E SEUS SUBPRODUTOS TÊM MUDADO A RELAÇÃO DA ATIVIDADE COM OS PEQUENOS PRODUTORES.
RECURSOS VEGETAIS	1	CAJU	DOCE DE CAJU E DE CASTANHA DE CAJU	FABRIQUETAS DOMÉSTICAS				DIMINUIÇÃO GRADUAL DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO OCASIONADO: - PELA INCIDÊNCIA DA “MOSCA BRANCA” NOS CAJUEIROS, INIBINDO A SUA PRODUÇÃO; - AUMENTO DO PREÇO DO AÇÚCAR; - ESCASSEZ DE LENHA PARA O FOGÃO; - PRIVATIZAÇÃO DAS ANTIGAS “MATAS DE CAJU”; - REDUÇÃO DA MÃO DE OBRA, TENDO EM VISTA QUE NÃO HÁ TRANSMISSÃO GERACIONAL DO SABER-FAZER.
	2	MANDIOCA	FARINHA	CASA DE FARINHA				DIMINUIÇÃO DAS CASAS DE FARINHA. ATUALMENTE EXISTEM APENAS DUAS UNIDADES NO BAIRRO.
	3	MADEIRA	FABRICAÇÃO DE SANTOS	OFICINAS DOMÉSTICAS				INSERÇÃO DE NOVOS MATERIAS COMO O GESSO EM RESPOSTA À RESTRIÇÃO DA MADEIRA POR CONTA DA PROIBIÇÃO DA EXTRAÇÃO DA MADEIRA DAS MATAS. DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO PELA PROIBIÇÃO DA EXTRAÇÃO DA MADEIRA DAS MATAS.
			CARPINTEIRO DE BRINQUEDOS					
4	COQUIERO	POLPA (culinária, peixes e mariscos ensopados)	TIRADOR DE COCO DESCASCADOR DE COCO AMPANHADOR DE COCO	ARMAZÉM DE COCO				- DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE COQUEIROS, DEVIDO AO INCREMENTO DE CONSTRUÇÕES DE GRANDE PORTE COMO CONDOMÍNIOS E HOTÉIS; - MUDANÇA DO MATERIAL UTILIZADO PARA A CONFECÇÃO DA PEIA, ANTES FEITA COM DENDÊ E COBERTO COM COURO DE BOI, HOJE TEM SIDO SUBSTITUÍDA PELA CORDA DE NYLON COBERTA COM PLÁSTICO (MANGUEIRA D'ÁGUA);

			CASCA (artesanato, utensílios e objetos de decoração)					<p>- DIMINUIÇÃO DA OCORRÊNCIA DOS ARAMZÊNS DE COCO E MUDANÇA DE SUA TIPOLOGIA, ANTES CONSTRUÍDO EM MADEIRA COM COBERTURA EM PALHA, PASSOU A UTILIZAR A ALVENARIA DE TIJOLOS COM O USO DA TELHA PARA A COBERTA;</p> <p>- DIMINUIÇÃO DA ATIVIDADE E DA TRANSMISSÃO DO SABER-FAZER PASSA, RESULTANDO NA FALTA DE RENOVAÇÃO DE OFICIANTES E DESESTÍMULO À TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO, VISTO A BAIXA REMUNERAÇÃO.</p>
			TRONCO (mobiliário)	<p>ARTESÃO FABRICADOR DE MÓVEIS RÚSTICOS (CADEIRAS, MESAS, TAMBORETES, ETC.)</p>	<p>OFICINAS DOMÉSTICAS / COMERCIALIZAÇÃO FOMENTADA PELA FREQUÊNCIA DE TURISTAS NO BAIRRO.</p>			<p>DIMINUIÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA QUE TEM INCIDIDO NUMA INTENSA DERRUBADA DE COQUEIROS E PALMEIRA COM CORTES MUTILADORES PARA ESSES USOS ESPECÍFICOS.</p>
5	PALMEIRA DO DENDÊ	TRONCO (mobiliário)	<p>ARTESÃOS DE MOBILIÁRIO RÚSTICO COM O TRONCO DA PALMEIRA.</p>					

MATRIZES RELIGIOSAS	1	CATÓLICA		IGREJA DE N. S ^{ra} . DO Ó	PROCISSÃO DE N. S ^{ra} . DO Ó	PASTORIL QUADRILHA	NO PERÍODO EM QUE A IGREJA FICOU FECHADA (2014-2016), DEVIDO O SEU ESTADO DE DEGRADAÇÃO, A PARÓQUIA E SUAS CELEBRAÇÕES FORAM TRANSFERIDAS PARA A IGREJA SAGRADA FAMÍLIA DE NAZARÉ EM JACARECICA
	2	AFRICANA				BAIANA COCO DE RODA	O FESTIVAL DE COCO DE RODA TEM CRESCIDO A CADA ANO, ATRAINDO AS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS

APÊNDICE B – QUADRO SÍNTESE POTENCIALIDADES/PROBLEMAS /DIRETRIZES

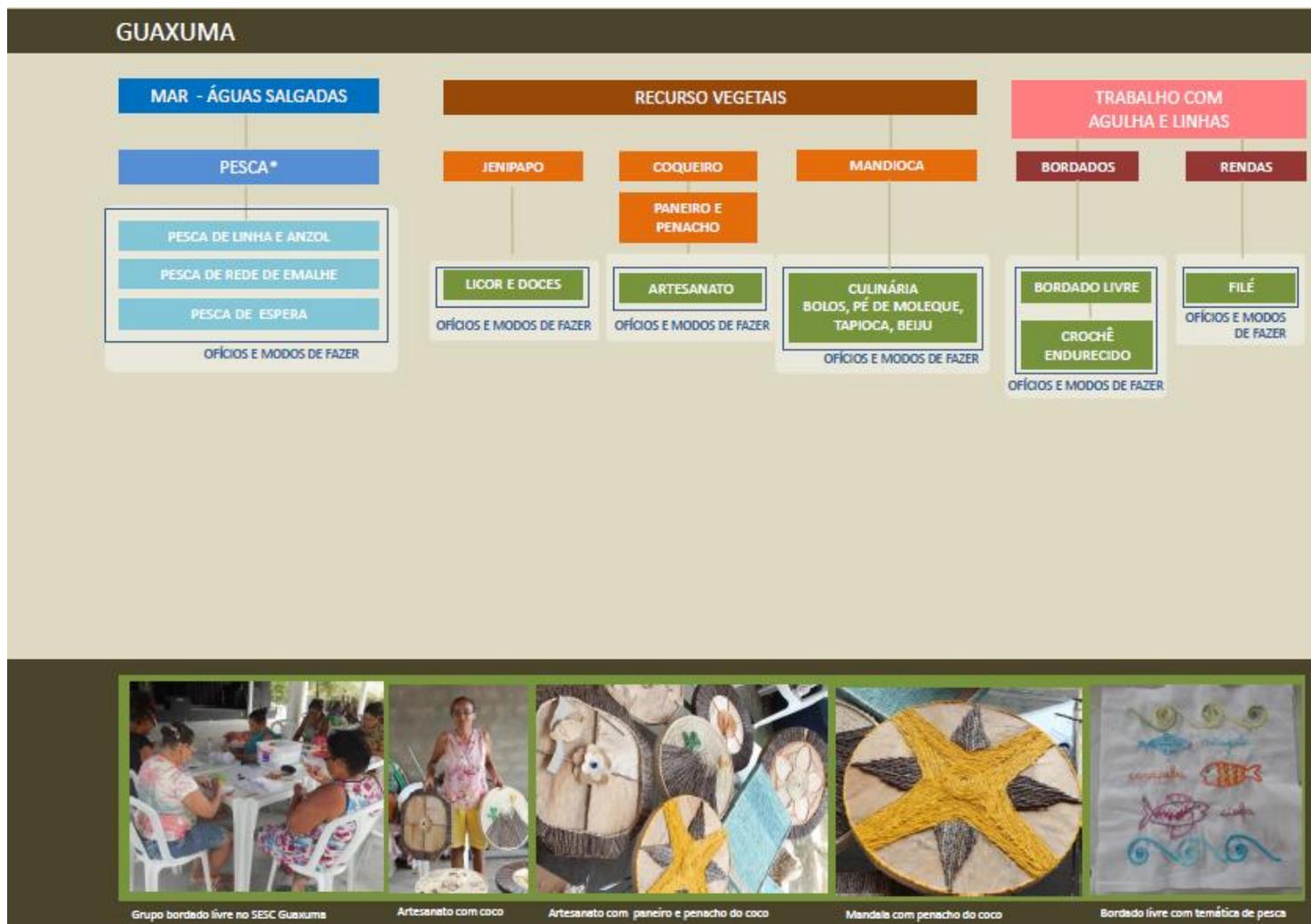
BAIRROS	POTENCIALIDADES/CONFIG. ESPACIAL	PROBLEMAS	DIRETRIZES
CRUZ DAS ALMAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de vazios (especulação imobiliária) 2. Proximidade da praia, atrativos turísticos (belezas naturais) 3. Possibilidade de ofertas de emprego (turismo e lazer) 4. Praia própria para atividades esportivas (surf, pesca de arremesso) 5. Proximidade de pontos comerciais e de serviços 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Destinação do lixo 2. Ocupação irregular das encostas, foz de rios 3. Esgotamento sanitário precário 4. Contaminação dos recursos hídricos pelo esgotamento indevido e pelo chorume do antigo aterro sanitário 5. Aumento da violência 6. Diminuição dos sítios de coqueiros e das matas de caju e árvores frutíferas 7. Impermeabilização do solo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar infraestrutura de esgotamento sanitário 2. Ampliação das redes de distribuição de água e de energia elétrica e na melhoria do atendimento das existentes 3. Melhorar o sistema viário 4. Melhorar a mobilidade urbana com priorização do transporte público e modos não motorizados 5. Estimular atividades de lazer na orla com a ampliação e qualificação dos espaços públicos 6. Definir parâmetros para uso e ocupação coerentes com as características ambientais e locais 7. Controlar adensamento onde há saturação viária 8. Integração dos projetos urbanísticos com os recursos naturais existentes 9. Coleta seletiva do lixo 10. Manutenção do aterro sanitário com execução de ações de remediação (retaludamento, captação de gás e chorume, recobrimento de vegetação para regeneração e reestruturação do solo) 11. Construção, ampliação e reforma de unidades básicas de saúde, escolas e creches

			12. Duplicar o canal do Riacho do Ferro e recuperar a estação elevatória
JACARECICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de vazios (sítios produtivos) 2. Área de grande potencial paisagístico nas áreas de vales e encostas 3. Criação de equipamentos recreativos na orla 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Destinação do lixo 2. Assentamentos irregulares em encostas e áreas de preservação (ZIAP – 6) 3. Residências precárias em áreas marginalizadas 4. Esgotamento sanitário precário 5. Contaminação dos recursos hídricos pelo esgotamento indevido e pelo chorume do antigo aterro sanitário 6. Aumento da violência 6. Diminuição dos sítios de coqueiros e das árvores arbustivas e frutíferas como o cajueiro 8. Poluição dos recursos hídricos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar infraestrutura de esgotamento sanitário 2. Ampliar as redes de distribuição de água e de energia elétrica e a melhoria do atendimento das existentes 3. Definir parâmetros para uso e ocupação coerentes com as características ambientais e locais 4. Melhorar o sistema viário com opções de vias alternativas à AL 101 Norte 5. Melhorar a mobilidade urbana com priorização do transporte público e modos não motorizados 6. Regular a ocupação em áreas de encosta 7. Reservar faixa da orla ao lazer e turismo 8. Garantir acessibilidade às praias 9. Desocupar e recuperar as margens do rio Jacarecica 10. Implantar as faixas sanitárias ao longo dos cursos d'água 11. Coleta seletiva do lixo 12. Construção, ampliação e reforma de unidades básicas de saúde, escolas e creches
GARÇA TORTA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Área de grande potencial paisagístico 2. Atrativos turísticos (belezas naturais) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Destinação do lixo 2. Assentamentos irregulares em encostas e áreas de preservação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar infraestrutura de esgotamento sanitário

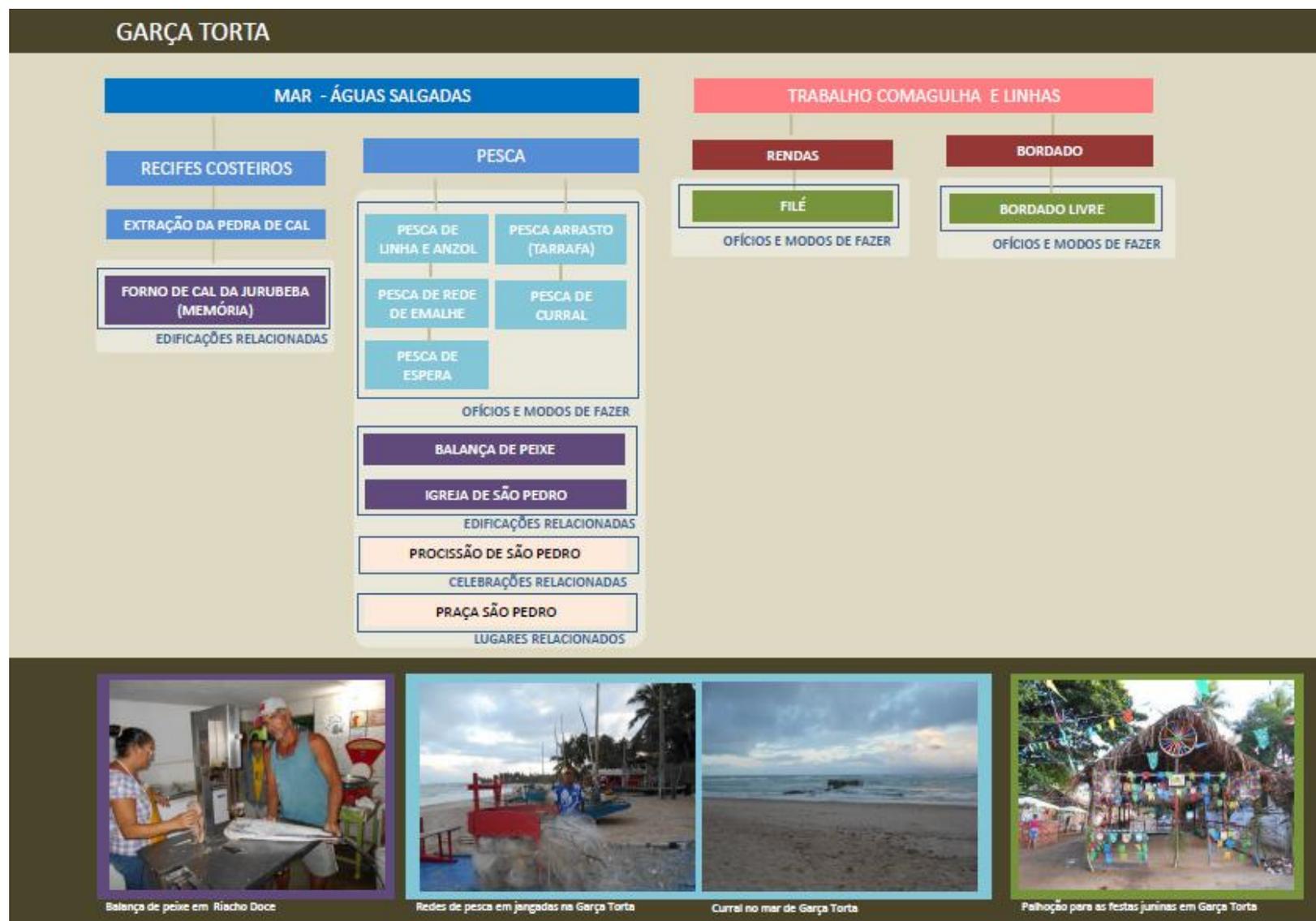
	<p>3. Possibilidade de ofertas de emprego (turismo e lazer)</p> <p>4. Área de interesse do mercado imobiliário</p>	<p>3. Residências precárias em áreas marginalizadas</p> <p>4. Ausência de rede de esgoto</p> <p>5. Abastecimento de água ineficiente</p> <p>6. Poluição dos recursos hídricos</p> <p>7. Invasão do leito do córrego</p>	<p>2. Implantar rede de distribuição de água e ampliar a rede de energia elétrica existente</p>
GUAXUMA	<p>1. Grande potencial paisagístico</p> <p>2. Área de interesse do mercado imobiliário</p> <p>3. Áreas de encosta, vales e tabuleiros com características e atividades produtivas</p> <p>4. Predominância da horizontalidade das edificações</p>	<p>1. Destinação do lixo</p> <p>2. Existência de assentamentos irregulares nas encostas e área de preservação</p> <p>3. Residências precárias em áreas marginalizadas</p> <p>4. Abastecimento de água ineficiente</p> <p>5. Ausência de rede de esgoto</p> <p>6. Poluição dos recursos hídricos</p> <p>7. Invasão do leito do córrego</p>	<p>1. Implantar infraestrutura de esgotamento sanitário</p> <p>2. Implantar rede de distribuição de água e ampliação da rede de energia elétrica existente</p> <p>3. Reservar faixa da orla ao lazer e turismo</p> <p>4. Implantar as faixas sanitárias ao longo dos cursos d'água</p> <p>5. Garantir acessibilidade às praias</p> <p>6. Regular a ocupação em áreas de encosta</p> <p>7. Preservar a paisagem local – coqueiral e áreas protegidas pela legislação ambiental</p> <p>8. Definir parâmetros para ocupação coerentes com as características ambientais locais</p> <p>9. Coleta seletiva do lixo</p>
RIACHO DOCE	<p>1. Grande potencial ambiental, paisagístico e pesqueiro</p> <p>2. Área de interesse do mercado imobiliário</p> <p>3. Áreas de encostas, vales e tabuleiros com características rurais e atividades produtivas</p>	<p>1. Destinação do lixo</p> <p>2. Existência de assentamentos irregulares nas encostas e área de preservação</p> <p>3. Abastecimento de água ineficiente</p> <p>4. Residências precárias em áreas marginalizadas</p> <p>5. Poluição dos recursos hídricos</p>	<p>1. Implantar infraestrutura de esgotamento sanitário</p> <p>2. Implantar rede de distribuição de água e ampliação da rede de energia elétrica existente</p> <p>3. Reservar faixa da orla ao lazer e turismo</p>

	<ul style="list-style-type: none"> 4. Existência de assentamentos nas encostas 5. Predominância da horizontalidade das edificações 	<ul style="list-style-type: none"> 6. Ausência de rede de esgoto 7. Invasão do leito do córrego 	<ul style="list-style-type: none"> 4. Garantir acessibilidade às praias 5. Preservar a paisagem local 6. Definir parâmetros para ocupação coerentes com as características ambientais locais 7. Regulamentar a ocupação em áreas de encosta 8. Implantar as faixas sanitárias ao longo dos cursos d'água 9. Coleta seletiva do lixo
PESCARIA	<ul style="list-style-type: none"> 1. Grande potencial ambiental, paisagístico e pesqueiro 2. Área de interesse do mercado imobiliário 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Destinação do lixo 2. Existência de assentamentos irregulares nas encostas e área de preservação 3. Abastecimento de água ineficiente 4. Poluição dos recursos hídricos 5. Ausência de rede de esgoto 6. Ameaça de fechamento do acesso à "Prainha" 7. Invasão do leito do córrego 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Implantar infraestrutura de esgotamento sanitário 2. Implantar rede de distribuição de água e ampliação da rede de energia elétrica existente 3. Coleta seletiva do lixo
IPIOCA	<ul style="list-style-type: none"> 1. Grande potencial ambiental, paisagístico e pesqueiro 2. Atrativos turísticos (belezas naturais) 3. Possibilidade de ofertas de emprego (turismo e lazer) 4. Área de interesse do mercado imobiliário 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Destinação do lixo 2. Assentamentos irregulares em encostas e áreas de preservação 3. Residências precárias em áreas marginalizadas 4. Abastecimento de água ineficiente 5. Poluição dos recursos hídricos 6. Ausência de rede de esgoto 7. Invasão do leito do córrego 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Implantar infraestrutura de esgotamento sanitário 2. Implantar rede de distribuição de água e ampliação da rede de energia elétrica existente 3. Coleta seletiva do lixo

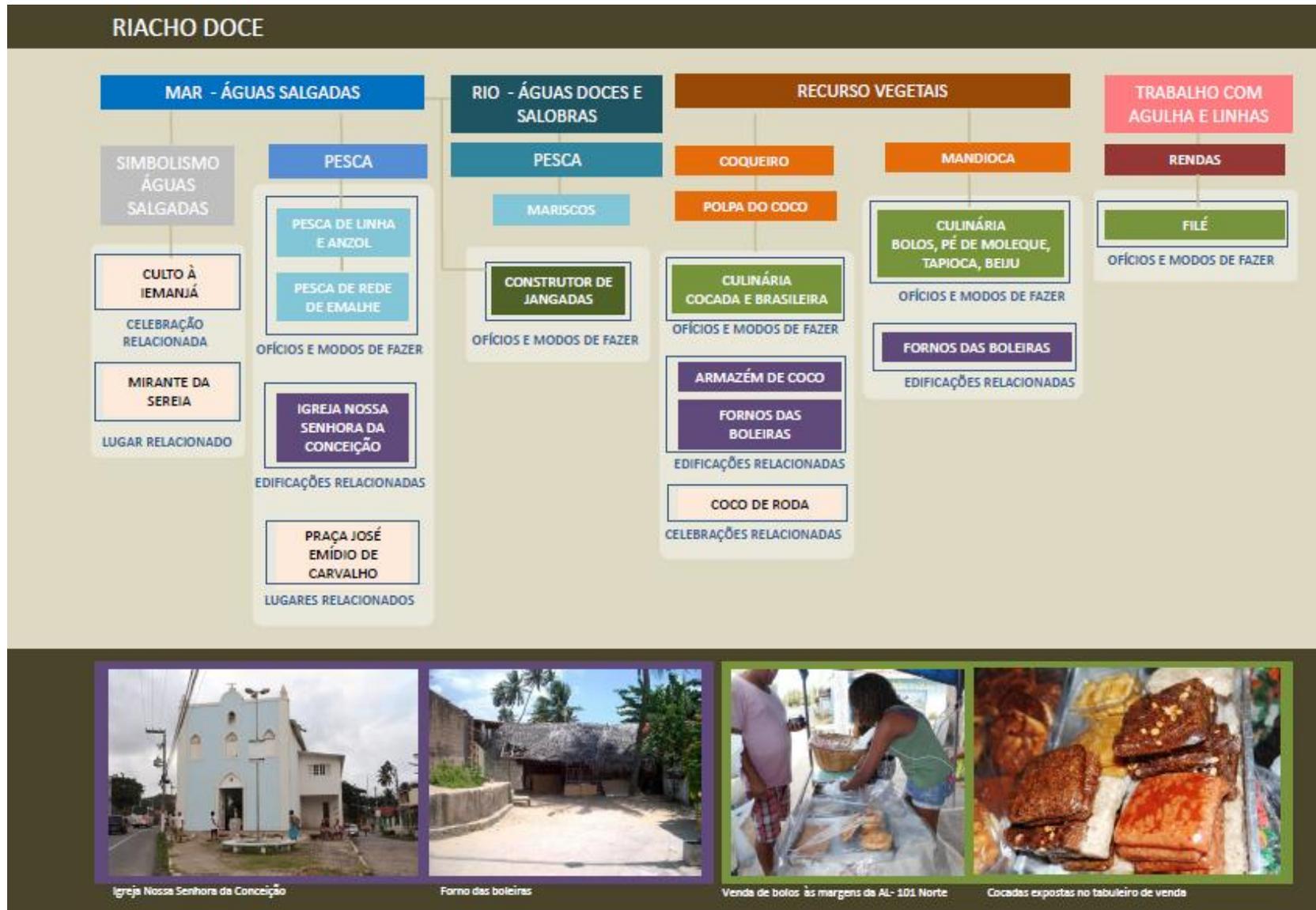
ANEXO A – INFOGRÁFICOS PRODUZIDOS PELA EQUIPE SÍTIO 3 INRC/AL



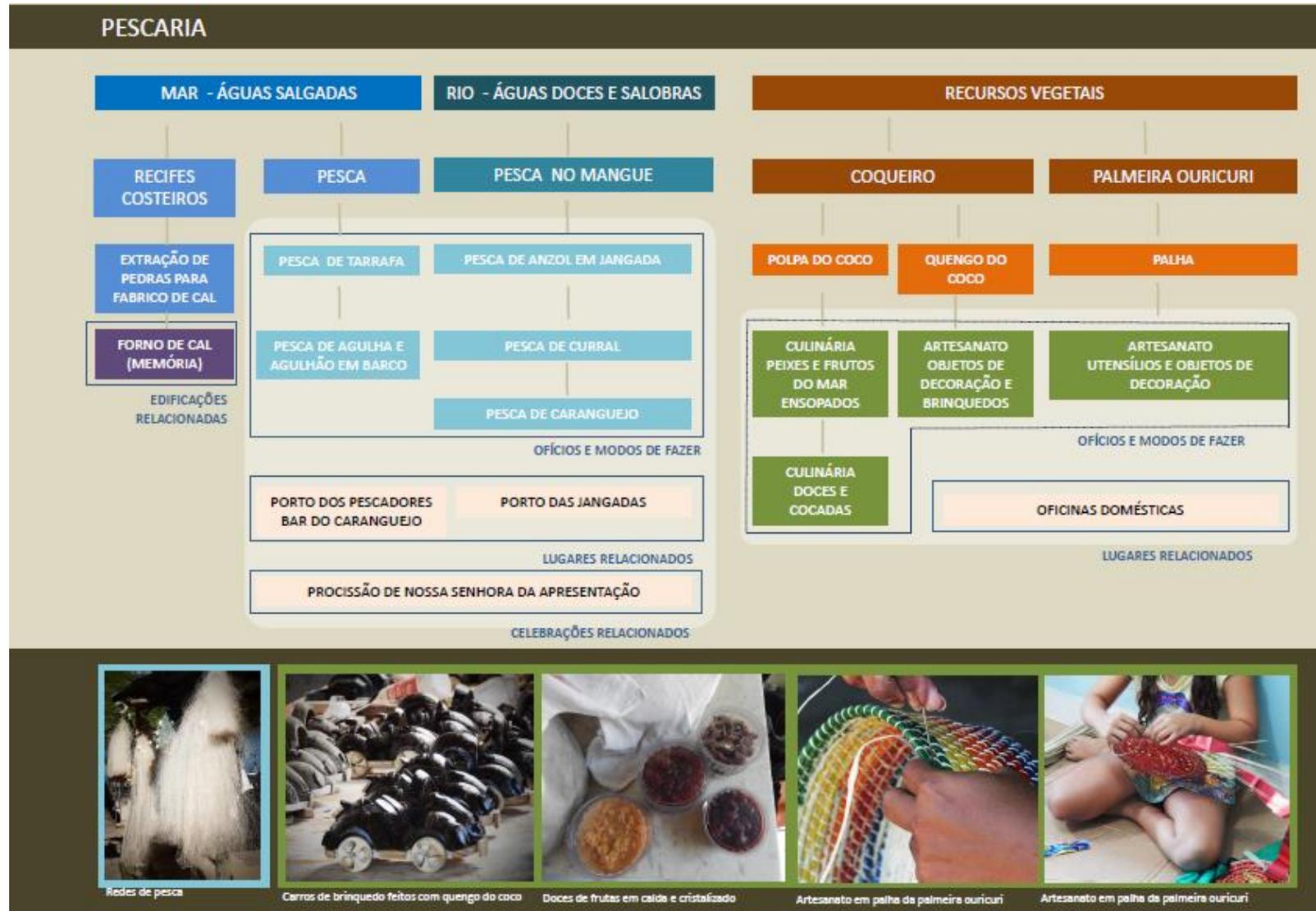
Fonte: Ferrare et al., 2015a.



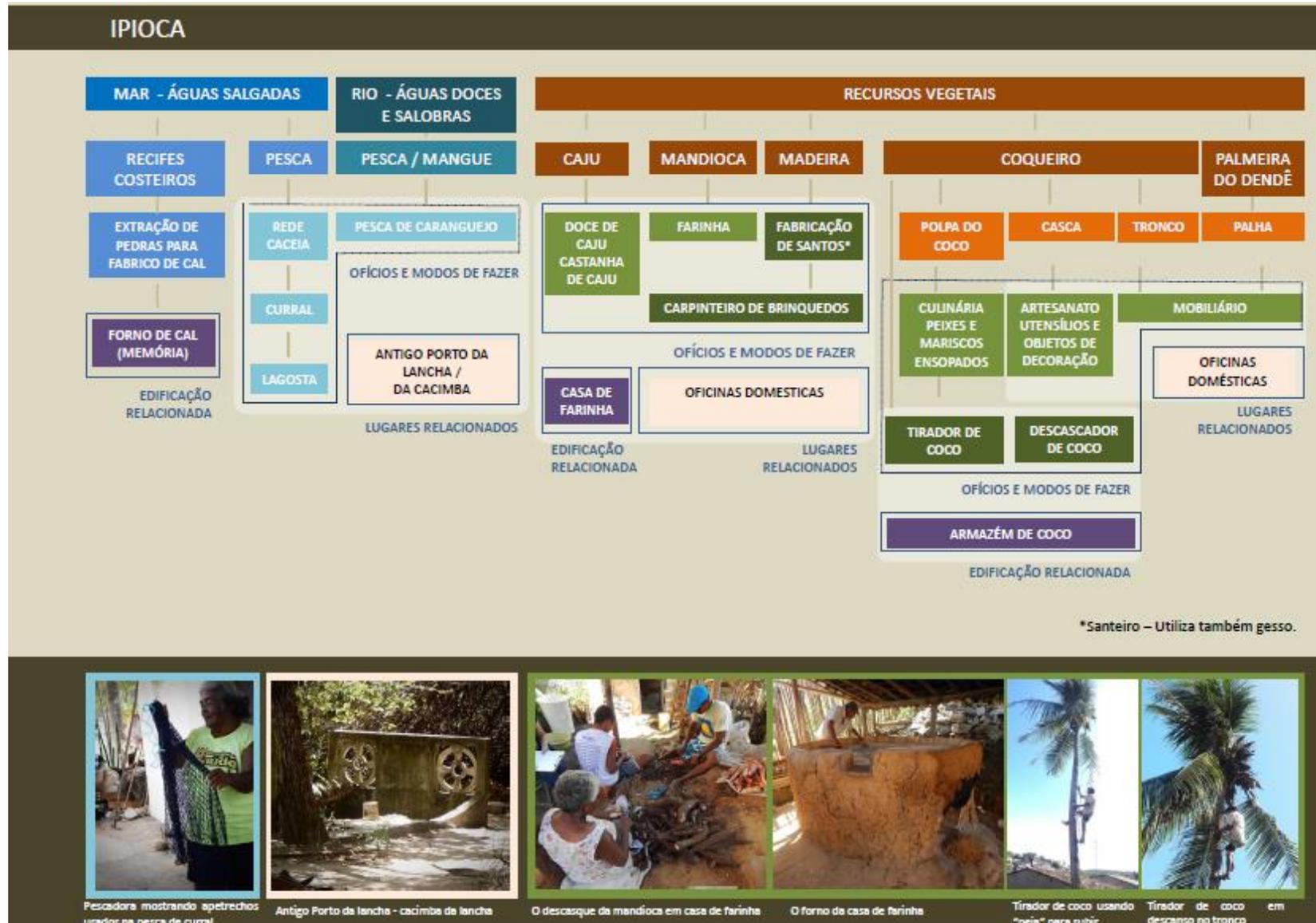
Fonte: Ferrare et al., 2015a.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.



Fonte: Ferrare et al., 2015a.

ANEXO B – MAPAS TEMÁTICOS PRODUZIDOS PELA EQUIPE SÍTIO 3 INRC/AL

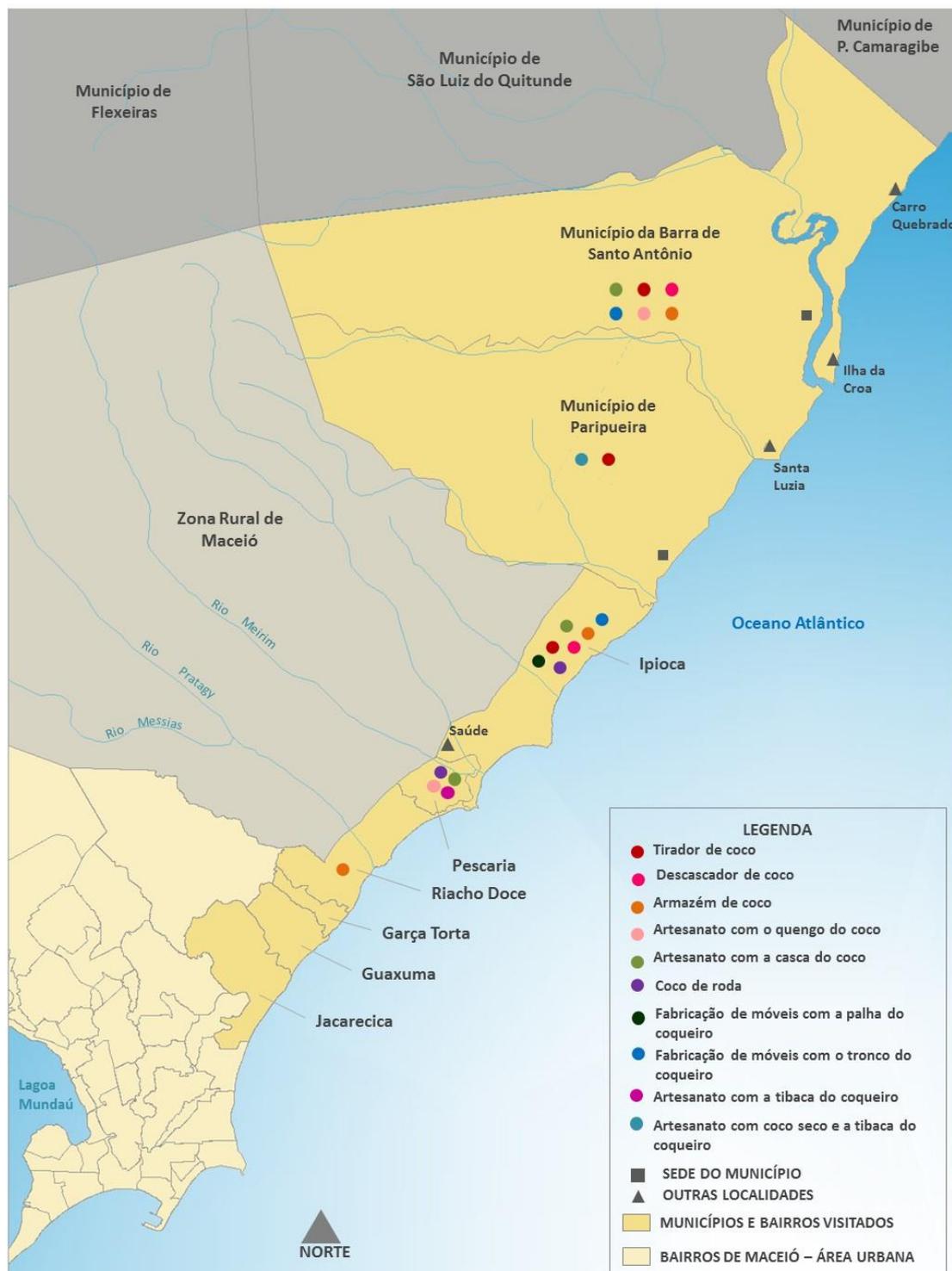
Técnicas de pesca artesanal



Mapa temático de Maceió, divisão de bairro e municípios adjacentes. Fonte: bases cartográficas de Maceió, Prefeitura Municipal de Maceió 1999/2000 e Mapa político de Alagoas, 2014 (disponível em <<http://dados.al.gov.br/dataset?tags=Mapa>>. Acessado em 15 mar. 2015).

Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Ofícios e modos de fazer e edificações relacionados ao uso do coqueiro como matéria prima



Mapa temático de Maceió, divisão de bairro e municípios adjacentes. Fonte: bases cartográficas de Maceió, Prefeitura Municipal de Maceió 1999/2000 e Mapa político de Alagoas, 2014 (disponível em <<http://dados.al.gov.br/dataset?tags=Mapa>>. Acessado em 15 mar. 2015).

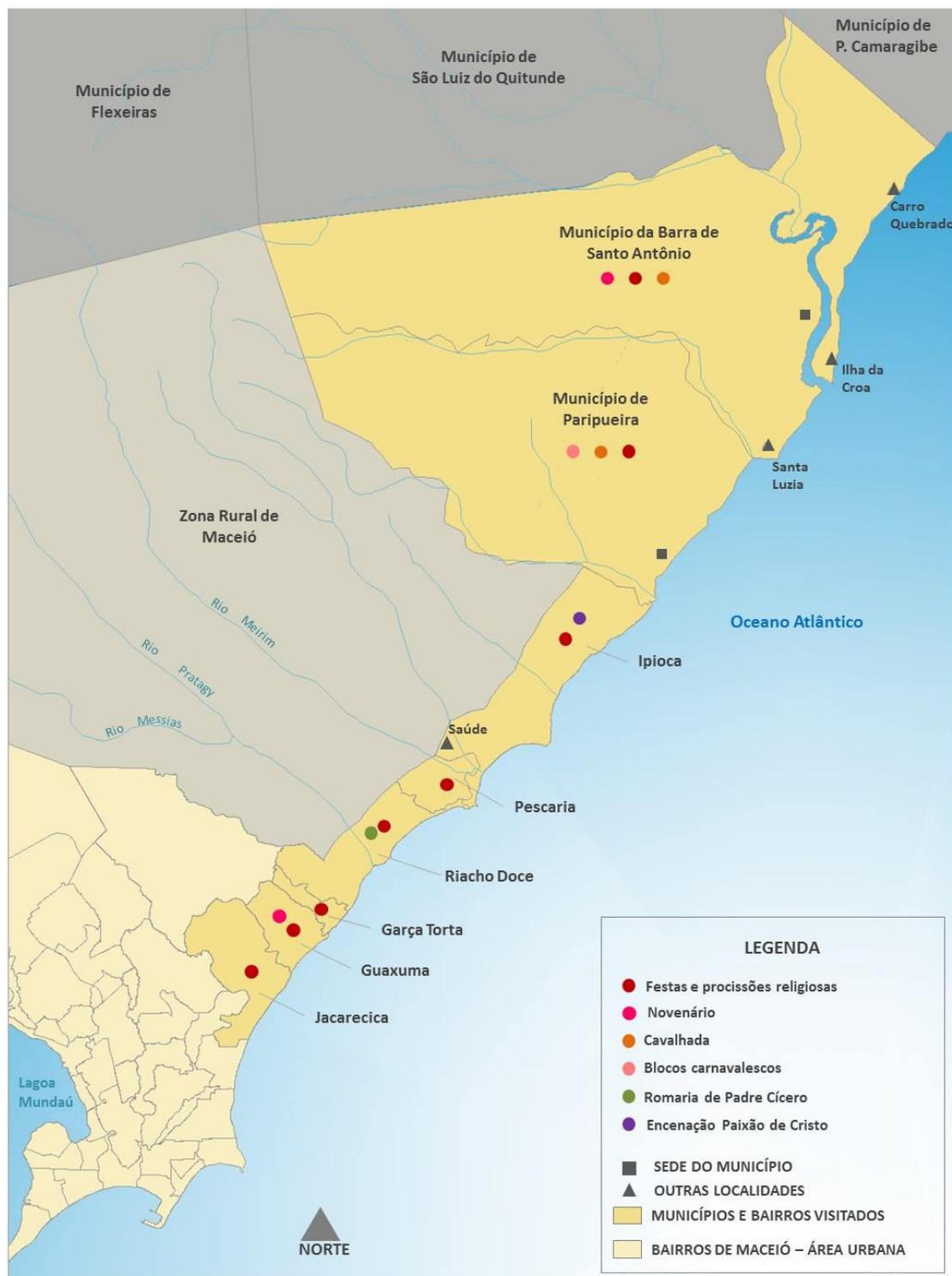
Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Formas de Expressão

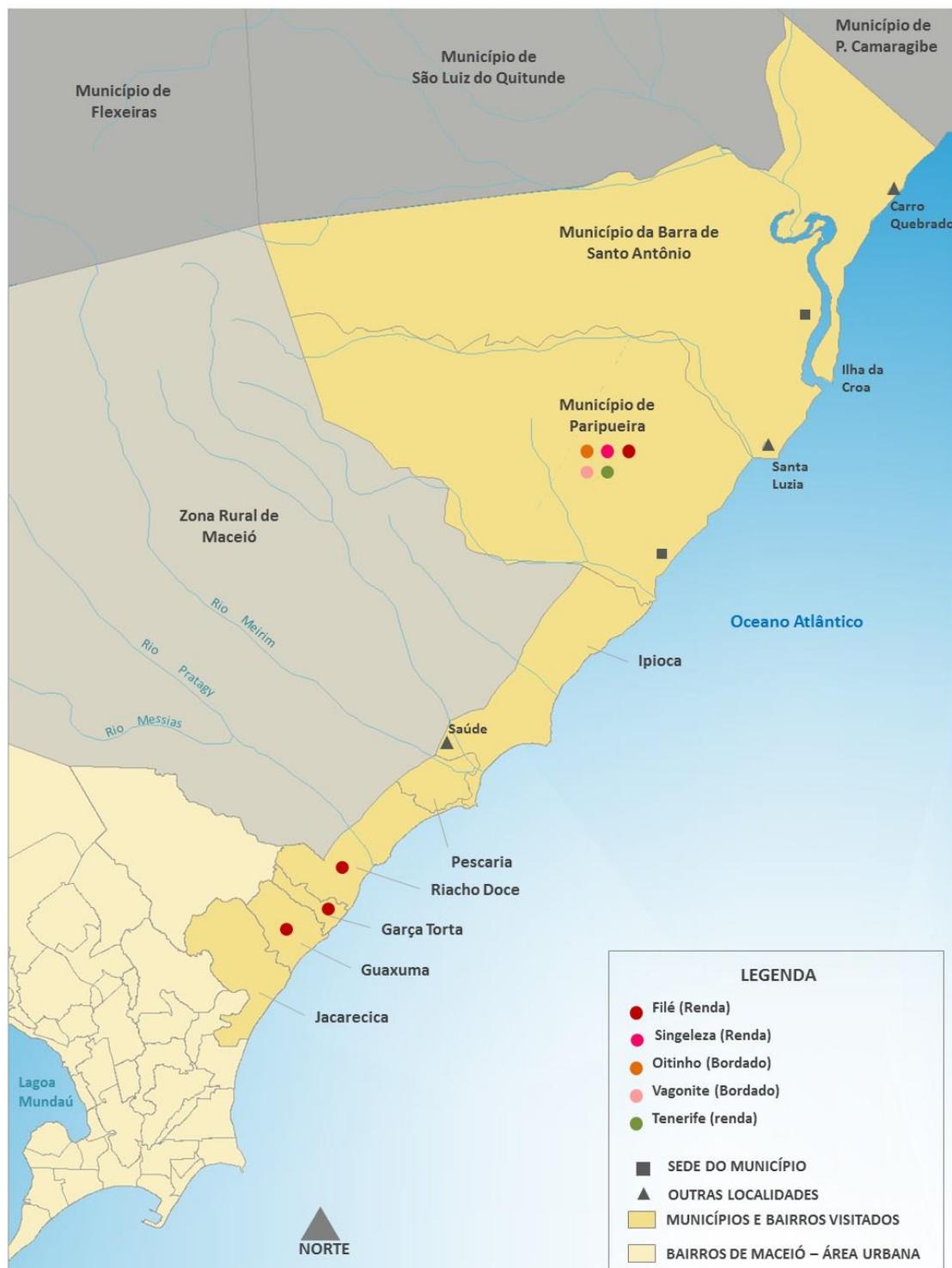


Fonte: Ferrare et al., 2015a.

Celebrações



Fonte: Ferrare et al., 2015a.



Mapa temático de Maceió, divisão de bairro e municípios adjacentes. Fonte: bases cartográficas de Maceió, Prefeitura Municipal de Maceió 1999/2000 e Mapa político de Alagoas, 2014 (disponível em <<http://dados.al.gov.br/dataset?tags=Mapa>>. Acessado em 15 mar. 2015).

Fonte: Ferrare et al., 2015a.

**ANEXO C – RELAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS POR CATEGORIA
PELA EQUIPE SÍTIO 3 INRC/AL E AUTORA**

CELEBRAÇÕES			
Localidade	Entrevistado	Referências culturais identificadas em campo	Supervisor
Ipioca	Antônio Sebastião dos Santos	Paixão de Cristo	Josemary Ferrare
Ipioca	Jercina Bezerra da Silva	Procissão de Nossa Senhora do Ó	Josemary Ferrare
Ipioca	Manuel de Barros Barbosa	Paixão de Cristo	Josemary Ferrare
Pescaria	Eronilda Rufino da Silva	Festa e procissão de Nossa Senhora da Apresentação	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Vanda Lúcia da Anunciação	Procissão de N. S. do Carmo no Carmelo Santa Terezinha	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Ana Patrícia Andrade do Nascimento	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Joverdina Pereira dos Santos	Festa e Procissão de Santo Antônio	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Vanda Lúcia da Anunciação	Festa e procissão de Nossa Senhora Auxiliadora	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Vanda Lúcia da Anunciação	Terço do Padre Cícero	Josemary Ferrare
Garça Torta	Maria Cícera Teles da Silva	Festa e procissão de São Pedro	Josemary Ferrare
Guaxuma	Irene da Silva Carvalho	Procissão e novenário de Senhora Sant'Ana	Josemary Ferrare
Guaxuma	Maria José da Silva Pereira	Festa e procissão de N. S. do Guadalupe	Josemary Ferrare
Jacarecica	Marta Maria Correia	Festa e procissão Sagrada Família	Josemary Ferrare
Cruz das Almas	Aldo José Correia de Omena	Procissão Padroeiro Sagrado Coração de Jesus	Josemary Ferrare
Cruz das Almas	Aldo José Correia de Omena	Festa das Flores	Arrisete Costa
Cruz das Almas	Cléber Costa	Festa das Flores	Adriana Guimarães

Fonte: Ferrare et al., 2015a (Adaptado pela autora, 2019).

EDIFICAÇÕES			
Localidade	Entrevistado	Referências culturais identificadas em campo	Supervisor
Ipioca	Cristiane Maria da Conceição	Clube Floriano Peixoto	Josemary Ferrare
Ipioca	Benedito Barboza dos Santos	Antigo Forno de Cal do Sr. Batista	Josemary Ferrare
Ipioca	Cícero da Silva	Igreja Nossa Senhora do Ó	Josemary Ferrare
Ipioca	Milton da Silva Lima	Primeira escola de Ipioca	Josemary Ferrare
Pescaria	Agenor Antônio dos Santos	Forno de Cal	Josemary Ferrare
Pescaria	Arlene Lino	Bar do Caranguejo	Josemary Ferrare
Pescaria	Eronilda Rufino da Silva	Igreja Nossa Senhora da Apresentação	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Roberto Lourenço de Barros Júnior	Igreja Nossa Senhora da Conceição	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Vanda Lúcia da Anunciação	Igreja Nossa Senhora Auxiliadora	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Joverdina Pereira dos Santos	Igreja de Santo Antônio (povoado Boca do Rio)	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Eusébio Chaves	Armazém de coco (Sítio Teresa Barbosa)	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Stanley de Carvalho	Casa da família Carvalho	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Maria Cristina dos Santos	Forno das boleiras	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Ivonete dos Santos Silva	Armazém de Coco do sítio Cajueiro	Josemary Ferrare
Garça Torta	Maria Cícera Teles da Silva	Igreja de São Pedro	Josemary Ferrare
Garça Torta	José Bispo dos Anjos	Forno de cal da Jurubeba	Josemary Ferrare
Garça Torta	Antônio Bispo dos Anjos	Balança de peixe	Josemary Ferrare
Garça Torta	Edna Constant	Casa da Arte	Josemary Ferrare
Guaxuma	Adeilda Pais de Oliveira	Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe	Josemary Ferrare
Guaxuma	Irene da Silva Carvalho	Capela Senhora Santana	Josemary Ferrare
Guaxuma	Ana Maria Cavalcante	Capelinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (capela do sítio Guaxuma)	Josemary Ferrare
Jacarecica	Marta Maria Correia	Igreja da Sagrada Família de Nazaré	Josemary Ferrare

Fonte: Ferrare et al., 2015a (Adaptado pela autora, 2019).

FORMAS DE EXPRESSÃO			
Localidade	Entrevistado	Referências culturais identificadas em campo	Supervisor
Maceió/Ipioca	Nazareno Petrúcio Vieira	Artes plásticas com temas de Ipioca	Josemary Ferrare
Maceió/Ipioca	Edileuza Lins do Nascimento	Pastoril	Josemary Ferrare
Maceió/Ipioca	Edilúcia Silva Santos	Pastoril	Sandra Nunes Leite
Maceió/Ipioca	Jasiel da Silva Pontes	Quadrilha e Coco de Roda	Sandra Nunes Leite
Maceió/Ipioca	Nivaldo Gomes dos Santos	Quadrilha	Sandra Nunes Leite
Maceió/Ipioca	Edenina Carvalho	Baianas de Ipioca	Josemary Ferrare
Maceió/Riacho Doce	Marco Antonio Santos da Silva	Capoeira	Josemary Ferrare
Maceió/Riacho Doce	Maria Luiza dos Santos	Coco de roda	Josemary Ferrare
Maceió/Guaxuma	Edleusa dos Santos Silva	Boneca Vitalina (deusa do Carnaval)	Arrisete Costa
Maceió/Guaxuma	Edleusa dos Santos Silva	Baiana, coco de roda, ciranda, pastoril (legado do Mestre Benedito)	Josemary Ferrare
Maceió/Jacarecica	Severino Cláudio	Capoeira	Sandra Nunes Leite
Maceió/Jacarecica	Aleksandro da Silva Santos	Coco de roda da EMATER	Josemary Ferrare
Maceió/Cruz das Almas	Carlos Gilberto dos Santos	Nega da costa feminina, pastoril, baiana, coco de roda	Josemary Ferrare
Maceió/Cruz das Almas	Aldo José Correia de Omena	Bloco Carnavalesco da Liberdade	Josemary Ferrare
Maceió/Cruz das Almas	Maria de Fátima Brasileiro Danylo	Pastoril	Adriana Guimarães

Fonte: Ferrare et al., 2015a (Adaptado pela autora, 2019).

LUGARES			
Localidade	Entrevistado	Referências culturais identificadas em campo	Supervisor
Ipioca	Renildo Caetano dos Santos	Praça Floriano Peixoto	Josemary Ferrare
Ipioca	Cícero da Silva	Praça Floriano Peixoto	Josemary Ferrare
Ipioca	Maria Amélia Silva dos Santos	Mirante de Ipioca	Josemary Ferrare
Ipioca	Benedito Santos	Antigo Porto das Lanchas, atual cacimba da Lancha	Josemary Ferrare
Pescaria	Fernando José de Souza	Porto do bar do Caranguejo	Josemary Ferrare
Pescaria	Agenor Antônio dos Santos	Porto das Jangadas	Josemary Ferrare
Pescaria	Agenor Antônio dos Santos	A Prainha	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Melquizedec José dos Santos	Mirante da Sereia	Josemary Ferrare
Riacho Doce	Gilvan Gabriel dos Santos	Praça do Riacho Doce (Praça José Emídio de Carvalho)	Josemary Ferrare
Garça Torta	Luciano Pedro da Silva Santos	Praça São Pedro	Josemary Ferrare
Guaxuma	Ademir Texeira	Praça Gurguri	Josemary Ferrare s
Cruz das Almas	Aldo José Correia de Omena	Praça Ganga Zumba	Josemary Ferrare
Cruz das Almas	Maria Rita do Nascimento Santos	Praça Ganga Zumba	Adriana Guimarães
Cruz das Almas	Cléber Costa	Praça Ganga Zumba	Adriana Guimarães
Cruz das Almas	Edson Moreira da Silva	Praça Ganga Zumba	Adriana Guimarães

Fonte: Ferrare et al., 2015a (Adaptado pela autora, 2019).